UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO

MARION CELLI

**O desafio de pensar a linguagem nos estudos da tradução:
uma proposta da tradução como operação enunciativa**

Versão corrigida

São Paulo

2020

MARION CELLI

**O desafio de pensar a linguagem nos estudos da tradução:
uma proposta da tradução como operação enunciativa**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de Concentração: Estudos da Tradução

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Zavaglia

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C393d Celli, Marion
O desafio de pensar a linguagem nos estudos da
tradução: uma proposta da tradução como operação
enunciativa / Marion Celli ; orientadora Adriana
Zavaglia. - São Paulo, 2020.
196 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Letras Modernas. Área de
concentração: Estudos da Tradução.

1. Tradução. 2. Linguagem. 3. Línguas. 4. Sujeito.
I. Zavaglia, Adriana, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Marion Celli

Data da defesa: 17/04/2020

Nome do Prof. (a) orientador (a): Adriana Zavaglia

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 10/06/2020

A handwritten signature in blue ink, reading 'Adriana Zavaglia', is written in a cursive style.

Dedico esta tese a todos aqueles que, apesar de uma rotina profissional intensa, não desistem de estudar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por terem me ensinado o valor do estudo; a minha irmã Andressa, por seus conselhos preciosos e ao meu querido Rodrigo, pelo companheirismo de todos os dias. Sem eles, esta pesquisa certamente seria ainda apenas uma ideia.

À minha querida orientadora, Profa. Adriana Zavaglia, por um dia, ainda na graduação, ter me apresentado a teoria de Antoine Culioli e a diversidade do mundo da tradução, áreas que englobam minha trajetória de pesquisa desde então. Da iniciação científica ao doutorado, foram 13 anos de inesquecíveis gargalhadas, desabafos e muito conteúdo. Nossos encontros, sempre regados a inquietações conceituais, contribuíram diretamente para a originalidade do tema e os rumos desta investigação.

Aos amigos da vida, pelo apoio e incentivo em cada etapa do processo.

Minha gratidão aos Profs. Albano Dalla Pria e Heloísa Pezza Cintrão, pela leitura minuciosa e pelas valiosas sugestões dadas no Exame de Qualificação, fundamentais para o avanço desta pesquisa.

Ao Prof. Paulo Oliveira, pelas ricas discussões levantadas em sua disciplina “Tradução – *Empiria & Linguagem*”, ministrada no 2º semestre de 2018, na Universidade de São Paulo.

Aos Profs. Albano Dalla Pria, Heloísa Pezza Cintrão, Milenne Biasotto e Paulo Oliveira pelo aceite em participar da banca examinadora final desta tese.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras Estrangeiras e Tradução, pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso de doutorado.

Por fim, à Universidade de São Paulo que, desde a graduação, me proporcionou experiências acadêmicas que ampliaram meu pensamento crítico e contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

*“(...) antes pensava que a tradução fosse uma
brincadeira, agora me parece
a maior coisa do mundo”*

Sebastiano Fausto da Longiano

RESUMO

CELLI, M. O desafio de pensar a linguagem nos estudos da tradução: uma proposta da tradução como operação enunciativa. 2020. 196 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

O surgimento de novas perspectivas de pesquisas sobre tradução na segunda metade do século XX levou o campo dos Estudos da Tradução a se afastar da linguística, na qual os estudos do domínio se apoiaram inicialmente. Embora tenham sido inúmeros os avanços decorrentes do desenvolvimento dessas perspectivas, tal distanciamento gerou um gradativo desinteresse nos trabalhos de tradução pelo estudo da linguagem e das línguas e um desprendimento conceitual da área da linguística. Propomos, nesta tese, uma investigação sobre a concepção de linguagem nos estudos da tradução para repensar o próprio conceito de tradução. Para tanto, traçaremos inicialmente um breve histórico sobre o desenvolvimento do conceito no âmbito da filosofia e dos estudos gramaticais; em seguida, descreveremos as variadas concepções de linguagem presentes em um conjunto selecionado de obras sobre tradução, a saber: Mounin (1963), Faveri & Torres (2004), Guerini & Arrigoni (2005), Furlan (2006a) e Heidermann (2010) e, por fim, com base nos fundamentos da Teoria das Operações Enunciativas de Culioli (1990), defenderemos uma proposta enunciativa da tradução como operação da linguagem. Destacaremos que é a linguagem, como atividade cognitiva de representação, referenciação e regulação, que permite o processo de tradução. Assumindo que o significado não é estático, mostraremos que os textos traduzidos – na condição de enunciados – são formas de expressão construídas que dependem diretamente das experiências de cada sujeito. Tradução é, portanto, enunciação, cujos sentidos são produzidos e transformados constantemente, a cada nova situação, pelos sujeitos que compõem o contexto enunciativo.

PALAVRAS-CHAVE: Tradução. Linguagem. Línguas. Enunciação.

ABSTRACT

CELLI, M. The challenge of thinking about language in translation studies: a proposal for translation as an enunciative operation. 2020. 196 f. Dissertation (PhD Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

The emergence of new perspectives on translation research in the second half of the 20th century led the field to move away from linguistics, on which translation studies were initially based. Although there have been countless advances resulting from the development of these perspectives, this distance has generated a gradual lack of interest in translation research on the study of language and languages and a conceptual detachment in the area of linguistics. In this dissertation, we propose an investigation on the concept of language in translation studies to rethink the concept of translation itself. To do so, we will initially trace a brief history on the development of the concept within the scope of philosophy and grammatical studies. Then, we will describe the different conceptions of language present in a selected set of works on translation, namely: Mounin (1963), Faveri & Torres (2004), Guerini & Arrigoni (2005), Furlan (2006a) and Heidermann (2010). Finally, based on the foundations of Culioli's Theory of Enunciative Operations (1990), we will defend an enunciative proposal of translation as a language operation. We will highlight that it is language, as a cognitive activity of representation, referential processes and regulation, that allows the translation process. Assuming that meaning is not static, we will show that the translated texts are forms of expression that depend directly on the experiences of each subject. Translation is, therefore, enunciation, which meanings are constantly produced and transformed, in each new situation, by the subjects that take part in the enunciative context.

KEYWORDS: Translation. Language. Languages. Enunciation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Título	Página
Tabela 1	Dados gerais sobre as obras analisadas	53
Tabela 2	Quantidade de autores e textos analisados	54
Quadro 1	<i>Les problèmes théoriques de la traduction</i> (1963): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português (I)	58
Quadro 2	<i>Les problèmes théoriques de la traduction</i> (1963): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português (II)	59
Quadro 3	<i>Les problèmes théoriques de la traduction</i> (1963): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português (III)	60
Quadro 4	<i>Les problèmes théoriques de la traduction</i> (1963): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português (IV)	62
Tabela 3	Autores e textos em Faveri & Torres (2004)	64
Quadro 5	<i>La manière de bien traduire d’une langue en autre</i> ([1540] 2004): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português	65
Quadro 6	“Traduction” – <i>Supplément de l’Encyclopédie</i> ([1777] 2004): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português	70
Quadro 7	<i>De l’esprit des traductions</i> ([1820-1821] 2004): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português	71
Quadro 8	<i>Variations sur les Bucoliques de Virgile</i> ([1943-1945] 2004): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português	74
Tabela 4	Autores e textos em Heidermann (2010)	77
Quadro 9	<i>Anmerkungen zur Antigonä</i> ([1804] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português	82
Quadro 10	<i>Die Aufgabe des Übersetzers</i> ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (I)	86
Quadro 11	<i>Die Aufgabe des Übersetzers</i> ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (II)	87
Quadro 12	<i>Die Aufgabe des Übersetzers</i> ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (III)	88
Quadro 13	<i>Die Aufgabe des Übersetzers</i> ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (IV)	89
Quadro 14	<i>Die Aufgabe des Übersetzers</i> ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (V)	90
Quadro 15	<i>Die Aufgabe des Übersetzers</i> ([1923] 2010): alinhamento de	91

	ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (VI)	
Quadro 16	<i>Aus: Wahrheit und Methode</i> ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (I)	93
Quadro 17	<i>Aus: Wahrheit und Methode</i> ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (II)	94
Quadro 18	<i>Aus: Wahrheit und Methode</i> ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (III)	95
Quadro 19	<i>Aus: Wahrheit und Methode</i> ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (IV)	96
Quadro 20	<i>Aus: Wahrheit und Methode</i> ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (V)	96
Quadro 21	<i>Falsche und richtige fragestellungen in der übersetzungstheorie</i> ([1978] 2010): alinhamento de ocorrência de <i>Sprache</i> e sua tradução para o português	99
Quadro 22	<i>Was kann sich die übersetzungswissenschaft von der linguistik erwarten?</i> ([1991] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (I)	101
Quadro 23	<i>Was kann sich die übersetzungswissenschaft von der linguistik erwarten?</i> ([1991] 2010): alinhamento de ocorrências de <i>Sprache</i> e suas traduções para o português (II)	102
Tabela 5	Autores e textos em Furlan (2006a)	104
Quadro 24	<i>Introducción</i> em “ <i>La retórica de Cicerón</i> ” ([1427-31] 2006a): alinhamento de ocorrências de <i>lenguaje</i> e suas traduções para o português	107
Quadro 25	<i>Diálogo em lovvor da nóssa lingvágem</i> ([1540] 2006a): alinhamento de ocorrências de <i>lingvágem</i> e suas traduções para o português	112
Quadro 26	<i>Dialogo delle lingue</i> ([1542] 2006a): alinhamento de ocorrência de <i>linguaggio</i> e sua tradução para o português	114
Quadro 27	<i>Aux lecteurs</i> ([1559] 2006a): alinhamento de ocorrências de <i>langage</i> e suas traduções para o português	118
Quadro 28	<i>Prólogo a Cantar de los cantares</i> ([1561] 2006a): alinhamento de ocorrências de <i>lenguaje</i> e suas traduções para o português	119
Tabela 6	Autores e textos em Guerini & Arrigoni (2005)	123
Quadro 29	<i>Brani dello Zibaldone di Pensieri sulla traduzione</i> ([1817-1832] 2005): alinhamento de ocorrências de <i>linguaggio</i> e suas traduções para o português	127
Quadro 30	<i>Del tradurre come possa giovare all’arte e anco del ristampare</i> ([1838] 2005): alinhamento de ocorrências de <i>linguaggio</i> e suas traduções para o português	129
Quadro 31	<i>L’intraducibilità della rievocazione</i> ([1936] 2005): alinhamento de ocorrências de <i>linguaggio</i> e suas traduções para o português	130
Tabela 7	Níveis 1, 2 e 3 da T.O.E.	140

Sumário

Introdução	11
1. Por que estudar linguagem e tradução?	11
2. O desafio de pensar a linguagem	15
Capítulo 1	22
<i>Reflexões sobre a linguagem: desdobramentos teóricos</i>	22
1.1 Do mítico ao racional	23
1.2 Dos modos de significação ao pensamento moderno sobre a linguagem	31
1.3 De Descartes a Humboldt: breves considerações sobre a reflexão moderna sobre linguagem	35
1.4 Os estudos linguísticos sobre linguagem	39
Capítulo 2	52
<i>Concepção de tradução e de linguagem: descrição do corpus de estudo</i>	52
2.1 Definindo o corpus de estudo	53
2.2 Autores de expressão francesa	56
2.2.1 Mounin (1963)	56
2.2.2 Faveri & Torres (2004)	64
2.3 Autores de expressão alemã	76
2.3.1 Heidermann (2010)	76
2.4 Os renascentistas	104
2.4.1 Furlan (2006a)	104
2.5 Autores de expressão italiana	123
2.5.1 Guerini & Arrigoni (2005)	123
Capítulo 3	133
<i>Linguagem e tradução: (in)variância linguística</i>	133
3.1 Linguagem apreendida a partir da diversidade das línguas e dos textos	135
3.2 A tradução como “paráfrase interlingual”	142
3.3 O caráter transcategorial das palavras e seu reflexo na tradução	147
Considerações finais	172
Referências bibliográficas	180

Introdução

1. Por que estudar linguagem e tradução?

Quando, ainda na graduação, incerta de minhas preferências acadêmicas, escolhi a disciplina optativa “Introdução aos Estudos Tradutológicos”, jamais imaginaria que um dia tais “estudos tradutológicos” se tornariam, para mim, citando Sebastião Fausto da Longiano, “a maior coisa do mundo” ([1556] 2005, p. 61). Há mais de dez anos, desde minhas primeiras leituras na área, busco entender esse fenômeno intrigante chamado tradução. Se, durante a iniciação científica e o mestrado, não consegui chegar a uma compreensão satisfatória, posso dizer que esta tese mostrará pelo menos algumas tentativas para a quitação dessa dívida pessoal. Dentre os mais diversos pilares que fundam tal fenômeno, é a relação entre as línguas e a linguagem que mais me inquieta. Antes de adentrarmos mais profundamente nessa discussão, vale a pena retomar meu caminho acadêmico para que os motivos desta investigação sejam compreendidos.

Em nossa pesquisa de iniciação científica (FAPESP, proc. 07/55009-1), intitulada “Estudo da variação semântica de *mas*, *porém* e *todavia* e a observação de suas traduções em francês para uma aplicação lexicográfica diferencial”, tratamos inicialmente de três marcas adversativas e suas relações tradutológicas entre o português e o francês. Notamos que a questão da variação semântica das conjunções adversativas no português brasileiro era realmente problemática, de modo que, através do *corpus* estudado, foram encontrados valores funcionais e possibilidades tradutológicas antes não repertoriadas. Tomando o item *mas* como exemplo, foram encontrados dez valores semântico-funcionais para as 1.911 ocorrências localizadas no *corpus* monolíngue, de modo que, desse total, 94 não foram traduzidas literalmente (AUBERT, 2006) pela marca *mais* (fr.). Ademais, diferentemente das possibilidades tradutórias tradicionalmente disponibilizadas nas entradas de *mas* (port.) em dicionários bilíngues português-francês¹, foram constatadas 33 traduções diferentes para *mas* (port.). Esses resultados apenas ilustraram a necessidade, nos estudos linguísticos, de um aprofundamento que estendesse os limites da relação entre definição e contextualização de marcas gramaticais nas obras lexicográficas bilíngues disponíveis.

¹ Corrêa (1958), Azevedo (1989), Rónai (1989), Pereira & Singer (1992), Burtin-Vinholes (1993), Carvalho (1982), Valdez (2000) e Marote (2004).

Buscamos tal aprofundamento no mestrado², em que foram adicionadas duas outras marcas conjuntivas do português brasileiro – (I) *entretanto* e (II) *contudo* – e as traduções para o inglês. A primeira parte da pesquisa demonstrou a possibilidade de, a partir de um estudo baseado em *corpora*, estabelecer uma diferenciação entre marcas de uma mesma família semântica. Embora as cinco adversativas estudadas – *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto* – fossem marcas sinônimas, sua diferenciação semântica, em que estão implicadas tanto a sintaxe e a pragmática, não permitiu que fossem substituíveis uma pela outra em qualquer contexto. A associação de resultados obtidos por ferramentas da linguística de *corpus* (SCOTT, 2008) com a teoria enunciativa de Culioli (1990) permitiu transpor as barreiras de suas relações sinonímicas e apresentar não só exemplos em que havia a confluência de suas particularidades, mas, principalmente, casos em que as especificidades de cada marca eram fortemente ressaltadas. Dentro desse contexto, chamamos a atenção para as implicações do conceito de categorização para as pesquisas sobre divisões gramaticais, uma vez que observamos, no levantamento sobre a descrição das conjunções adversativas em gramáticas gerais do português brasileiro³, uma rigidez categorial que desconsiderava sua diversidade funcional. Tal realidade, porém, era diversa ao que encontramos em estudos de referência sobre o assunto (DUCROT & VOGT, 1980; NEVES, 1984; SEKALI, 2007; CASTILHO, 2010).

Tendo em vista a contribuição lógico-filosófica para o desenvolvimento do conceito de categorização e sua estreita ligação com os estudos do significado, discutimos brevemente algumas das obras que mais influenciaram a história da Gramática. Apenas para citar algumas, se para Aristóteles as categorias possuem fronteiras fixas, de modo que nenhum membro de A pode pertencer simultaneamente a A ou a B, ou ser de uma categoria A e possuir traços de B, entre os séculos XIII e XIV, os Modistas, dando uma interpretação própria aos textos aristotélicos, já observavam que alguns termos não poderiam ser substituídos entre si em qualquer circunstância (ROSIER, 1981). Blanché (1969) também coloca a biunivocidade clássica em questão afirmando que um conceito nunca aparece sozinho, mas está sempre relacionado a uma família de conceitos caracterizada por estruturas de parentesco passíveis de transposição. Considerando os trabalhos linguísticos mais recentes,

²“Um estudo de marcas adversativas do português à luz de uma abordagem lexicográfica bilíngue diferencial (português-francês e português-inglês): o caso de *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto*” (USP/FAPESP, 2012). Conferir dissertação completa em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-21112012-125120/pt-br.php> (acesso em 19/11/2017).

³ Bueno (1958), Ali (1964), Cegalla (1992), Sacconi (1999), Cunha & Cintra (2001), Bechara (2004), entre outras.

é ainda mais frequente a preocupação com a não biunivocidade categorial. Taylor (1995), por exemplo, faz um amplo estudo sobre categorização, principalmente sob o ponto de vista da linguística cognitiva, e aponta exatamente para essa mudança. Já Culioli (1990) propõe o conceito de transcategorialidade para tratar desses problemas, apontando para a existência de graus de pertencimento das marcas gramaticais, pelos quais uma dada marca possui redes de atributos que perpassam diversas categorias.

A discussão acima foi fundamental para o estudo posterior de *mas*, *porém*, *contudo*, *entretanto* e *todavia*, o qual, a partir da associação dos conceitos da linguística de *corpus* aos da teoria enunciativa de Culioli, permitiram a exploração da dinâmica enunciativa das unidades por evidências extraídas de nosso *corpus*. Desse modo, foi colocado em relevo, por um lado, o percurso histórico da noção de categorização e, de outro, a dinâmica rede de significados e significações de cada uma dessas unidades, cujos valores potenciais não estão fechados a novas funções. Concluímos que, podendo assumir enunciativamente uma dada função, cada marca pode, potencialmente, simultaneamente ser e não ser, possuir e não possuir certa propriedade e, conseqüentemente, pertencer e não pertencer a certa categoria. Diferentemente do encontrado em gramáticas tradicionais do português brasileiro, observamos, em contexto monolíngue, importantes distinções entre as cinco unidades, as quais justificaram, por exemplo, a grande diferença dos valores de frequência no *corpus* de estudo. A partir da análise enunciativa em português brasileiro, notamos que, dentre a variação semântico-referencial de cada marca, havia, entretanto, uma regularidade que se mantinha em todos os tipos de variação.

Na segunda parte do trabalho, vimos que, devido às relações interlinguísticas e ao caráter transcategorial das palavras, *mas*, por exemplo, não teve como correspondente, em francês ou em inglês, necessariamente outra *conjunção coordenativa adversativa*, assim habitualmente definida. Dependendo de fatores semânticos, contextuais, estruturais, estilísticos etc., tivemos, como possibilidades tradutórias, *plutôt* (fr.) e *what about* (ing.), *malgré* (fr.) e *only* (ing.) etc. Além disso, houve momentos em que as adversativas estudadas foram omitidas, havendo, nesses casos, uma supressão de parte do texto fonte. É possível afirmar, desse modo, que, a partir do *corpus* paralelo observado, não foi somente considerável a variação tradutológica de *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto* – tanto em francês quanto em inglês – como também cada tradução apresentou particularidades pragmático-sintáticas relevantes.

A observação de uma relação intrínseca entre a variação semântico-referencial (no português brasileiro) e tradutológica (português-francês e português-inglês) de cada marca nos motivou a pesquisar mais detalhadamente sobre a complexa noção de equivalência nos estudos da tradução. A emergência do termo *equivalência* na área é muitas vezes associada a sua visão matemática, em que simetria e reflexividade definem-se como suas características principais. Estudando as implicações teóricas e práticas que a fórmula “original = tradução” gerou para o campo (CELLI, 2010), passamos a nos interrogar sobre os mecanismos de linguagem que permitem a compreensão de dois signos diferentes em duas línguas diferentes. Na época do mestrado, porém, a essa inquirição não podíamos responder e guardamos tal questionamento para uma investigação futura.

Alguns anos depois, portanto, decidimos realizar uma pesquisa de doutorado que discutisse o conceito de linguagem nos estudos da tradução⁴. Nosso interesse sobre o tema se intensificou quando, em nossa caminhada acadêmica, notamos uma falta de consciência e consequente reflexão, por parte de estudantes e pesquisadores, sobre a importância do conceito para os estudos tradutológicos. Apesar de a maneira pela qual traduzimos ou falamos sobre tradução já ser por si só um indício de como entendemos linguagem, não é raro nos depararmos com publicações importantes da área ou estudos apresentados em congressos e encontros científicos em que, quando mencionada, observa-se a utilização da palavra *linguagem* apenas em seu sentido mais abrangente, como modo de falar, escrever ou se expressar.

O surgimento de novas perspectivas de pesquisas sobre tradução na segunda metade do século XX levou o campo dos Estudos da Tradução a se afastar da linguística, na qual os estudos do domínio se apoiaram inicialmente. Embora tenham sido inúmeros os avanços decorrentes do desenvolvimento dessas perspectivas, tal distanciamento gerou um gradativo desinteresse nos trabalhos de tradução pelo estudo da linguagem e das línguas e um desprendimento conceitual da área da linguística. Mesmo que um dia, por razões compreensíveis, portanto, a tradução tenha se afastado da linguística, não podemos deixar de pensar sobre a concepção de linguagem que embasa cada trabalho de tradução.

Mas qual a importância de se explicitar a concepção de linguagem por trás de um projeto ou teoria de tradução? Porque tradução e linguagem são indissociáveis. Na tradução, sujeitos interpretam e reconstroem formas a todo momento. Se a tradução está vinculada ao

⁴ Vale notar que, embora sejam também uma manifestação da linguagem, as línguas de sinais não entram no escopo desta pesquisa.

sujeito, ela também está diretamente ligada à linguagem. E a tradução nada mais é que “uma construção parafrástica dinâmica, cuja base de sustentação é a linguagem” (ZAVAGLIA, 2004, p. 105-106). Como bem resume Steiner, “um estudo da tradução é um estudo da linguagem” (STEINER, 2005, p. 72) ou, nas palavras de Furlan (2006b, p. 22), “[a] tradução é uma prática da linguagem e toda prática da linguagem implica uma ideologia da linguagem”. Pensar sobre a perspectiva de linguagem e, conseqüentemente, sobre o trabalho de tradução, é, também, teorizar a respeito da prática como tradutor.

Nota-se que quando falamos em “trabalho de tradução” e “prática como tradutor” não pretendemos valorizar um trabalho empírico ausente de teoria. Longe disso, pela teoria culioliana, entendemos prática como atividade de construção de representação, referenciação e regulação⁵. Assim, saímos do senso comum que polariza teoria e prática. Quando nos referimos à linguagem como atividade central na prática de traduzir, queremos dizer *prática* não como trabalho empírico de transferência de conteúdo, mas como um trabalho livre de apropriação que envolve operações de linguagem. É sobre o processo de teorização dessa prática pelo sujeito quando ele se apropria da linguagem numa situação particular de diálogo⁶ que Culioli (1990) nos ajudará a entender como a tradução acontece. Explicado nosso interesse pelo estudo do conceito de linguagem nos estudos da tradução, passemos a algumas considerações iniciais.

2. O desafio de pensar a linguagem

Nas palavras de Martins (2004, p. 439), “[q]uem se aventura pela região das teorias gerais da linguagem tem alguma chance de desconcertar-se com a multiplicidade de caminhos que ali se oferecem”. Ducrot e Todorov (1972), por exemplo, logo nas primeiras páginas de seu *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*, tomam especial cuidado ao definir sua perspectiva em relação ao significado da palavra *linguagem* no título da obra, dado o sentido amplo do termo. A definição de linguagem não é, assim, uma tarefa fácil, seja no campo da linguística ou até mesmo da filosofia. O filósofo Martin Heidegger (1889-1976) certa vez afirmou que a dificuldade de se pensar linguagem está diretamente ligada à

⁵ Ver capítulo 3.

⁶ O conceito de diálogo que tratamos aqui “coloca em jogo um conjunto de relações de alteridade entre representações – linguísticas, musicais, imagéticas, gestuais, sonoras e cognitivas – de um sujeito e aquelas que ele acredita serem as representações de outro sujeito quanto ao universo psico-físico-cultural” (PRIA, 2013, p. 54).

incapacidade de a colocarmos no patamar de objeto de análise, já que “somos e estamos na linguagem” quando pensamos metalinguisticamente sobre ela ([1959] 2011).

A comparação do pensamento humano a um tipo de fala, linguagem ou discurso levou estudiosos desde a Antiguidade, provenientes de variadas áreas, a tomarem os mais diversos caminhos na tentativa de explicar o funcionamento e a realização da linguagem humana. Existem estudos, por exemplo, sobre as (inter)relações entre linguagem, pensamento e cultura; sobre as peculiaridades do discurso poético, religioso e moral e até mesmo, mais recentemente, sobre a criação de linguagens artificiais, sendo alguns desses problemas situados na fronteira entre a filosofia e outras disciplinas⁷.

Tomemos como exemplo quatro grandes dicionários de linguística. *Faculdade humana*, *faculdade inata*, *capacidade* e *função* são algumas das palavras-chave usadas nas definições encontradas para *linguagem*:

faculdade que tem o homem de exprimir seus estados mentais por meio de um sistema de sons vocais chamado língua, que os organiza numa representação compreensiva em face do mundo exterior objetivo e do mundo subjetivo interior. (CÂMARA JÚNIOR, 1992, p. 159, grifo nosso)

atividade pela qual o homem se comunica através de sons vocais [e] *faculdade humana* e geral de criar signos. (BORBA, 1976, p. 72, grifos nossos)

capacidade específica à espécie humana de comunicar por meio de um sistema de signos vocais (ou língua), que coloca em jogo uma técnica corporal complexa e supõe a existência de uma função simbólica e de centro nervosos geneticamente especializados. (DUBOIS et al., 2007, p. 387-388, grifo nosso)

uma *função* característica da espécie humana que reside na sua *faculdade inata* de comunicação. A linguagem determina as condições de existência da língua. (NEVEU, 2008, p. 191, grifos nossos)

A problemática terminológica aqui exposta é também de cunho conceitual, contextualizada de acordo com a escola fundadora de cada um dos autores listados acima. Como diz Borba (1976, p. XXI), “[p]ara penetrar uma ciência não basta compreender-lhe os fenômenos, mas é preciso saber como são eles denominados”.

O desafio de pensar a linguagem é, assim, tópico de inúmeros debates. De acordo com o pensamento heideggeriano, precisaríamos escapar da cientificidade para “descobrir a

⁷ Para mais considerações sobre o tema, ver Alston (1972).

experiência da linguagem”, uma vez que “[f]alamos da linguagem dando sempre a impressão de estarmos falando *sobre* a linguagem quando, na verdade, *é a partir* da linguagem que falamos” (HEIDEGGER, [1959] 2015b, p. 122, grifos nossos):

Quando a atenção se volta exclusivamente para a fala humana, quando se toma a fala humana como mera emissão sonora da interioridade humana, quando se considera essa representação da fala como a própria linguagem, a essência da linguagem só consegue manifestar-se como expressão e atividade do homem. Como fala dos mortais, a fala humana nunca repousa, porém, em si mesma. O falar dos mortais repousa na relação com o falar da linguagem. (HEIDEGGER, [1959] 2015b, p. 24)

Em um seminário de duas aulas proferido no verão de 1939, Heidegger tinha como projeto central refletir a respeito da essência da linguagem a partir do premiado texto de Johann Gottfried von Herder (1744-1803) *Abhandlung über den Ursprung der Sprache*, publicado em 1770 ([1770] 1987). Herder pretendia determinar o que há de comum no homem e no animal em relação à linguagem e destacar o que é especificamente humano. Para ele, linguagem é verbalização, dar notícia, enunciado de um pensamento, da palavra interna. Já Heidegger definia a palavra como vigência do Ser, ou seja, como “*palavra-fundamental* seja em que forma *linguística* for” ([1939] 2015a, p. 32-38, grifos do autor), descrevendo a linguagem como: (a) objeto simplesmente dado, (b) instrumento, (c) âmbito operacional, (d) manifestação, (e) falar/processo, (f) história/tradição, (g) designação, (h) verbalização, (i) expressão, (j) discurso, (k) capacidade de fala, (l) exteriorização, (m) modo de falar (por exemplo, linguagem de povos e tribos, linguagem do jornal). Apesar das categorizações acima, o filósofo não explica, ao leitor de sua obra, o que significaria cada uma delas. Tal multiplicidade de sentidos – ainda que não definidos – nos mostra, porém, mais um pensador preocupado com a complexidade do termo.

Já a questão apontada por Heidegger sobre a necessidade de uma não cientificidade para descobrirmos tal “experiência da linguagem” não é, a nosso ver, adequada nos nossos dias, visto os avanços de disciplinas como a neurolinguística, a psicologia e a aquisição da linguagem. Nossos sentidos podem não perceber a linguagem propriamente dita – nem a olho nu nem, nas palavras de Negrão (2015, p. 76), “mais apropriadamente, a ouvido nu” –, mas certamente percebem suas manifestações linguísticas, de modo que

as teorias linguísticas (cada uma delas composta por hipóteses explicativas dessa propriedade que nos define como humanos, a linguagem) recortam essas manifestações, abstraindo-lhes características que passam a definir certos objetos construídos, passíveis de serem investigados.

Essa possibilidade de construção de objetos teóricos nos leva à teoria base de nossa pesquisa, fundada por Antoine Culioli – a Teoria das Operações Enunciativas (1990, 1999a, 1999b, 2002). Segundo essa abordagem, somente a partir da análise dos textos⁸ é possível observar a rede de fenômenos e funcionamentos que articulam as operações languageiras. Entende-se aqui por “operações languageiras” tudo aquilo que se refere ao âmbito da linguagem⁹. Para tanto, o estudioso propõe a construção de um sistema de representação dividido em três níveis não sequenciais: (I) da linguagem, (II) das línguas e (III) da metalinguagem. É dessa forma que as operações de linguagem, de natureza cognitiva e protagonistas no processo de construção de significados, permitem a pesquisa sobre a relação entre a invariância da linguagem e a variância das línguas e dos textos no processo de tradução, conforme explicado em Celli (2012) e aprofundado no último capítulo desta tese.

Retomando Heidegger, em seu ensaio “De uma conversa sobre a linguagem entre um japonês e um pensador” ([1959] 2015b, p. 91), o estudioso questiona a tradução do termo *linguagem* para o japonês. No trecho abaixo, P representa a fala do pensador e J a do japonês, ambos presentes no diálogo escrito por Heidegger ([1959] 2015b):

P – O que entende o mundo japonês por linguagem? Ou com mais cuidado ainda: os senhores têm em sua língua uma palavra para linguagem? Caso não a tenham, como é que os senhores experimentam o que, entre nós, se chama de linguagem?

J – (...) Há uma palavra japonesa que diz mais a *essência* da linguagem. Não é uma palavra que se pudesse usar para dizer língua e fala.

P – Sim, a *essência* da linguagem não pode ser nada linguístico.

⁸ Com base na Teoria das Operações Enunciativas, entendemos *texto* como “[q]ualquer produção textual oral ou escrita, desde que constitua um material enunciado, seja ela provinda da arte, das patologias ou do dia a dia (...). É importante salientar que o texto, como um agenciamento de marcadores de operações, não constitui o único meio de rastreamento das operações cognitivas de linguagem. Assim como a linguagem não pode ser também objeto de estudo exclusivo da linguística, já que pode ser também objeto de outras disciplinas, os textos são apenas parte dos rastros de sua atividade” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 37).

⁹ A palavra *operação* aparecerá muito em nosso trabalho, principalmente no capítulo 3. Tendo como embasamento a teoria culioliana, vale adiantar que as *operações*, para nós, “são responsáveis pela constituição dos enunciados na medida em que constroem a significação pela atribuição de valores referenciais. O termo operação não é dado, mas construído. Isso significa que as formas organizadas que o materializam remetem a operações de constituição do valor referencial” (FLORES, 2009, p. 180).

Adiante, após ouvir do japonês que a palavra japonesa para linguagem é *koto ba*, o pensador conclui:

P – (...) uma palavra admirável e por isso mesmo impossível de ser pensada até o fim. Evoca algo muito diferente do que nos dizem os termos metafísicos de linguagem, *Sprache*, γλῶσσα, *língua*, *langage*, *langue*. De há muito que a palavra *língua* pena para pensar a linguagem. (HEIDEGGER, [1959] 2015b, p. 110-113):

O questionamento do pensador sobre a maneira pela qual o mundo japonês entende linguagem, se há de fato um correspondente para essa palavra na língua japonesa e a particularidade de ela significar algo além dos conceitos de língua e fala, permite nossa reflexão sobre a variabilidade conceitual do termo *linguagem* e suas diversas acepções. Sim, como vimos nas reflexões acima, “há muito que a palavra *língua* pena para pensar a linguagem”.

Dada a problemática levantada, discorreremos, no primeiro capítulo, sobre os vários trajetos que delineiam o fenômeno da linguagem, do mítico à filosofia, do discurso filosófico às ideias do pensamento linguístico. Traçaremos inicialmente um breve histórico sobre o desenvolvimento do conceito no âmbito da filosofia e dos estudos gramaticais, uma vez que o processo languageiro – referente ao nível da linguagem – está (in)diretamente vinculado a qualquer tradução, tendo sido objeto de discussão de muitos teóricos dos estudos filosóficos e linguísticos. Mas se até mesmo os estudos filosóficos e linguísticos tomam especial cuidado ao definir o significado da palavra *linguagem*, dado o “sentido amplo” do termo, como será que tal questão se delineia nos estudos da tradução? Será que esses variados pontos de vista sobre *o que é linguagem*, desde a Antiguidade, se refletem na tradução ou será que a tradução também é um espaço no qual eles se desenvolvem, já que eles também se desenvolvem em outras áreas do conhecimento, como a linguística e a sociologia? A tradução não seria também uma propulsora dessas perspectivas?

Para responder a essas perguntas, no segundo capítulo, descreveremos as variadas concepções de linguagem presentes em um conjunto selecionado de obras sobre tradução, a saber: Mounin (1963), Faveri & Torres (2004), Guerini & Arrigoni (2005), Furlan (2006a) e Heidermann (2010). A escolha pelos títulos acima, listados diacronicamente, se deu, essencialmente, por sua representatividade textual. Fomos em busca, assim, de antologias de referência cujos textos abarcassem diferentes épocas e perspectivas sobre tradução. Com a

exceção de Mounin (1963), tais autores foram selecionados por terem organizado coletâneas bilíngues de textos teóricos clássicos sobre tradução para o português¹⁰. A fim de contribuir para uma perspectiva da linguagem como alicerce do ato de traduzir (CULIOLI, 1990), pretendemos chamar a atenção para a explicitação e conscientização da atividade de linguagem mobilizada que sustenta cada tradução para, no terceiro capítulo, chegarmos ao ponto principal de nosso trabalho – a defesa por uma proposta enunciativa da tradução como operação da linguagem.

Ao defendermos a tradução como propriedade fundamental da linguagem, é difícil não pensar em Jakobson e em seus *Aspectos linguísticos da tradução* ([1959] 2010a). Inserido numa coletânea de textos que revelam as reflexões do autor sobre a contribuição da linguística estrutural para a teoria da comunicação, a antropologia, a literatura, a gramática, a arte da tradução e as pesquisas acerca dos distúrbios de fala, Jakobson trata, neste texto em específico da tradução como parte do processo de produção de significado. Opondo-se a Saussure e baseando-se em Peirce, Jakobson afirma que, tanto “[p]ara o linguista como para o usuário comum das palavras, o significado de um signo linguístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído” ([1959] 2010a, p. 80). Por essa afirmação, podemos inferir que, para Jakobson, a principal característica do signo linguístico é o fato de ser traduzível. Concluímos, assim, que, para o linguista, cada símbolo é então substituível por outro símbolo, sendo tal substituição por ele referida também como recodificação ou *code switching*, ou seja, a mudança de código – tradução. Por mais diferentes que sejam os códigos, sempre existirá certa correspondência entre ambos.

Com base nesses conceitos, o linguista divide a interpretação do signo verbal em três maneiras: tradução intralingual ou reformulação, quando os signos são traduzidos a partir de outros signos da mesma língua; tradução interlingual ou tradução propriamente dita, quando se utilizam signos de outra língua; e, por fim, a tradução intersemiótica, quando signos de sistemas não verbais são usados para a interpretação primeira ([1959] 2010a, p. 81). A primeira modalidade de tradução, a tradução intralingual ou reformulação (*rewording*), já apareceria com Friedrich Schleiermacher (1768-1834), mais de um século antes, em seu texto *Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens* (*Sobre os diferentes métodos de tradução*), lido pelo autor na Academia Real de Ciências, em Berlim:

¹⁰ Explicaremos mais detalhadamente sobre a escolha do *corpus* no capítulo 2.

não somos nós frequentemente obrigados a previamente traduzir a fala de um outro que é de nossa mesma classe, mas de sensibilidade e ânimo diferentes? A saber, quando nós sentimos que as mesmas palavras em nossa boca teriam um sentido inteiramente diferente ou, ao menos, um conteúdo aqui mais forte, ali mais fraco, que na dele e que, se quiséssemos expressar do nosso jeito o mesmo que ele disse, nos serviríamos de palavras e locuções completamente diferentes. Na medida em que determinamos mais precisamente este sentimento, trazendo-o ao pensamento, parece que traduzimos. ([1813] 2010, p. 39)

Tratando mais especificamente da tradução interlingual, Jakobson afirma que “a tradução envolve duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes”, o que o leva a concluir que “a equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da linguística” ([1959] 2010a, p. 82). Ao dizer *mensagens equivalentes em códigos diferentes*, Jakobson remete ao processo tradutório como uma recodificação que não altera o significado original da mensagem traduzida. Assim, o conteúdo é mantido sem alterações, havendo apenas a alteração de códigos. Pelo uso da palavra inglesa *switch*, em *code switching*, talvez seja possível afirmar, implicitamente, a noção de tal recodificação como um processo de reciprocidade em que A é equivalente a B tal como B é equivalente a A¹¹. Diretamente relacionado a esse pensamento, Jakobson diz que “as línguas diferem essencialmente naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar” ([1959] 2010a, p. 87, grifos do autor), ou seja, embora não possamos fugir das regras das línguas, daquilo que elas *devem* expressar, elas *podem* expressar muitas coisas, podendo, assim, ser equivalentes na diferença. Tais colocações fazem sentido na perspectiva estruturalista do autor, porém não se sustentam em nossa perspectiva, como veremos adiante.

Por fim, buscaremos responder como a passagem de uma língua a outra se dá e quais os ajustamentos que ela implica, uma vez que entendemos tradução e linguagem como indissociáveis. Com base nos conceitos da Teoria das Operações Enunciativas, mostraremos como a linguagem tem papel fundamental na infinidade das escolhas tradutórias potenciais do sujeito-tradutor. Além disso, veremos que, diferentemente da tradição universalista, deformabilidade e imperfeição são as únicas garantias da linguagem e, conseqüentemente, da tradução. Defenderemos, justamente, que é a linguagem, como atividade cognitiva de representação, referenciação e regulação, que permite o processo de tradução.

Boa leitura!

¹¹ Essa discussão será problematizada e ampliada no capítulo 3.

Capítulo 1

Reflexões sobre a linguagem: desdobramentos teóricos

*Falar da linguagem talvez seja ainda pior do que
escrever sobre o silêncio.*

Martin Heidegger

Conforme o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976) na epígrafe acima, falar de linguagem às vezes parece ser uma tarefa impossível. Sua natureza, com explicações míticas e não científicas até as teorias mais estruturadas, intriga o homem desde os tempos mais remotos. Os documentos mais antigos a respeito da linguagem podem ser encontrados desde as tábuas de argila sumérias e acadianas, os hieróglifos egípcios e as anotações sobre o sânscrito, até a tradição greco-romana e as descobertas sobre o chinês e o árabe (AUROUX, 1998). Pensar sobre as suas manifestações nos leva a refletir sobre os diversos campos do desenvolvimento humano como, por exemplo, a biologia, a sociologia, a antropologia, a psicologia, a filosofia e, finalmente, a linguística.

Neste capítulo, tivemos como desafio selecionar textos filosóficos e linguísticos significativos sobre o fenômeno da linguagem que contribuíram para a construção de nossa perspectiva de linguagem e tradução descrita nos dois capítulos seguintes. Seguem, portanto, breves considerações descritivas sobre o conceito, no contexto do pensamento ocidental¹². Ressaltamos que não temos a pretensão de esgotar as discussões sobre os autores mencionados; pelo contrário, a referência aos pensadores a seguir – do discurso filosófico às ideias do pensamento linguístico – é apenas parte introdutória de nosso caminho em busca de uma perspectiva da linguagem como atividade central da tradução.

¹² “Embora as culturas mesopotâmica, chinesa e árabe tenham se preocupado com a gramática, suas análises estiveram tão entranhadas nas particularidades de seus próprios idiomas, e se mantiveram tão desconhecidas do mundo europeu até pouco tempo atrás, que na prática não tiveram impacto algum sobre a tradição linguística ocidental. A tradição linguística e filológica dos chineses remonta mais de 2.000 anos, mas o interesse daqueles eruditos se concentrava amplamente na fonética, na ortografia e na lexicografia; sua consideração dos problemas gramaticais estava estreitamente vinculada ao estudo da lógica” (WEEDWOOD, 2002, p. 13).

1.1 Do mítico ao racional

O homem fala, misteriosamente fala, produzindo enunciados estruturados por sons, léxico e gramática¹³. Mas por que *misteriosamente*? A linguagem, tomada como atributo da divindade concedida ao homem, é primeiramente encontrada nas explicações míticas sobre o início dos tempos. Na tentativa de esclarecer a origem do mundo, sociedades antigas formularam explicações que tangem o poder mágico da criação. A mesma importância à linguagem é dada no *Gênesis* e na tradição oral africana, por exemplo. No *Gênesis* o Criador se vale da linguagem para dar sentido ao mundo e na tradição africana vemos que é apenas a partir da criação do homem que a linguagem surge, já que antes dele só havia criaturas mudas:

No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra, porém, estava informe e vazia, e as trevas cobriam a face do abismo, e o Espírito de Deus movia-se sobre as águas. E Deus disse: Exista a luz. E a luz existiu. E viu Deus que a luz era boa; e separou a luz das trevas. E chamou à luz dia, e às trevas noite. E fez-se tarde e manhã, (e foi) o primeiro dia. (*Gênesis, I, 1-5*)

Uma das grandes escolas de iniciação da savana sudanesa, o Komo, diz que a Palavra (kuma) era um atributo reservado a Deus, que por ela criava as coisas: “o que Maa Ngala (Deus) diz é”. No começo, só havia um vazio vivo, vivendo da vida do Ser. Um que se chama a si mesmo Maa Ngala. Então ele criou Fan, o ovo primordial, que nos seus nove compartimentos alojava nove estados fundamentais de existência. Quando esse ovo abriu, as criaturas que daí saíram eram mudas. Então para se dar um interlocutor, Maa Ngala tirou uma parcela de cada uma das criaturas, misturou-as e por um sopro de fogo que emanava dele mesmo, constituiu um ser à parte: o homem, ao qual deu uma parte de seu próprio nome, Maa (homem). (HAMPÂTÉ BÂ apud PETTER, 2004, p. 11)

Em ambas as passagens o dizer e o não dizer ocupam papéis essenciais nas narrativas: enquanto na primeira vemos que é a partir da enunciação que a luz e todo o resto passam a existir, na segunda a interlocução se dá na comunhão do silêncio somada ao atributo da divindade. Esses são apenas dois exemplos de explicações míticas da realidade, há séculos amplamente disseminadas entre diferentes povos e tradições. Tais justificativas antecedem

¹³ O termo *fala* é, segundo Trask (2011, p. 106), utilizado pelos linguistas de três maneiras diferentes, a saber: “Em primeiro lugar, a fala é um meio, isto é, um veículo para a língua; nesse sentido, o termo contrasta com *escrita* e com língua de sinais. Em segundo lugar, a fala é, em termos gerais, o comportamento linguístico das pessoas que falam, incluindo quaisquer padrões que sejam visíveis nesse comportamento. É esse o sentido que o termo assume quando intervém em expressões complexas como comunidade de fala e ato de fala. Em terceiro lugar, são fala os enunciados reais produzidos por pessoas reais em ocasiões reais”.

historicamente o pensamento filosófico. No trecho abaixo, Nietzsche (apud MARTINS, 2004, p. 446) nos faz refletir justamente sobre esse período anterior ao das definições mais racionalistas sobre os acontecimentos do mundo:

Não compreendemos muito bem como os antigos sentiam as coisas mais banais e mais correntes, por exemplo o dia e o despertar. Como acreditavam no sonho, a vigília tinha para eles uma outra luz. Era a mesma coisa em relação a tudo o mais da vida, esclarecida pela contra-radiação da morte e sua significação: nossa morte é uma outra morte. Todos os acontecimentos da existência tinham um brilho diferente, porque um deus resplandecia neles; todas as decisões também, todas as perspectivas abrindo-se para o longínquo futuro: porque tinham oráculos, secretas advertências e acreditavam na adivinhação.

É possível dizer, assim, que o discurso filosófico surge como uma tentativa mais racional para a explicação das coisas. A busca da *verdade* torna-se a base do pensar filosófico do mundo grego. Conforme observaremos a seguir, tal percurso foi sentido nas reflexões gregas sobre a linguagem, dos sofistas aos diálogos de Platão e de Aristóteles à teoria da significação estoica. Vale salientar que, se nosso trabalho pretende chamar a atenção para a explicitação e a conscientização da atividade de linguagem mobilizada que sustenta cada tradução, faz-se necessário entender as consonâncias e as rupturas que marcaram o desenvolvimento do conceito *linguagem*.

Como vimos, as respostas aos grandes questionamentos sobre a linguagem eram antes baseadas em explicações míticas e religiosas, passadas de geração para geração. As manifestações dos pensadores gregos revelam seu interesse pela linguagem por meio da palavra; para eles, “a língua era apenas a pista para se desvendar a atividade de linguagem” (NEVES, 2002, p. 26). Segundo a autora,

[b]em cedo se verifica, na história do pensamento grego, uma grande atenção dada à consideração dos fatos de linguagem. Muito antes de a gramática ser pensada como uma disciplina intelectual e mesmo bem antes de ela emergir dentre a massa do pensamento filosófico, encontramos uma riqueza muito grande na experiência grega da linguagem. Há um condicionamento linguístico bastante significativo contrastando com a pequena quantidade de noções teóricas e constituindo o fundo para a organização dessas noções. E a riqueza desse condicionamento torna transparentes muitos problemas de linguagem, mesmo sem a existência de um grande esforço teórico. *Lógos*, designando o que hoje chamamos *linguagem*, já aparece nos poemas

homéricos; entretanto, é na filosofia que o uso desse termo vai ser importante. (2005, p. 19, grifos da autora)

A reflexão grega sobre a linguagem pode ser observada inicialmente numa vivência intuitiva de poetas como Homero, Hesíodo e Píndaro. Apesar de não haver uma discussão teórica a respeito do tema, a linguagem deixa de ser vista como um poder mágico, sendo o falar comumente associado ao agir. A linguagem poética passa a ser concomitante a outro tipo de linguagem – a linguagem retórica. É a partir daí que surge o discurso filosófico, “que busca articular o todo das coisas” e a “relação entre as coisas e seu princípio, entre as coisas e o que as governa, entre as coisas e sua natureza” (NEVES, 2002, p. 25). Heráclito (540-470 a. C), Parmênides (530-460 a. C), Pitágoras (580/78-497/9 a.C.) e Demócrito (460-370 a. C) são alguns nomes que passam a considerar a linguagem como obra da natureza, refletindo sobre a relação dos nomes com a realidade.

A partir de 450 a.C. Atenas se transformou no centro cultural do mundo grego, atraindo muitos mestres e filósofos vindos de outras regiões da Grécia, os sofistas. Eles eram professores itinerantes que defendiam o diálogo conciso, a busca pela verdade e a natureza das coisas, a habilidade de falar em público, as técnicas do discurso e do ensino. Poucos fragmentos sobreviveram ao tempo e a maior parte de seu pensamento veio por intermédio de Platão, um crítico adversário. Segundo Górgias, um sofista bastante conhecido, a linguagem não diz o real, ela revela apenas a própria linguagem: “o discurso não manifesta o objeto exterior; pelo contrário, é o objeto exterior que se manifesta no discurso” (Fragmento B, III apud MARTINS, 2004, p. 451). Há, assim, uma grande distância entre linguagem e realidade.

Nota-se que, “embora tenham dado, por sua própria atividade, um valor extraordinário à palavra, os sofistas não lhe deram o valor de signo, não vendo na linguagem sua função de representação” (NEVES, 2005, p. 39). Mas se a linguagem não pode, na maior parte do tempo, dizer nada de claro sobre as coisas, ela serve para persuadir o outro, tendo o poder de transformar opiniões e comportamentos, além da própria realidade. Uma contribuição importante é a valorização do outro, já que, para os sofistas, não há discurso que não seja endereçado a alguém, sendo preciso falar em função do outro.

Para Platão (c. 429-347 a.C.), por outro lado, a linguagem é considerada uma aproximação da verdade, ou seja, uma articulação das essências. Dentro de uma perspectiva lógica, afirma que a *proposição* é constituída por dois constituintes fundamentais: o *nome* e o

*verbo*¹⁴. Em um de seus diálogos, o *Crátilo* (387 a.C.), vemos diversos questionamentos ligados à linguagem, cujo funcionamento pressupõe a verdade, sendo sua maior função descrever ou representar a realidade essencial das coisas. É nessa obra que Platão inaugura um debate linguístico de considerável importância – se existe uma relação natural entre a significação de uma palavra e sua forma ou se tal relação se dá a partir de uma simples convenção arbitrária. Dos três interlocutores retratados, Crátilo sustenta que “a língua espelha exatamente o mundo; Hermógenes defende a posição contrária, a de que a língua é arbitrária; e Sócrates representa a instância intermediária, ressaltando tanto os pontos fortes quanto as fraquezas dos argumentos dos outros dois e levando-os, por fim, a uma solução conciliatória” (WEEDWOOD, 2002, p. 25).

Da busca por explicações não cósmicas sobre o fenômeno da linguagem à tentativa de entendê-la a partir de sua relação com o mundo, é com Platão que a linguagem é vista verdadeiramente como objeto de estudo. Este é um avanço importante que instaura a reflexão sobre a relação entre coisa, pensamento e linguagem. Mesmo assim, a linguagem ainda é entendida de modo muito diferente da forma como a compreendemos hoje. No entanto, como veremos a seguir, trata-se de um momento importante para os desdobramentos teóricos subsequentes.

Aristóteles (c. 384-322 a.C.), por exemplo, adiciona à divisão platônica entre *nome* e *verbo* a categoria da *conjunção*, a qual contribui para a edificação da proposição. Para ele, enquanto o *nome* designa um objeto, o *verbo* possui uma ideia de tempo. Em *De Interpretatione*, define a fala como um sistema simbólico:

A fala é um conjunto de elementos que simboliza os estados da alma e a escrita um conjunto de elementos que simboliza a fala. E, assim como os homens não têm todos o mesmo sistema de escrita, eles não falam todos da mesma maneira. No entanto, a fala significa os estados da alma, idênticos para todos os homens, e os estados da alma representam as coisas, não menos idênticas para todos.¹⁵

¹⁴ Vale notar que os *nomes*, segundo Platão, “eram termos que funcionavam nas frases como sujeitos de um predicado, e os *verbos* eram termos que expressavam a ação ou afirmavam a qualidade. Pode-se dizer que o *sujeito* de um predicado designa aquilo de que se fala, e o *predicado* é a parte da frase que diz algo daquilo que se chama sujeito” (LYONS, 1979, p. 11).

¹⁵ “Les sons émis par la voix sont les symboles des états de l’âme, et les mots écrits les symboles des mots émis par la voix. Et de même que l’écriture n’est pas la même chez tous les hommes, les mots parlés ne sont pas non plus les mêmes, bien que les états de l’âme dont ces expressions sont les signes immédiats soient identiques chez tous, comme sont identiques aussi les choses dont ces états sont les images” (16a 3-10 apud LUDWIG, 1997, p. 10).

Vemos na passagem acima que Aristóteles estabelece uma relação entre três elementos: (i) os sons e as palavras, (ii) os estados da alma (os pensamentos) e (iii) as coisas do mundo. Apesar de constatar que os homens “não falam todos da mesma maneira”, afirma que as coisas do mundo seriam percebidas da mesma maneira por todos – perspectiva que tomou outro curso principalmente a partir do final do século XVIII. Podemos notar, na lógica aristotélica, a distinção entre “uma linguagem do pensamento (conceitos universais) e a linguagem falada (os sons vocais particulares)” (MODRAK, 2001, p. 19 apud MARTINS, 2004, p. 466), de modo que “a linguagem simboliza o pensamento, que por sua vez simboliza o real” (MARTINS, 2004, p. 467). As relações entre pensamento, linguagem e mundo formam um sistema tríade cujo polo superior representa o pensamento e os dois polos inferiores, a linguagem, de um lado, e as coisas, de outro. Tal tríade foi, ao longo dos séculos, trabalhada e aprimorada por outros pensadores de referência no campo dos estudos acerca do pensamento e da linguagem:

[e]ssa relação íntima e imediata entre pensamento, palavras e coisas é encontrada de modo recorrente, em particular em Santo Agostinho, ou ainda em Tomás de Aquino, para quem “as falas são os signos do pensamento, e os pensamentos, similitudes das coisas. Do que segue que as falas se referem às coisas designadas por meio dos conceitos”. Para o pensamento da Renascença, uma única língua pode ser dita perfeita, a que foi dada aos homens pelo próprio Deus, e cujas palavras constituem a verdade dos seres e das coisas. Considerando que elas manifestam a própria essência, são a forma perfeitamente semelhante do que nomeiam. (FRANCKEL, 2011a, p. 32)

O alcance do pensamento aristotélico nos escritos de Santo Agostinho e Tomás de Aquino é um exemplo de como as reflexões gregas da linguagem tiveram influência por séculos adiante. Atualmente, mesmo pensando a linguagem e suas manifestações de modo distinto, não podemos deixar de refletir sobre as bases das primeiras sistematizações ocidentais sobre os fatos linguísticos. Outra questão levantada por Aristóteles que será bastante discutida na era moderna é o fato de o homem ser o único animal dotado de linguagem¹⁶. Esta afirmação, no âmbito aristotélico, pode ser entendida de dois modos: “linguagem como característica biologicamente natural do homem” e “linguagem como característica natural humana de animal político”:

¹⁶ Ver seção 1.3.

A partir da fundamentação biológica, o homem é caracterizado como capaz de, por natureza, articular sons e organizá-los numa linguagem. A partir das considerações sobre ciência política, o homem é caracterizado como capaz de, por meio da linguagem, exprimir o conveniente e o inconveniente, o justo e o injusto (...). (NEVES, 2005, p. 67)

Como veremos adiante, essa questão de o homem ser “o único animal dotado de linguagem” é bastante problemática, uma vez que os estudos sobre os animais, como os chimpanzés, mostram que eles também detêm uma linguagem num determinado nível simbólico.

Além das reflexões acima, outra contribuição central de Aristóteles para o surgimento de uma disciplina gramatical foi sua obra *Categorias*¹⁷. Vale ressaltar que,

[n]a filosofia aristotélica (e escolástica), as *categorias* eram as diferentes maneiras, ou modos, pelos quais se podia atribuir propriedades às coisas; partia-se do princípio de que os diferentes modos de predicação representavam diferenças no mundo objetivo, diferentes modos de ‘ser’. Como fundamento da classificação dos moldes de predicação e de ‘ser’ estava o ponto de vista segundo o qual o mundo físico consiste de coisas (‘substâncias’) que têm certas propriedades (‘acidentes’), que iniciam ou sustentam certos processos, que se relacionam umas às outras, ou têm certa extensão ou posição no espaço ou no tempo. (LYONS, 1979, p. 286)

As categorias, para Aristóteles, são divididas em duas classes: a primeira constitui-se da substância e a segunda das outras nove: quantidade, qualidade, relação, lugar, tempo, posição, estado, ação e afeição. A substância subdivide-se em primária e secundária: no caso da substância primária, a coisa é vista como uma unidade; na secundária, a coisa pode significar tanto o individual quanto uma classe com certa qualificação, por exemplo, “homem”. A partir dessas categorias, o filósofo propõe determinar os principais tipos de significações dos predicados. Tal empreitada consiste em definir que todo termo significa alguma coisa que é um ser (uma essência: *homem, cavalo*), ou uma maneira de ser (um acidente), sendo pela combinação de cada termo – expressões compostas “o homem corre” e “o homem vence” – que a proposição verdadeira ou falsa surge. Além disso,

¹⁷ Para este trabalho, utilizamos a versão de *Categorias* traduzida para o inglês por E. M. Edghill (cf. referências bibliográficas).

a lei de contradição aristotélica afirma que uma coisa não pode, ao mesmo tempo, ser A e não ser A; muito menos possuir e não possuir certa propriedade. Consequentemente, não é possível, segundo o filósofo, pertencer e não pertencer a uma categoria A. Pela lei do terceiro excluído, o pensador afirma ainda que uma coisa deve ser X ou Y, possuir ou não possuir uma propriedade e, por fim, pertencer ou não pertencer a A. Assim, de acordo com tal perspectiva, as categorias possuem fronteiras fixas, de modo que nenhum membro de A pode pertencer simultaneamente a A e a B, ou ser de uma categoria A e possuir traços de B. (CELLI, 2012, p. 24-25)

Como bem coloca Neves (2005, p. 75), “[o] ponto fundamental da teoria aristotélica das categorias é o pensamento da estrutura da língua como correspondência da estrutura do mundo”. Suas reflexões serão colocadas em pauta durante séculos – não apenas pela filosofia escolástica. O linguista Émile Benveniste ([1966] 1988), inserido no contexto do século XX e na defesa por uma diferenciação entre categorias de pensamento e de língua, retomará o pensador grego, por exemplo, argumentando que suas *Categorias* são categorias de língua e não de pensamento. Culioli (1990), com sua Teoria das Operações Enunciativas, base teórica desta pesquisa, argumenta justamente o contrário da lei do terceiro excluído acima mencionada: para ele, não há fronteiras fixas entre as categorias; defende, por outro lado, o conceito de *fronteira*, que retira tal fixidez e dinamiza a categoria, tornando a representação deformável¹⁸.

Conforme descrevemos anteriormente, os sofistas, Platão e Aristóteles não apenas escreveram sobre linguagem, como colaboraram para o desenvolvimento do pensamento crítico ocidental sobre o assunto – fosse ele congruente ou não. No entanto, os primeiros a tratarem-na como um campo da filosofia foram os estoicos (séculos III-II a.C.), que viam a linguagem como chave para entender o funcionamento da mente humana. Com base em uma concepção naturalista¹⁹ da linguagem, desempenharam um importante papel na identificação de categorias gramaticais antes não descobertas, tendo como preocupação principal o significado, subdividido em três elementos importantes: *o que significa*, *o que é* e *o que é significado* (NEVES, 2005, p. 89). Acrescentam, assim, a ideia de *conceito* entre as impressões do mundo e a sua representação na fala.

Mais tarde, com a conquista da Ásia Menor e do Egito e do estabelecimento da era helênica, escolas surgiram para o ensino da língua e da literatura gregas. Pérgamo e

¹⁸ Ver capítulo 3.

¹⁹ “A razão disso está na sua crença de que a conduta correta consistia em viver em harmonia com a ‘natureza’ e de que o conhecimento consistia em confrontarmos nossas ideias com as coisas reais da ‘natureza’, da qual essas ideias são, ou deveriam ser a imagem” (LYONS, 1979, p. 12).

Alexandria eram dois centros de referência para o desenvolvimento desse trabalho. Tais instituições passaram então a criar glossários de palavras difíceis de interpretar, cunhando o início da lexicografia, por exemplo, e descrições da gramática grega, dentre as quais a mais famosa é hoje atribuída a Dionísio Trácio, por volta de 100 a.C.. Os alexandrinos eram verdadeiros empiricistas, já que tiravam suas observações e conclusões de textos clássicos. Eles desvendaram oito classes de palavras (substantivo, verbo, particípio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção), as quais serviram de modelo para a gramática de Apolônio Díscolo em 200 a.C.. Os trabalhos de Dionísio e Apolônio serviram de base para os estudos posteriores não só sobre a língua grega, mas para a tradição ocidental por séculos.

Segundo Sextus Empiricus, Dionísio de Trácia a definia [a gramática] como ‘o conhecimento empírico levado o mais longe possível e que se lê nos poetas e nos prosadores’ (Contre les grammairiens, § 57). Mas a força da gramática encontrada nos escritos que nos restam de Apolônio reside no fato de que ela adapta definitivamente a teoria das partes do discurso à linguagem natural, insistindo em sua definição sobre os traços morfológicos. Tínhamos aí uma estrutura conceptual permitindo a generalização e a formulação de regras. Essa constituição racional explica como as partes do discurso permaneceram durante séculos como núcleo duro da tradição linguística ocidental. (AUROUX, 2009, p. 29-30).

A tradição grega mencionada acima teve influência central nos estudos linguísticos do mundo romano. Um nome, porém, destacou-se pela sua originalidade – Marcus Terentius Varro (116-27 d.C.). Embora não tenha escrito uma gramática latina, produziu diversas considerações acerca de seu uso e estrutura gramatical, a partir da comparação com a língua grega, como em *De língua latina*. De acordo com Weedwood (2002, p. 38), “a importância de Varrão [como ficou conhecido, em português] reside na clareza com que formulou e seguiu até o fim algumas das implicações da dicotomia significado-forma, um legado em que se baseariam gerações posteriores de gramáticos latinos”. Posteriormente, Donatus (c. 350 d.C.) escreve *Ars Minor* e *Ars Maior*, breves manuais sobre a ortografia, fonologia e morfologia latina, enquanto Prisciano (c. 500), em suas *Institutiones grammaticae*, apresenta uma detalhada e extensa descrição da língua latina, comparando-a com o grego e seus gramáticos mais representativos. Tais autores fizeram, dentro dos estudos da linguagem, a ponte entre a Antiguidade clássica e a Idade Média na Europa, tornando-se referência para o ensino do latim em uma época em que era considerada a língua universal da educação e a língua oficial da Igreja.

Antes de seguirmos com a descrição das principais perspectivas sobre linguagem – da tradição medievalista em diante – relevantes para nosso trabalho, vale observar que esta seção teve o particular interesse em revelar o surgimento de uma disciplina gramatical que sistematiza os fatos linguísticos. Trata-se de um movimento importante que, a partir de uma vivência intuitiva da linguagem, formou as bases de outras sistematizações ocidentais subsequentes no decorrer da história. Ao longo deste capítulo, veremos como as concepções de linguagem da modernidade não resultam de um amadurecimento do pensamento da Antiguidade; pelo contrário, marcam ruptura. Mas o que sobra da tradição gramatical? O modo de falar, ou seja, dar forma a um conteúdo de pensamento.

1.2 Dos modos de significação ao pensamento moderno sobre a linguagem

São Tomás de Aquino (1224-1274), unindo a lógica e a metafísica aristotélica à fé cristã, é um dos nomes pertencentes ao que chamamos hoje de gramáticos especulativos, que deram origem a uma reinterpretação filosófica da gramática. A gramática especulativa defende uma teoria de linguagem baseada em três níveis diferentes: *modi essendi* (referente à realidade externa e suas reais propriedades), *modi intelligendi* (as capacidades da mente para apreender e entender tal realidade) e *modi significandi* (a maneira pela qual o homem é capaz de expressar seu entendimento do mundo). Por isso, tais estudiosos passaram a ser chamados de *modistas* e seus achados tiveram uma série de influências para a história dos estudos linguísticos.

Diferentemente do que vimos na seção anterior com Aristóteles, para os modistas, graças às suas propriedades particulares, uma mesma palavra pode, a partir de duas construções diferentes, ocupar duas funções distintas. Notavam também que algumas palavras não podem ser substituídas entre si em qualquer circunstância²⁰. O maior legado da gramática especulativa, no entanto, foi a teoria da gramática universal ou os universais linguísticos. Segundo os modistas, a gramática é a mesma para todas as línguas, diferenciando-se não pela sua *substância*, mas pelos seus *acidentes*²¹ – lembrando que as *substâncias* referiam-se ao mundo físico, das coisas, e os *acidentes*, às suas propriedades.

²⁰ Para maior aprofundamento sobre os modistas, cf. Rosier (1981).

²¹ “The world was one, the capacities and operations of the human mind, genetically inherited or, as they would say, created by God, were the same everywhere; surface differences, inconvenient though they might be, were no

A Antiguidade ignorou por séculos a variedade das línguas, uma vez que se restringiu ao estudo do grego e do latim, os quais eram muito similares estruturalmente falando. A Europa Medieval, por outro lado, teve contato com as línguas não só vernáculas, como inglês, francês, italiano, espanhol e alemão, mas também com línguas pouco desvendadas no Ocidente, como o hebraico e o árabe. As grandes navegações e a chegada ao Novo Mundo, com a descoberta de novos povos, culturas e línguas, impulsionaram comparações com a tradição clássica. A concorrência do latim com outras línguas – não só europeias –, as traduções da Bíblia para outros idiomas e o advento da imprensa possibilitaram a produção de glossários, dicionários e manuais de gramática²² que geraram uma ampliação do horizonte linguístico. Segundo Auroux (2009, p. 31),

o aparecimento da imprensa – no contexto da diversidade de línguas das nações europeias, e do desenvolvimento do capitalismo mercantil (os caracteres móveis da imprensa aparecem na China no século XI) – é um motor decisivo para a gramatização e a standardização dos vernáculos europeus.

Veremos, no capítulo seguinte, que o nascimento das línguas nacionais, o resgate dos valores humanistas contra a Igreja e a instauração da Reforma incentivaram não apenas as ciências naturais e empíricas, decorrentes de observações e experimentação – negando o conhecimento autoritário e divino instaurado pela concepção católica –, como também o amadurecimento de uma nova concepção sobre o traduzir. Essas foram as bases para uma mudança de perspectiva da aquisição do conhecimento, principalmente a partir do século XVII.

Nessa época, começou-se a se pensar em uma teoria geral da linguagem. Arnauld e Lancelot ([1660]1993), por exemplo, diferentemente da tradição medievalista, trataram de uma gramática geral e racional (*Grammaire générale et raisonnée*) que visava, num primeiro momento, a trabalhar com gramáticas de diferentes línguas a fim de buscar não só o que é

more than accidents. (...). Universal grammar has remained a continuous inspiration and a problem ever since” (ROBINS, 1990, p. 472).

²² “Poucas línguas dispunham de gramáticas e de dicionários, até que, a partir do Renascimento, os ocidentais começaram, na base de sua tradição gramatical greco-latina, a escrever gramáticas e dicionários para seus próprios vernáculos (endo-gramatização), assim como para as línguas que suas viagens os faziam descobrir através do mundo (exo-gramatização). É a isso que denominamos *revolução tecnológica da gramatização* (...).” (AUROUX, 2009, p. 66).

comum a todas as línguas²³, mas também o que lhes é particular²⁴. A ideia central proposta por Arnauld e Lancelot é a de que “os signos linguísticos, compostos em frases, possuem o poder de refletir a estrutura do pensamento, ou seja, um código simbólico do pensamento” (LUDWIG, 1997, p. 170).

O funcionamento do *espírito*²⁵ e de sua relação com o mundo era constante objeto de reflexão. Acreditavam que as propriedades universais do espírito se manifestavam por meio de todas as línguas, mais especificamente por três operações fundamentais: conceber, julgar e raciocinar. Nessa perspectiva, os homens não falam apenas para exprimir o que concebem, mas para exprimir os julgamentos que fazem do que é inicialmente concebido. Segundo os autores, as palavras são os sons distintos e articulados pelos quais os homens criaram os signos para significar seus pensamentos. Assim, para eles, os homens precisaram de signos para marcar tudo o que se passava em seu espírito.

Distinguem, no entanto, dois tipos de signo: (I) os que significam os objetos dos pensamentos e (II) os que significam a forma e a maneira de nossos pensamentos. Assim, de acordo com Arnauld e Lancelot, os primeiros seriam os nomes, artigos, pronomes, participípios, preposições e advérbios, enquanto os segundos se refeririam aos verbos e às conjunções e interjeições. Ou seja, enquanto, de um lado, aparecem os instrumentos linguísticos pelos quais o espírito concebe os termos, de outro, estão aqueles que relacionam os termos inicialmente concebidos – i.e., verbo, conjunção e interjeição. O princípio de tal divisão reflete a antiga questão de significação autônoma ou dependente das partes do discurso. Assim, para os pensadores de Port-Royal, o primeiro conjunto é formado por elementos que, vistos isolados ou combinados entre si, significam uma realidade independente do espírito, de modo que o segundo é formado por elementos que significam nada mais do que a operação do espírito ela mesma.

Essa última afirmação nos interessa particularmente, uma vez que diz respeito a uma divisão entre palavras que significam o mundo e palavras que significam as operações mentais

²³ A particularidade da gramática geral de Port-Royal está, segundo Orlandi (2009, p. 120-121), “em fazer referência às línguas que Lancelot domina, porque ele é um dos primeiros grandes profissionais a trabalhar nas gramáticas de diferentes línguas”, no caso, latim, grego, hebreu, espanhol, italiano e francês. “O papel essencial do francês é concebível, pois, como observava Lancelot desde o prefácio do *Jardim das Raízes Gregas*, o vernacular é a primeira ‘entrada’ nas línguas”.

²⁴ Segundo Weedwood (2002, p. 99), a *Grammaire générale et raisonnée* “é a precursora reconhecida de uma longa série de gramáticas ‘gerais’, ‘filosóficas’, ‘universais’ ou ‘especulativas’, cujos autores estavam preocupados em demonstrar a presença marcante dos princípios lógicos na linguagem, dissociados dos efeitos arbitrários do uso de qualquer língua particular”.

²⁵ A teoria do *espírito* refere-se àquilo que os anglófonos chamam de *mind* e os francófonos de *esprit*.

– do espírito – realizadas sobre o mundo. No caso das conjunções, a gramática de Port-Royal cita apenas alguns itens – *et, non, ou, si, donc* – para em seguida afirmar: “essas partículas não significam nada além da operação de nosso espírito que une e desune as coisas, que as nega, que as considera de forma absoluta ou condicional”²⁶. Ora, mesmo sem estudá-las em profundidade, de algum modo os autores prenunciam um aspecto semântico, por nós visto como fundamental, dessas palavras, já que unir, desunir, negar, restringir ou condicionar são operações semânticas. Assim, o fato de afirmarem que *non*, por exemplo, não significava o mundo, não quer dizer que tal palavra é vazia de significado, mas que o significado de *non* se referia às operações do espírito sobre as palavras que significam o mundo em geral.

As relações do espírito com as coisas são um enigma que os estudiosos tentam resolver através das mais diversas teorias, tais como:

a glândula pineal de Descartes (intermediária entre a alma e o corpo), a harmonia preestabelecida de Leibniz, a visão em Deus e o ocasionalismo de Malebranche, o paralelismo dos dois atributos da substância em Spinoza. Os empiristas não fazem nada de melhor do que os racionalistas: Locke verá na relação entre nossas sensações elementares e as qualidades das coisas o resultado da vontade divina; e, sobre esse ponto, Condillac está frequentemente próximo do ocasionalismo. É o mesmo dizer que não temos explicação. (AUROUX, 1998, p. 141)

Sejam eles defensores do racionalismo (como Descartes, Leibniz²⁷ ou Spinoza) ou do empirismo (como Locke e Condillac), o papel da linguagem é, sobretudo, auxiliar o pensamento. Em sintonia ou não com a filosofia antiga e medieval, esses são alguns dos nomes que formam a base do pensamento moderno e ocidental sobre as propriedades da linguagem. A origem da linguagem, a combinação dos elementos que permitem a estruturação do pensamento e a especificidade linguageira do homem em relação aos outros animais foram um dos temas mais debatidos entre os séculos XVII e XIX, período de ampla reflexão sobre o tema que nos interessa.

²⁶ Tradução nossa: “(...) ces particules ne signifient que l'opération même de notre esprit, qui joint ou disjoint les choses, qui les nie, qui les considère absolument, ou avec condition” ([1660] 1993, p.155).

²⁷ Para Leibniz, “a linguagem não é o veículo do pensamento, mas seu fator determinante. O pensamento é a linguagem internalizada; e nós pensamos e sentimos conforme nossa língua particular nos impele e nos permite fazer” (STEINER, 2005, p. 101).

1.3 De Descartes a Humboldt: breves considerações sobre a reflexão moderna sobre linguagem

Diz-se que uma das particularidades que distinguem o homem dos demais seres vivos é a sua capacidade de linguagem. Ser dotado de ou ter a faculdade de linguagem – ou seja, nosso traço biológico de possuir a linguagem – é um dos fatores que o distingue dos primatas, como o gorila e o chimpanzé. O grito do ganso ou a dança das abelhas também são formas de comunicação, mas não como a linguagem no sentido humano – seu comportamento, contrariamente à comunicação humana, é previsível. Com base nos resultados de um estudo sobre o sistema de comunicação usado pelas abelhas do zoólogo alemão Karl von Frisch (1959), o linguista Émile Benveniste (1902-1976) constata, em seu texto clássico sobre *Communication animale et langage humaine* ([1966] 1988, p. 60-67), que, apesar de as abelhas terem a habilidade de se comunicar, elas não produzem diálogo, mas um “código de sinais”. Alguns séculos antes, na quinta parte do *Discours de la méthode* ([1637] 2002), René Descartes (1596-1650) já fazia uma clara distinção entre os homens e os animais, afirmando que os últimos são incapazes de pensar:

Pois é uma coisa fácil de se notar que não há homens tão embrutecidos e tão estúpidos, sem excetuar nem mesmo os dementes, que não sejam capazes de combinar diversas palavras e de com elas compor um discurso no qual possam expressar seus pensamentos; e que, pelo contrário, não há outro animal, por mais perfeito e bem nascido que seja, que faça o mesmo. Isto não acontece por lhe faltarem órgãos, pois as pegas e os papagaios podem proferir palavras como nós; entretanto não podem falar como nós, isto é, atestando que pensam o que dizem; ao passo que os homens surdos e mudos de nascença e privados dos órgãos que servem aos outros para falar, tanto ou mais que os animais, costumam eles mesmos inventar alguns sinais pelos quais se fazem entender por quem, convivendo habitualmente com eles, tem desejo de aprender sua língua. E isto não prova somente que os animais têm menos razão que os homens, mas que não tem absolutamente nenhuma. ([1637] 2002, p. 64-65)

Na passagem acima, Descartes reflete sobre uma das especificidades da linguagem humana: sua relação com o pensar. Em “pois as pegas e os papagaios podem proferir palavras como nós; entretanto não podem falar como nós, isto é, atestando que pensam o que dizem”, toca em uma das questões centrais da filosofia – se as estruturas da linguagem determinam as categorias do pensamento ou vice-versa. Agostinho, Boécio e João Damasceno já discorriam,

anteriormente, sobre o pensamento como um tipo de discurso mental ou fala interior²⁸. Como “estados mentais dotados de conteúdos” ou como “produtos de uma atividade reflexiva da mente” (TROADEC; MARTINOT, 2003, p. 23), os pensamentos parecem ter uma relação clara com a linguagem. Desse modo, “não é espantoso que se possa colocar a questão de saber se podemos pensar sem linguagem, ou que se sustente que sem pensamento não há linguagem” (AUROUX, 1998, p. 221). A questão da origem da linguagem e da natureza de sua relação com o pensamento é objeto de reflexão, portanto, de inúmeros pensadores dos séculos XVII e XVIII. Locke, Condillac, Rousseau e Humboldt são alguns nomes que não poderíamos deixar de citar para que, aos poucos, possamos desenvolver nossa concepção de linguagem.

Para John Locke (1632-1704), o pensamento é tão arbitrário quanto a linguagem natural. Em *An essay concerning human understanding* ([1690] 2011) encontramos uma teoria do pensamento humano em que as ideias são signos que constituem uma *linguagem interna*. A linguagem é vista, assim, como uma tradução do pensamento (LUDWIG, 1997, p. 78-79). Já em seu *Essai sur l'origine des connaissances humaines* ([1746] 1924), Étienne Bonnot de Condillac (1715-1780) não vê o pensamento humano como um sistema de signos à maneira de Locke. Para ele, o homem precisa da linguagem para pensar, ou seja, os signos são necessários para a construção das ideias, abstratas e gerais. Interessa-lhe, assim, a ligação do intelecto do homem com um elemento material qualquer, ou seja, a questão da significação. Como um dos principais representantes do empirismo na França, Condillac teve uma considerável influência sobre a formação da linguística moderna, já que “faz da *linguagem articulada* uma convenção humana, e não mais um dom de Deus ou da natureza” (BARAQUIN; LAFFITTE, 2007, p. 72). O filósofo francês vê a linguagem, assim, como necessária ao pensamento e, conseqüentemente, ao conhecimento, afirmando que o homem não pode raciocinar clara e distintamente sem a linguagem (ADELL, 2016).

Apesar de Condillac já iniciar uma ruptura em relação aos conceitos preconizados por Locke e seus antecessores, será com Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e, principalmente, com os alemães Johann Georg Hamann (1730-1788), Johann Gottfried Herder (1744-1803) e Wilhelm von Humboldt (1767-1835) que teremos uma nova concepção de linguagem vinculada à valorização da interioridade expressiva do sujeito. Vimos anteriormente, com *De*

²⁸ “Trois autorités – et non des moindres – sont régulièrement invoquées aux XIII^e e XIV^e siècles en rapport avec l'idée que la pensée est une sorte de discours mental ou de parole intérieure : Augustin, le maître à penser de toute la théologie médiévale ; Boèce, le traducteur latin de la logique d'Aristote et son interprète attitré aux yeux des scolastiques ; et Jean Damascène, ce moine syrien VIII^e siècle (...)” (PANACCIO, 1999, p. 29).

Interpretatione, que a tradição aristotélica estabelece que as coisas do mundo são simbolizadas pela nossa alma (mente) que, por sua vez, é simbolizada pela linguagem a partir de sons e palavras. Nessa perspectiva, a fala e a escrita podem variar, porém a linguagem do pensamento (imagens da alma/mente) seria a mesma para todos. Será apenas no final do século XVIII, com os pensadores acima mencionados, que essa concepção de linguagem será problematizada.

À título de exemplificação, Rousseau, mais precisamente na obra *Essai sur l'origine des langues* ([1781] 2008), afirma que a linguagem pode ser concebida como o meio mais apropriado para a comunicação dos sentimentos e paixões dos homens, sendo concebível, portanto, que a linguagem seja inicialmente relacionada com as paixões e não com o raciocínio. Hamman, Herder e Humboldt também rompem com a concepção naturalista da linguagem anterior defendendo uma perspectiva subjetiva da linguagem, já que a percepção do mundo e a apreensão da realidade passam a ser “contaminados” pela experiência de um sujeito que pode controlar o exterior com seu intelecto. Como veremos no capítulo 2, Hölderling e Novalis, além de outros ícones do romantismo alemão, se mostrarão adeptos a essa concepção de linguagem em suas reflexões sobre tradução.

Sobre a tradução, adiante veremos que, para Humboldt ([1816], 2010, p. 111), “nenhum escritor escreveria numa outra língua a mesma coisa e do mesmo modo”, já que diferentes línguas têm diferentes visões de mundo. Para ele, linguagem e pensamento constituem uma unidade: “a linguagem começa, por isso, imediata e simultaneamente ao primeiro ato da reflexão”, de modo que “é preciso considerar a linguagem não como um produto morto (*totdes Erzeugtes*), mas, sobretudo, como uma produção (*Erzeugung*)” (HUMBOLDT, 2002, p. 416 e 418 apud SEGATTO, 2009, p. 194). A linguagem é então condição necessária para o pensamento humano, de modo que quando pensamos, categorizamos ou classificamos os conceitos que constituem o pensamento. A linguagem como atividade (*Energeia*), e não como produto (*Ergon*), a revela, assim, como parte constitutiva da possibilidade de representar. Segundo Weedwood (2002, p. 108), ainda

[m]ais original foi a teoria de Humboldt sobre a forma ‘interna’ e ‘externa’ da linguagem. A forma externa da língua [linguagem] seria a matéria bruta (os sons) com base na qual as diferentes línguas são moldadas; a forma interna seria o padrão, ou estrutura, de gramática e significado que é imposto sobre essa matéria bruta e que diferencia uma língua da outra. Essa concepção ‘estrutural’ da língua viria a tornar-se dominante, ao menos por

um tempo, em muitos dos principais centros de estudo linguístico até meados do século XX.

Para Humboldt, então, a linguagem é um modo de atividade do espírito humano – e não apenas um produto – que une a dimensão espiritual à matéria sonora sensível, de modo que a forma interna da linguagem determina o modo de organização particular de cada idioma. Conforme aponta Faraco (2004, p. 44), “a Humboldt fascinava a diversidade das línguas, mas acreditava que atrás dela havia uma forma geral (...)”, de modo que “o trabalho mental elaborador da expressão num indivíduo é o mesmo para toda a humanidade”. A importância da perspectiva humboldtiana sobre a linguagem como algo dinâmico e sua distinção entre forma interna e externa foi fundamental para as reflexões posteriores sobre o tema, desde os escritos de Ferdinand de Saussure, aproximadamente um século mais tarde, até a tradição universalizante do século XX, comumente representada por Noam Chomsky:

Wilhelm von Humboldt, atualmente mais lembrado por suas ideias acerca da variedade de línguas e a associação de diferentes estruturas de linguagem com “visões de mundo” divergentes, afirmou porém com firmeza que, subjacente a qualquer língua humana, descobrimos um sistema universal que simplesmente expressa os atributos intelectuais exclusivos do homem. Por essa razão, foi-lhe possível manter a ideia racionalista de que a linguagem não é realmente aprendida – certamente não é ensinada – mas antes se desenvolve “de dentro”, de maneira essencialmente predeterminada, quando existem as condições ambientais adequadas. (CHOMSKY, 2009, p. 138)²⁹

Como brevemente exposto, a linguagem foi alvo de estudo desde a Antiguidade, mais exatamente, desde a invenção da escrita, mas é com o advento da linguística moderna, no início do século XX, que ela passa a ser investigada sob a perspectiva científica. Afinal, como coloca Aurox (1998, p. 77), “[p]ara que haja ciências da linguagem, é preciso que a linguagem seja colocada em posição de objeto. É preciso que ela esteja lá, diante de nós,

²⁹ Vale diferenciar aqui as visões *empirista* e *racionalista* sobre a origem do conhecimento linguístico. A primeira “postula que todo o conhecimento provém da experiência com o ambiente. As crianças nasceriam sem nenhum conhecimento linguístico e, à medida que são expostas a uma língua, adquirem-na através de estratégias gerais para a aquisição de conhecimento, como analogias, associações e raciocínio indutivo. Do outro lado, temos a visão racionalista, que postula que a criança nasce dotada de conhecimentos específicos sobre linguagem. A exposição a uma língua particular enriqueceria tal conhecimento prévio, guiando a criança no processo, tornando a aquisição assim possível. Ambas as visões são de alguma forma inatistas. Para os empiristas, o que é inato (ou seja, o que faz parte da herança genética) é a capacidade de fazer analogias e associações ou a capacidade de realizar cálculos e inferências estatísticas sobre frequências encontradas na fala dos adultos. Para os racionalistas, o que é inato é especificamente linguístico, como a noção de que toda regra sintática é dependente de estrutura (...)” (GROLLA; SILVA, 2014, p. 36-37).

manifestação de si mesma e não de outra coisa, contrariamente ao que se passa em seu uso cotidiano”. Antes de seguirmos adiante, entretanto, é importante salientar que, mesmo marcando rupturas, não chegaríamos aos estudos linguísticos da atualidade sem as reflexões iniciais sobre a linguagem da Antiguidade clássica, das tradições medievalista e renascentista, muito menos sem as contribuições dos pensadores do final do século XVIII e início do XIX.

1.4 Os estudos linguísticos sobre linguagem

Foi apenas no início do século XX, em 1916, com a publicação do *Curso de Linguística Geral (CLG)*³⁰ de Ferdinand de Saussure (1857-1913), professor da Universidade de Genebra, que a linguística passou a ser reconhecida como ciência, causando efeito em muitas disciplinas. Segundo Fiorin (2015, p. 42), com o desenvolvimento da área, a linguística tem por finalidade

elucidar o funcionamento da linguagem humana, descrevendo e explicando a estrutura e o uso das diferentes línguas faladas no mundo. Esse é seu objeto empírico. No entanto, o objeto empírico é diferente dos objetos observacionais e teóricos³¹. O objeto observacional é a “região” do objeto empírico que será objeto de estudo. Sendo ele delimitado, estabelecem-se entidades básicas, a partir das quais serão atribuídas propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo de análise, e serão determinadas relações entre eles. O objeto observacional converte-se então em objeto teórico.

Com os avanços dessa nova ciência, outros campos de pesquisa começaram a estabelecer relações, avançando em direção a uma interdisciplinaridade crescente com outras ciências humanas, como a filosofia, a sociologia etc. Antes do *Curso*, no entanto, alguns estudiosos da linguagem, como William D. Whitney (1827-1894), Gaston Paris (1839-1903), Jules Gilliéron (1854-1926), Arsène Darmesteter (1846-1888), Michel Bréal (1832-1915), Victor Henry (1850-1907) e A. Meillet (1866-1936) foram fundamentais para que Saussure chegasse a suas reflexões.

³⁰ Elaborado a partir da compilação, recolhida por Albert Sechehaye (1870-1946) e Charles Bally (1865-1947), das anotações dos alunos que frequentaram três anos de curso com Saussure: “Bally e Sechehaye informam que utilizaram em seu empreendimento os cadernos de Louis Caille, Léopold Gautier, Paul Regard e Albert Riedlinger, para reconstituir o conteúdo dos dois primeiros cursos, e os cadernos de Mme Seshehay, Georges Dégallier e Francis Joseph, para o terceiro curso, além de algumas notas de Louis Brüttsch” (FIORIN; FLORES; BARBISAN, 2017, p. 11).

³¹ Como temos mencionado desde a Introdução desta tese, a polarização teoria vs. prática é muito recorrente na literatura científica. Ao longo de nosso trabalho, buscamos refletir sobre o tema, principalmente no capítulo 3.

Saussure é o responsável pelo texto fundador da linguística moderna, que tem início justamente com a publicação do *CLG*, publicado em 1916, por Bally e Séchehaye. A abordagem da língua como sistema teve grandes contribuições para as pesquisas sobre os fatos da linguagem³². Marcando uma ruptura com a linguística comparativa de sua época, como os trabalhos de Max Müller, G. Curtius e August Schleicher, é o principal representante da linguística estrutural europeia, mesmo que o termo *estruturalismo* só apareça mais tarde, em meados de 1928.

Em uma crítica às abordagens anteriores, Saussure segue a direção contrária aos que consideravam “a língua como uma esfera à parte, um quarto reino da Natureza”, afirmando que, “ainda hoje [tempo de Saussure], os problemas fundamentais da Linguística Geral aguardam uma solução” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 10, p. 12). O objeto da linguística resulta, assim, da construção de um ponto de vista: “[b]em longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 15). Dialogando e ao mesmo tempo contrapondo-se aos trabalhos de Whitney e Broca, diz que o objeto teórico da linguística é a língua e não a linguagem. Torna-se necessário, então, compreendermos o que ele chama de língua (*langue*) e linguagem (*langage*):

Para nós, ela [a língua] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. Tomada em seu todo, a linguagem é multiforme e heteróclita (...).

A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. (...)

A esse princípio de classificação poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele. (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 17)

³² “Saussure montre que l’homme n’est pas maître de sa langue. En questionnant les évidences grammaticales et la façon dont elles fonctionnent pour le sujet parlant, Saussure a contribué à arracher la réflexion sur le langage aux évidences empiriques ; en étudiant la langue comme un objet abstrait, un système dont les ressorts sont extérieurs à la fois à l’individu et à la réalité physique, la théorie saussurienne a produit un effet de déconstruction du sujet psychologique libre et conscient qui régnait dans la réflexion de la philosophie et des sciences humaines naissantes, à la fin du XIXe siècle” (GADET, 1996, p. 7).

De acordo com Saussure, a linguagem pode ser entendida, assim, como a “capacidade que os homens têm de comunicar-se com seus semelhantes por meio de signos”, enquanto a língua “não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela”. Enquanto a linguagem é natural – “faculdade humana” –, a língua é resultado de uma aprendizagem. Ao comparar a linguagem a um jogo de xadrez, Saussure mostra que a origem da linguagem não é o mais importante, o que importa realmente são as peças e as regras do jogo:

Nesse jogo, é relativamente fácil distinguir o externo do interno; o fato de ele ter passado da Pérsia para a Europa é de ordem externa; interno, ao contrário, é tudo que concerne ao sistema e às regras. Se eu substituir as peças de madeira por peças de marfim, a troca será indiferente para o sistema; mas se eu reduzir ou aumentar o número de peças, essa mudança atingirá profundamente a “gramática” do jogo. (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 32)

Para ele, a linguística faz parte da semiologia – “uma ciência que estud[a] a vida dos signos no seio da vida social” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 24) –, desenvolvida no final dos anos de 1960, concomitantemente ao estruturalismo linguístico, sob a influência de Barthes e Greimas. Similarmente ao que Humboldt se referia como descrição das formas interna e externa, Saussure faz a dicotomia entre língua (*langue*) e fala (*parole*); *forma* e *substância*. *Langue* pode ser entendida como

“sistema linguístico”, e designa a totalidade das regularidades e padrões de formação que subjazem aos enunciados de uma língua. O termo *parole*, que pode ser traduzido por “comportamento linguístico”, designa os enunciados reais. Segundo Saussure, assim como duas interpretações de uma peça musical feitas por orquestras diferentes em ocasiões diferentes vão diferir numa série de detalhes e, todavia, serão identificáveis como interpretações da mesma peça, assim também dois enunciados podem diferir de várias maneiras e, contudo, ser reconhecidos como ilustrações, em certo sentido, do mesmo enunciado. O que as duas interpretações musicais e os dois enunciados têm em comum é uma identidade de forma e, esta forma, ou estrutura, ou padrão, é um princípio independente da substância, ou “matéria bruta”, sobre a qual é imposta. “Estruturalismo”, no sentido europeu, então, é um termo que se refere à visão de que existe uma estrutura relacional abstrata que é subjacente e deve ser distinguida dos enunciados reais – um sistema que subjaz ao comportamento real – e de que ela é o objeto primordial de estudo do linguista. (WEEDWOOD, 2002, p. 127-128)

Na primeira parte do *Curso* Saussure nos apresenta sua teoria do signo. Em resumo, a língua não é nem reflexo da realidade nem do pensamento. Para ele, as palavras não são etiquetas que representam tal realidade nem a língua traduz o pensamento anterior a ela:

Para certas pessoas, a língua, reduzida a seu princípio essencial, é uma nomenclatura, vale dizer, uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas. (...) Tal concepção é criticável em numerosos aspectos. Supõe ideias completamente feitas, preexistentes às palavras (...); ela não nos diz se a palavra é de natureza vocal ou psíquica (...); por fim, ela faz supor que o vínculo que une um nome a uma coisa constitui uma operação muito simples, que está bem longe da verdade. (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 79)

De acordo com Paveau e Sarfati (2008), o argumento principal de Saussure é o da tradução: o fato de que as mesmas realidades possuem nomes diferentes nas diversas línguas é uma prova da não coincidência entre a língua e o mundo. Saussure se opõe, assim, a uma longa tradição representada pela *Logique* de Port-Royal de Arnauld e Lancelot para os quais existe uma estrutura geral da ideia que organiza o enunciado. Para Saussure, a ideia é uma *massa amorfa*:

Psicologicamente, abstração feita de sua expressão por meio das palavras, nosso pensamento não passa de uma massa amorfa e indistinta. Filósofos e linguistas sempre concordaram em reconhecer que, sem o recurso dos signos, seríamos incapazes de distinguir duas ideias de modo claro e constante. Tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem ideias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua. (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 130)

Conforme resume Fiorin (2015, p. 59), para Saussure, a “atividade linguística é uma atividade simbólica. Uma língua articula conceitos e não etiquetas aplicadas às coisas. Nomear é categorizar a realidade, é organizar o mundo”. É nesse sentido que o signo linguístico, para Saussure, “não une uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (SAUSSURE, [1916] 2006, p. 80) – chamando de *significante* a imagem acústica e de *significado* o conceito.

Segundo Vendryès (1921), o *CLG* foi fundamental para a autonomia da linguística em relação às outras ciências, sendo Saussure o responsável pela base teórica do que chamamos de ciência da linguagem. Consequentemente, diversos trabalhos surgiram em decorrência da

publicação do *CLG*, tais como a estilística de Charles Bally (1865-1947), em que “o estudo da linguagem é o estudo de um sistema de relações entre o espírito e a fala”³³ e a linguagem psicomecânica de Gustave Guillaume (1883-1960). De acordo com Bally, a linguagem é, sob o ponto de vista teórico, capaz de expressar pensamentos e sentimentos, tendo a subjetividade um papel especial na comunicação. Considera, assim, a importância do sujeito falante: “(...) se a língua é o acervo dos signos e das relações entre os signos, enquanto todos os indivíduos lhes atribuem os mesmos valores, a fala é o funcionamento desses signos e de suas relações para expressar o pensamento individual” (BALLY, s/d apud FLORES; TEIXEIRA, 2013, p. 17). Já Guillaume, dentro da tradição filosófico-linguística que vai de Port-Royal a Humboldt, acredita que o pensamento constrói a linguagem ao mesmo tempo em que é construído pela linguagem³⁴.

Após Saussure e seu *CLG*, algumas correntes da linguística moderna que surgiram no período entreguerras tomaram impulso e foram denominadas de estruturalismo, tais como a Escola de Genebra, o Círculo Linguístico de Praga, o Círculo Linguístico de Copenhague e a Escola de Bloomfield:

Desde que veio a lume, o *CLG* suscitou variados tipos de interesse, adesão, críticas e recusas. Em distintos contextos, diferentes sujeitos produziram diversos discursos sobre Saussure. Hoje, conhecemos relativamente bem certos percursos de seu pensamento: algumas de suas ideias mais ou menos consoantes com o método histórico-comparativo começaram a circular em Genebra, Leipzig e Paris, a partir do final do século XIX; outras, inscritas na Linguística geral, ganharam o mundo no início do século seguinte, com sua difusão pelo Leste Europeu, principalmente, em Moscou e em Praga, passando, em seguida, por Copenhague e Nova Iorque, até sua volta triunfante a Paris, nos pós-guerra. (PIOVEZANI, 2017, p. 150)

Quanto ao Círculo de Praga, ressaltamos os nomes de Roman Jakobson (1896-1982) e Nikolai Sergeievitch Trubetzkoy (1890-1938). Jakobson foi um dos fundadores do Círculo Linguístico de Moscou e posteriormente membro do Círculo Linguístico de Praga, ponto de encontro da linguística estrutural no período. Desenvolveu trabalhos relacionados a áreas bastante diversas, como a fonologia, a teoria da informação, a estilística e a poética,

³³ “Si l’étude du langage est l’étude d’un système de relations entre l’esprit et la parole, la stylistique ne peut être cela, et tout cela [...]; nous prétendons que son objet est l’expression parlée et non le fait pensé; son regard est tourné vers le dehors et non vers le dedans” (1909, p. 12-13 apud PAVEAU; SARFATI, 2008, p. 88).

³⁴ “(...) la pensée construit le langage en se construisant par le langage”; “le langage est une mécanique merveilleuse où tout se tient” (1995, p. 369 apud PAVEAU; SARFATI, 2008, p. 95).

frequentemente em parceria com outros pesquisadores. Inicia, por exemplo, o desenvolvimento de importantes teorias, tais como as teorias da metáfora e da metonímia (poética) e dos traços fonológicos distintivos (fonologia). Descrevendo o funcionamento da língua como um sistema de comunicação, Jakobson também retoma e aprofunda a classificação das funções de linguagem elaboradas anteriormente pelo psicólogo alemão Karl Bühler (1879-1963), acrescentando às noções de mundo, locutor e interlocutor, as de mensagem, código e contato entre os interlocutores. Dentre outras inúmeras colaborações, Jakobson trata do conjunto de possibilidades que implica a existência de um código, isto é, uma relação complementar e dinâmica entre o *signans* (significante) e o *signatum* (significado) (JAKOBSON, [1961] 2010b), concluindo, como veremos adiante no capítulo sobre tradução, que a principal característica do signo linguístico é o fato de ser traduzível. Cada símbolo é, por princípio, substituível por outro símbolo. Trubetzkoy foi um dos responsáveis pela instauração da fonologia como disciplina, a partir das ideias de Saussure no *CLG*, influenciando, mais tarde, o pensamento funcionalista de André Martinet (1908-1999), cujo trabalho mais conhecido, *Éléments de linguistique générale* ([1960] 1978), a partir de uma perspectiva generalista, porém não universalista, estabelece a dupla articulação como um traço distintivo da linguagem humana, apoiando-se na reflexão da diversidade das línguas e naquilo que as tornam diferentes entre si.

Inspirado em Bühler e Jakobson, Michael Halliday (1925-2018) propõe à sua maneira uma tipologia funcional que estabelece explicitamente as relações entre as estruturas gramaticais de uma língua e suas funções. Apoiando-se nos trabalhos de Firth e Hjelmslev, fundou a teoria da *linguística sistêmico-funcional*, desenvolvida desde os anos de 1960. Nela, “a gramática é vista como uma rede de ‘sistemas’ de contrastes inter-relacionados; [em que se dá] particular atenção aos aspectos semânticos e pragmáticos da análise, e também ao modo como a entonação é usada na expressão do significado” (WEEDWOOD, 2002, p. 137). Um dos conceitos mais importantes desse modelo é o de *metafunção*, uma tentativa teórica de compreender a interface entre as formas internas e externas da linguagem, ou seja, seus mais diversos usos nos variados contextos da vida social. A língua é vista, assim, como um sistema de probabilidades semânticas em que o locutor faz uma escolha – consciente ou não – determinada pelo contexto ou pela cultura.

Do outro lado do Atlântico, surgem outros nomes importantes para o desenvolvimento dos estudos sobre linguagem. A partir do estudo de línguas indígenas, Franz Boas (1858-1942), interessado pelas áreas da antropologia e da linguística, impulsiona as investigações

descritivas nos Estados Unidos, seguido posteriormente por Edward Sapir (1884-1939) e Leonard Bloomfield (1887-1949). Diferentemente da futura abordagem chomskyana, desenvolvida principalmente a partir dos anos 1950, o *descriptivismo* pode ser definido como uma perspectiva destinada à descrição prática de línguas particulares – sem a intenção de se chegar, como consequência, a uma teoria geral da linguagem.

Sapir, atraído pela visão humboldtiana da relação entre linguagem e pensamento, possui uma visão mentalista da linguagem. No entanto, apesar de acreditar que “até certo ponto o indivíduo humano está predestinado a falar”, afirma que a linguagem é algo que “varia, sem limites previstos, à medida que passamos de um grupo social a outro”. Significa dizer, assim, que a linguagem é “um método puramente humano”, mas que necessita do meio social para ser “adquirida” (SAPIR, 2013, p. 11-12). Bloomfield, por outro lado, adota uma abordagem behaviorista, considerando-a como resultado de um comportamento relacionado ao mundo exterior. Assim, o significado científico exato de uma dada forma da língua só poderia ser atingido caso tivéssemos alcance a tudo aquilo que compõe o universo do locutor. Em seu trabalho *Language* ([1933] 1958), “adotou explicitamente uma abordagem behaviorista do estudo da língua, eliminando, em nome da objetividade científica, toda referência a categorias mentais ou conceituais”, de modo que “um dos aspectos mais característicos do estruturalismo americano pós-bloomfieldiano foi seu completo desprezo pela semântica” (WEEDWOOD, 2002, p. 131), também presente – apesar de modo distinto – nos primeiros trabalhos de Chomsky.

Tal descriptivismo toma a forma, no início do século XX, do que chamamos hoje de *distribucionalismo*, cujas figuras principais são os linguistas americanos Zelling S. Harris (1909-1992) e Kenneth Pike (1912-2000). Em concordância com a perspectiva bloomfieldiana, Pike vê a linguagem como um tipo de comportamento humano intrinsecamente ligado ao não verbal. Para Harris, o objetivo da linguística distribucional é o de mostrar, a partir da observação de um *corpus* finito de enunciados naturais, que o sistema da língua funciona de acordo com regularidades demonstráveis. Seu projeto passa a interessar-se mais pelos planos da frase e do discurso, passando a ser denominado de *transformativismo*. Será Harris quem cunhará a expressão *análise do discurso*, propondo a aplicação do método distribucional a um dado texto a fim de colocar em evidência seu funcionamento.

É nesse momento que os estudos discursivos tomam força, mais notadamente a linguística textual, a análise do discurso e a semântica textual. Mikhail Bakhtin (1895-1975),

Teun Van Dijk (nascido em 1950) e sua ideia de *gramática textual*, Louis Althusser (1918-1990), Michel Foucault (1926-1984), Michel Pêcheux (1938-1983) e, mais recentemente, Dominique Maingueneau (nascido em 1950) e François Rastier (nascido em 1945) são alguns exemplos. A partir da segunda metade do século XX, no entanto, muitas pesquisas se debruçaram sobre o uso da língua. Surgem então os estudos pragmáticos da linguagem, sobre “os fatores que regem nossas escolhas linguísticas na interação social e os efeitos de nossas escolhas sobre as outras pessoas” (WEEDWOOD, 2002, p. 144).

Tanto Saussure quanto Chomsky se preocuparam, de certo modo, com a estrutura abstrata da língua, com seu sistema subjacente: a *langue* de Saussure e a *competência* de Chomsky³⁵. Mas em 1957, Avram Noam Chomsky (nascido em 1928), professor de linguística no MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), publica seu estudo *Syntactic Structures*, iniciando uma nova forma de se pensar a linguística, diferenciando-se do estruturalismo e do behaviorismo das décadas anteriores. Nascia, assim, o conceito da “gramática gerativa”, na qual a faculdade da linguagem é considerada como “um órgão linguístico”, como um órgão do corpo propriamente dito:

Suponha que o órgão da linguagem de Pedro se encontra no estado L. Podemos conceber L como a “língua internalizada” de Pedro. Quando aqui falo de uma língua, isto é o que tenho em mente. Compreendida assim, uma língua é algo como “nosso modo de falar e de compreender”, uma concepção de linguagem que tem tradição. Adaptando um termo tradicional a um novo arcabouço, chamamos a teoria da língua de Pedro de “gramática” da sua língua. A língua de Pedro determina um conjunto de expressões infinito, cada uma com seu som e sua significação. Em terminologia técnica, a língua de Pedro “gera” as expressões de sua língua. Por isso, a teoria da língua dele é chamada de gramática gerativa. (CHOMSKY, 1997, p. 52)

O gerativismo busca explicar o que o distribucionalismo descrevia a partir da construção de um modelo teórico, um sistema hipotético-dedutivo, em vez da indução de conclusões sobre a língua a partir de um *corpus*. Assim, enquanto para Bloomfield e Harris a gramática se baseava na descrição de um *corpus* finito, a gramática gerativa passava a defender o aspecto criativo da linguagem humana, afirmando que todos os sujeitos falantes de uma língua têm a capacidade de produzir e compreender um número infinito de frases inéditas. Esse processo de construção e compreensão de sentenças é intuitivo e acontece sem

³⁵ Nota-se, no entanto, que o conceito de Saussure pertence à esfera linguística e o de Chomsky, ao âmbito biológico.

que o falante precise refletir sobre seus fundamentos. Segundo essa teoria, apesar de as línguas serem compostas por um número infinito de sentenças, estas são elaboradas a partir de um conjunto finito de elementos mínimos, a saber: sons distintivos e unidades mínimas significativas, além dos princípios que regem a sua construção. Conforme resume Negrão (2015, p. 83), “[o] aspecto criativo da linguagem humana traduz-se no uso infinito de meios finitos e discretos (capacidade gerativa recursiva)”.

As propostas de Chomsky possuem uma abordagem mentalista, similar aos objetivos de pensadores mais antigos, como os gramáticos de Port-Royal. Distinguindo o conhecimento que uma pessoa tem das regras de uma língua (*competência* – em inglês, *competence*) e o uso desta língua em situações reais (*desempenho* – em inglês, *performance*), Chomsky defende o estudo mais aprofundado da primeira, tendo como maior objetivo a descrição das regras que governam a estrutura dessa competência. Chomsky elaborou um “sistema de regras e símbolos que oferece uma representação formal da estrutura sintática, semântica e fonológica dos enunciados. Uma noção primordial – a regra transformacional – fez que essa abordagem fosse designada comumente como *gramática transformacional*” (WEEDWOOD, 2002, p. 135).

Desde a década de 1950, a teoria geral já foi reformulada diversas vezes, havendo também várias propostas de modelos de análise gramatical alternativos aos de Chomsky. A questão da faculdade da linguagem, no entanto, ainda intriga inúmeros pesquisadores: “como esse conhecimento linguístico, altamente articulado e rico, é adquirido tão rapidamente e tão cedo em nossas vidas (...)?” (NEGRÃO, 2015, p. 88). Segundo proferiu Chomsky:

[a] faculdade de linguagem tem papel crucial em todos os aspectos da vida, do pensamento e da interação humana. Ela é em grande parte responsável pelo fato de que no mundo biológico somente os seres humanos têm uma história, uma evolução cultural e uma diversidade algo complexa e rica, e também pelo sucesso biológico no sentido técnico de que a população humana é numerosa.

(...)

Podemos comparar o estado inicial da faculdade de linguagem com uma fiação fixa conectada a uma caixa de interruptores; a fiação são os princípios da linguagem, e os interruptores são as opções a serem determinadas pela experiência. Quando os interruptores estão posicionados de um modo, temos o banto; quando estão posicionados de outro modo, temos o japonês. Cada uma das línguas humanas possíveis é identificada como uma colocação particular das tomadas – uma fixação de parâmetros, em terminologia técnica. (CHOMSKY, 1997, p. 49, p. 56)

A hipótese explicativa dessa teoria é a de que a linguagem é biologicamente determinada pela dotação genética da espécie. Acredita-se que tal dotação genética permita, assim, a existência de um estado de linguagem inicial cujas propriedades são comuns aos falantes de todas as línguas do mundo³⁶. Essa é a teoria da Gramática Universal, que postula, apesar da diversidade gramatical das línguas naturais, que a faculdade de linguagem, graças a tal estado inicial geneticamente fixado, tem na sua base princípios gerais universais, comuns a todas as línguas. Para concluir, a linguagem, segundo Chomsky, “não tem existência fora de sua representação mental” e

o conhecimento de uma língua – uma gramática – só pode ser adquirido por um organismo que esteja “preconfigurado” com uma severa restrição sobre a forma da gramática. Essa restrição inata é uma pré-condição, no sentido kantiano, da experiência linguística, e parece ser o fator crítico na determinação do curso e do resultado da aprendizagem da língua. (CHOMSKY, 2009, p. 159)

Em um debate de grande contribuição para os estudos linguísticos (PIATELLI-PALMARINI, 1983), Chomsky e Jean Piaget (1896-1980) tocam em pontos bastante relevantes sobre as teorias da linguagem. As (dis)similaridades entre a abordagem gerativa de Chomsky e o construtivismo de Piaget trouxeram importantes contribuições para a nossa pesquisa, uma vez que nos permitiram refletir sobre a capacidade do homem de aprender uma dada língua e ser capaz de traduzir de uma língua para outra. Piaget inicia uma de suas colocações pontuando os itens da teoria chomskyana com os quais concorda:

Em primeiro lugar, estou de acordo com ele sobre o que me parece ser a principal contribuição de Chomsky para a psicologia: a de que **a linguagem é um produto da inteligência ou da razão**, e não de uma aprendizagem no sentido behaviorista do termo. Em seguida, estou de acordo com ele sobre o fato de que **essa origem racional da linguagem supõe a existência de um núcleo fixo necessário à elaboração de todas as línguas**, admitindo, por exemplo, a relação do sujeito com o predicado ou a capacidade de construir relações. Em terceiro lugar, estou naturalmente de acordo com ele no que se refere ao **construtivismo parcial de seus trabalhos**, isto é, as gramáticas transformativas. (PIAGET, 1983a, p. 79, grifos nossos)

Piaget concorda com Chomsky, assim, que a “linguagem é um produto da inteligência e não a inteligência um produto da linguagem” (PIAGET, 1983b, p. 215). Existe desacordo,

³⁶ Para Chomsky, a linguagem é um órgão separado.

no entanto, sobre a questão do inatismo desse núcleo fixo. Piaget afirma que Chomsky compartilha uma opinião geral de que tal núcleo fixo é hereditário e não um produto de autorregulação, eminentemente construtivista. Segundo Piaget, apenas o funcionamento da inteligência é hereditário. De acordo com sua teoria, o período sensório-motor, anterior à linguagem, antecede a fase de conceptualização das ações (2 aos 7 anos), seguido do nível das operações concretas (7 a 10 anos) e da constituição de uma lógica proposicional hipotético-dedutiva (11 aos 12 anos). Segundo o construtivismo, as estruturas lógico-matemáticas não são pré-formadas, porém já identificáveis no período sensório-motor. É pela construção de sucessivos patamares, pelos mecanismos de *associação*, *assimilação* e *acomodação* dos objetos, fundamentais para a teoria, que temos o conhecimento.

Apesar de ambos Chomsky e Piaget concordarem sobre a existência de um estado inicial S_0 geneticamente determinado, na concepção de Chomsky, S_0 contém principalmente universais formais e universais substanciais, elementos fixos gramaticais, enquanto para Piaget

a forma inicial da inteligência, a inteligência sensório-motora ou prática, desenvolve-se a partir de um núcleo de programas de ação sensório-motores inatos e pré-adaptados. Esses programas, diz Piaget, organizam, coordenam as ações e as percepções particulares que são adaptadas ao conteúdo específico do meio ambiente em que operam. Esses elementos particulares encerram o conhecimento desse conteúdo específico. Mas Piaget acrescenta que, para reunir esses elementos particulares em programas de trabalho, é necessário um conhecimento mais formal da estrutura do espaço. Esse conhecimento formal está contido no que Piaget chama as “coordenações gerais da ação”, que são “processos de coordenação geral que caracterizam toda a composição motora ou mental”. Essas coordenações gerais estão na base de todas as construções ulteriores de estruturas intelectuais, e são independentes das ações particulares ou das respostas primitivas a combinar. (CELLÉRIER, 1983, p. 98)

Na visão piagetiana, o inatismo chomskyano não garante a formação e a estabilidade desse núcleo fixo, já que, segundo essa perspectiva, a assimilação só acontece após a integração de novos objetos ou de novas situações e eventos a esquemas anteriores. As condições para a aquisição da linguagem, por exemplo, fazem parte de um conjunto amplo, preparado pelos diferentes estágios da inteligência sensório-motora.

Como se viu, mesmo que suas perspectivas sejam fundamentalmente divergentes, Piaget e Chomsky compartilham certas opiniões, tal como a recusa ao empirismo. Para Piaget,

a base do conhecimento não se dá apenas por uma simples *associação*, mas pela *assimilação* dos objetos aos esquemas anteriores. Chomsky também recusa a teoria dos observáveis, principalmente em relação ao fato de o pensamento empírico pontuar a ação do meio ambiente como única responsável para a aprendizagem. Como bem resume Mehler (1983, p. 419):

O antiempirismo desses dois teóricos tem lugar no interior de quadros teóricos muito diferentes. Piaget diz, por exemplo, que “daí resulta que uma epistemologia em conformidade com os dados da psicogênese não poderia ser empírica nem pré-formista, mas não pode deixar de ser um construtivismo, com a elaboração contínua de operações e de novas estruturas” (p. 39), e Chomsky, por sua parte, afirma que uma faculdade de linguagem, geneticamente determinada e constituindo um dos componentes do pensamento humano, especifica uma certa “classe de gramáticas ‘humanamente acessíveis’”. A criança adquire uma dessas gramáticas... a partir de dados limitados que lhe são acessíveis” (p. 50). Como estas duas citações mostram, ter um inimigo comum jamais obrigou ninguém a participar da mesma cruzada.

Enquanto em uma abordagem mentalista a linguagem é considerada como uma “*tradução* do pensamento”, na abordagem construtivista a “*linguagem é constitutiva* de uma forma de pensamento específica” (FRANCKEL, 2011b, p. 16). Dessa forma, ao passo que a primeira abordagem defende a existência *a priori* de grandes categorias, de modo homogêneo e preestabelecido, a segunda trabalha a singularidade de cada unidade, sendo a variação de sentidos dessa unidade a chave para se obter a regularidade de tal variação.

Nos últimos parágrafos, falamos muito em *atividade* e *capacidade*. É preciso, antes de continuarmos, clarearmos a ambiguidade dos termos. *Atividade* e *capacidade* para Chomsky são, por um lado, apenas um potencial de ação – sem a existência de um sujeito –, definindo a *atividade cognitiva* da linguagem humana como uma *capacidade* específica inata, biologicamente determinada, de inventar e combinar livremente novos enunciados. Por outro lado, em Culioli (1990) – nossa opção teórica –, a *atividade cognitiva* “transcende o domínio da linguística porque lida com problemas tais como percepção, gosto, antipatia, representações coletivas e propriedades subjetivas e culturais de objetos para os quais a linguística não dispõe de recursos analíticos adequados e satisfatórios” (PRIA, 2013, p. 64). Como discutiremos mais profundamente no capítulo 3, apesar de o linguista não ter acesso direto ao domínio cognitivo, “tem acesso indireto a esse domínio mediado pelo produto das

operações cognitivas, a saber, as formas de expressão produzidas pelos sujeitos, seja em língua natural, seja em outros meios expressivos” (PRIA, 2013, p. 53).

Tendo em vista as reflexões acima – do discurso filosófico às ideias do pensamento linguístico –, nos questionamos se esses variados pontos de vista sobre *o que é linguagem* ao longo dos séculos se refletem na tradução ou se a tradução também seria uma propulsora dessas perspectivas. Afinal, sabe-se que desde a Roma antiga já se dava à tradução e à imitação de modelos gregos particular importância em prol da gênese de uma desejada literatura latina. Escolas romanas, do mesmo modo, viam a tradução como “prática comum tanto no aprendizado de gramática como de retórica”, de forma que “[n]os estudos gramaticais, era considerada uma forma de comentário textual, e nos de retórica, uma forma de imitação” (FURLAN, 2001, p. 15). O pensamento sobre a tradução de textos não veio, portanto, *depois* dos estudos da linguagem. Linguagem e tradução, tradução e linguagem caminharam e caminham juntas. Conforme aponta Emmel (1997, p. 82), tratando mais especificamente sobre as teorias linguísticas, “a competência linguística humana em si é um tipo de capacidade de tradução, ou seja, a capacidade de traduzir”.

Capítulo 2

Concepção de tradução e de linguagem: descrição do *corpus* de estudo

Translators are theorizing all the time.

Anthony Pym

Vimos no capítulo 1 uma série de cosmovisões sobre o conceito de linguagem. Todos esses pontos de vista não podem, no entanto, ser entendidos isoladamente. Afinal, pensa-se sobre a linguagem também na filosofia, na antropologia, na sociologia e, mais recentemente, na neurociência – apenas para citar algumas. Ao longo da história, foram – e ainda são – muitos os pontos de contato entre diferentes áreas que impulsionam descobertas e avanços referentes à linguagem e seus fenômenos. Seria, portanto, ingênuo de nossa parte construir um elemento plano vertical que impedisse o diálogo entre elas. O mesmo ocorre para os estudos da tradução. Ao longo deste capítulo, mostraremos que a tradução não é apenas um reflexo, mas também promotora dessas cosmovisões. Conforme aponta Furlan (2006b, p. 22):

Toda concepção de linguagem, por sua vez, está vinculada intimamente a uma cosmovisão, pelo que a transformação de uma implica a transformação de outra. Na história do pensamento ocidental (...) o sistema que operou como cânone em cada momento determinado foi distinto e condicionou a forma de conceber linguagem e, conseqüentemente, de praticar a tradução.

Desde os comentários e impressões realizados nos prefácios de textos traduzidos (MOUNIN, 1963), passando pelos séculos que os separam das primeiras sistematizações científicas dominantes do século XX até o presente, o conceito de linguagem participa implícita ou explicitamente das reflexões sobre tradução. Tendo em vista a ampla variedade conceitual das visões sobre linguagem descritas no capítulo anterior, descreveremos, neste momento, o conceito de linguagem mobilizado por diferentes autores sobre tradução com base em exemplos concretos retirados de seus respectivos textos. A fim de contribuir para uma perspectiva da atividade de linguagem como alicerce do ato de traduzir (CULIOLI, 1990), chamaremos a atenção para as concepções de linguagem presentes em nosso *corpus*, mesmo quando o termo *linguagem* não constar de modo explícito.

2.1 Definindo o *corpus* de estudo

Os textos que compõem o *corpus* de estudo da pesquisa são: Mounin (1963) e Faveri & Torres (2004) – ref. a autores de expressão francesa; Guerini & Arrigoni (2005) – ref. a autores de expressão italiana; Furlan (2006a) – ref. aos renascentistas e Heidermann (2010) – ref. a autores de expressão alemã:

Tabela 1. Dados gerais sobre as obras analisadas

Autor(as)	Título	Editora	Data de publicação
Georges Mounin	<i>Les problèmes théoriques de la traduction</i>	Editions Gallimard	1963
Cláudia Borges de Faveri & Marie-Hélène Catherine Torres	<i>Clássicos da teoria da tradução</i> Antologia Bilíngue francês-português	NUT	2004
Andréia Guerini & Maria Teresa Arrigoni	<i>Clássicos da teoria da tradução</i> Antologia Bilíngue italiano-português	NUT	2005
Mauri Furlan	<i>Clássicos da teoria da tradução</i> Antologia Bilíngue Renascimento	NUT	2006
Werner Heidermann	<i>Clássicos da teoria da tradução</i> Antologia Bilíngue alemão-português	NUT	2010

A escolha pelos títulos acima, listados diacronicamente, se deu, essencialmente, por sua representatividade textual. Fomos em busca, assim, de antologias de referência cujos textos abarcassem diferentes épocas e perspectivas sobre tradução³⁷. Com Mounin (1963), cuja obra é de autoria única e não uma coletânea de textos de diferentes autores, foram, no total, 54 autores e 63 textos estudados:

³⁷ Vale a pena citar, como sugestão de leitura, o volume *Textos clásicos de teoría de la traducción*, de Miguel Ángel Vega (1994). Apesar de a obra não se encaixar nas condições de nossa pesquisa, trata-se de uma compilação de clássicos gerais sobre teoria da tradução, desde Cícero e Plínio a Nida e Fedorov, que pode contribuir para outras pesquisas. Os textos estão todos traduzidos para o espanhol, porém, diferentemente das antologias bilíngues da coleção *Clássicos da teoria da tradução*, não apresenta, ao leitor, os excertos nas línguas originais de publicação. Há, nesta coletânea, 71 autores e 92 textos no total, já que em alguns casos há mais de um fragmento por autor. Não a utilizamos em nossa investigação não apenas pelo fato de não termos acesso aos originais, mas por serem disponibilizados, na grande maioria dos casos, apenas pequenos trechos da obra escolhida (às vezes apenas um parágrafo), o que reduziria nossa perspectiva a respeito dos textos e autores nas análises.

Tabela 2. Quantidade de autores e textos analisados

Obra analisada	Data de publicação	Quantidade de autores analisados	Quantidade de textos analisados
Mounin (autoria única)	1963	1	1
Faveri & Torres (coletânea)	2004	12	13
Guerini & Arrigoni (coletânea)	2005	9	14
Furlan (coletânea)	2006	20	21
Heidermann (coletânea)	2010	12	14
Total analisado		54	63

As obras selecionadas são representativas de “um certo pensamento vigente em uma determinada época sobre a atividade tradutiva” (FAVERI; TORRES, 2004, p. 10), reunindo tanto autores de grandes bases teóricas dos estudos da tradução, quanto outros “pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos de grande parte do público leitor”, como alguns dos escritores encontrados em Guerini & Arrigoni (2005, p. 11). Além disso, vale lembrar que tais autores foram escolhidos por terem escrito obras lidas pelos estudiosos e aprendizes da tradução dos dias atuais, no original ou em tradução, as quais os influenciam em suas pesquisas e aprendizados.

Antes de seguirmos adiante, é preciso tecer algumas considerações importantes sobre o *corpus* de estudo. Primeiramente, é válido notar que as obras que o compõem nem sempre apresentam os textos selecionados na íntegra, uma vez que, em muitos casos, aos leitores são oferecidos apenas os trechos e/ou fragmentos que mais representam as concepções de tradução dos estudiosos escolhidos segundo a visão dos organizadores das coletâneas. Apesar disso, como a restrição ao texto completo não atrapalhou a leitura e compreensão do trecho e/ou fragmento, mantivemos as coletâneas que apresentavam essa particularidade.

Em segundo lugar, de acordo com a crítica, alguns dos textos que estudaremos foram escritos especificamente pensando a tradução como ciência, já outros tinham a intenção apenas de discorrer sobre a experiência de traduzir, como Giovanni Boccaccio ([1313-1375] 2005) comenta, em seu prefácio de *La quarta deca di Tito Livio*, seu trabalho como tradutor. Assim, nem todos os textos estudados tratam da tradução de maneira sistemática; em muitos casos temos acesso a impressões e comentários encontrados nos prefácios de textos traduzidos a respeito dos desafios e êxitos da prática tradutória literária. De acordo com Mounin ([1963] 1975, p. 23), esses são exemplos de um “empirismo da tradução”, de modo que tais prefácios permitem o acesso do pesquisador não apenas aos critérios adotados pelo tradutor, mas

também a sua visão e opinião sobre sua atividade de traduzir (BASSNETT, 1994). Como veremos adiante, Steiner (2005) também os classifica desse modo.

Em terceiro lugar, é importante observar se os textos selecionados foram analisados no contexto de sua língua original de publicação ou via tradução. Das cinco obras de nosso *corpus*, quatro pertencem à coleção bilíngue *Clássicos da teoria da tradução*, as quais fornecem os textos em suas línguas originais e suas respectivas traduções para o português. São elas: Faveri & Torres (2004) – francês-português; Guerini & Arrigoni (2005) – italiano-português; Furlan (2006a) – sobre o Renascimento, com textos disponíveis nas direções italiano-português, alemão-português, francês-português e espanhol-português; e Heidermann (2010) – alemão-português. Para essas obras, analisamos os textos no original, apresentando em tabelas o contexto das ocorrências do termo *linguagem* na língua de publicação (*langage*, em francês; *linguaggio* em italiano; *Sprache*, em alemão; ou *lenguaje*, em espanhol), quando explícito, e suas respectivas traduções para o português, com os créditos aos tradutores responsáveis. Para a obra *Les problèmes théoriques de la traduction* de Mounin (1963), escrita originalmente em francês, também trabalhamos com o original, trazendo as traduções para o português, realizadas por Heloysa de Lima Dantas (1975).

Por último, com a exceção de Mounin (1963), faz-se necessário refletir sobre como cada coletânea foi compilada. Enquanto Faveri & Torres (2004), Guerini & Arrigoni (2005) e Heidermann (2010) elaboraram suas coletâneas a partir da origem dos autores (francesa, italiana e alemã, respectivamente), contemplando autores de diferentes épocas, Furlan (2006a) fez um recorte por períodos selecionando apenas obras escritas no Renascimento, não restringindo os autores escolhidos a uma determinada língua ou origem.

Como as obras de nosso *corpus* apresentam, desse modo, estudiosos preocupados com a tradução em diferentes períodos da história, é válido entendermos brevemente alguns desses momentos. Segundo Steiner (2005, p. 260), “a principal característica” do primeiro período histórico sobre os estudos da tradução “é o foco empírico direto”, que vai de 46 a.C. com Cícero até 1804 com Hölderlin. O segundo período, que se prolonga até a publicação do texto *Sous l’invocation de Saint Jérôme*, de Valéry Larbaud (1946), é especificamente “marcado pela teoria e investigação hermenêutica” em que “[a] questão da natureza da tradução é posicionada no interior das teorias mais gerais da linguagem e da mente” (STEINER, 2005, p. 260). Schleiermacher, A.W. Schlegel, Humboldt, Goethe, Schopenhauer, Mathew Arnold, Paul Valéry, Ezra Pound, I.A. Richards, Benedetto Croce, Walter Benjamin e Ortega y Gasset são exemplos de pensadores dessa época. O terceiro período refere-se ao “contexto moderno”,

que se inicia com a tradução automática e a aplicação da linguística estrutural e da teoria da comunicação à tradução até as pesquisas mais atuais.

É interessante notar que a divisão de períodos pensada por Steiner é muito semelhante ao que vimos no capítulo 1 desta tese sobre as principais mudanças de concepção de linguagem ao longo da história. Com relação ao primeiro período, observamos que é justamente no final do século XVIII e início do XIX que a perspectiva aristotélica (linguagem do pensamento universal vs. linguagem falada particular) até então dominante passa a ser questionada por uma visão de linguagem vinculada a uma valorização da interioridade expressiva do sujeito. O mesmo ocorre para o segundo período referido por Steiner, o qual vai até a primeira metade do século XX. Se considerarmos os escritos de Humboldt, por exemplo, observaremos como suas reflexões sobre linguagem e tradução se interligam e se completam, fato esse discutido posteriormente na seção referente ao *corpus* alemão. Apesar de o terceiro período de Steiner iniciar-se um pouco mais tarde que a virada linguística proposta por Saussure com seu *Curso* em 1916, temos mais uma confluência de momentos em que mudanças importantes sobre os conceitos de linguagem e tradução ocorreram. Ressaltamos, com isso, como as abordagens vistas no capítulo anterior dialogam com os textos sobre tradução apresentados adiante. Como veremos, muitos desses escritos contribuíram (e contribuem) para o desenvolvimento do conceito de linguagem e vice-versa.

Dadas as observações iniciais acima, destacaremos como o uso do termo *linguagem* colabora para o próprio pensamento sobre tradução, quando explicitado. Quando não, mostraremos também que o leque de sentidos é amplo e merece ser explicitado – pelo menos em contexto – em cada uso e emprego, uma vez que a concepção de linguagem define a abordagem da obra. O primeiro autor a ser discutido será Georges Mounin e sua clássica obra *Les problèmes théoriques de la traduction*, publicado pela primeira vez em 1963.

2.2 Autores de expressão francesa

2.2.1 Mounin (1963)

Em um de seus textos, Roman Jakobson disse: “[...] de quando em quando, fazem-se tentativas de cortar o nó górdio, proclamando o dogma da *impossibilidade da tradução*” ([1959] 2010a, p. 83, grifos nossos). Alguns anos depois, Georges Mounin (1910-1993) escreve *Os problemas teóricos da tradução* ([1963] 1975) justamente sobre a impossibilidade da tradução. Considerada leitura de referência para estudantes e pesquisadores da área, a obra

insere-se num contexto histórico em que se buscava o estabelecimento de uma ciência da tradução, ou seja, a sistematização do estudo da tradução como campo de pesquisa. Em linhas gerais, Mounin discute a escassez de estudos sobre o tema, antes apenas vinculado a outras áreas do conhecimento, mostrando os benefícios que os avanços em Linguística trouxeram para a área.

Segundo o autor, se aceitarmos as teses correntes da linguística estrutural e funcional, a tradução seria impossível. Diante de tal impossibilidade, chega à hipótese de que a existência da tradução seria “o escândalo da linguística contemporânea” ([1963] 1975, p. 19). Apesar de tal questionamento, Mounin afirma que “a prática da tradução antecedeu toda a teoria sobre a tradução e sobrevive a qualquer teoria que negue a possibilidade de traduzir” ([1963] 1975, p. 94). A dicotomia teoria vs. prática é então levantada, a qual se constitui como fio condutor de toda a obra. Tal impasse entre a possibilidade prática e a impossibilidade teórica da tradução é superado apenas na prática. Tendo tal discussão como pano de fundo, elenca diversas vertentes que ora levam a uma impossibilidade da tradução, como aquelas focadas na equivalência formal, estrutural e sintática, ora a sua possibilidade, como aquelas baseadas na universalidade das formas de conhecimento e de pensamento e que validam a comunicação (inter)linguística.

Em toda a obra em francês, de 1963, há 239 ocorrências do termo *langage* (linguagem), sendo quase a maioria em contextos de referência a outros estudos e posicionamentos dos mais diversos autores que refletiram sobre os aspectos levantados por Mounin em sua investigação sobre os problemas *teóricos* da tradução. Na crítica de Cruz (2012, p. 38), “Mounin acaba por reeditar apenas clichês teóricos sobre o assunto e não vai além de uma concepção de tradução como transporte de pretensos significados universais e estáveis. Essa sua posição pode, de saída, ser classificada de universalista³⁸”.

O estudo do conceito de *langage*, em nossa pesquisa, deu-se inicialmente a partir dos comentários de Mounin acerca das vertentes escolhidas e de sua posterior crítica a tais obstáculos na conclusão de seu trabalho. Dentre todas as 239 ocorrências do termo, apenas 25% representam a visão do autor propriamente dita. Todas as outras fazem menção aos inúmeros pensadores lembrados ao longo do texto, especialmente em citações diretas ou paráfrases. Mostraremos a seguir, a título de exemplificação, alguns dos trechos em que lemos

³⁸ Para a concepção universalista, a tradução é concebida como transporte de sentidos, transmissão de conteúdos: para traduzir, “nessa perspectiva, é preciso que existam os tais universais, sejam eles entidades extralinguísticas (internas ou externas à mente dos falantes), regras de combinação de signos linguísticos, ou convenções da comunicação interpessoal” (CRUZ, 2012, p. 39).

de fato a voz de Mounin referindo-se ao termo *langage*. Os quadros abaixo contêm algumas ocorrências selecionadas, as quais foram transcritas em francês – língua original de *Les problèmes théoriques de la traduction* de 1963 –, seguidas de suas traduções em português em nota, de acordo com a tradução de Heloysa de Lima Dantas, na edição de *Os Problemas Teóricos da Tradução* de 1975. Vale notar que, com o intuito de ilustrar com mais clareza a concepção de linguagem de Mounin, cada quadro reúne grupos de ocorrências que possuam o mesmo ponto de vista.

O livro é dividido em seis partes e em cada uma delas Mounin demonstra preocupação com os estudos focados nas “estruturas da linguagem” (ocorrências 1 e 2), defendendo a tradução como uma Ciência da Linguagem e como uma atividade voltada para as “operações de linguagem” (ocorrências 3 e 4):

Quadro 1. *Les problèmes théoriques de la traduction* (1963): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português (I)

	Original (1963)	Tradução de Heloysa de Lima Dantas (1975)
1	L’observation du comportement des langues dans des situations de contact, à travers les phénomènes d’interférence (« et leurs effets sur les normes de chacune des deux langues exposées au contact ») offre une méthode originale pour étudier les structures du langage . (p. 4)	A observação do comportamento das línguas em situações de contato, através dos fenômenos de interferência (‘e seus efeitos sobre as normas de cada uma das duas línguas expostas ao contato’) proporciona um método original para o estudo das estruturas da linguagem . (p. 15)
2	Si donc la nomination des couleurs est tellement différente selon les langues, il ne sera pas possible de mettre en cause la diversité des expériences du monde, ni celle de l’oeil : il s’agira bien du cas, particulièrement typique, où des langues différentes expriment par des structures linguistiques différentes des faits physiques identiques, et prouvent ainsi que la structure du langage ne reflète pas automatiquement celle de l’univers. (p. 75)	Por conseguinte, embora a denominação das cores varie segundo as línguas, não nos será possível questionar a diversidade das experiências do mundo, nem a do olho: tratar-se-á realmente do caso, particularmente típico, em que línguas diferentes exprimem através de estruturas linguísticas diferentes fatos físicos idênticos, provando assim que a estrutura da linguagem não reflete automaticamente o universo. (p. 78-79)
3-4	L’activité traduisante, activité pratique, importante, augmente rapidement dans tous les domaines, ainsi qu’en témoignent les chiffres publiés, particulièrement depuis 1932 par l’Institut de coopération intellectuelle, et depuis 1948 par l’U.N.E.S.C.O. dans son <i>Index</i>	A atividade de tradução, atividade prática, importante, aumenta rapidamente em todos os domínios, como demonstram os números divulgados sobretudo a partir de 1932 pelo Instituto de Cooperação Intelectual, e a partir de 1948 pela UNESCO em seu <i>Index Translationum</i> anual. Seria paradoxal se uma

<i>Translationum</i> annuel. Il serait paradoxal qu'une telle activité, portant sur des opérations de langage , continue d'être exclue d'une science du langage , sous des prétextes divers, et qu'elle soit maintenue au niveau de l'empirisme artisanal. (p. 7)	atividade desta ordem, voltada para operações de linguagem , continuasse excluída de uma ciência da linguagem , sob diversos pretextos, e mantida ao nível do empirismo artesanal. (p. 19)
---	--

As ocorrências 1 e 2 são um exemplo de uma visão preocupada com as partes da linguagem ou, usando as palavras de Mounin, “as estruturas da linguagem”. Apesar de concordar com o fato de que as línguas são diferentes, não leva em conta a diversidade das experiências do mundo (ocorrência 2) na tradução, entendida como mera transmissão de conteúdos. Já as ocorrências 3 e 4 destacam mais uma vez a *prática* da tradução, sendo referida como *atividade* e voltada para as “operações de linguagem”. É importante ressaltar que as “operações de linguagem” às quais Mounin se refere não correspondem às “operações de linguagem” de Culioli (1990), base teórica desta pesquisa. Enquanto para Mounin elas pertencem ao plano da comunicação, para Culioli elas estão ligadas à atividade de representar, referenciar e regular (ver capítulo 3).

Passemos agora à próxima passagem, na qual é levantada a necessidade de se pensar a “tradução como fenômeno e como problema distinto de linguagem”:

Quadro 2. *Les problèmes théoriques de la traduction* (1963): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português (II)

	Original (1963)	Tradução de Heloysa de Lima Dantas (1975)
5	<p>Chose plus singulière encore concernant l'étude scientifique de l'opération traduisante : alors que tout traité de philosophie complet se doit d'inclure une théorie du langage, cette dernière n'offre jamais une étude sur la traduction considérée comme une <i>opération linguistique</i>, spécifique et courante cependant, révélatrice peut-être concernant le langage et sans doute la pensée. Les grands ouvrages récents de synthèse sur la linguistique, eux-mêmes, restent muets sur ce point. La traduction, comme phénomène et comme problème distinct de langage, est passée sous silence. (p. 11)</p>	<p>Fato ainda mais singular, referente ao estudo científico da operação de traduzir: enquanto todo tratado completo de filosofia deve incluir uma teoria da linguagem, esta última jamais apresenta um estudo sobre a tradução encarada como <i>operação linguística</i>, embora específica e corrente, quicá reveladora com relação à linguagem e sem dúvida com relação ao pensamento. Até mesmo os grandes trabalhos recentes de síntese sobre a linguística permanecem mudos a este respeito. Silencia-se quanto à tradução como fenômeno e como problema distinto de linguagem. (p. 22)</p>

Assim como mais acima vimos a defesa pela tradução como campo de pesquisa, o trecho anterior critica a falta de trabalhos recentes (da época de Mounin) sobre as relações entre tradução e linguagem. Lendo a ocorrência 5 isoladamente, até poderíamos pensar que o estudioso tem a mesma preocupação que a nossa – chamar a atenção para a tradução como fenômeno da linguagem. Mas não é o caso. Lembremos que Mounin está inserido no contexto estruturalista³⁹ contra a possibilidade teórica da tradução, fato que muda todo o panorama conceitual sobre o que o pensador entende por linguagem.

A falta de profundidade conceitual do termo pode ser observada nas ocorrências 6 a 11 a seguir. Vemos, por exemplo, o uso de *linguagem* retomado no sentido de *modos de falar* quando o estudioso discute a investigação e a busca das unidades semânticas mínimas ([1963] 1975, p. 117-128), como nos trechos “vocabulário da linguagem comum” e “termos da linguagem habitual” vs. “linguagem científica”, contrapondo as terminologias técnicas e científicas à “linguagem ordinária”:

Quadro 3. *Les problèmes théoriques de la traduction* (1963): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português (III)

	Original (1963)	Tradução de Heloysa de Lima Dantas (1975)
6	Le premier pas de Gardin, qui concerne directement le linguiste, c'est de ne pas utiliser, pour ce classement, le vocabulaire du langage ordinaire, c'est-à-dire le véhicule ordinaire des contenus sémantiques. (p. 113)	O primeiro passo de Gardin, que interessa diretamente ao linguista, consiste em não utilizar, para essa classificação, o vocabulário de linguagem comum, isto é, o veículo habitual dos conteúdos semânticos. (p. 113)
7-8	Il faut répéter, ici, que ces traits distinctifs, indiqués au nombre de vingt-deux, sous forme de termes du langage ordinaire, ont, en fait, une définition, métrique ou graphique, c'est-à-dire exprimable, et toujours exprimée, par des mensurations ou par des dessins schématiques, sans aucun recours au langage ordinaire. (p. 115-116)	É preciso repetir aqui que esses traços distintivos, vinte e dois dos quais foram apontados, sob forma de termos da linguagem habitual, têm de fato uma definição, métrica ou gráfica, isto é, suscetível de ser expressa, e sempre expressa, por medidas ou desenhos esquemáticos, sem nenhum recurso à linguagem comum. (p. 114)
9-10	(...) bien que le lexique de la botanique, de la zoologie, de la chimie, de toutes les terminologies techniques et scientifiques	(...) embora o léxico da botânica, da zoologia, da química, de todas as terminologias técnicas e científicas normalizadas seja (tal

³⁹ Conforme vimos no capítulo 1, vale lembrar que o *estruturalismo*, na perspectiva europeia “é um termo que se refere à visão de que existe uma estrutura relacional abstrata que é subjacente e deve ser distinguida dos enunciados reais – um sistema que subjaz ao comportamento real – e de que ela é o objeto primordial de estudo do linguista” (WEEDWOOD, 2002, p. 127-128).

<p>normalisées soit (comme celui du langage ordinaire) un lexique ouvert, illimité, il n'est structurable que si l'on opère sur des <i>définitions fermées</i>, c'est-à-dire constituées d'un nombre intangible de traits descriptifs pour chaque terme : <i>électron, proton, sulfate de fer, épilobc des montagnes, moteur à courant continu, clavette inclinée creuse sans talon</i> ne sont pas susceptibles, dans leur domaine, de subir les avatars auxquels sont exposés les mots du langage ordinaire, et que décrivent les traités de sémantique, depuis Bréal jusqu'à Ullmann. (...) Tout au plus, le linguiste a-t-il pu remarquer que, sur bien des points, le langage scientifique ou technique issu d'une classification normalisée, tend à substituer son lexique au lexique antérieur de la langue, disons, spontanée. (p. 142)</p>	<p>como o da linguagem ordinária) um léxico aberto, ilimitado, ele só é estruturável quando operamos sobre <i>definições fechadas</i>, isto é, constituídas de um certo número intangível de traços descritivos para cada termo: <i>elétron, próton, sulfato de ferro, motor de corrente contínua, epilóbio das montanhas, chaveta inclinada oca sem talão</i> não são suscetíveis, em seus respectivos campos, de se sujeitar às metamorfoses a que estão expostas as palavras da linguagem ordinária, e descritas pelos tratados de semântica, de Bréal a Ullmann. (...) Quando muito, ao linguista foi dado observar que, em muitos pontos, a linguagem científica ou técnica decorrente de uma classificação normalizada, tende a substituir pelo seu próprio léxico o léxico anterior da língua, podemos dizer, espontânea. (p. 137-138)</p>
<p>11 Enfin, les analyses précédentes n'ont, à aucun moment, permis de surmonter l'opposition fondamentale entre langage ordinaire et terminologies techniques et scientifiques : l'existence, dans celui-là, l'inexistence dans celles-ci, de valeurs linguistiques spéciales, dites <i>connotations</i>, qui doivent, maintenant, faire l'objet d'un examen quant aux obstacles qu'elles constituent pour une théorie de la possibilité de la traduction. (p. 143)</p>	<p>Finalmente, as análises anteriores não permitiram, em momento algum, vencer a oposição fundamental entre linguagem ordinária e terminologias técnicas e científicas: a existência da primeira, e a inexistência nas últimas de valores linguísticos especiais, ditos <i>conotações</i> que devem constituir agora o objeto de um exame quanto aos obstáculos que elas representam para uma teoria da possibilidade da tradução. (p. 138)</p>

Sobre os obstáculos da tradução (ocorrência 11), Mounin cita uma série de autores que, contrários à noção de língua como nomenclatura, ou seja, como “língua-repertório”, propõem uma definição mais científica sobre o *sentido* do enunciado linguístico e acabam, entretanto, sustentando a ilegitimidade da tradução. Segundo Saussure, por exemplo, a tradução não pode funcionar de modo satisfatório porque “as palavras não possuem a mesma superfície conceitual em línguas diferentes” (MOUNIN, [1963] 1975, p. 36). Diferentemente de nossa perspectiva⁴⁰, nessa concepção, tradução é equivalência linguística.

Mounin também ressalta a importância das teorias embasadas nas línguas como “visões de mundo” e a preocupação de autores como Whorf, Koerybzki e Martinet com a

⁴⁰ Trataremos da imperfeição da tradução no capítulo 3.

relação entre linguagem, língua e cultura. Segundo tais pensadores, o conhecimento de mundo varia de acordo com a experiência de cada comunidade, alterando, conseqüentemente, o sistema de estruturas e categorias de cada língua, culturalmente ordenadas. Após levantar diversas questões a respeito de línguas e mundos diferentes e sua consequência para a tradução, Mounin questiona a veracidade de pensarmos em um universo modelado primeiramente pela nossa linguagem (ocorrência 12):

Quadro 4. *Les problèmes théoriques de la traduction* (1963): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português (IV)

	Original (1963)	Tradução de Heloysa de Lima Dantas (1975)
12	Est-il vrai que nous pensons dans un univers que notre langage a d'abord modelé? Est-il vrai que nous ne voyons le monde qu'à travers les verres déformants d'une langue particulière, de telle sorte que les images différentes (de la même réalité) que nous obtenons dans chaque langue particulière, ne sont jamais exactement superposables? (...). (p. 51)	Será verdade que pensamos em um universo modelado em primeiro lugar por nossa linguística? Será verdade que só vemos o mundo através das lentes deformantes de uma língua particular, de tal forma que as imagens diferentes (da mesma realidade) que obtemos em cada língua particular nunca podem ser exatamente superpostas? (p. 56)

Após tecer as considerações acima, Mounin examina o paradoxo de tal intraduzibilidade: “como, por que e até que ponto as diferentes línguas se comunicam entre si, a despeito de todas as razões que nos levariam a temer o contrário?” ([1963] 1975, p. 190). O autor elenca, por sua vez, sempre com base em estudos complementares, a possível existência de uma propriedade fundamental da linguagem comum a todas as línguas, resumindo a “operação de tradução” como “um caso particular do aprendizado da comunicação” ([1963] 1975, p. 241), afirmando que “a operação prática dos tradutores se revela relativamente possível” ([1963] 1975, p. 179). Vemos aqui, mais uma vez, uma forte polarização entre teoria e prática, em que Mounin assume a possibilidade da tradução na prática mas não na teoria, embasada pelos preceitos da visão tradicionalista da linguagem como língua/código cujo significado é estável e compartimentado. Na conclusão de seu livro,

tão explicitamente ambicioso, é apenas a repetição dos mesmos lugares-comuns que pretende superar através da utilização do instrumental supostamente científico da linguística. Embora não nos ofereça as soluções pretendidas aos “problemas teóricos” que associa à tarefa do tradutor,

Mounin, num gesto típico dos especialistas que defendem concepções essencialistas de saber e de ciência, projeta para um futuro distante o final feliz que não pôde nos oferecer no livro em questão. (ARROJO, 1998, p. 434)

Os sentidos a que se refere *langage* (linguagem) observados nos contextos apresentados colaboram para o próprio pensamento de Mounin sobre a relação entre linguagem e tradução, mesmo que, como pudemos ver, as ocorrências do termo *langage* sejam na maioria das vezes referentes a outras vertentes linguísticas que embasam, (in)diretamente, a visão de tradução defendida pelo autor. Pode-se dizer, assim, que *Les problèmes théoriques de la traduction* é um rico exemplo de como o termo *langage* participa tanto explícita quanto implicitamente das discussões e reflexões de Mounin sobre tradução.

Em linhas gerais, G. Mounin pertence à vertente linguístico-estruturalista da pesquisa em tradução considerando-a “o escândalo da linguística moderna”, uma vez que não encaixa a prática da tradução na teoria linguística. Em Mounin, assistimos a uma “concepção universalista de tradução como transporte” (CRUZ, 2012, p. 14) em que comunicação é transferência de conteúdo. Amparada pela estabilidade das estruturas linguísticas, essa visão é determinada pela fixidez dos elementos semânticos, sintáticos, morfológicos ou funcionais, os quais têm reflexo direto para a tradução. Como veremos mais adiante, nossa perspectiva de linguagem baseada em Culioli (1990), por outro lado, não prioriza o plano da comunicação, mas a relação entre as representações mentais construídas pelo sujeito a partir da interação entre as pessoas e as propriedades que elas extraem do mundo físico-cultural que as rodeiam. Nas palavras de Zavaglia (2002, p. 143),

[f]azendo uma referência a Culioli nesse momento, não podemos acreditar na possibilidade de construir uma teoria da tradução sobre uma teoria estruturalista tradicional, para a qual a atividade de linguagem é descartada e as línguas podem ser classificadas e estruturadas sobre sequências de termos estáveis semanticamente, sintaticamente, morfolologicamente ou funcionalmente falando.

2.2.2 Faveri & Torres (2004)

A antologia bilíngue (francês-português) *Clássicos da Teoria da Tradução*, organizada por Faveri & Torres (2004) e publicada pelo Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução – NUPLITT da Universidade Federal de Santa Catarina, contém importantes textos que versam sobre a prática tradutológica em diversos períodos da história da tradução na França. Seguem, na tabela abaixo, os autores e seus respectivos textos apresentados na antologia, na ordem fornecida pelas autoras, além dos profissionais responsáveis pela tradução para o português:

Tabela 3. Autores e textos em Faveri & Torres (2004)

Autor(a)	Textos	Datas	Traduzido por
1. Etienne Dolet	1. <i>La manière de bien traduire d'une langue en autre</i>	1540	Pierre Guisan
2. Joachim du Bellay	2. <i>Défense et illustration de la langue Française</i>	1549	Philippe Humblé
3. Gaspard de Tende	3. <i>Règles de la traduction ou moyens pour apprendre à traduire de latin en français tiré de quelques unes des meilleures traductions du temps</i>	1660	Cláudia Borges de Faveri
4. Nicolas Perrot d'Ablancourt	4. <i>Lettre à Monsieur Conrart – conseiller et secrétaire du roi</i>	1664	Teresa Dias Carneiro
5. Jean le Rond d'Alembert	5. <i>Observations sur l'art de traduire en général et sur cet essai de traduction en particulier</i>	1763	Lea Mara Valezi Staut
6. Charles Batteux	6. <i>Principes de la littérature</i>	1764	Orlando Nunes de Amorim e Silvana Vieira da Silva Amorim
7. Nicolas Beauzee	7. <i>Article “Traduction, version” de l'Encyclopédie</i>	1765	Maria Cristina Batalha
8. Jean-François Marmontel	8. <i>“Traduction” – Supplément de l'Encyclopédie</i>	1777	Cely Arena
9. Madame de Staël	9. <i>De l'esprit des traductions</i>	1820-1821	Marie-Hélène Catherine Torres
10. Victor Hugo	10. <i>Prologue à la traduction des Oeuvres de William Shakespeare par François Victor-Hugo</i>	1865	Pedro de Sousa
11 Marcel Scwob	11. <i>Avant propos à une traduction de Catulle en vers marotiques</i> 12. <i>De l'art de traduire</i>	1883-1886 1903-1905	Walter Carlos Costa
12 Paul Valéry	13. <i>Variations sur les Bucoliques de Virgile</i>	1943-1945	Paulo Schiller

Como se pode observar, a apresentação dos textos é diacrônica, o que permite o entendimento “da evolução do pensamento e das práticas teorizadas pelos autores em períodos determinados: da Renascença à primeira metade do século XX, passando pelo século das ‘belles infidèles’, o século das luzes (...), chegando finalmente aos séculos XIX e XX” (FAVERI; TORRES, 2004, p. 9). De todos os 13 textos, 10 estão em sua versão integral, enquanto apenas 3 são excertos, os quais, segundo as autoras, “privilegiam o mais representativo do pensamento de seus autores com respeito ao tema” (FAVERI; TORRES, 2004, p. 9).

Os dois primeiros textos são trechos das obras *La manière de bien traduire d’une langue en autre* (A maneira de bem traduzir de uma língua para outra; 1540), de Etienne Dolet, e *Défense et illustration de la langue Française* (Defesa e ilustração da língua francesa; 1549), de Joachim du Bellay, ambos do século XVI. Enquanto o primeiro defende cinco pontos necessários para se traduzir *bem* de uma língua a outra, o segundo critica o ofício dos tradutores.

Dolet via a tradução como secundária ao texto original, estabelecendo, em *La manière de bien traduire d’une langue en autre*, cinco princípios para efetuar-se uma *boa* tradução: (I) o tradutor deve compreender perfeitamente o sentido do autor para evitar obscuridades, (II) deve ter pleno conhecimento das línguas com as quais trabalha, (III) não deve seguir o método literal, (IV) deve evitar latinismos e formas não usuais e, por fim, (V) o tradutor deve buscar a harmonia da linguagem. Apesar de afirmar que “cada língua possui suas propriedades, suas expressões idiomáticas, suas locuções, suas sutilezas e suas impetuosidades peculiares”, demonstra a preocupação de o tradutor não “violar” e não “diminuir” a “majestade das línguas” na busca por uma tradução “com segurança e fidelidade” ([1540] 2004, p. 17). O “bom tradutor” *deve*, assim, prestar atenção aos pensamentos e à intenção do autor, preservando, ao mesmo tempo, as propriedades das línguas envolvidas. Abaixo, temos duas ocorrências do termo *langage* em Dolet ([1540] 2004).

Quadro 5. *La manière de bien traduire d’une langue en autre* ([1540] 2004): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português

Etienne Dolet	
<i>La manière de bien traduire d’une langue en autre</i> ([1540] 2004)	
Original (1540)	Tradução de Pierre Guisan (2004)
1 [...] Qui nous contrainst souvent d’user de	[...] O que nos obriga muitas vezes a

	<p>mots peu fréquents. Mais cela se doit l'aire à l'extrême nécessité. Je sais bien en outre qu'aucuns pourraient dire que la plupart des diction de la langue française est dérivée de la latine, et que si nos prédécesseurs ont eu l'autorité de les mettre en usage, les modernes et postérieurs en peuvent autant faire. Tout cela se peut débattre entre baillards, mais le meilleur est de suivre le commun langage. (p. 18)</p>	<p>usarmos palavras pouco frequentes. Mas isso deve ser feito apenas em último recurso. Além disso, sei muito bem que alguns poderiam alegar que, na sua maioria, as expressões da língua francesa derivam do latim, e que se aqueles que nos antecederam tiveram autoridade para colocá-las em uso, os modernos e pósteros podem também fazê-lo. Tal debate é mera tagarelice, e o melhor é seguir a linguagem comum. (p. 19)</p>
2	<p>« Venons maintenant à la cinquième règle que doit observer un bon traducteur. Laquelle est de si grande vertu, que sans elle toute composition est lourde et malplaisante. Mais qu'est-ce qu'elle contient ? Rien autre chose que l'observation des nombres oratoires : c'est à savoir, une liaison et assemblément des diction avec telle douceur, que non seulement l'âme s'en contente, mais aussi les oreilles en sont toutes ravies, et ne se fâchent jamais d'une telle harmonie de langage. (p. 18)</p>	<p>“Chegamos agora à quinta regra, que um bom tradutor deve observar. Ela é tão importante que, sem ela, qualquer composição fica pesada e pouco agradável. Mas, em que consiste? Nada além da observância da harmonia do discurso, isto é, um enlace e união das palavras com tal suavidade, que não apenas a alma se disfaça, mas também os ouvidos se sintam completamente fascinados e não se cansem jamais com tal harmonia da linguagem. (p. 19)</p>

Acima inferimos que o sentido “perfeito” e a tradução “correta” defendidos por Dolet não indicam a escolha de palavras caídas em desuso, reafirmando, assim, o uso da “linguagem comum” e o alcance da “harmonia da linguagem”. Pelos exemplos 1 e 2 e o trecho da obra *La manière de bien traduire d'une langue en autre* estudado, podemos notar uma concepção de linguagem cuja fidelidade ao texto original e à intenção do autor estão em destaque.

Contrariamente a Dolet, Du Bellay, em *Défense et illustration de la langue Française* (*Defesa e ilustração da língua francesa*; [1549] 2004), faz uma dura crítica àqueles que acreditam que a tradução é capaz de enriquecer a língua-alvo, no caso dele, o francês. Afirmando que “toda língua tem um não sei quê próprio, só dela”, sugere a “quem quiser fazer obra digna de aplauso em sua língua vernácula, que deixe o trabalho de traduzir” ([1549] 2004, p. 27). Defende, por outro lado, a “imitação”⁴¹ dos gregos e latinos para o enriquecimento da língua francesa, mesmo que alguns críticos da época afirmassem que tal *imitação* não passava de “uma tradução disfarçada” (PIETROLUONGO, 2008, p. 195).

⁴¹ Nos séculos XVI e XVII a noção de imitação não é mesma que temos hoje: “Ela deve ser pensada no sentido da tradição clássica-renascentista de imitação vinculada ao trabalho de *eleição*, imitação que embeleza o modelo. Essa imitação é guiada pela *Idéia* da obra que é projetada em termos platônicos” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 177).

Acredita, assim, na intraduzibilidade do estilo, da eloquência e da poesia, ou seja, da tradução poética em geral. Apesar de nesse curto texto não haver nenhuma ocorrência do termo *langage*, podemos inferir uma abordagem pautada na condição de invisibilidade do tradutor, em que ele idealmente não interfere no sentido do texto traduzido. Trata-se de uma concepção de linguagem universalista em que não há a presença de um sujeito histórico. Por fim, vale citar, com Pietroluongo (2008, p. 20), a importância dos questionamentos de Du Bellay para os estudos da tradução: “[o]s argumentos de Du Bellay, que abrangem a fonética, a morfologia, a sintaxe e a estilística, servem [...] de referência ao campo da tradução. É contra eles ou em seu favor que os teóricos da tradução vão a partir de então dialogar”.

Passando para o século XVII, o texto de Gaspard de Tende, *Règles de la traduction ou moyens pour apprendre à traduire de latin en français tiré de quelques unes des meilleures traductions du temps* (Regras da tradução ou meios para aprender a traduzir de latim em francês baseadas em algumas das melhores traduções da atualidade; [1660] 2004), é um dos primeiros métodos dedicados à aprendizagem da tradução. Sem ocorrências do termo *langage*, interessante notar que *Règles de la traduction* foi publicado no mesmo ano que Arnould e Lancelot lançam sua *Grammaire générale et raisonnée* (1660) – preocupados em demonstrar os princípios lógicos na linguagem, dissociados do uso de qualquer língua particular. De Tende, a partir de uma concepção de linguagem outra focada no texto e não no contexto, apresenta nove regras que podem “formar um bom tradutor”, ajudando-o a “alcançar a fidelidade do sentido, sem ferir a elegância das palavras, e a imitar a elegância sem ferir a fidelidade” ([1660] 2004, p. 45). Para ele, a tradução é um dos meios mais rápidos e fáceis para aprender línguas e, diferentemente de Du Bellay, crê que a tradução é capaz de enriquecer a língua francesa. A fidelidade à *palavra* e ao *texto* é, para ele, a base para se bem traduzir, sempre em busca da *mesma* palavra e da *mesma* construção utilizada no original⁴².

O segundo texto do século XVII é a carta de Nicolas Perrot d’Ablancourt ao conselheiro e secretário do rei, Valentin Conrart – *Lettre à Monsieur Conrart, conseiller et secrétaire du roi* (Carta ao senhor Conrart, conselheiro e secretário do rei; [1664] 2004) –, que consta na introdução de sua tradução de tratados e diálogos de Luciano e também sem ocorrências do termo *langage*. D’Ablancourt, tradutor das “belles infidèles”, traduzia de acordo com a maneira francesa de se falar. Segundo Balliu (1995), o período das “belles infidèles” vai de 1625 a 1665, tendo seu apogeu em 1650, com d’Ablancourt (1606-1664) como seu máximo exemplo, cujos textos se pareciam mais com transposições do que

⁴² Questionaremos essa visão de tradução com mais detalhes no capítulo 3.

traduções – sendo a beleza, a clareza e a recepção do texto mais importantes que o respeito pelo texto de partida. Outra forte característica do movimento é a ausência quase total de tratados teóricos sobre a arte de traduzir, diferentemente do Renascimento de Du Bellay e Dolet. Nessa carta a Conrart, d’Ablancourt discorre sobre trechos em que suprimiu “o que havia de mais grosseiro”, “partes que não p[ôde] traduzir de jeito algum”, “arranj[ando] as coisas a nosso gosto e a nosso modo” – “nosso” aqui em relação ao gosto francês da época. Justifica tais supressões e alterações devido às diferenças contextuais entre o texto original e o traduzido, as quais, se mantidas, gerariam “efeito totalmente contrário a seu objetivo” ([1664] 2004, p. 55). Resume sua técnica como algo além da tradução: “[esta] não é propriamente uma tradução, mas vale mais que uma tradução” ([1664] 2004, p. 57).

De acordo com Seligmann-Silva (2003, p. 177-178, grifo do autor), portanto, D’Ablancourt “traduz tendo em vista mais o *but*, o objetivo das obras (sua Ideia – ou aquilo que ele acredita ser essa Ideia), do que as suas palavras”, com foco na “recepção, ou seja, no caso, agradar ao leitor”. A linguagem “é vista como puro meio que pode ser dissociado do seu ‘conteúdo’”, sendo a diferença entre as línguas

um empecilho menor que deve ser como que “posto de lado”. O conteúdo seria o dado universal da linguagem – que os teóricos de então estudavam sob a chave da Gramática. O que muda são as estratégias retóricas/poéticas de “vestimenta” do “conteúdo” e que devem agradar e seduzir os leitores. (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 180)

Os próximos quatro textos são do século XVIII, conhecido como “Século das Luzes” e sinônimo de progresso científico e social, tal como vimos no capítulo 1. Época de Diderot, os autores lembrados por Faveri & Torres (2004) eram todos colaboradores de sua *Encyclopédie*: Jean le Rond d’Alembert, Charles Batteux, Nicolas Beauzée e Jean-François Marmontel. Vale notar que apenas no excerto de Marmontel há ocorrências do termo *langage*.

D’Alembert, em *Observations sur l’art de traduire en général et sur cet essai de traduction en particulier* (*Observações sobre a arte de traduzir em geral e sobre este ensaio de tradução em particular*; [1763] 2004), chama a atenção, dentre outros aspectos, para a diferença de caráter das línguas. Segundo as autoras, esse texto de d’Alembert pertence à obra *Mélanges de littérature, d’histoire et de philosophie*. Apesar de defender a ideia de que “cada língua se presta sem dúvida a todos os estilos”, afirma que “elas não o são igualmente [apropriadas] para exprimir uma mesma ideia: é nisto que consiste a diversidade de seu

espírito” ([1763] 2004, p. 67). Hierarquiza as línguas, assim, ao afirmar que há línguas mais “difíceis” de se expressar ou menos harmônicas que outras. Por isso, acredita que os traços de uma língua podem “embelezar ligeiramente” outra a partir de uma “expressão de talento” – i.e. a “reunião necessária e hábil de alguns termos conhecidos para expressar com energia uma ideia nova” ([1763] 2004, p. 77).

No capítulo selecionado por Faveri & Torres (2004) de *Principes de la littérature* (*Princípios da literatura*; [1764] 2004), Charles Batteux propõe onze regras da “arte de traduzir”, focando na fidelidade e “exatidão do tradutor”. Assim como D’Alembert, afirma que cada língua tem o seu caráter, sendo “impossível reproduzir sempre uma palavra por uma palavra”, já que “cada língua tem suas propriedades” ([1764] 2004, p. 109):

É impossível reproduzir sempre uma palavra por uma palavra, uma palavra curta ou longa, sonora ou surda, lenta ou rápida, por uma outra que tenha absolutamente o mesmo caráter. É impossível reproduzir sempre o mesmo sentimento, a mesma vivacidade, a mesma figura, porque cada língua tem suas propriedades. De onde se conclui que é impossível reproduzir tudo, e consequentemente fazer uma tradução que seja igual em tudo ao original. Mas se por um falso preconceito imaginamos ainda que é impossível deixar as ideias em seus lugares, e ligá-las como fez o autor, o que restará em uma tradução para representar o texto traduzido? **O lugar e a sequência das ideias não pertencem às línguas, provêm somente do espírito, do bom senso, do raciocínio. Ora, o espírito e o raciocínio têm o mesmo procedimento em francês e em latim.** ([1764] 2004, p. 109, grifos nossos)

Nota-se, no trecho em destaque acima, uma diferenciação entre os planos do pensamento e das línguas – mesmo que o termo *langage* não esteja explícito. Como bem resume SELIGMANN-SILVA (2003, p. 187),

Não fosse uma posição como que intermediária entre os partidários da tradução e da intraduzibilidade, a teoria da tradução que Batteux sustentou não representa nenhuma grande inovação com relação aos matizes já apontados nas teorias vistas acima no que tange à descrição da mecânica dessa atividade. Novamente reencontramos a exigência da máxima fidelidade ao original – ao modelo da *imitação* – aliada a uma máxima preocupação com a *clarté*, clareza, com o *agrément*, agradar, e com a *vivacité*, vivacidade, do texto na linguagem de chegada. Para conseguir esse objetivo, o tradutor deve, como em Cícero, “pesar as expressões” para tentar gerar um equilíbrio. (grifos do autor)

Já os textos de Nicolas Beauzée e Jean-François Marmontel, *Traduction, version* (Verbete *Tradução, versão* de l'*Encyclopédie*; [1765] 2004) e *Traduction (Tradução – Suplemento da Encyclopédie*; [1777] 2004), respectivamente, estão presentes na *Encyclopédie*. Para Beauzée, a *versão* é mais literal e mais submissa em seus recursos, enquanto a *tradução* preocupa-se mais com o conteúdo do pensamento⁴³. Essa perspectiva dá continuidade, assim, à fórmula tradução palavra por palavra (*verbum-de-verbum*) e tradução sentido por sentido (*sensu-de-sensu*). Marmontel inicia seu verbete sobre tradução afirmando que, para muitos, “é loucura querer aproximar duas línguas cuja natureza é diferente”. A saída, para esses tradutores, seriam duas: (a) colocar-se no “lugar de seu autor tanto quanto possível, imbuir-se de seu espírito e fazê-lo expressar-se na língua adotiva como ele próprio teria se expressado” ou (b) “encontrar na tradução não somente o caráter do escritor original, mas também o espírito de sua língua” ([1777] 2004, p. 125). Problematicando as opiniões sobre o “dever do tradutor”, conclui que “o primeiro e mais indispensável dos deveres do tradutor é transmitir os pensamentos” ([1777] 2004, p. 127). Argumenta que “obras feitas apenas de pensamentos são fáceis de traduzir em todas as línguas”, já “quanto mais o caráter do pensamento numa obra depende da expressão, mais espinhosa torna-se a tradução” ([1777] 2004, p. 127). Marmontel coloca a tradução num patamar superior ao dizer que nem todo homem que julga saber duas línguas tem de fato condições de traduzir: “na infindável quantidade de tradutores há bem poucos, cumpre reconhecer, que seriam dignos de associar-se em pensamento e em sentimento a um homem de gênio” – i.e. o autor. Em Marmontel temos dois registros do termo *langage*, ambos com a noção de modo de falar. Seguem os trechos no original em francês e suas respectivas traduções para o português:

Quadro 6. “Traduction” – *Supplément de l’Encyclopédie* ([1777] 2004): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português

Jean-François Marmontel	
“Traduction” – <i>Supplément de l’Encyclopédie</i> ([1777] 2004)	
Original (1777)	Tradução de Cely Arena (2004)
1 (...) à mesure que dans un ouvrage le caractère de la pensée tient plus à l’expression, la traduction devient plus épineuse. Or les modes que la pensée reçoit de l’expression sont la force, comme je l’ai dit, la noblesse, l’élévation, la facilité, l’élégance, la grâce, la naïveté, la	(...) quanto mais o caráter do pensamento numa obra depende da expressão, mais espinhosa torna-se a tradução. Ora, as particularidades que o pensamento recebe da expressão são a força, como eu já disse, a nobreza, a elevação, a facilidade, a elegância, a graça, a ingenuidade, a

⁴³ Atualmente, o termo *version* em francês refere-se à tradução de uma língua estrangeira para a língua materna do tradutor e *thème* a direção oposta. Por exemplo: considerando o francês a língua materna de um tradutor A, temos: língua estrangeira > francês = *version* e francês > língua estrangeira = *thème*.

	délicatesse, la finesse, la simplicité, la douceur, la légèreté, la gravité, enfin le tour, le mouvement, le coloris et l'harmonie ; et de tout cela ce qu'il y a de plus difficile à imiter n'est pas ce qui semble exiger le plus d'effort. Par exemple, dans toutes les langues le style noble, élevé se traduit ; et le délicat, le léger, le simple, le naïf est presque intraduisible. Dans toutes les langues on réussira mille fois mieux à traduire <i>Cinna</i> qu'une fable de La Fontaine ou qu'une épître de M. de Voltaire, par la raison que toutes les langues ont les couleurs entières de l'expression et n'ont pas les mêmes nuances. Ces nuances appartiennent surtout au langage de la société ; et rien n'est plus difficile à imiter d'une langue à une autre que le familier noble. (p. 126 e p. 128)	delicadeza, a sutileza, a simplicidade, a doçura, a leveza, a gravidade, enfim, o torneio, o movimento, o colorido, e a harmonia; e de tudo isso o mais difícil de imitar não é o que parece exigir o maior esforço. Por exemplo, em todas as línguas se traduz o estilo nobre, elevado; e o delicado, o leve, o simples, o ingênuo é quase intraduzível. Em todas as línguas se conseguirá traduzir mil vezes melhor <i>Cinna</i> do que uma fábula de La Fontaine ou uma epístola do senhor de Voltaire, pois todas as línguas têm as cores fundamentais da expressão, mas não as mesmas nuances. Essas nuances pertencem sobretudo à linguagem da sociedade, e nada em uma língua é mais difícil de imitar do que o padrão culto informal. (p. 127 e p. 129)
2	Le coloris de l'expression tient à la richesse du langage métaphorique et à cet regard chaque langue a ses ressources particulières. La différence tient encore plus à l'imagination de l'écrivain qu'au caractère de la langue ; et comme pour imiter avec chaleur les mouvements de l'éloquence, il faut participer au talent de l'orateur, de même et plus encore, pour imiter le coloris de la poésie il faut participer au talent du poète. (p. 130)	O colorido da expressão depende da riqueza da linguagem metafórica, e nesse aspecto cada língua tem seus próprios recursos. A diferença depende ainda mais da imaginação do escritor do que da natureza da língua; e assim como para imitar com vivacidade os movimentos da eloquência é necessário imbuir-se do talento do orador, do mesmo modo, e mais ainda, para imitar o colorido da poesia é necessário imbuir-se do talento do poeta. (p. 131)

Com os representantes do século XVIII, vimos traços fortes do iluminismo francês, época em que Condillac e Rousseau discutiam as relações entre pensamento, razão e linguagem⁴⁴. A preocupação com o *espírito* e a expressão do pensamento sem se esquecer da forma coloca D'Alembert, Batteux, Beauzée e Marmontel numa posição de passagem do texto ao contexto, mais sentida no romantismo alemão.

Os textos de Madame de Stäel – Germaine Necker, baronesa de Stäel-Holstein –, Victor Hugo e Marcel Schwob representam o século XIX. Apenas em *De l'esprit des traductions* (*Do espírito das traduções*; [1820-1821] 2004), de Madame de Stäel, temos ocorrência do termo *langage*:

Quadro 7. *De l'esprit des traductions* ([1820-1821] 2004): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português

Madame de Stäel

⁴⁴ Ver capítulo 1 sobre a concepção de linguagem desses autores.

<i>De l'esprit des traductions</i> ([1820-1821] 2004)	
Original (1820-1821)	Tradução de Marie-Hélène Catherine Torres (2004)
<p>1 Les Allemands ne se sont point bornés à ces recherches savantes sur l'existence d'Homère ; ils ont tâché de le faire revivre chez eux, et la traduction de Voss est reconnue pour la plus exacte qui existe dans aucune langue. Il s'est servi du rythme des anciens, et l'on assure que son hexamètre allemand suit presque mot à mot l'hexamètre grec. Une telle traduction sert efficacement à la connaissance précise du poème ancien ; mais est-il certain que le charme, pour lequel il ne suffit ni des règles ni des études, soit entièrement transporté dans la langue allemande ? Les quantités syllabiques sont conservées ; mais l'harmonie des sons ne saurait être la même. La poésie allemande perd de son naturel, en suivant pas à pas les traces du grec, sans pouvoir acquérir la beauté du langage musical qui se chantait sur la lyre. (p. 146)</p>	<p>Os alemães não se limitaram às pesquisas eruditas a respeito da existência de Homero; trataram de fazer revivê-lo na Alemanha, e a tradução de Voss é reconhecida como a mais exata existente em qualquer língua. Ele se serviu do ritmo dos antigos e afirma-se que seu hexâmetro alemão segue quase palavra por palavra o hexâmetro grego. Tal tradução serve com eficácia ao conhecimento preciso do poema antigo; mas será que temos certeza de que o charme, para o qual não bastam regras e estudo, tenha sido inteiramente transportado para a língua alemã? As quantidades silábicas são conservadas; mas a harmonia dos sons não poderia ser a mesma. A poesia alemã perde seu natural, seguindo passo a passo os traços do grego, sem poder adquirir a beleza da linguagem musical que se cantava ao som da lira. (ibidem, p. 147)</p>

Nesse texto, a autora defende o enriquecimento da língua e da literatura nacional a partir da tradução de literaturas estrangeiras, uma vez que “as belezas naturalizadas proporcionam ao estilo nacional novas feições e expressões mais originais” ([1820-1821] 2004, p. 143). Seu contexto de vida favoreceu a defesa das relações interculturais e da tradução, levando-a a uma perspectiva relativista da tradução, a qual amplia o estudo do texto para o estudo do contexto, passando a levar em conta o papel do tradutor. Enxergando “a salvação dos povos e das literaturas modernas por meio de intercâmbio, de troca dos valores culturais e artístico” (TORRES, 2015, p. 80), Madame de Staël critica seus conterrâneos: “é preciso que não se dê, como os franceses, sua própria cor a tudo que se traduz” ([1820-1821] 2004, p. 143).

O feito tradutório, segundo Mme de Staël, não consiste em transpor simplesmente pensamentos estrangeiros numa forma francesa anexando o outro dentro de uma cultura hegemônica, mas sim em apreender o sentido singular, a tonalidade e a energia de um texto. A obra estrangeira não poderia mais ser considerada como “bárbara”, pois seu valor se destaca nas suas diferenças e originalidade. A ideia da tradução, como ato ilustrando de maneira privilegiada as trocas ou o “comércio” intelectual, se encontra também formulada, na mesma época, por Schleiermacher e Goethe, ligada ao conceito de *Bildung*. Veiculando uma comunicação intercultural e um modelo de interpretação, a tradução mostra de modo exemplar a

problemática da leitura do espaço cultural europeu no início do século XIX e a apropriação de tudo que é estrangeiro. (TORRES, 2015, p. 83)

Em *Prologue à la traduction des Oeuvres de William Shakespeare* (*Prólogo à tradução das Obras de William Shakespeare por François-Victor Hugo*; [1865] 2004), Victor Hugo discorre sobre a tarefa de traduzir. Trata-se de um prefácio à segunda edição das traduções das *Obras completas* de Shakespeare pelo seu filho, François-Victor Hugo. Nela, valoriza o estudo por parte do tradutor não apenas da obra e do autor traduzido, como de suas influências literárias. A partir de exemplos de autores e suas referências – na prosa e na poesia – mostra a importância de o tradutor conhecer *bem* o mundo de seu autor. Além disso, de modo semelhante ao de Mme. Stäel, defende o fortalecimento da língua e da literatura nacional a partir da tradução:

Uma tradução é quase sempre considerada, pelo povo a quem é oferecida, como uma violência que se comete contra ele. O gosto burguês resiste ao espírito universal. Traduzir um poeta estrangeiro é aumentar a poesia nacional; este acréscimo desagrade àqueles que dele tiram proveito. É, ao menos, o começo; o primeiro movimento é a revolta. Uma língua na qual se transvasa assim um outro idioma faz o que pode para recusar. Ela será fortalecida mais tarde, por enquanto ela se indigna. O sabor novo lhe repugna. As locuções insólitas, as maneiras inesperadas, a irrupção selvagem de figuras desconhecidas, tudo isso é invasão. ([1865] 2004, p. 154)

Marcel Scwob, em *Avant propos à une traduction de Catulle en vers marotiques* (*Prefácio a uma tradução de Catulo em versos marotianos*; [1883-1886] 2004) – prólogo de uma tradução de alguns versos de Catulo –, apresenta os princípios de um método tradutivo denominado por ele de “analogia das línguas e literaturas com o mesmo grau de formação” (“*l’analogie des langues et des littératures aux mêmes degrés de formation*”). Nesse breve prefácio, defende a tradução de versos que conserve a forma. Assim, argumenta que “Catulo só seja traduzível em francês antigo” ([1883-1886] 2004, p. 179). Já seu outro texto *De l’art de traduire* (*Da arte de traduzir*; [1903-1905] 2004) traz conselhos um tanto quanto irônicos para tradutores de jornais e revistas de seu tempo. É clara a sua crítica às traduções realizadas às pressas e sem cuidados:

(...) qualquer um está em condições de se responsabilizar pela seção. De fato, basta procurar uma palavra no dicionário e representá-la por seu equivalente

francês, *sem mudá-lo de lugar*. Além das vantagens acima enumeradas, há a vantagem de ser fiel e exato sem fazer esforço algum. Se, ademais, uma palavra tiver vários significados no dicionário, basta escolher o primeiro, que deve ser o mais geral e, portanto, o mais vago. (...) Os seus erros (se você cometer algum) passarão por tolices dos alemães ou dos ingleses e você terá feito uma ação patriótica. ([1903-1905] 2004, p.186)

Vemos nos três representantes franceses do século XIX um movimento relativista da tradução. Embora os trechos analisados fossem consideravelmente curtos para uma reflexão mais aprofundada, notamos, especialmente em Scwob, uma preocupação com a forma sem que o contexto fosse deixado de lado. Nessa perspectiva, seria impossível transportar conteúdos exatamente iguais de uma língua a outra: “[o] sentido aqui é pensado como dependente das formas linguísticas em que é expresso, não existindo de modo algum fora delas. Qualquer alteração na forma implica necessariamente uma alteração de conteúdo” (CRUZ, 2012, p. 39).

Por último, temos o texto *Variations sur les Bucoliques de Virgile* (*Variações sobre as Bucólicas de Virgílio*; [1943-1945] 2004) de Paul Valéry, referente ao século XX. Nele, dentre os inúmeros comentários a respeito de Virgílio e as particularidades da versificação, encontramos 9 ocorrências do termo *langage*, todos com sentido de *língua* e *modo de falar*:

Quadro 8. *Variations sur les Bucoliques de Virgile* ([1943-1945] 2004): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português

Paul Valéry <i>Variations sur les Bucoliques de Virgile</i> ([1943-1945] 2004)		
	Original (1943-1945)	Tradução de Paulo Schiller (2004)
1	La langue latine est, em général, plus dense que la nôtre. Elle n’use pas d’articles ; elle fait l’économie des auxiliaires (du moins à l’époque classique) ; elle est avare de prépositions ; elle peut dire les mêmes choses en moins de mots, elle dispose d’ailleurs des arrangements de ceux-ci avec une liberté qui nous est presque entièrement refusée, et qui fait notre envie. Cette latitude est des plus favorables à la poésie, qui est <i>un art de contraindre continûment le langage à intéresser immédiatement l’oreille</i> (et par celle-ci tout ce que les sons peuvent exciter par eux-mêmes) <i>au moins autant qu’il ne fait l’esprit.</i> (p. 188)	A língua latina é, de modo geral, mais densa que a nossa. Ela não utiliza artigos; ela faz economia de auxiliares (ao menos na época clássica); ela é avarenta com as preposições; ela é capaz de dizer as mesmas coisas em menos palavras, ela dispõe, além disso, seus arranjos com uma liberdade que nos é quase inteiramente interdita, e nos causa inveja. Essa liberdade é das mais favoráveis à poesia, que é <i>a arte de obrigar, o tempo todo, a linguagem a convocar de imediato o ouvido</i> (e, com isso, tudo o que os sons podem estimular por si próprios), <i>ao menos na mesma medida em que o faz com o espírito.</i> (p. 189)
2	Un poème, au sens moderne (c’est-à-dire paraissant après une longue évolution et différenciation des fonctions du discours)	Um poema, no sentido moderno, (ou seja, que tenha surgido depois de uma longa evolução e diferenciação das funções do

	doit créer d'illusion d'une composition indissoluble de <i>son</i> et de <i>sens</i> , quoiqu'il n'existe aucune relation rationnelle entre ces constituants du langage , qui sont joints mot par mot dans notre mémoire, c'est-à-dire par le hasard, pour être à la disposition du besoin, autre effet du hasard. (p. 194)	discurso), deve criar a ilusão de uma composição indissolúvel de <i>som</i> e de <i>sentido</i> , ainda que não exista nenhuma relação racional entre esses constituintes da linguagem , reunidos palavra por palavra na nossa mente, ou seja, pelo acaso, para estarem à disposição da necessidade, outro efeito do acaso. (p. 195)
3-4	<i>Écrire quoi que ce soit</i> , aussitôt que l'acte d'écrire exige de la réflexion, et n'est pas l'inscription machinale et sans arrêts d'une parole intérieure toute spontanée, est un travail de traduction exactement comparable à celui qui opère la transmutation d'un texte d'une langue dans une autre. C'est que, dans le domaine d'existence d'une même langue, dont chacun satisfait à des conditions du moment et de circonstance, notre interlocuteur, nos intentions simples ou complexes, le loisir ou la hâte, et le reste, modifient notre discours. Nous avons un langage pour nous-mêmes, dont les autres manières de parler s'écartent plus ou moins ; un langage pour nos familiers ; un pour le commerce général ; un pour la tribune ; il y en a un pour l'amour ; un pour la colère ; un pour le commandement et un pour la prière ; il y en a un pour la poésie et un de prose, sinon plusieurs encore dans chacune ; et tout ceci dans le même vocabulaire (mais plus ou moins restreint ou étendu, selon le cas) et sous la même syntaxe. (p. 196)	<i>Escrever o que quer que seja</i> , de imediato o ato de escrever exige reflexão, e não é a inscrição mecânica e sem interrupções de uma fala interior espontânea, é um trabalho de tradução perfeitamente comparável ao que opera a transmutação de um texto de uma língua a outra. É o que, no território de existência de uma mesma língua, onde cada um satisfaz as condições do momento e as circunstâncias, o nosso interlocutor, as nossas intenções simples ou complexas, o tempo de sobra ou a pressa, e o restante, modificam o nosso discurso. Temos uma linguagem para nós mesmos, em que os outros modos de falar mais ou menos se descartam; uma linguagem para os nossos familiares; uma para o comércio em geral; uma para a tribuna; existe uma para o amor; uma para a cólera; uma para dar ordens e uma para as orações; existe uma para a poesia e uma para a prosa, senão muitas mais contidas em cada uma; e isso tudo com o mesmo vocabulário (mas mais ou menos restrito ou ampliado, segundo o caso) e sob a mesma sintaxe. (p. 197)
5	Le langage , ici, n'est plus un intermédiaire que la compréhension annule, une fois son office accompli ; il agit par sa forme, dont l'effet est de la faire aussitôt renaître et reconnaître elle-même. (p. 198)	A linguagem , aqui, não é mais um intermediário que a compreensão anula, uma vez cumprido seu papel; ela age por meio de sua forma, cujo efeito é de fazê-lo renascer e reconhecer a si mesma de imediato. (p. 199)
6	Le poète est une espèce singulière de traducteur qui traduit le discours ordinaire, modifié par une émotion, en ' langage des dieux' ; et son travail interne consiste moins à chercher des mots pour ses idées qu'à chercher des idées pour ses mots et ses rythmes prédominants. (p. 198)	O poeta é uma espécie singular de tradutor que traduz o discurso comum, modificado por uma emoção, para a ' linguagem dos deuses'; e seu trabalho interior consiste menos em buscar palavras para as suas ideias do que buscar ideias para as suas palavras e ritmos predominantes. (p. 199)
7	Quoique latiniste des moins sûrs de soi, cette mince et médiocre connaissance qui m'est restée du langage de Rome m'est infiniment précieuse. (p. 198)	Embora latinista dos menos seguros de si, esse parco e medíocre conhecimento que me restou da linguagem de Roma me é infinitamente precioso. (p. 199)
8-9	Quelques poètes seulement se sont consumés à rechercher l'euphonie continue de leurs vers, qui chez la plupart, est rare, et comme accidentelle. J'avoue avoir attaché à cette condition une importance première, et avoir	Somente alguns poetas se consumiram na busca da eufonia contínua de seus versos, que na maioria é rara, e como que accidental. Confesso ter atribuído a esta condição uma importância primordial, e ter sacrificado

sacrifié beaucoup à son observance. Je l'ai dit assez souvent : pour moi, le **langage** des dieux devant être discernable, le plus sensiblement qu'il se puisse du **langage** des hommes, tous les moyens qui le distinguent, s'ils conspirent, d'autre part, à l'harmonie, sont à retenir. Je suis partisan des inversions. (p. 206)

muito à sua observância. Eu o disse muitas vezes: para mim, a **linguagem** dos deuses tendo que ser discernível o mais sensivelmente possível da **linguagem** dos homens, todos os meios que a distinguem, se conspiram, por outro lado, pela harmonia, devem ser conservados. Sou partidário das inversões. (p. 207)

Valéry hierarquiza as línguas – no caso a latina e a francesa –, afirmando que o latim seria *mais favorável* à poesia. Busca a correspondência linha a linha entre os versos virgilianos e os seus, focando na forma. Afinal, de acordo com o autor, “em se tratando de poesia, a fidelidade restrita ao sentido é uma forma de traição” ([1943-1945] 2004, p. 195). A expressão *fiel* do pensamento é, portanto, “problema da prosa”. É como se Valéry tivesse duas concepções de tradução diferentes – uma focada na forma e outra no pensamento, uma para a poesia e outra para a prosa.

Embora alguns autores apresentados nesta seção se preocupem com o que o “bom tradutor” *deve* fazer, como buscar a *mesma* palavra utilizada no original ou uma “vestimenta do conteúdo” que agrade ao leitor, outros já mostram certa preocupação com a forma sem que o contexto seja deixado de lado – como Madame de Staël e Marcel Schwob, por exemplo. Entretanto, embora diferentes, as colocações sugerem sempre a discussão entre pensamento e forma cujo conceito de linguagem é vinculado ao conceito de língua. No item abaixo, passaremos à discussão dos textos presentes em Heidermann (2010), em que veremos um movimento já não tão próximo ao dos franceses citados em Faveri & Torres (2004).

2.3 Autores de expressão alemã

2.3.1 Heidermann (2010)

A antologia bilíngue (alemão-português) *Clássicos da Teoria da Tradução*, organizada por Heidermann (2010) e também publicada pelo Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução – NUPLITT da Universidade Federal de Santa Catarina, abrange alguns recortes da teoria da tradução em língua alemã. Veremos, ao final desta seção, como “a teoria alemã da tradução se constrói conscientemente contra as traduções ‘à francesa’” (BERMAN, [1984] 2002, p. 68).

Na tabela abaixo estão explicitados os autores e seus textos presentes na coletânea. Vale notar que, diferentemente de Faveri & Torres (2004), não temos acesso às datas de

publicação de duas obras, portanto nesses casos reproduzimos a notação *s/d* (sem data) no campo referente ao ano de lançamento do original. Assim, seguem a lista de autores com os títulos das obras em alemão e as datas de publicação, cronologicamente, além de seus tradutores para o português, segundo a coletânea:

Tabela 4. Autores e textos em Heidermann (2010)

Autor	Textos	Datas	Traduzido por
1. Novalis	1. <i>Vermischte Bemerkungen</i>	1797	Márcio Seligmann-Silva
2. Johann Wolfgang Goethe	2. <i>Drei Stücke vom Übersetzen</i>	s/d	Rosvitta Friesen Blume
3. Friedrich Schleiermacher	3. <i>Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens</i>	1813	Celso R. Braidia
4. Wilhelm von Humboldt	4. <i>Einleitung zu Agamemnon</i>	1816	Susana Kampff Lages
5. August Wilhelm Schlegel	5. <i>Über die Bhagavad-gita</i>	1826	Maria Aparecida Barbosa
6. Johann C. F. Hölderlin	6. <i>Anmerkungen zum Oedipus</i>	1804	Marcia Sá Cavalcante Schuback
	7. <i>Anmerkungen zur Antigona</i>	1804	
	8. <i>Briefe an Böhlendorff</i>	1801-1803	
7. Arthur Schopenhauer	9. <i>Über Sprache und Worte</i>	1891	Ina Emmel
8. Friedrich Nietzsche	10. <i>Zum Problem des Übersetzens</i>	s/d	Richard Zenker
9. Walter Benjamin	11. <i>Die Aufgabe des Übersetzers</i>	1923	Susana Kampff Lages
10. Hans-Georg Gadamer	12. <i>Aus: Wahrheit und Methode</i>	1960	Fabrizio Coelho
11. Eugenio Coseriu ⁴⁵	13. <i>Falsche und richtige Fragestellungen in der Übersetzungstheorie</i>	1978	Ina Emmel
	14. <i>Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten?</i>		
12. Wolfgang Klein		1991	Ina Emmel

Nota-se que essa coletânea não apresenta textos de Martinho Lutero, já que o autor é citado, como veremos adiante, na antologia da mesma coleção da Universidade Federal de Santa Catarina por Furlan (2006a). Dentre os textos analisados acima, apenas Hölderlin (2 ocorrências), Benjamin (12 ocorrências), Gadamer (16 ocorrências), Coseriu (1 ocorrência) e Klein (2 ocorrências) mencionam o termo *Sprache* com sentido de *linguagem*⁴⁶, em português. Como vimos no caso dos autores de expressão francesa na seção anterior, a

⁴⁵ Nota-se que, apesar de Coseriu ser romeno, tinha nacionalidade alemã e escreveu muitos textos na língua alemã.

⁴⁶ Vale lembrar que *Sprache*, em alemão, pode significar, dependendo do contexto, língua ou linguagem.

ausência do termo *Sprache* não indica a ausência de uma concepção de linguagem, precisa apenas ser explicitada. Os critérios para a seleção dos textos foram, de acordo com Heidermann (2010, p. 11), seu peso teórico “em relação à tradutologia e a tematização não só da língua alemã, mas da língua como tal”. De todos os 14 textos, apenas a conferência de Schleiermacher e o prefácio de Benjamin são apresentados de maneira completa.

O primeiro texto selecionado é *Vermischte Bemerkungen (Observações mescladas; [1797] 2010)*, de Novalis (1772-1801). Trata-se de uma exposição curta sobre um modelo triádico de tradução, subdividido em três categorias: (i) a mítica, a qual “expõe o caráter puro e completo da obra de arte inividual”, (ii) a gramatical, “no sentido habitual”, e a modificadora (iii), que depende do “mais elevado espírito poético” ([1797], 2010, p. 23). A tradução mítica, que Novalis considerava a mais satisfatória, “não nos dá a obra de arte real, mas o ideal da mesma” ([1797], 2010, p. 23). Conforme resume o tradutor do excerto, Márcio Seligmann-Silva, para Novalis, “tudo pode ser *übersetzt*, ou seja, traduzido e *elevado (übersetzen)* desses três modos: um mais literal (que envolve a capacidade técnica e erudição); um que exige ser ‘o poeta do poeta’ e o terceiro, de estilo mais elevado, que apresenta o próprio ideal da obra” (HEIDERMAN, 2010, p. 25).

De acordo com Berman ([1984] 2002, p. 39), Novalis via a linguagem como instrumento do sujeito pensante e

instituída pelo espírito como seu modo de expressão. Em tal concepção, ela nunca pode ser pensada como essa dimensão indomável do ser humano, que o confronta com a multiplicidade ao mesmo tempo empírica e “transcendental” das línguas: o ser Babel opaco da linguagem natural.

Juntos, Novalis e os irmãos Schlegel representam parte do romantismo alemão, em que a tradução, diferentemente do que defendiam os adeptos das *belles infidèles*, pode superar o original. Citando mais uma vez comentários do tradutor Márcio Seligmann-Silva:

“Traduzir”, escreveu Novalis, numa carta a August Wilhelm Schlegel de novembro de 1797, tratando da sua tradução da obra de Shakespeare, “é tanto poetar (*dichten*) como produzir obras próprias – e mais difícil, mais raro. Afinal de contas, toda poesia é tradução. Eu estou convencido que o Shakespeare alemão é presentemente melhor que o inglês” (Novalis, op. cit., vol. I 648). Ou seja, para os românticos, a tradução pode ser superior ao próprio original. A hierarquia entre “modelo” e “cópia”, típica da teoria

estética clássica bem como da tradução pré-romântica, é, desse modo, implodida. (HEIDERMAN, 2010, p. 24)

Drei Stücke vom Übersetzen (Três trechos sobre tradução; [s/d] 2010), de Johann Wolfgang Goethe (1749-1832), correspondem a três fragmentos originários de: I. *Dichtung und Wahrheit* (Art. Ged. Ausg. vol. 10, p. 540); II. *Zu brüderlichem Andenken Wielands* (Art. Ged. Ausg. vol. 12, p. 705); e III. *Noten und Abhandlungen zu bessern Verständnis des west-östlichen Divans* (Art. Ged. Ausg. vol. 3, p. 554). Goethe enfatiza a importância de o tradutor ter um amplo conhecimento não apenas das línguas em jogo, mas também de áreas como poesia, filologia e filosofia. Afasta-se, assim, da ideia até então em voga de que a tradução é apenas forma.

As considerações de Goethe seriam mais tarde aprofundadas por Schleiermacher, tal como descreveremos a seguir. Discorre, por exemplo, sobre duas máximas da tradução: “uma exige que o autor de uma nação desconhecida seja trazido até nós, de tal maneira que possamos considerá-lo nosso” e a “outra, ao contrário, exige de nós, que vamos ao encontro do estrangeiro e nos sujeitemos às suas condições, sua maneira de falar, suas particularidades” ([s/d], 2010, p. 31). Em poucas palavras, isso significa deixar “o estrangeiro à nossa maneira” ou efetuar uma “transposição para as condições do estrangeiro” ([s/d], 2010, p. 19-21).

Goethe ainda distingue três tipos de tradução, todos ligados de alguma maneira com o estrangeiro: o primeiro “nos apresenta o estrangeiro à nossa maneira”, o segundo “procura a transposição para as condições do estrangeiro mas, na verdade, apenas para se apropriar do sentido desconhecido e constituir-lo com sentido próprio” e o terceiro, “mais elevado e último, onde se procura tornar a tradução idêntica ao original, não de modo que um deva vigorar ao invés do outro, mas no lugar do outro” ([s/d], 2010, p. 31-33). Conforme sublinha Berman ([1984] 2002, p. 108-109), o último modo

é na verdade “supremo” enquanto constitui uma *última possibilidade do traduzir* (a versão interlinear consciente de si mesma) e enquanto com ele se inicia a curva do ciclo pelo qual tudo volta ao ponto de partida. Do modo um ao modo três, é toda a translação do próprio ao estrangeiro que se completou, e para Goethe é evidente que não há outros modos possíveis. Segundo os diferentes domínios da tradução, esses modos podem, além disso, coexistir (...).

As traduções de Friedrich Schleiermacher (1768-1834) para o alemão, muito respeitadas até hoje, fazem com que sua visão sobre a tradução seja de bastante relevância para os estudos tradutológicos. Logo no início de *Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens* (*Sobre os diferentes métodos de tradução*), lido pelo autor na Academia Real de Ciências, em Berlim ([1813] 2010), Schleiermacher afirma que as traduções estão em toda a parte, *até mesmo dentro de uma só língua*. Elenca, assim, algumas questões que hoje em dia interessam aos sociolinguistas, tais como a influência da variação dialetal, temporal, espacial e social no falar de uma mesma língua. Argumenta, desse modo, pela “necessidade de traduzir também dentro da própria língua ou dialeto” ([1813], 2010, p. 41). Apesar de dar bastante ênfase a este tópico no início do ensaio, sua apresentação é centralizada na tradução interlingual, como mais tarde definiria Jakobson.

Pensando na tradução de línguas estrangeiras, Schleiermacher distingue-a em dois campos: (I) dos negócios e (II) da ciência e da arte. De acordo com o autor, enquanto o primeiro teria como agente o intérprete, no segundo teríamos a atuação do verdadeiro tradutor. Assim, caracteriza a interpretação como negociação (oralidade) e a tradução como produção literária e científica (escrita). Esses dois tipos de texto – comerciais e artísticos – requerem, por consequência, dois diferentes tipos de tradutores. Dentro do campo da ciência e da arte, Schleiermacher distingue a paráfrase da imitação, sendo a primeira específica do ramo científico (foco no conteúdo) e a segunda específica do ramo das artes (foco na forma), em que se tem, apesar das diferenças de material, maior aproximação com o original.

Tratando mais especificamente do *verdadeiro tradutor*, Schleiermacher afirma ainda que um de seus grandes objetivos é levar ao encontro seu autor e seu leitor, tendo o tradutor dois caminhos para tal consolidação: “ou bem o tradutor deixa o escritor o mais tranquilo possível e faz com que o leitor vá a seu encontro, ou bem deixa o mais tranquilo possível o leitor e faz com que o escritor vá a seu encontro” ([1813], 2010, p. 57). Distingue, desse modo, duas abordagens: uma que enfatiza o mundo do leitor e outra – a qual defendia – que enfatiza o mundo do texto original, ou seja, a estrangeirização⁴⁷ do texto.

A favor de uma Alemanha estado-nação, Schleiermacher, também em sentido contrário das *belles infidèles* – que deixavam os textos à maneira francesa –, via na estrangeirização uma oportunidade de enriquecimento e valorização da língua e da cultura

⁴⁷ Termo cristalizado com Venuti (1995).

alemã. É nesse contexto que Schleiermacher chama a atenção para a “irracionalidade das línguas”, ou seja, a *diferença*⁴⁸.

Como veremos adiante, Schleiermacher teve uma expressiva contribuição para a hermenêutica moderna. De acordo com Berman ([1984] 2002, p. 254), ele

consagra toda sua maturidade à elaboração, paralelamente a uma obra de teólogo e de tradutor (Platão), de uma teoria da hermenêutica. De fato, é preciso considerá-lo como fundador dessa hermenêutica moderna que se considera uma teoria da *compreensão*.

(...)

Teoricamente, a compreensão move-se em todos os planos que podem se referir à inter-expressividade dos sujeitos, mas descobre-se que seu espaço de ação fundamental é a *linguagem*. (grifos do autor)

Conterrâneo de Schleiermacher, Wilhelm von Humboldt (1767-1835), tal como visto no capítulo 1, propôs uma nova maneira de conceber as relações entre pensamento, razão e linguagem, considerando a linguagem como “elemento constitutivo do pensamento e do conhecimento” (SEGATTO, 2009, p. 193). Em *Einleitung zu Agamemnon (Introdução a Agamênon)* ([1816] 2010), – fragmento disponibilizado em Heidermann (2010) –, faz uma análise não apenas da técnica métrica, como da questão da tradução literária. Para Humboldt, nenhuma palavra de uma língua é perfeitamente igual a sua tradução; os conceitos são, assim, expressos de modos distintos. Para ele, “nenhum escritor escreveria numa outra língua a mesma coisa e do mesmo modo” ([1816], 2010, p. 111). Além de tratar da diversidade sinonímica e referencial entre as línguas, conclui o que outros autores diriam mais recentemente: que as traduções “são, mais do que obras duradouras, trabalhos que, a partir de um parâmetro estável, põem à prova o estado de uma língua em uma determinada época, o definem e devem influir sobre ele, tendo sempre de ser refeitas” ([1816], 2010, p. 117).

August Wilhelm Schlegel (1767-1845), autor de *Über die Bhagavad-gita (Sobre a Bhagavad-gita; [1826] 2010)*, também entendia a tradução como mediadora de diferentes culturas, sendo o tradutor o “mensageiro de uma nação a outra, um mediador de respeito e admiração mútua, onde sem ele haveria indiferença ou mesmo aversão” ([1826], 2010, p. 123). Assim como para seu irmão Friedrich Schlegel (1772-1829), a tradução é uma categoria conceitual, em que, tal como para Humboldt, a fidelidade está para o todo e não para suas partes. August e Friedrich se complementavam:

⁴⁸ Tema já levantado na Introdução deste trabalho que será aprofundado no capítulo 3.

Enquanto August contribuiu decisivamente para estimular o interesse dos românticos por línguas e culturas estrangeiras e por estudá-las e traduzir várias obras de uma maneira sistemática e científica, a filosofia e o pensamento estético de Friedrich, por sua vez, estavam bastante influenciados pelas traduções portuguesas, espanholas e italianas, e por outras de origem asiática, quando ele postulou formas artísticas mais flexíveis, independentes de regras [...]. (BARBOSA, 2006, p. 46)

Na mesma linha dos autores acima, Johann Christian Friedrich Hölderlin (1770-1843) descreve alguns problemas de tradução a partir da análise poética das traduções de Sófocles e de algumas cartas. Em Heidermann (2010), temos acesso aos textos *Anmerkungen zum Oedipus* (*Observações sobre o Édipo*; [1804] 2010), *Anmerkungen zur Antigone* (*Observações sobre a Antígona*; [1804] 2010) e *Briefe an Böhlendorff* (*Cartas*; [1801-1803] 2010). Nas palavras de sua tradutora Márcia Sá Cavalcante Schuback,

[e]m linhas gerais, Hölderlin insiste em que traduzir de uma língua para outra não significa encontrar equivalências ou semelhanças entre dois universos linguísticos diversos. (...) A teoria de tradução elaborada por Hölderlin pressupõe uma redefinição radical do que seja linguagem. A linguagem não é mais entendida como sinal ou referência à outra coisa, não é mais assumida como expressão de um estado interior da alma, mas como o real ele mesmo. A linguagem conta de si mesma. Nisso está o trágico e o poético da vida. (HEIDERMANN, 2010, p. 131)

Dentre os textos acima, temos, em *Anmerkungen zur Antigone*, duas ocorrências de *Sprache* como modo de falar:

Quadro 9. *Anmerkungen zur Antigone* ([1804] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português

Johann Christian Friedrich Hölderlin <i>Anmerkungen zur Antigone</i> ([1804] 2010)	
Original (1804)	Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback (2010)
1 Das Liebenswürdige, Verständige im Unglück. Das Träumerischnaive. Eigentliche Sprache des Sophokles, da Aeschylus und Euripides mehr das Leiden und den Zorn, weniger aber des Menschen Verstand, als unter Undenkbarem wandelnd, zu objectiviren wissen. (p. 150)	A amorosidade, a sensatez também no infortúnio. A ingenuidade sonhadora. Linguagem própria de Sófocles ao passo que Ésquilo e Eurípides sabiam objetivar melhor o sofrimento e a cólera e menos o entendimento humano, esse que se transforma pelo impensável. (p. 151)

2	<p>Wohl der höchste Zug an der Antigonä. Der erhabene Spott, so fern heiliger Wahnsinn höchste menschliche Erscheinung, und hier mehr Seele als Sprache ist, übertrifft alle ihre übrigen Äußerungen; und es ist auch nöthig, so im Superlative von der Schönheit zu sprechen, weil die Haltung unter anderem auch auf dem Superlative von menschlichem Geist und heroischer Virtuosität beruht. (p. 152)</p>	<p>De certo, o traço mais elevado da Antígona. O escárnio sublime, o desvario sagrado é a manifestação mais elevada do homem e, aqui, mais alma do que linguagem prevalece em todas as demais expressões. É preciso também que se fale da beleza nesse superlativo porque atitude, dentre outras coisas, também repousa sobre o superlativo do espírito humano e da virtuosidade heroica. (p. 153)</p>
---	--	---

Antes de seguirmos para os próximos autores selecionados por Heidermann (2010), é importante lembrar que os pensadores mencionados acima – Goethe, Schleiermacher, Humboldt, Hölderlin, os irmãos August W. e Friedrich Schlegel e Novalis (citados aqui na sequência de seu nascimento) – são ícones de um período chave para a mudança de perspectiva não apenas sobre a tradução, mas principalmente sobre as relações entre língua, linguagem e pensamento. É dessa forma que o “intercâmbio de experiências entre diferentes formas de manifestação artística” e as “questões de identidade cultural e nacional” levantadas nesse momento (final do século XVIII até metade do XIX) contribuíram diretamente para a posição de destaque que a Alemanha ocupa hoje nos estudos da tradução (AZENHA JUNIOR, 2003, p. 35).

Juntos, representam o pensamento relativista que, resumidamente, defende a existência de uma relação *construída* entre original e tradução, cujos conceitos são expressos de modo distinto em que o tradutor passa a ser um mediador. Diferentemente da perspectiva classicista, para os românticos alemães pensamento e linguagem são indissociáveis. Humboldt (2006, p. 17), tal como já mencionado no capítulo anterior, defende que

[o] processo de pensar nunca trata de um objeto de forma isolada, nem dele precisa no todo de sua realidade. Ele extrai apenas relações, referências, pontos de vistas, e faz interligações. A palavra não é, de maneira alguma, apenas um substrato vazio, no qual podem ser inseridos tais detalhes, mas sim uma forma sensorial que, através de sua simplicidade evidente, mostra instantaneamente que também o objeto expressado só deve ser imaginado de acordo com as necessidades do pensamento (...).

Para Schleiermacher, inspirado nas ideias de Goethe e Humboldt, “cada homem está sob o poder da língua que ele fala; ele e seu pensamento são um produto dela”, de modo que “cada homem de livre pensar e espiritualmente espontâneo molda também a língua” ([1813],

2010, p. 49). Tal abordagem é completamente contrária ao que se postulava anteriormente, no classicismo francês, em que se tinha uma visão racionalista da linguagem, não havendo, para seus defensores, relação entre a palavra e o conteúdo do pensamento:

No interior de um tal paradigma, perfeitamente condizente com o predomínio da razão no Século das Luzes, qualquer que fosse a forma atribuída ao pensamento, ele forçosamente continuaria a ser universalmente válido. Como consequência, na operação de tradução de um mesmo pensamento para uma outra forma linguística, o trabalho do tradutor se resumiria a uma operação mecânica de transcodificação, de substituição formal destituída de criatividade, marcada e inspirada por uma visão estática da linguagem, que recusava a paráfrase e a interpretação e da qual resultariam padrões de tradução. (AZENHA JUNIOR, 2003, p. 38)

A leitura de *Über Sprache und Worte* (*Sobre língua e palavras*; [1891] 2010), de Arthur Schopenhauer (1788-1860), lembra Humboldt e sua *Introdução a Agamênon*. O texto ao qual nos referimos se encontra, de acordo com Heidermann (2010), sob identificação § 309, no capítulo XXV “Ueber Sprache und Worte” de *Parerga e Paralipomena*. Segundo Schopenhauer, “[n]ão se encontra para cada palavra de uma língua um equivalente exato em cada uma das demais línguas. Portanto, vários conceitos, que são designados pelas palavras de determinada língua, não serão exatamente os mesmos que aqueles expressos pelas palavras da outra língua” ([1891] 2010, p. 179).

Para ilustrar sua ideia, afirma que, quando numa dada língua certo conceito não é designado por uma palavra específica, “o léxico se encarrega de oferecer várias outras expressões semelhantes entre si, não de forma concêntrica, mas em várias direções paralelas” ([1891] 2010, p. 181). A linguagem, dessa forma, “não coincide completamente com a totalidade das relações abstratas entre conceitos. Um conceito nem sempre é bem representado por uma palavra; fato esse observável na relação entre as diversas línguas” (MOREIRA, 2013, p. 281). Isso significa, para ele, que quase nunca se consegue transpor de uma língua para outra integralmente o mesmo efeito. Por isso, de acordo com sua visão de tradução, a poesia não pode ser traduzida, mas repoeitada. Chama a atenção, assim, para “a deficiência inevitável de todas as traduções” ([1891] 2010, p. 181), uma vez que, segundo o autor, pensamos diferentemente em cada língua.

Friedrich Nietzsche (1844-1900), nascido já praticamente na segunda metade do século XVIII, é lembrado por Heidermann (2010) com dois breves fragmentos sobre o

problema da tradução – *Zum Problem des Übersetzens (Sobre o problema da tradução*; [s/d] 2010). No primeiro excerto, Nietzsche destaca a importância histórica da tradução: “pode-se avaliar o senso histórico de uma época pelo modo como nela são realizadas as *traduções* (...). [O]s franceses da escola de Corneille, e também os da Revolução, [por exemplo,] se apropriaram da Antiguidade romana de um modo hoje inadmissível graças à nossa compreensão histórica superior” ([s/d] 2010, p. 195, grifo do autor).

Da mesma forma, os romanos muitas vezes desconsideravam as especificidades de uma obra grega, tais como nomes e características próprias de uma cidade, para colocar no lugar o que lhes era contemporâneo. Como bem resume Nietzsche, esses são casos em que se conquistava traduzindo, deixando-se de lado o que era histórico. No segundo fragmento, o autor defende que “[o] que há de pior para se traduzir de uma língua para a outra é o tempo do seu estilo: aquele baseado no caráter da raça, ou dito de modo mais fisiológico, no tempo médio do seu ‘metabolismo’” ([s/d] 2010, p. 197). Por conta disso, problematiza a intraduzibilidade afirmando que “[e]xistem traduções com intenções honestas que são quase falsificações e vulgarizações involuntárias do original” (idem).

Passando para o início do século XX, temos o ensaio completo de Walter Benjamin (1892-1940), *Die Aufgabe des Übersetzers (A tarefa do tradutor*; [1923] 2010), prefaciando sua tradução para o alemão de *Tableaux Parisiens*. Apesar de nessa época os estudos da tradução ainda não estarem formalmente sistematizados, Benjamin já inicia uma discussão que mais tarde influenciaria muitos estudiosos, principalmente a partir da década de 50.

Desconsiderando o papel do receptor, argumenta que, tal como “[n]enhum poema dirige-se, pois, ao leitor, nenhum quadro, ao espectador, nenhuma sinfonia, aos ouvintes”, a tradução também não deve objetivar um receptor. Esta afirmação, segundo Furlan (1996, p. 99), “provocou a ira de muitos teóricos, sobretudo da *Estética da Recepção*, que tem no leitor/receptor o ponto de partida para suas análises artísticas e literárias”.

Na sequência, Benjamin insiste que o essencial numa forma artística não é a comunicação, nem o enunciado, mas “o que está além do que é comunicado” ([1923] 2010, p. 203), ou seja, o *poético*. Como consequência, ressalta que, para o tradutor restituir o que está “para além do que é comunicado”, deve ele mesmo tornar-se um poeta ([1923] 2010, p. 203). A tradução, assim, é uma *forma* regida pelas leis de traduzibilidade do original ([1923] 2010, p. 205), traduzibilidade essa, em essência, inerente a certas obras, o que não implica dizer, no entanto, que sua tradução seja essencial para elas mesmas. É nesse momento que Benjamin

caracteriza a relação entre original e tradução como *íntima conexão*, assinalando a tradução de obras importantes como sua *conexão de vida* ([1923] 2010, p. 207).

Ao citar a questão da traduzibilidade pela primeira vez, o autor remete à “traduzibilidade de criações de linguagem”, a qual, segundo ele, “deveria ser levada em consideração, ainda que elas [as criações] fossem intraduzíveis para os homens” ([1923] 2010, p. 205):

Quadro 10. *Die Aufgabe des Übersetzers* ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (I)

Walter Benjamin	
<i>Die Aufgabe des Übersetzers</i> ([1923] 2010)	
Original (1923)	Tradução de Susana Kampff Lages (2010)
1-2 Entsprechend bliebe die Übersetzbarkeit sprachlicher Gebilde auch dann zu erwägen, wenn diese für die Menschen unübersetzbar wären. Und sollten sie das bei einem gewissen Begriff von Übersetzung nicht wirklich bis zu einem gewissen Grade sein? — In solcher Loslösung ist die Frage zu stellen, ob Übersetzung bestimmter Sprachgebilde zu fordern sei. Denn es gilt der Satz: Wenn Übersetzung eine Form ist, so muß Übersetzbarkeit gewissen Werken wesentlich sein. (p. 204)	De maneira análoga, a traduzibilidade de criações de linguagem [<i>Sprachgebilde</i>] deveria ser levada em consideração, ainda que elas fossem intraduzíveis para os homens. E, não seriam elas, até certo ponto, de fato intraduzíveis, se partirmos de um conceito rigoroso de tradução? E é a partir de uma tal dissociação que se deve questionar, se a tradução de determinadas composições de linguagem deve ou não ser exigida. Pois vale o princípio: se a tradução é uma forma, a traduzibilidade deve ser essencial a certas obras. (p. 205)

Mais tarde, quando discute a relação entre as línguas, diz que, apesar de parecerem estranhas umas às outras, são “afins naquilo que querem dizer” ([1923] 2010, p. 209):

Desse modo, a finalidade da tradução consiste, em última instância, em expressar o mais íntimo relacionamento das línguas entre si. Ela própria não é capaz de revelar, nem é capaz de instituir essa relação oculta; pode, porém, apresentá-la, realizando-a em germe ou intensivamente. E essa apresentação de um objeto significado pela tentativa, pelo germe de sua produção, é um modo muito peculiar de apresentação, o qual dificilmente pode ser encontrado no âmbito da vida não-linguística. Pois esta última conhece, nas analogias e nos signos, outros tipos de referência, além da realização intensiva, isto é, alusiva, antecipatória. Mas aquela relação muito íntima entre as línguas, na qual se pensou, é de uma convergência muito particular. Consiste no fato de que as línguas não são estranhas umas às outras, sendo *a priori* — e abstraindo de todas as ligações históricas — *afins naquilo que querem dizer*. ([1923] 2010, p. 209, grifos nossos)

Rejeitando a teoria tradicional da tradução, questiona: “[s]e for a afinidade entre as línguas o que se deve verificar nas traduções, como poderiam elas fazê-lo, senão pela transposição mais exata possível da forma e do sentido original?” ([1923] 2010, p. 210). É nesse momento que Benjamin expõe que tal *afinidade entre as línguas* é muito mais *profunda e determinada* e que não está contida na “semelhança superficial e vaga entre duas obras poéticas” (idem). O resgate de tal semelhança, porém, não está pautado na imitação do original, mesmo porque, segundo o autor (ocorrências 3-4 abaixo), é preciso considerar a *tendência de linguagem*:

Quadro 11. *Die Aufgabe des Übersetzers* ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (II)

3-4	Es gibt eine Nachreife auch der festgelegten Worte. Was zur Zeit des Autors Tendenz seiner dichterischen Sprache gewesen sein mag, kann später erledigt sein, immanente Tendenzen vermögen neu aus dem Geformten sich zu erheben. Was damals jung, kann später abgebraucht, was damals gebräuchlich, später archaisch klingen. Das Wesentliche solcher Wandlungen wie auch der ebenso ständigen des Sinnes in der Subjektivität der Nachgeborenen statt im eigensten Leben der Sprache und ihrer Werke zu suchen, hieße — zugestanden selbst den krudesten Psychologismus — Grund und Wesen einer Sache verwechseln, strenger gesagt aber, einen der gewaltigsten und fruchtbarsten historischen Prozesse aus Unkraft des Denkens leugnen. (p. 210)	Existe uma maturação póstuma mesmo das palavras que já se fixaram: o que à época do autor pode ter obedecido a uma tendência de sua linguagem poética, poderá mais tarde esgotar-se; tendências implícitas podem surgir como novas da forma criada [<i>Geformten</i>]. Aquilo que antes era novo, mais tarde poderá soar gasto; o que antes era de uso corrente pode vir a soar arcaico. Procurar o essencial de tais mudanças (bem como das igualmente constantes modificações do sentido) na subjetividade dos pósteros, em vez de buscá-lo na vida mais íntima da linguagem e de suas obras, seria, mesmo se admitirmos o mais tosco psicologismo, confundir fundamento e essência de um objeto; expresso de modo mais rigoroso: seria negar um dos processos históricos mais poderosos e produtivos por impotência do pensamento. (p. 211)
-----	---	--

De acordo com Benjamin, portanto, “a afinidade entre as línguas se anuncia na tradução”, porém tal “afinidade não implica necessariamente semelhança” ([1923] 2010, p. 211). É nesse momento que faz uma ressalva:

Quadro 12. *Die Aufgabe des Übersetzers* ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (III)

5-6	Vielmehr beruht alle überhistorische Verwandtschaft der Sprachen darin, daß in ihrer jeden als ganzen jeweils eines, und zwar dasselbe gemeint ist, das dennoch	Toda afinidade suprahistórica entre as línguas repousa no fato de que, em cada uma delas, tomada como um todo, uma só e a mesma coisa é visada; algo que, no entanto,
-----	---	---

	keiner einzelnen von ihnen, sondern nur der Allheit ihrer einander ergänzenden Intentionen erreichbar ist: die reine Sprache . Während nämlich alle einzelnen Elemente, die Wörter, Sätze, Zusammenhänge von fremden Sprachen sich ausschließen, ergänzen diese Sprachen sich in ihren Intentionen selbst. Dieses Gesetz, eines der grundlegenden der Sprachphilosophie , genau zu fassen, ist in der Intention, vom Gemeinten die Art des Meinens zu unterscheiden. (p. 212)	não pode ser alcançado por nenhuma delas, isoladamente, mas somente na totalidade de suas intenções reciprocamente complementares: a pura língua ou linguagem [<i>Sprache</i>]. Pois enquanto todos os elementos isolados — as palavras, frases, nexos sintáticos — das línguas estrangeiras se excluem, essas línguas se complementam em suas intenções mesmas. Compreender com exatidão essa lei (uma das fundamentais da filosofia da linguagem) significa diferenciar, na intenção, o visado [<i>das Gemeinte</i>] do modo de visar [<i>die Art des Meinens</i>]. (p. 213)
7	Bei den einzelnen, den unergänzten Sprachen nämlich ist ihr Gemeintes niemals in relativer Selbständigkeit anzutreffen, wie bei den einzelnen Wörtern oder Sätzen, sondern vielmehr in stetem Wandel begriffen, bis es aus der Harmonie all jener Arten des Meinens als die reine Sprache herauszutreten vermag. So lange bleibt es in den Sprachen verborgen. (p. 212)	Pois, nas línguas tomadas isoladamente, incompletas, aquilo que é visado nunca se encontra de maneira relativamente autônoma, como nas palavras e frases tomadas isoladamente; encontra-se em constante transformação, até que da harmonia de todos aqueles modos de visar ele consiga emergir como pura linguagem . Até então, permanece oculto nas línguas. (p. 213)

Retomemos aqui a ocorrência 5: quando Benjamin diz que as línguas são “afins naquilo que querem dizer” ([1923] 2010, p. 209), significa, portanto, que possuem “intenções reciprocamente complementares: a pura língua ou⁴⁹ linguagem [*Sprache*]” ([1923] 2010, p. 213). Para exemplificar seu raciocínio, cita as palavras em alemão e em francês *brot* e *pain*, respectivamente, afirmando que em ambas as línguas “o visado é o mesmo; mas o modo de visar, ao contrário, não o é” ([1923] 2010, p. 213). Conclui, por fim, que “o que de fato se complementa nelas é o modo de designar convertido naquilo que é designado” ([1923] 2010, p. 213):

Quadro 13. *Die Aufgabe des Übersetzers* ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (IV)

8	In der Art des Meinens nämlich liegt es, daß beide Worte dem Deutschen und Franzosen	Está implícito, pois, no modo de visar, o fato de que ambas as palavras significam algo
---	--	---

⁴⁹ Nota-se aqui duas possíveis traduções para *die reine Sprache* oferecidas por Susana Kampff Lages, a tradutora do texto de Benjamin para o português, que, cuidadosamente, nos lembra, em nota, uma particularidade da palavra alemã *Sprache* importante para o nosso trabalho: “*Sprache*, em alemão, pode significar língua (língua natural: a língua alemã) e linguagem (fenômeno simbólico da comunicação humana)” (HEIDERMANN, 2010, p. 229). A tradução de *Sprache* e suas variações é determinada, assim, não somente pelo co(n)texto, mas especialmente pelo conhecimento linguístico do leitor-tradutor – diferentemente do que ocorre no português, no espanhol e no francês, por exemplo, em que temos, respectivamente, uma palavra para cada conceito: *língua/linguagem*, *lengua/lenguaje* e *langue/langage*. Trataremos dessa questão logo adiante.

	<p>je etwas Verschiedenes bedeuten, daß sie für beide nicht vertauschbar sind, ja sich letzten Endes auszuschließen streben; am Gemeinten aber, daß sie, absolut genommen, das Selbe und Identische bedeuten. Während dergestalt die Art des Meinens in diesen beiden Wörtern einander widerstrebt, ergänzt sie sich in den beiden Sprachen, denen sie entstammen. Und zwar ergänzt sich in ihnen die Art des Meinens zum Gemeinten. Bei den einzelnen, den unergänzten Sprachen nämlich ist ihr Gemeintes niemals in relativer Selbständigkeit anzutreffen, wie bei den einzelnen Wörtern oder Sätzen, sondern vielmehr in stetem Wandel begriffen, bis es aus der Harmonie all jener Arten des Meinens als die reine Sprache herauszutreten vermag. So lange bleibt es in den Sprachen verborgen. Wenn aber diese derart bis ans messianische Ende ihrer Geschichte wachsen, so ist es die Übersetzung, welche am ewigen Fortleben der Werke und am unendlichen Aufleben der Sprachen sich entzündet, immer von neuem die Probe auf jenes heilige Wachstum der Sprachen zu machen: wie weit ihr Verborgenes von der Offenbarung entfernt sei, wie gegenwärtig es im Wissen um diese Entfernung werden mag. (p. 212 e p. 216)</p>
<p>9</p>	<p>Damit ist allerdings zugestanden, daß alle Übersetzung nur eine irgendwie vorläufige Art ist, sich mit der Fremdheit der Sprachen auseinanderzusetzen. Eine andere als zeitliche und vorläufige Lösung dieser Fremdheit, eine augenblickliche und endgültige, bleibt den Menschen versagt oder ist jedenfalls unmittelbar nicht anzustreben. Mittelbar aber ist es das Wachstum der Religionen, welches in den Sprachen den verhüllten Samen einer höhern reift. Übersetzung also, wiewohl sie auf Dauer ihrer Gebilde nicht Anspruch erheben kann und hierin unähnlich der Kunst, verleugnet nicht ihre Richtung auf ein letztes, endgültiges und entscheidendes Stadium aller Sprachfügung. (p. 214)</p> <p>diferente para um alemão e um francês, respectivamente; que, para eles, elas não são intercambiáveis e que, aliás, em última instância, almejem excluir-se mutuamente; quanto ao objeto visado, porém, tomadas em termos absolutos, elas significam a mesma e idêntica coisa. De tal forma, o modo de visar nessas duas palavras se opõe, ao passo que ele se complementa nas duas línguas às quais elas pertencem. E o que se complementa nelas é o modo de visar convergindo para o que é visado. Pois, nas línguas tomadas isoladamente, incompletas, aquilo que é visado nunca se encontra de maneira relativamente autônoma, como nas palavras e frases tomadas isoladamente; encontra-se em constante transformação, até que da harmonia de todos aqueles modos de visar ele consiga emergir como pura linguagem. Até então, permanece oculto nas línguas. Entretanto, quando crescerem de tal forma a ponto de alcançar ao fim messiânico de sua história, será à tradução — que se inflama na eterna pervivência das obras e no infinito reviver das línguas — que tocará pôr novamente à prova aquele crescimento sagrado das línguas: a que distância está da Revelação aquilo que elas ocultam? Em que medida pode, ciente dessa distância, o elemento oculto tornar-se presente? (p. 21 e p. 215)</p> <p>Admite-se com isso, evidentemente, que toda tradução é apenas uma forma, de algum modo provisória, de lidar com a estranheza das línguas. Permanece vedada aos homens (ou pelo menos não pode ser aspirada imediatamente) solução não temporal e provisória para essa estranheza, uma solução instantânea e definitiva. De maneira mediada, contudo, é o crescimento das religiões o responsável pelo amadurecimento da semente encoberta de uma língua mais elevada. Portanto, a tradução, embora não possa pretender que suas obras perdurem — e nisso diferencia-se da arte — não nega seu direcionamento a um estágio último, definitivo e decisivo de toda construção de linguagem [<i>Sprachfügung</i>]. (p. 215)</p>

Furlan (1996, p. 101) resume bem as ideias de Benjamin acima mencionadas:

Nas palavras *Brot* e *pain* (pão) o significado é, na verdade, o mesmo; não o é, ao contrário, o modo de significá-lo. É no modo de significar que ambas as palavras significam algo diferente para o alemão e para o francês, e não são cambiáveis entre si, e em última instância, anseiam se excluir; é no significado, porém, tomado em sentido absoluto, que significam o mesmo e o idêntico. Enquanto o modo de significar se opõe nestas duas palavras entre si, ele se completa em ambas as línguas, das quais provêm. E, na verdade, o modo de significar se completa nelas no significado.

A tradução seria então a forma que, na passagem de uma língua a outra, fosse representativa da “verdadeira linguagem” (ocorrência 11):

Quadro 14. *Die Aufgabe des Übersetzers* ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (V)

<p>10-11</p> <p>Die Übersetzung aber sieht sich nicht wie die Dichtung gleichsam im innern Bergwald der Sprache selbst, sondern außerhalb desselben, ihm gegenüber, und ohne ihn zu betreten, ruft sie das Original hinein, an denjenigen einzigen Ort hinein, wo jeweils das Echo in der eigenen den Widerhall eines Werkes der fremden Sprache zu gehen vermag. Ihre Intention geht nicht allein auf etwas anderes als die der Dichtung, nämlich auf eine Sprache im ganzen von einem einzelnen Kunstwerk in einer fremden aus, sondern sie ist auch selbst eine andere: die des Dichters ist naive, erste, anschauliche, die des Übersetzers abgeleitete, letzte, ideenhafte Intention. Denn das große Motiv einer Integration der vielen Sprachen zur einen wahren erfüllt seine Arbeit. Dies ist aber jene, in welcher zwar die einzelnen Sätze, Dichtungen, Urteile sich nie verständigen — wie sie denn auch auf Übersetzung angewiesen bleiben —, in welcher jedoch die Sprachen selbst miteinander, ergänzt und versöhnt in der Art ihres Meinens, übereinkommen. Wenn anders es aber eine Sprache der Wahrheit gibt, in welcher die letzten Geheimnisse, um die alles Denken sich müht, spannungslos und selbst schweigend aufbewahrt sind, so ist diese Sprache der Wahrheit — die wahre Sprache. Und eben diese, in deren Ahnung und Beschreibung die einzige Vollkommenheit liegt, welche der Philosoph sich erhoffen kann, sie ist intensiv in den Übersetzungen verborgen. (p. 216 e p. 218)</p>	<p>Porém, a tradução não se vê como a obra literária, mergulhada, por assim dizer, no interior da mata da linguagem, mas vê-se fora dela, diante dela e, sem penetrá-la, chama o original para que adentre aquele único lugar, no qual, a cada vez, o eco é capaz de reproduzir na própria língua a ressonância de uma obra da língua estrangeira. Sua intenção não só se dirige a algo diverso da obra literária, ou seja, a uma língua como um todo, partindo de uma obra de arte isolada, escrita numa língua estrangeira; mas sua própria intenção é outra: a intenção do escritor é ingênua, primeira, intuitiva; a do tradutor, derivada, última, ideativa. Pois é o grande tema da integração das várias línguas em uma única, verdadeira, que acompanha o seu trabalho. Essa língua, porém, em que as frases, obras e juízos isolados jamais se entendem — razão pela qual permanecem dependentes de tradução — é aquela na qual, entretanto, as línguas coincidem entre si, completas e reconciliadas no seu modo de visar. No entanto, se, ao contrário, existir uma língua da verdade, na qual os segredos últimos, que o pensamento se esforça por perseguir, estão guardados sem tensão e mesmo tacitamente, então essa língua da verdade é: a verdadeira linguagem. E é precisamente essa língua, cujo pressentimento e descrição constituem a única perfeição que o filósofo pode esperar, que se encontra oculta, de modo intensificado, nas traduções. (p. 217 e p. 219)</p>
---	---

Nos trechos em destaque abaixo, vemos as conclusões de Benjamin sobre dois conceitos bastante discutidos na tradução – (i) fidelidade à palavra e (ii) liberdade na reprodução do sentido. Para ele, estes são dois temas que não combinam com sua teoria da tradução contra a reprodução do sentido. Afinal, “[a] fidelidade na tradução de cada palavra isolada quase nunca é capaz de reproduzir plenamente o sentido que ela possui no original”, uma vez que “o sentido não se esgota no visado; ele adquire essa significação precisamente pela maneira como o visado se liga, em cada palavra específica, ao modo de visar” ([1923] 2010, p. 221):

Quadro 15. *Die Aufgabe des Übersetzers* ([1923] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (VI)

<p>12-13 Wenn Treue und Freiheit der Übersetzung seit jeher als widerstrebende Tendenzen betrachtet wurden, so scheint auch diese tiefere Deutung der einen beide nicht zu versöhnen, sondern im Gegenteil alles Recht der andern abzusprechen. Denn worauf bezieht Freiheit sich, wenn nicht auf die Wiedergabe des Sinnes, die aufhören soll, gesetzgebend zu heißen? Allein wenn der Sinn eines Sprachgebildes identisch gesetzt werden darf mit dem seiner Mitteilung, so bleibt ihm ganz nah und doch unendlich fern, unter ihm verborgen oder deutlicher, durch ihn gebrochen oder machtvoller über alle Mitteilung hinaus ein Letztes, Entscheidendes. Es bleibt in aller Sprache und ihren Gebilden außer dem Mitteilbaren ein Nicht-Mitteilbares, ein, je nach dem Zusammenhang, in dem es angetroffen wird, Symbolisierendes oder Symbolisiertes. Symbolisierendes nur, in den endlichen Gebilden der Sprachen; Symbolisiertes aber im Werden der Sprachen selbst. Und was im Werden der Sprachen sich darzustellen, ja herzustellen sucht, das ist jener Kern der reinen Sprache selbst. Wenn aber dieser, ob verborgen und fragmentarisch, dennoch gegenwärtig im Leben als das Symbolisierte selbst ist, so wohnt er nur symbolisiert in den Gebilden. Ist jene letzte Wesenheit, die da die reine Sprache selbst ist, in den Sprachen nur an Sprachliches und dessen Wandlungen gebunden, so ist sie in den Gebilden behaftet mit dem schweren und fremden Sinn. Von diesem sie zu entbinden,</p>	<p>Se fidelidade e liberdade na tradução desde sempre foram consideradas tendências opostas, mesmo essa interpretação mais profunda da primeira parece não ser capaz de conciliá-las; pelo contrário, parece retirar toda a legitimidade da segunda. Pois, a que se refere a liberdade senão à restituição do sentido, que deverá deixar de ser normativa? Mas se é lícito considerar o sentido de uma composição [<i>Gebilde</i>] de linguagem como idêntico ao sentido de sua comunicação, resta, para além de qualquer aspecto comunicativo, em extrema proximidade e, no entanto, infinitamente longe, velado por ele ou de modo mais claramente manifesto, fraturado por ele ou ainda mais potente, um elemento último, decisivo. Resta em todas as línguas e em suas composições, afora o elemento comunicável, um elemento não-comunicável, um elemento que — dependendo do contexto em que se encontra — é simbolizante ou simbolizado. Simbolizante apenas nas composições finitas das línguas; simbolizado, porém, no próprio devir das línguas. E o que busca expor-se, e mesmo, constituir-se no devir das línguas é aquele núcleo da pura língua. Se esse núcleo, mesmo oculto ou fragmentário, todavia está presente na vida como o próprio Simbolizado, nas composições ele reside somente de modo simbolizado. E se essa essencialidade última, que é a pura língua mesma, está vinculada nas línguas apenas ao elemento lingüístico e suas transformações, nas composições ela se apresenta carregada</p>
--	---

das Symbolisierende zum Symbolisierten selbst zu machen, die reine Sprache gestaltet in der **Sprachbewegung** zurückzugewinnen, ist das gewaltige und einzige Vermögen der Übersetzung. (p. 222)

com o sentido pesado e alheio. Desvinculá-la desse sentido, transformar o simbolizante no próprio simbolizado, recobrar a pura língua plasmada no movimento da **linguagem** — esse é o único e colossal poder da tradução (p. 223, entre colchetes nossa tradução⁵⁰).

Complexo e muitas vezes enigmático, *Die Aufgabe des Übersetzers* “é um texto que, desde a sua publicação, tem causado muitas discussões e mesmo leituras completamente divergentes” (FURLAN, 1996, p. 103). Ressaltamos aqui não apenas *leituras completamente divergentes* mas *traduções totalmente distintas*. Comparando traduções encontradas em Vega (1994) e Heidermann (2010), por exemplo, observamos que a palavra original em alemão *Sprache* foi certas vezes traduzida em português por *linguagem* e em espanhol por *lengua* e vice-versa no mesmo excerto original. Tosin (2014) observa o mesmo problema em traduções para o português. Isso leva a compreensões distintas, nas línguas de chegada, dos co(n)textos em alemão, já que houve escolhas tradutórias diferentes por cada tradutor. Tal questão demonstra como a noção de *Sprache* é problemática por ser a única referência às noções de *língua* e *linguagem* em alemão, tal como ocorre com a palavra em inglês *language*.

Nossa preocupação está fundamentada no fato de este texto em particular, *Die Aufgabe des Übersetzer*, fazer parte de uma série de outras obras em que Benjamin constrói sua teoria de linguagem, dialogando com sua concepção de tradução (FURLAN, 1996). A “língua pura” ou a “linguagem pura” é um dos temas centrais de seu ensaio, as quais estariam “ocultas nas traduções”, implícitas nas línguas do original e da tradução. Essa questão é, para nós, de grande importância para uma pesquisa que visa a fundamentação das relações entre linguagem e tradução. Em nossa interpretação, entendemos *die reine Sprache* como *linguagem* pura, a qual não está explícita ou contida em nenhuma língua em particular, mas velada nas relações entre as diferentes línguas do mundo.

Nota-se ainda que na própria tradução de Susana Kampff Lages – presente em Heidermann (2010) – temos casos em que *die reine Sprache* foi traduzido por *língua pura* ou *linguagem pura*⁵¹. Para o leitor apenas de português, a diferenciação contextual às vezes não é suficiente para entender os sentidos particulares de cada expressão – se é que Benjamin realmente se referia, em alguns casos, à *língua* e, em outros, à *linguagem*. Afinal, outros

⁵⁰ Discordamos, nas ocorrências 14 e 15, da tradução de *Sprache* por *língua* nos contextos em questão.

⁵¹ O mesmo ocorre na versão revisada da tradução de 2010 publicada em 2013 e reimpressa recentemente em 2017 em uma coletânea de escritos de Benjamin ([1915-1921] 2013), organizada por Jeanne Marie Gagnebin com tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves.

pesquisadores/tradutores citam apenas uma das opções, como são os casos de Furlan (1996) e Campos (1997) com a escolha de *língua pura* e Pires (2014) com *linguagem pura*.

Heidermann (2010) também traz em sua coletânea um trecho de *Aus: wahrheit und methode* (*De: verdade e método*; [1960] 2010) de Hans-Georg Gadamer (1900-2002), filósofo alemão, fundador da hermenêutica filosófica e assistente de Heidegger de 1923 a 1928. “Na esteira de Schleiermacher e Dilthey, a reflexão de Gadamer segue o movimento de uma contínua explicitação, para além de suas práticas pontuais e concretas, do fenômeno hermenêutico” (DUQUE-ESTRADA, 2010, p. 50).

Preocupado com o *hermeneutischen Gespräch* (*diálogo hermenêutico*, na tradução de Fabrício Coelho), Gadamer trata da problemática da compreensão, além das implicações filosóficas para o problema da tradução. De acordo com Seligmann-Silva, “Gadamer consegue algumas vezes superar (ainda de modo limitado) a concepção restrita da tradução como mero transporte de sentido de uma língua para outra e compreender a tradução como *a passagem para um novo sentido*” (1998, p. 20-21, grifos do autor). Logo no início de *Aus: Wahrheit und Methode*, temos 3 ocorrências de *Sprache* com sentido de linguagem:

Quadro 16. *Aus: Wahrheit und Methode* ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (I)

Hans-Georg Gadamer	
<i>Aus: Wahrheit und Methode</i> ([1960] 2010)	
Original (1960)	Tradução de Fabrício Coelho (2010)
<p>Wir sahen schon bei der Analyse der romantischen Hermeneutik, daß das Verstehen sich nicht auf ein Sichversetzen in den anderen, auf eine unmittelbare Teilhabe des einen am anderen gründet. Verstehen, was einer sagt, ist, wie wir sahen, sich in der Sprache Verständigen und nicht, sich in einen anderen Versetzen und seine Erlebnisse Nachvollziehen. Wir hoben hervor, daß die Erfahrung von Sinn, die derart im Verstehen geschieht, stets Applikation einschließt. Jetzt beachten wir, daß dieser ganze Vorgang ein sprachlicher ist. Nicht umsonst ist die eigentliche Problematik des Verstehens und der Versuch seiner kunstmäßigen Beherrschung – das Thema der Hermeneutik – traditionellerweise dem Bereich der Grammatik und Rhetorik zugehörig. Die Sprache ist die Mitte, in der sich die Verständigung der Partner und das</p>	<p>Na análise da hermenêutica romântica vimos que a compreensão não se funda num transferir-se no outro, na participação imediata de um no outro. Compreender o que alguém diz significa chegar ao entendimento na linguagem e não transferir-se num outro e reviver as suas vivências. Já salientamos que a experiência do sentido, que se verifica na compreensão, envolve sempre aplicação. E agora observamos que este processo inteiro é um processo linguístico. Não sem razão, a problemática própria da compreensão e a tentativa de sua dominação técnica – o tema da hermenêutica – pertencem tradicionalmente ao ramo da gramática e da retórica. A linguagem é o centro no qual se alcança o entendimento entre interlocutores e se chega ao comum acordo sobre o assunto. (p. 235 e p. 237)</p>

	Einverständnis über die Sache vollzieht. (p. 234 e p. 236)	
3	Der Fall der Übersetzung macht also die Sprachlichkeit als das Medium der Verständigung dadurch bewußt, daß dieses erst durch eine ausdrückliche Vermittlung kunstvoll erzeugt werden muß. (p. 236)	O caso da tradução torna manifesta a linguagem como meio do entendimento, na medida em que este meio só poder ser criado artisticamente através de uma mediação explícita. (p. 237)

Para o autor, a linguagem é o caminho para o entendimento, sendo a tradução, consequentemente, “a consumação da interpretação”:

Quadro 17. *Aus: Wahrheit und Methode* ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (II)

4	Wo Verständigung ist, da wird nicht übersetzt, sondern gesprochen. Eine fremde Sprache verstehen bedeutet ja, sie nicht in die eigene Sprache übersetzen müssen. Wo einer eine Sprache wirklich beherrscht, bedarf es keiner Übersetzung mehr, ja erscheint jede Übersetzung möglich. Eine Sprache verstehen ist selbst noch gar kein wirkliches Verstehen und schließt keinen Interpretationsvorgang ein, sondern ist ein Lebensvollzug. Denn eine Sprache versteht man, indem man in ihr lebt – ein Satz, der bekanntlich nicht nur für lebende, sondern sogar für tote Sprachen gilt. Das hermeneutische Problem ist also kein Problem der richtigen Sprachbeherrschung, sondern der rechten Verständigung über die Sache, die im Medium der Sprache geschieht. Jede Sprache ist so erlernbar, daß ihr vollendeter Gebrauch einschließt, daß man nicht mehr aus seiner Muttersprache oder in seine Muttersprache übersetzt, sondern in der fremden Sprache denkt. (p. 238)	Onde há entendimento, há fala, e não tradução. Entender uma língua estrangeira de fato significa não precisar traduzi-la na própria língua. Quando alguém domina realmente uma língua, não há mais necessidade de tradução, e toda tradução parece possível. Entender uma língua ainda não significa compreender realmente e não envolve nenhum processo de interpretação, é apenas uma operação cotidiana. Entende-se uma língua quando se vive nela – uma frase que vale, como se sabe, não só para línguas vivas, mas até para línguas mortas. O problema hermenêutico não é, portanto, um problema de domínio correto da língua, mas do entendimento certo sobre o assunto que se dá por meio da linguagem . Toda língua pode ser aprendida ao ponto de se conquistar seu pleno uso, de forma que não se traduza mais da sua língua ou na sua língua, mas que se pense diretamente na língua estrangeira. (p. 239)
---	--	---

O ponto levantado no trecho acima é similarmente debatido no contexto da aprendizagem de línguas estrangeiras. A proficiência de uma segunda língua é atestada justamente quando o indivíduo falante de espanhol, por exemplo, “pensa” em francês, sem recorrer à tradução como apoio. Mais uma vez, assim, Gadamer afirma que o entendimento se dá por meio da linguagem.

Em seguida, compara o entendimento de uma conversa comum ao que ocorre na tradução:

Quadro 18. *Aus: Wahrheit und Methode* ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (III)

<p>5-7 Verständigung im Gespräch schließt ein, daß die Partner für dieselbe bereit sind und versuchen, das Fremde und Gegnerische bei sich selber gelten zu lassen. Wenn das gegenseitig geschieht und jeder der Partner, indem er gleichzeitig seine eigenen Gründe festhält, die Gegengründe miterwägt, kann man schließlich in einer unmerklichen und unwillkürlichen Wechselübertragung der Gesichtspunkte (wir nennen das Austausch der Meinungen) zu einer gemeinsamen Sprache und einem gemeinsamen Spruch gelangen. Genauso muß der Übersetzer das Recht seiner eigenen Muttersprache, in die er übersetzt, selber festhalten und doch das Fremde, ja selbst Gegnerische des Textes und seiner Ausdruckgebung bei sich gelten lassen. – Diese Beschreibung des Tuns des Übersetzers ist aber vielleicht schon zu sehr verkürzt. Selbst in solchen extremen Situationen, in denen von einer Sprache in eine andere übertragen werden soll, läßt sich die Sache von der Sprache kaum trennen. Nur ein solcher Übersetzer wird wahrhaft nachbilden, der die ihm durch den Text gezeigte Sache zur Sprache bringt, d. h. aber: eine Sprache findet, die nicht nur die seine, sondern auch die dem Original angemessene Sprache ist.² Die Lage des Übersetzers und die Lage des Interpreten ist also im Grunde die gleiche. (p. 242)</p>	<p>O entendimento na conversa implica que os interlocutores estejam dispostos a ele e procurem fazer valer em si mesmos o estrangeiro e o oposto. Se isto ocorre mutuamente, e cada um dos interlocutores expõe seus próprios argumentos e pondera em seguida os contra-argumentos, pode-se chegar finalmente, pela permuta recíproca e involuntária de pontos de vista (isto é o que chamamos de intercâmbio de ideias), a uma linguagem e a um juízo comuns. Igualmente deve o tradutor assegurar os direitos próprios à língua na qual traduz e ao mesmo tempo admitir o estrangeiro, e mesmo o oposto do texto, e fazer valer em si a maneira de se exprimir do texto original. – Essa descrição do trabalho do tradutor talvez esteja muito resumida. Mesmo nestas situações extremas, nas quais se deve transpor de uma língua à outra, não se pode em hipótese alguma separar o conteúdo da expressão linguística. Só o tradutor que traz para discussão o assunto proposto pelo texto poderá recriá-lo verdadeiramente, isto é, aquele que encontra uma linguagem que não é só a sua, mas também a linguagem correspondente ao original. Portanto, traduzir um texto e interpretar um texto são, no fundo, as mesmas atividades. (p. 243)</p>
---	--

Baseando-se na premissa de que “todo tradutor faz interpretação”, Gadamer conclui que “traduzir um texto e interpretar um texto são, no fundo, as mesmas atividades”, sendo a “condição de língua estrangeira” apenas um “acréscimo na dificuldade hermenêutica, isto é, na distância que separa o estrangeiro do familiar e sua separação” ([1960] 2010, p. 243).

Tendo em vista a necessidade de um diálogo em que haja o estabelecimento conjunto de uma linguagem comum entre os interlocutores, o autor explica, na sequência, o que seria o *diálogo hermenêutico*:

Quadro 19. Aus: *Wahrheit und Methode* ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (IV)

8-9	<p>Es ist also ganz berechtigt, von einem hermeneutischen Gespräch zu reden. Dann folgt daraus aber, daß das hermeneutische Gespräch sich wie das wirkliche Gespräch eine gemeinsame Sprache erarbeiten muß und daß diese Erarbeitung einer gemeinsamen Sprache ebensowenig wie beim Gespräch die Bereitung eines Werkzeuges für die Zwecke der Verständigung ist, sondern mit dem Vollzug des Verstehens und der Verständigung selbst zusammenfällt. Auch zwischen den Partnern dieses, 'Gesprächs' findet wie zwischen zwei Personen eine Kommunikation statt, die mehr ist als bloße Anpassung. Der Text bringt eine Sache zur Sprache, aber daß er das tut, ist am Ende die Leistung des Interpreten. Beide sind daran beteiligt. (p. 244)</p>	<p>É legítimo falar, portanto, de um diálogo hermenêutico. Disso decorre, porém, que o diálogo hermenêutico precisa alcançar, como o diálogo real, uma linguagem comum, e essa elaboração de uma linguagem comum, tanto aqui como no diálogo verdadeiro, não é simplesmente um instrumento para o entendimento, mas coincide com o processo mesmo da compreensão. Também entre os interlocutores desse "diálogo", como entre duas pessoas, tem lugar uma comunicação, que é mais que simples adequação. O texto dá expressão a um assunto, mas o fato de ele o fazer é no fim um êxito do intérprete. Ambos fazem parte do processo. (p. 245)</p>
-----	--	---

Em consonância com algumas teorias linguísticas de sua época, Gadamer propõe que "o significado de um texto não pode ser comparado a um ponto de vista imóvel e inexoravelmente fixado" ([1960] 2010, p. 245). Por fim, o autor resgata a influência do romantismo alemão na relação entre *compreensão*, *interpretação* e *linguagem*, concluindo que "a essência da tradução é existir no *medium* da linguagem":

Quadro 20. Aus: *Wahrheit und Methode* ([1960] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (V)

10-16	<p>Die Voraussetzung für die systematische Bedeutung, die die Sprachlichkeit des Gesprächs für alles Verstehen besitzt, verdanken wir der deutschen Romantik. Sie hat uns gelehrt, daß Verstehen und Auslegen letzten Endes ein und dasselbe sind. Durch diese Erkenntnis erst rückt der Begriff der Interpretation, wie wir sahen, aus der pädagogisch-okkasionellen Bedeutung, die er im 18. Jahrhundert gehabt hatte, an einen systematischen Ort vor, der durch die Schlüsselstellung bezeichnet ist, die das Problem der Sprache für die philosophische Fragestellung überhaupt errungen hat. Seit der Romantik kann man sich die Sache nicht mehr so denken, als ob die auslegenden Begriffe zum Verstehen hinzutreten, indem sie aus einem sprachlichen Vorratsraum, in</p>	<p>Devemos ao romantismo alemão o atentar para relevância sistemática que a natureza verbal do diálogo tem para todo o tipo de compreensão. Ele nos ensinou que compreender e interpretar são no fim uma e a mesma coisa. Só através desse reconhecimento o conceito de interpretação avança, como vimos, do significado pedagógico e ocasional, característico do século dezoito, para um lugar sistemático, como mostra a posição chave que o problema da linguagem adquiriu na investigação filosófica. Desde o romantismo não podemos mais imaginar que os conceitos de que se serve a interpretação ajuntam-se à compreensão como coisas que se retira de um reservatório linguístico, onde se encontram prontos e à disposição,</p>
-------	---	--

dem sie schon bereitliegen, je nach Bedarf herbeigezogen werden, wenn die Unmittelbarkeit des Verstehens sonst ausbleibt. *Vielmehr ist die **Sprache** das universale Medium, in dem sich das Verstehen selber vollzieht. Die Vollzugsweise des Verstehens ist die Auslegung.* Diese Feststellung bedeutet nicht, daß es kein besonderes Problem des Ausdrucks gebe. Der Unterschied der Sprache eines Textes zur Sprache des Auslegers oder die Kluft, die den Übersetzer vom Original trennt, ist keineswegs eine sekundäre Frage. Im Gegenteil gilt, daß die Probleme des sprachlichen Ausdrucks in Wahrheit schon Probleme des Verstehens selber sind. Alles Verstehen ist Auslegen, und alles Auslegen entfaltet sich im Medium einer **Sprache**, die den Gegenstand zu Worte kommen lassen will und doch zugleich die eigene **Sprache** des Auslegers ist. Damit erweist sich das hermeneutische Phänomen als Sonderfall des allgemeinen Verhältnisses von Denken und Sprechen, dessen rätselhafte Innigkeit eben die Verbergung der **Sprache** im Denken bewirkt. Die Auslegung ist wie das Gespräch ein in die Dialektik von Frage und Antwort geschlossener Kreis. Es ist ein echtes geschichtliches Lebensverhältnis, das sich im Medium der Sprache vollzieht und das wir daher auch im Falle der Auslegung von Texten ein Gespräch nennen können. Die Sprachlichkeit des Verstehens ist die Konkretion des wirkungsgeschichtlichen Bewußtseins. Der Wesensbezug zwischen **Sprachlichkeit** und Verstehen zeigt sich zunächst in der Weise, daß es das Wesen der Überlieferung ist, im Medium der **Sprache** zu existieren, so daß der bevorzugte *Gegenstand* der Auslegung sprachlicher Natur ist. (p. 246 e p. 248)

segundo a necessidade, caso não se verifique a compreensão imediata. A **linguagem** é antes o meio universal no qual procede a compreensão mesma; e a forma pela qual procede a compreensão é a interpretação. Essa afirmação não significa que não exista nenhum problema particular de expressão. A diferença entre a língua de um texto e a língua do intérprete, ou o abismo que separa o tradutor do original, não constitui de modo algum uma questão secundária. Ao contrário, é necessário dizer que os problemas da expressão linguística já são, na verdade, eles mesmos problemas de compreensão. Toda compreensão é interpretação, e toda interpretação se desdobra tendo como meio uma **linguagem**, que quer deixar o objeto exprimir-se, e que é ao mesmo tempo a própria **linguagem** do intérprete. O fenômeno hermenêutico revela-se assim como caso especial da relação geral entre o pensar e o falar, cuja intimidade enigmática ocasiona o esconder-se da **linguagem** no pensamento. A interpretação é, como o diálogo, um círculo que se fecha na dialética de pergunta e resposta. É uma autêntica e histórica relação de vida, que se realiza no medium da linguagem, e é por isso que podemos chamar o caso da interpretação de textos também de um diálogo. O caráter linguístico da compreensão é a *concreção da consciência efetivada historicamente*. A relação essencial entre **linguagem** e compreensão mostra em primeiro lugar que a essência da tradução é existir no *medium* da **linguagem**, de forma que o objeto privilegiado da interpretação é de natureza linguística. (p. 247 e p. 248)

Vemos, dessa forma, como o pensamento relativista do romantismo alemão influenciou o olhar de muitos estudiosos posteriores. Outro que critica a visão da tradução restrita ao nível da linguagem como código é o linguista Eugenio Coseriu (1921-2002). Em Heidermann (2010), temos acesso ao fragmento de uma de suas obras, *Falsche und richtige fragestellungen in der übersetzungstheorie* (*O falso e o verdadeiro na teoria da tradução*; [1978] 2010). Logo no início do texto, descreve o que percebe como teoria da tradução: “não

entendo uma teoria da tradução específica e também não todas as teorias da tradução, mas sim, a teoria como campo de pesquisa” ([1978] 2010, p. 253).

Podemos inferir sua concepção de tradução e, conseqüentemente, de linguagem, a partir de quatro questionamentos iniciais. Coloca-se contra as vertentes da tradução que (i) abordam a problemática da tradução e do traduzir restritas apenas ao âmbito das línguas, (ii) buscam reproduzir a intenção do original, (iii) defendem a tradução como “impossibilidade teórica mas com realidade empírica” e (iv) assumem a existência de “uma invariância abstrata ideal para a tradução em si” ([1978] 2010, p. 255 e p. 257). É nesse sentido que sustenta a relação *irracional* entre os conteúdos de duas línguas:

Pelo menos desde Schleiermacher sabemos também, refletida e explicitamente, aquilo que os bons tradutores e os falantes de duas ou mais línguas já sabiam sempre intuitivamente, ou seja, que os conteúdos de duas línguas, exceto pelo vocabulário terminológico, muitas vezes, não estão entre si numa relação de 1 para 1, como sequer se encontram numa relação “racional” do tipo 1 para 2 (ou ainda 1 para 3, 1 para 4 etc.), como, por exemplo, *to know* (inglês) e *savoir/connaitre* (francês), *scala* (italiano) e *Treppe/Leiter* (alemão), *fleur* (francês) e *Blume/Blüte* (alemão) etc., mas simplesmente estão numa relação “irracional” um com o outro.

Tendo em vista a questão da traduzibilidade e da intraduzibilidade, descreve vários exemplos em que muitas palavras, expressões ou frases em dada língua A não significam “o mesmo” que suas traduções para certa língua B. Tomando como exemplo a expressão *Guten Morgen* do alemão, o autor define bem sua perspectiva de tradução:

Partindo-se de um exemplo tão simples como *Guten Morgen* em alemão pode-se constatar, indubitavelmente, no que afinal consiste a tarefa da tradução. A referência da expressão alemã, ou seja, o conteúdo da língua individual corresponde certamente a “*Bon matin*”, “*Buon mattino*”, “*Buena mañana*”, entretanto, sua correta tradução é *Bonjour*, *Buon giorno*, *Buen día* (*Buenos días*), quer dizer, não diferente do que para *Guten Tag* do alemão. Não se trata, portanto, simplesmente do fato de que “palavras” não são traduzidas. Devemos, sim, dizer que conteúdos linguísticos de uma língua individual não são traduzidos como tais. Ou mais ainda, que a tradução nem diz respeito ao nível da língua individual, mas sim que ela diz respeito ao nível do texto (também *Boa tarde* é um “texto”). Somente textos são traduzidos e estes são gerados não apenas com meios linguísticos, mas, em diferentes medidas, também com o auxílio de meios extralinguísticos. Este é o princípio fundamental do qual dependem todos os demais aspectos da tradução, assim como de sua abordagem teórica. ([1978] 2010, p. 261)

Tomando como ponto de partida a tradução como uma realização dinâmica, sugere que não nos perguntemos, por exemplo, “Como se traduz esse ou aquele significado nesta língua?”, mas sim “Como chamamos a mesma situação (melhor dizendo, o mesmo fato) numa outra língua, na mesma situação de ocorrência?” ([1978] 2010, p. 265). A tradução, segundo Coseriu, compreende duas dimensões implicitamente – a semasiologia e a onomasiologia, ou seja, a compreensão da designação do texto original e a consequente constatação da correspondência na língua de chegada. Conclui que “na fase semasiológica o tradutor se comporta como um falante da língua de saída, o qual entende (“decodifica”) um texto. Já na fase onomasiológica ele se comporta como um falante da língua de chegada, o qual produz (“codifica”) um texto” ([1978] 2010, p. 267). A relação entre o significado 1 (da língua fonte) e o significado 2 (da língua alvo) é, portanto, dentro da sua concepção, uma relação indireta. É nesse sentido que Coseriu defende a importância do entendimento da diferença para a tradução:

A diferença nos significados de uma língua, quer dizer, a constituição diferenciada da realidade através das línguas individuais não é, como muitas vezes se pensa, o problema *par excellence* na tradução, mas sim, muito mais, seu pressuposto, a condição para a sua existência: exatamente por isso existe a tradução e não apenas uma simples substituição no nível da expressão. Também a diferença nos significados das línguas individuais não estabelece uma barreira racional para a traduzibilidade, já que a tradução é, por definição, designação igual por intermédio de significados fundamentalmente diferentes. ([1978] 2010, p. 271)

A única ocorrência de *Sprache* com sentido de *linguagem* aparece referindo-se ao modo de falar:

Quadro 21. *Falsche und richtige fragestellungen in der übersetzungstheorie* ([1978] 2010): alinhamento de ocorrência de *Sprache* e sua tradução para o português

Eugenio Coseriu		
<i>Falsche und richtige fragestellungen in der übersetzungstheorie</i> ([1978] 2010)		
	Original (1978)	Tradução de Ina Emmel (2010)
1	Ähnliches gilt auch für die Sprache selbst, soweit sie in den Texten nicht, oder nicht allein, in ihrer Zeichenfunktion, sondern ebenfalls als „Realität“ verwendet wird. (p. 276)	Algo similar pode ser dito da linguagem em si mesma, na medida em que nos textos ela não é – pelo menos não exclusivamente – empregada em sua função simbólica, mas como “realidade”. (p. 277)

Coseriu conclui sua linha de raciocínio afirmando que “não existe a ‘melhor tradução’ para um determinado texto. Só existe a melhor tradução deste texto para receptores específicos, com um determinado propósito e dentro de uma determinada situação histórica” ([1978] 2010, p. 289).

Was kann sich die übersetzungswissenschaft von der linguistik erwarten? (O que a tradutologia pode esperar da linguística?; [1991] 2010) de Wolfgang Klein (*1946) tem como escopo principal, tal como o nome do texto já antecipa, a relação entre a tradução e os estudos linguísticos. Tomando como exemplo o contexto da linguística, Klein ([1991] 2010) inicialmente destaca, de maneira irônica, o embate de egos entre os representantes da linguística teórica e os representantes da pesquisa empírica:

[o]s primeiros, mesmo imbuídos de toda a simpatia do convívio social, consideram os últimos meros taxionomistas, que “chafurdam” nos fatos e, na melhor das hipóteses, podem valer como meros contribuintes, mesmo sabendo que a ciência em si está situada lá onde “moram” as formas puras. Os funcionalistas, por sua vez, consideram os formalistas uma espécie de escolásticos tardios, que, recostados nas poltronas em seus escritórios, desenvolvem linhas mestras limpas e precisas para construção de mirabolantes castelos de fantasias. Ainda assim, em um aspecto ambos concordam, ou seja, que o seu status científico é consideravelmente maior que o daqueles que se ocupam com as “aplicações”, como, por exemplo, com o ensino de línguas ou com a tradução. ([1991] 2010, p. 293 e p. 295)

Klein critica, assim, não apenas a polarização explícita entre teoria e prática na linguística, como o preconceito existente pelas investigações voltadas para o ensino de línguas e para a tradução. Discutindo o processo de traduzir de uma língua para outra, Klein faz uma defesa aos estudos tradutológicos: “[o] traduzir é um processo complicado e interessante, determinado por inúmeros fatores. Não pode haver dúvida alguma de que este processo é, ou poderia ser, objeto merecedor de enfoque científico” ([1991] 2010, p. 295).

É nesse sentido que Klein aproxima a linguística dos estudos da tradução e vice-versa, mostrando que “a linguística deveria considerar os problemas específicos do traduzir como sendo problemas genuinamente linguísticos, considerando-os, portanto, componentes essenciais das suas pesquisas” ([1991] 2010, p. 297). Apesar da explícita valorização da tradução, segue, porém, sua exclusão dos estudos da *linguagem*:

Quadro 22. *Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten?* ([1991] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português

Wolfgang Klein		
<i>Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten?</i> ([1991] 2010)		
	Original (1991)	Tradução de Ina Emmel (2010)
1	<p>Als Gegenstand der Übersetzungswissenschaft wird normalerweise nicht der Prozeß angesehen, sondern sein Produkt – der übersetzte Text – und sein Verhältnis zu jenem Produkt, das den auszudrückenden Inhalt liefert – dem Original. Hierin liegt im unmittelbaren Ziel sehr wohl ein Unterschied zum normalen Forschungsinteresse der Linguistik. Dort untersucht man fertige Äußerungen, um daraus Rückschlüsse auf die Gesetzmäßigkeiten der Sprache zu ziehen, nach denen diese Äußerungen gebildet sind, und damit letztlich auf die Natur der menschlichen Sprachfähigkeit. In der Übersetzungswissenschaft hingegen geht es um das systematische Verhältnis von zwei Texten zueinander, die in einer Hinsicht gleich sind – sie drücken dasselbe aus – und in anderer nicht – nämlich in den Mitteln, mit denen sie dieses Gleichbleibende ausdrücken. (p. 300)</p>	<p>Na tradutologia não se toma, normalmente, o processo como objeto de análise, mas sim o seu produto (= o texto traduzido) e a sua relação com o texto original, que fornece o conteúdo a ser expresso. Aqui sim se situa um ponto de divergência em relação ao interesse normal da linguística. Pois na tradição dos estudos da linguagem analisamos declarações prontas, para delas tirar conclusões sobre as normas que condicionam a sua formação e, em última instância, sobre a natureza da capacidade linguística humana. Já na tradutologia trata-se da relação sistemática do confronto entre dois textos que, por um lado, se igualam pelo que expressam e por outro, se diferenciam pelos meios com os quais expressam sua própria identidade (p. 301).</p>

Para Klein, “[o] traduzir consiste em uma aplicação especial da capacidade linguística humana” ([1991] 2010, p. 299) e advoga a favor do estabelecimento da tradutologia como disciplina autônoma. Aponta que o significado deve ser o mesmo no original e em sua tradução a fim de que ambos os textos possam ser considerados “equivalentes”. O autor descreve sua visão de equivalência a partir do exemplo abaixo:

É evidente que as duas expressões “*Watch out!*” e “*Cuidado!*” não significam a mesma coisa num certo sentido, mas em outro significam exatamente o mesmo. Seu “significado lexical” é diferente, seu “significado pragmático” é, pelo menos em certas situações, o mesmo. Isto é claro, como também é igualmente claro que numa tradução pertinente deva ser mantido o último e não o primeiro: aquele que traduzisse “*Cuidado!*” com “*Caution!*” seria advertido por qualquer professor. Mas claro também é que significado lexical e significado pragmático devem estar em alguma relação sistemática, um em relação ao outro, pelo menos nos casos normais. Afinal, não se podem preencher quaisquer funções com quaisquer palavras. ([1991] 2010, p. 307)

Assim como Coseriu, Klein aponta para a necessidade de considerarmos, no ato tradutório, a associação de conhecimentos não linguísticos (como situações pragmáticas, por exemplo) ao significado composicional de determinada sentença (i.e. significado das palavras individuais e suas relações com as regras gramaticais). Também expõe que uma dada palavra necessariamente não precisa corresponder a uma outra palavra numa relação direta. Afinal, como desenvolve ao longo de sua exposição,

não se traduzem palavras, mas textos. Mas os textos são constituídos de palavras, que estão ligadas segundo regras específicas, e o significado de um texto se dá, pelo menos em um dos planos, a partir do significado das unidades elementares, portanto, das palavras e dos efeitos semânticos das regras, a partir das quais elas formam unidades maiores. ([1991] 2010, p. 323-325)

Faz uma ressalva, no entanto, para a dificuldade de se esclarecer os diferentes tipos de significado, já que, segundo ele, nem os próprios linguistas são unânimes a respeito de uma teoria semântica:

Quadro 23. *Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten?* ([1991] 2010): alinhamento de ocorrências de *Sprache* e suas traduções para o português (II)

Wolfgang Klein	
<i>Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten?</i> ([1991] 2010)	
Original (1991)	Tradução de Ina Emmel (2010)
<p>2 Ich will hier kurz drei Betrachtungsweisen erörtern, die vergleichsweise gut entwickelt und weit verbreitet sind: (a) die „logische Semantik“, d.h. die von Frege, Wittgenstein, Tarski herrührende und von Montague, Lewis und anderen systematisch auf die natürliche Sprache ausgedehnte Bedeutungstheorie; (b) die Sprechakttheorie mit ihrer Unterscheidung zwischen lokutiver, illokutiver und perlokutiver Rolle von Äußerungen; (c) die in der „Konversationsanalyse“ vertretene Idee, Bedeutung sei etwas, das sich nicht systematisch aus den Ausdrücken ergibt, sondern von den Gesprächsteilnehmern in der Interaktion „ausgehandelt“ wird. Zu jeder dieser Betrachtungsweisen gibt es eine unübersehbare Literatur, und keine kann hier wirklich gewürdigt werden. (p. 308)</p>	<p>Desejo elucidar brevemente aqui três teorias semânticas, que foram igualmente bem desenvolvidas e amplamente divulgadas: (a) a “semântica lógica”, quer dizer, aquela teoria do significado originada por Frege, Wittgenstein e Tarski e expandida sistematicamente para a linguagem natural por Montague, Lewis e outros; (b) a teoria dos atos de fala com sua diferenciação entre os papéis locucionários, ilocucionários e perlocucionários das declarações; (c) a ideia defendida na “análise conversacional” de que significado seria algo que não resulta sistematicamente das expressões, mas que é “negociado” pelos participantes do discurso, na interação. Para cada um desses pontos de vista existe literatura exaustiva, e nenhuma pode ser preterida aqui (p. 309).</p>

Incomodado com tantas vertentes sobre o significado, Klein continua se questionando: “Mas afinal, o que pode então o pesquisador de tradução esperar da linguística para a solução dos seus problemas?” ([1991] 2010, p. 317) ou ainda “Em que a linguística moderna pode contribuir para a sua resposta?” ([1991] 2010, p. 321). Após um longo debate sobre a manutenção do significado, conclui que nenhuma das vertentes mencionadas é satisfatória: “o que os linguistas têm a oferecer não faz jus a esse propósito, nem sequer às exigências mais elementares com as quais o tradutor se depara diariamente” ([1991] 2010, p. 323). Conclui seu raciocínio mais uma vez valorizando a importância da tradução para a linguística:

[a]té o momento, os linguistas pouco têm a oferecer para a solução dos problemas do dia a dia da tradução. Isto não está no fato de que esses problemas estariam fora do âmbito de suas tarefas. Afinal, dever-se-ia esperar da linguística, só para citar um ponto, de que ela esteja em condições de explicar o significado de palavras exata e sistematicamente. Os problemas da tradutologia, na medida em que são de natureza sistemática e, portanto, suscetíveis à análise científica sistemática, são os problemas da própria linguística.

(...)

A tradutologia pode contar pouco com a linguística; mas não é pouco o que ela pode contribuir para a mesma. ([1991] 2010, p. 337)

A partir dos textos elencados por Heidermann (2010), vimos uma crescente mudança de perspectiva sobre as relações entre linguagem e tradução e tradução e linguagem. Graças aos românticos, lançaram-se “as bases para a dinamização do conceito de linguagem, para a associação da tradução ao movimento” (AZENHA JUNIOR, 2003, p. 40), as quais mais tarde foram bastante discutidas por nomes como Gadamer, Coseriu e Klein. A “irracionalidade das línguas” de Schleiermacher, a valorização do papel do tradutor, a defesa por uma relação de *construção* entre original e tradução e a possibilidade de mutabilidade do significado são exemplos de como a tradutologia, tal como aponta Klein ([1991] 2010), pode contribuir para os estudos da linguagem. Nesta seção, observamos, como um reflexo do período alemão abordado – final do século XVIII a início do XX –, um movimento contra o conceito de linguagem como código em defesa da indissociabilidade entre pensamento e linguagem, afastando-se, assim, da ideia de que tradução é apenas forma.

2.4 Os renascentistas

2.4.1 Furlan (2006a)

A antologia bilíngue *Clássicos da Teoria da Tradução – Renascimento*, organizada por Furlan (2006a), traz 20 autores inseridos no movimento renascentista europeu – mais especificamente, de 1420 a 1615 (*Quattrocento* e *Cinquecento*). Nesse período, inicia-se um cuidado especial com a estética do texto traduzido na língua de chegada:

por meio de uma crescente onda de traduções e realizações específicas de algumas personalidades, começa-se a propor novas correntes estéticas e a promover o abandono ou livre exame da visão teocêntrica, pelo que se pode afirmar que o comportamento cultural de alguns países europeus do Ocidente como a Itália, a Alemanha, a França, a Espanha e a Inglaterra foi fortemente condicionado pela tradução naquele período (Vega 1997: 72). É, pois, nestes países, nos quais o Renascimento impacta mais fortemente e a demanda de traduções não pára de crescer, onde vão surgir as mais importantes reflexões sobre a arte de traduzir, fruto de um amadurecimento de sua concepção e prática. (FURLAN, 2004, p. 17)

A maior parte das obras presentes no quarto volume da série de antologias de textos teóricos sobre tradução publicadas pelo Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução – NUPLITT da Universidade Federal de Santa Catarina – pertence ao século XVI. A antologia analisada traz textos escritos originalmente em diversas línguas – espanhol, latim, alemão, francês, português, italiano e inglês – e suas respectivas traduções para o português. Seguem na tabela abaixo, portanto, os autores e suas obras (com o título na língua original), dispostas cronologicamente, segundo Furlan (2006a):

Tabela 5. Autores e textos em Furlan (2006a)

Autor	Texto	Data	Traduzido por
1. Leonardo Bruni Aretino	1. <i>De recta interpretatione</i>	1420-26	Rafael Camorlinga
2. Alonso de Cartagena	2. <i>Introducción, en La retórica de Cicerón</i>	1427-31	Valéria Herzberg
3. Martin Luther	3. <i>Sendbrief vom Dolmetschen</i> 4. <i>Summarien über die Psalmen und Ursachen des Dolmetschens</i>	1530 1533	3. Mauri Furlan 4. Raquel Abi-Sâmara
4. Juan Luis Vives	5. <i>Versiones seu traducciones</i>	1533	Mauri Furlan
5. Juan Boscán	6. <i>Dedicatoria de su traducción de El cortesano</i>	1534	Pablo Cardellino Soto
6. Garcilaso de la Vega	7. <i>Dedicatoria de la traducción de El cortesano</i>	1534	Pablo Cardellino Soto

7. Juan de Valdés	8. <i>Diálogo de la lengua</i>	1535-36	Mauri Furlan
8. Étienne Dolet	9. <i>La manière de bien traduire d'une langue en autre</i>	1540	Nícia Adan Bonatti e Marc Goldstein
9. João de Barros	10. <i>Diálogo em lovvor da nóssa lingvágem</i>	1540	Mauri Furlan
10. Sperone Speroni	11. <i>Dialogo delle lingue</i>	1542	Andréia Guerini, Anna Palma e Mauri Furlan
11. Lodovico Castelvetro	12. <i>Lettera des traslatate</i>	1543	Mauri Furlan e Tommaso Raso
12. Thomas Sébillet	13. <i>De la version</i>	1548	Philippe Humblé e Marie-Hélène Catherine Torres
13. Joachim Du Bellay	14. <i>Défense et illustration de la langue française</i>	1549	Dorothée de Bruchard
14. Jacques Peletier Du Mans	15. <i>Des traductions</i>	1555	Marie-Hélène Catherine Torres e Philippe Humblé
15. Sebastiano Fausto da Longiano	16. <i>Dialogo del modo de lo tradurre d'una in altra lingua</i>	1556	Mauri Furlan
16. Jacques Amyot	17. <i>Aux lecteurs</i>	1559	Cláudia Borges de Faveri
17. Fray Luis de León	18. <i>Prólogo a Cantar de los cantares</i>	1561	Fábio Renato Corrêa
18. Alessandro Piccolomini	19. <i>Ai lettori</i>	1571	Tommaso Raso
19. Georges Chapman	20. <i>Poem to the reader & Preface to the reader</i>	1598	Paulo Henriques Britto
20. Miguel de Cervantes	21. <i>El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha</i>	1605;1615	Walter Carlos Costa

Dentre os 20 autores e 21 textos analisados, temos ocorrências do termo *linguagem* em Alonso de Cartagena (3), João de Barros (2), Sperone Speroni (1), Jacques Amyot (2) e Fray Luis de León (1), totalizando 9 casos. Vale ressaltar que não comentaremos, nesta seção, os textos *La manière de bien traduire d'une langue en autre* (A maneira de bem traduzir de uma língua para outra; 1540), de Etienne Dolet (1509-1546), e *Défense et illustration de la langue Française* (Defesa e ilustração da língua francesa; 1549), de Joachim du Bellay (1522-1560), ambos presentes em Faveri & Torres (2004) e já discutidos na parte reservada aos autores de expressão francesa.

Escrito entre a Idade Média e o Renascimento, o texto de Leonardo Bruni Aretino (1374-1444), *De interpretatione recta* (Da tradução correta, [1420-26] 2006a), é uma tentativa de promover a retórica humanista a partir da tradução de *Ethica Nicomachea* de Aristóteles. Trata-se, em resumo, não apenas de “uma defesa das escolhas linguísticas e lexicais feitas por ele em suas traduções”, como, principalmente, de “uma crítica aos

tradutores anteriores, sobretudo àqueles que preferiam não ater-se ao texto que estavam traduzindo”, arruinando, segundo Bruni, a beleza dos textos que traduziam, passando “aos leitores de suas traduções uma ideia errada dos autores dos textos traduzidos” (AMBROSIO, 2016, p. 340). Nota-se que o movimento renascentista rompe com o período medieval anterior, cujo texto “não era considerado como algo imutável e definitivo, mas como objeto de interpretação contínua e mutável segundo o julgamento e as condições de compreensão de cada geração de expositores”, permitindo “enriquecê-lo, corrigi-lo e variá-lo” (FURLAN, 2006b, p. 23).

Ao descrever a boa e a má tradução, o bom e o mau tradutor, Bruni discorre a respeito do que deve e não deve ser feito, iniciando, assim, a história dos manuais de tradução: “toda a graça da tradução consiste em traduzir corretamente o que foi escrito em uma língua para outra. Mas ninguém conseguirá fazer isso com eficiência se não possuir um amplo e profundo domínio de ambas as línguas em questão” ([1420-26] 2006a, p. 55). Afirma ainda que

o bom tradutor deverá se adaptar ao estilo de cada um (...). O tradutor mergulhará no gênio do autor, arrastado pela mesma força que aquele; nem poderá de outro modo manter o sentido, a não ser acompanhando o percurso das palavras e do discurso. Uma ótima maneira de traduzir é a seguinte: manter a forma do discurso primeiro da melhor maneira possível, de modo que as palavras não se afastem do sentido, nem a elas falem o brilho e ornato”. ([1420-26] 2006a, p. 61)

O domínio das línguas de partida e de chegada não são, assim, suficientes para o *bom tradutor*; é preciso, segundo Bruni, dominar também o *estilo* e, além disso, as intenções do autor. É importante ressaltar que as questões tradutórias levantadas por Bruni estão “intimamente relacionadas à sua prática e formação retóricas e, por meio destas, também a serviço de seus objetivos políticos, vale dizer, dos intentos políticos da República de Florença” (AMBROSIO, 2016, p. 349).

Na sequência da publicação de Bruni, temos o texto de Alonso de Cartagena (1384-1456), representado com *Introducción, en “La retórica de Cicerón”* (Introdução em a “Retórica de Cícero”, [1427-31] 2006a). Nas palavras da tradutora Valeria Herzberg, “[e]mbora rechaçando o literalismo, recomenda o emprego de latinismos, tecnicismos, empréstimos e neologismos nas traduções, mas relegando a um segundo plano o uso da retórica, que pode impedir a fidelidade ao conteúdo” (FURLAN, 2006a, p. 83). Nisso, diferencia-se levemente de outros humanistas que, como veremos a seguir, insistem nos

valores retóricos e estilísticos da tradução. O texto de Cartagena possui 3 ocorrências do termo *lenguaje*, todas referindo-se à noção de modo de falar:

Quadro 24. *Introducción* em “*La retórica de Cicerón*” ([1427-31] 2006a): alinhamento de ocorrências de *lenguaje* e suas traduções para o português

Alonso de Cartagena	
<i>Introducción</i> em “ <i>La retórica de Cicerón</i> ” ([1427-31] 2006a)	
Original (1427-31)	Tradução de Valeria Herzberg (2006)
1 (...) Y de estos, porque el de la <i>Retórica vieja</i> es primero y aun porque habla más largo, fue por vos escogido para que se pusiese en nuestro lenguaje , e hízose así or vuestro mandado. (p. 86)	(...) E destes, porque o da <i>Retórica velha</i> é primeiro e ainda porque fala mais extensamente, foi por vós escolhido para que fosse posto em nossa linguagem , e assim se fez por vosso mandato. (p. 87)
2-3 Pero, aunque esto todo se haga, las composiciones que son de ciencia o de arte liberal, para bien se entender, todavía piden estudio, porque no consiste la dificultad de la ciencia tan sólo en la oscuridad del lenguaje ; ca si así fuese, los buenos gramáticos entenderían cualesquiera materias que en latín fuesen escritas: y vemos el contrario, ca muchos bien fundados en el arte de la gramática entienden muy poco en los libros de teología y de derecho y de otras ciencias y artes, aunque son escritas en latín, si no hubieron doctores de ellas que los enseñasen. Por ende, aunque esta <i>Retórica</i> sea traspuesta en llano lenguaje , quien entenderla quisere cumple que con atención la lea. (p. 88)	Mas, ainda que tudo isto se faça, as composições que são de ciência ou de arte liberal, para bem se entender, ainda pedem estudo, porque não consiste a dificuldade da ciência tão somente na obscuridade da linguagem , que se assim fosse, os bons gramáticos entenderiam quaisquer matérias que em latim fossem escritas: e vemos o contrário, que muitos, bem fundados na arte da gramática, entendem muito pouco nos livros de teologia e de direito e de outras ciências e artes, ainda que sejam escritas em latim, se não houvesse doutores delas que os ensinassem. Portanto, ainda que esta <i>Retórica</i> seja transposta em clara linguagem , quem entendê-la quisier, cumpre que com atenção a leia. (p. 89)

No trecho abaixo, ainda vemos a forte preocupação de Cartagena com a fidelidade e o respeito à *Santa Escritura*:

(...) não duvido que achareis algumas palavras mudadas da sua própria significação e algumas agregadas, o que fiz cuidando que cumpria assim: porque não é, este, livro de Santa Escritura em que é um erro agregar ou minguar, mas é composição magistral feita para nossa doutrina. Portanto, guardada quanto guardar se pode a intenção, ainda que a propriedade das palavras se mude, não me parece coisa inconveniente; porque, como cada língua tem sua maneira de falar, se o interpretador segue em tudo a letra, necessário é que a escritura se torne obscura e perca grande parte da doçura. ([1427-31] 2006a, p. 87).

Os dois textos de Lutero (1483-1546), *Sendbrief vom Dolmetschen* (Carta aberta sobre tradução; [1530] 2006a) e *Summarien über die Psalmen and Ursachen des Dolmetschens* (Comentários sobre os salmos e os motivos da tradução; [1533] 2006a), não apresentam ocorrências de *Sprache* com sentido de *linguagem*. A partir de seus escritos, veremos como, em prol de uma obra acessível ao povo alemão, inicia “uma *tradição da tradução* para a qual esta é criação, transmissão e expansão da língua, fundação de um *Sprachraum*, de um espaço linguístico próprio” (BERMAN, [1984] 2002, p. 54, grifos do autor).

Acerca de *Sendbrief vom Dolmetschen*, podemos dizer que ele não é apenas um marco para os estudos da tradução na Alemanha, mas é o primeiro texto teórico importante sobre tradução depois da carta de São Jerônimo e do manual de Leonardo Bruni. Trata-se, inicialmente, de uma resposta às críticas e acusações dos papistas por ter modificado as Sagradas Escrituras. Através dessa carta, podemos notar sua defesa por uma língua alemã nacional, uma vez que

advoga por uma tradução retórica (*proprietas, perspicuitas, consuetudo...*) e de estilo popular, não com fins puramente estéticos, mas sobretudo comunicativos – a compreensibilidade do texto e do leitor –, salvaguardando sempre a mensagem divina. Concedendo grande importância ao meio cultural de seus destinatários, o Reformador traduzia adaptando o texto à mentalidade e ao espírito dos homens de seu tempo a fim de dar a compreender as realidades históricas, culturais e sociais relatadas na Bíblia e próprias de uma sociedade distanciada no tempo e no espaço. (FURLAN, 2006a, p. 93)

Vejamos a passagem abaixo, em que Lutero defende a tradução para a língua do povo de verdade a partir da crítica dos papistas sobre a inserção da palavra *somente* em um trecho das escrituras:

[...] quando se quer traduzir com clareza e consistência em alemão, deve estar presente [a palavra *somente*], porque eu quis falar em alemão, não em latim nem em grego, quando me propus falar em alemão ao traduzir. Isso, porém, é propriedade de nossa língua alemã, que, quando usada para tratar de duas coisas, das quais uma é afirmada e outra negada, necessita da palavra *sollum-allein*, acompanhando a palavra *nicht* ou *kein* [não, nenhum]. ([1530] 2006a, p. 103)

Em tom provocativo, desafia os críticos de sua tradução a fazerem melhor: “(...) gostaria sinceramente de ver um papista que se sobressaísse e traduzisse algo de uma das *Epístolas* de São Paulo ou de um profeta, desde que para isso não se servisse do alemão e da tradução de Lutero; então veríamos um alemão ou uma tradução elegante, bela, admirável!” ([1530] 2006a, p. 97).

Seu segundo texto, *Summarien über die Psalmen and Ursachen des Dolmetschens* (*Comentários sobre os salmos e os motivos da tradução*), de 1533, trata exclusivamente da tradução de textos sagrados, contendo inúmeros exemplos de sua prática tradutória. Na passagem abaixo, temos claramente sua concepção de tradução:

Não nos interessa se o saltério agradará aos mestres “sabichões”. Mas é possível que alguns contemporâneos, e mais ainda outros que venham depois de nós, pessoas de bom e piedoso coração, igualmente conhecedoras da língua, mas destreinadas em tradução, possam se incomodar e reagir, pois em muitas passagens nos desviamos livremente da letra e, por vezes, seguimos uma outra maneira de compreender, diferente daquela ensinada pelos rabinos e gramáticos judeus. Por isso queremos expor aqui os motivos de nossa tradução, explicando-os com alguns exemplos, a fim de que entendam que assim agimos não por incompreensão da língua nem por desconhecimento das glosas rabínicas, mas por escolha deliberada e consciente. ([1533] 2006a, p. 137)

Após exemplificar muitas de suas escolhas tradutórias, explica que “não tir[ou] nada do sentido e torn[ou] as palavras compreensíveis”, contrariamente aos “sabichões” – tal como denomina os papistas e críticos a sua traduções –, “que não se perguntam sobre como um alemão deve entender o texto, mas se atêm rigidamente às palavras, de forma que ninguém os possa entender” ([1533] 2006a, p. 149). Conclui dizendo que o traduzir “é uma outra arte e um trabalho bem diferente do que criticar e depreciar a tradução feita por um outro” ([1533] 2006a, p. 155). Como bem resume Berman sobre as escolhas de Lutero,

[n]ão escolher entre a literariedade e a liberdade, entre o “sentido” e a “letra”, o latim e o hebreu, não significa uma flutuação metodológica, mas a percepção das aporias fundamentais da tradução e a intuição do que é possível e necessário fazer em um determinado momento histórico. (BERMAN, [1984] 2002, p. 62)

Assim como Lutero, Juan Luis Vives (1492-1540), Juan Boscán (1493-1542), Garcilaso de la Vega (1503-1536) e Juan de Valdés (1509-1541) também privilegiam a língua de chegada, considerando a tradução como um ato de compreensão do sentido. Os quatro autores estão preocupados com a questão da inteligibilidade das traduções, defendendo uma tradução retórico-literária.

Juan Luis Vives, em *Versiones seu interpretationes* (*Versões ou traduções*, [1533] 2006a), é contra aqueles que “conspurcam a elegância e o esplendor do estilo primeiro com palavras e figuras obscuras, arrastadas, vulgares, com pretensão desmedida de ostentar eloquência” ([1533] 2006a, p. 127). Assim como seus colegas humanistas citados acima, desconstrói, ao longo de sua exposição, a fidelidade à tradução literal nas formas e no estilo.

Apesar de ao longo de todo o texto alternar entre *versiones* e *interpretationes*, logo nas primeiras linhas define o que entende por *versão*: “a passagem das palavras de uma língua a outra com seu sentido conservado”, de modo que

[e]m algumas delas se observa apenas o sentido; em outras, apenas a expressão e a dicção, como se alguém tentasse passar a outras línguas os discursos de Demóstenes ou Cícero, ou a poesia de Homero ou de Virgílio observando inteiramente sua forma e o colorido do dizer. ([1533] 2006a, p. 121)

É importante ressaltar, ainda, o quanto valoriza a funcionalidade da versão/tradução: “[a]s traduções não só são úteis, mas também, e sobretudo, necessárias em todas as disciplinas e artes, e quase em cada um dos momentos de toda a vida, se forem fiéis. Tornam-se falsas, com efeito, ou por ignorância das línguas ou da matéria de que se trata” ([1533] 2006a, p. 123).

O utilitarismo da tradução é mais uma vez citado por Juan Boscán. Em *Dedicatoria de su traducción de El Cortesano* (*Dedicatória de sua tradução de O Cortesão*, [1534] 2006a), justifica a tradução pela necessidade de divulgar obras àqueles que não sabem ler na língua do original: “[t]udo isso despertou-me a vontade de que os homens de nossa nação conhecessem tão bom livro e não deixassem de entendê-lo por falta de entender a língua, e por isso quis logo traduzi-lo” ([1534] 2006a, p. 165). Relativizando suas escolhas tradutórias, defende seu posicionamento como tradutor:

Eu não pretendo, na tradução deste livro, ser tão rígido que me force a vertê-lo palavra por palavra; antes, se alguma coisa nele eu achar que em sua língua pareça boa e na nossa má, não deixarei de mudá-la ou calá-la. Mesmo com tudo isto tenho medo que, sendo os termos destas línguas, a italiana e a espanhola, e os costumes entre ambas as nações diferentes, permaneça ainda algo que não fique bem em nossa língua romance. Mas o assunto do livro é tal, e seu processo tão bom, que quem o ler será muito melindroso se entre tantas e tão boas coisas não perdoar algumas pequenas, compensando umas com outras. ([1534] 2006a, p. 167)

Nas palavras de Pablo Cardellino, tradutor de Boscán em Furlan (2006a, p. 163), vemos aqui a “opção por uma tradução em pé de igualdade com o original. Considera-se que Boscán, defensor da língua vernácula, cria, à diferença do período anterior, uma prosa que não quer mais ser latina, mas caminhar independentemente e próxima da linguagem falada”. É dessa forma que, valorizando a cultura e o pensamento contemporâneo, torna-se precursor de uma nova maneira de se traduzir na Espanha do século XVI.

Garcilaso de la Vega, em *Dedicatoria de su traducción de El Cortesano* (*Dedicatória de sua tradução de O Cortesão*, [1534] 2006a), elogia seu amigo Boscán como “um tradutor muito fiel, pois não se prendeu ao rigor da letra, como alguns, mas à verdade das sentenças, e por diferentes caminhos pôs nesta língua toda a força e o ornato da outra, deixando todo no mesmo estado em que encontrou [...]” ([1534] 2006a, p. 177). A concepção de tradução de Vega e Boscán estão em sintonia, já que ambos se preocupam em não usar termos “desusados pelas pessoas” (VEGA, [1534] 2006a, p. 177). Nas palavras do também tradutor de Vega para o português Pablo Cardellino, traduzir, segundo Boscán e Vega, é

trasladar entre línguas equiparáveis, como o espanhol e o italiano, diferentemente da prática de *romancear* (ou *vulgarizar*), que implica verter para uma língua romance ou vernácula a partir de uma língua clássica, como o latim, o grego ou o hebraico, tarefa recriminada pelos dois poetas, que viam nesta prática, se má executada, perigos para o bom desenvolvimento literário da língua vernácula. (FURLAN, 2006a, p. 173)

No excerto apresentado de *Diálogo de la lengua* (*Diálogo da língua*, [1535-36] 2006a), Juan de Valdés aborda, a partir de quatro personagens (Márcio, Valdés, Coriolano e Rorres), alguns assuntos que nos apresentam, aos poucos, sua concepção de tradução e, por sua vez, de linguagem. Já no início do excerto o personagem representando Valdés já se posiciona na defesa pela valorização das particularidades das línguas:

(...) cada língua tem seus vocábulos próprios e seus modos próprios de dizer, há tanta dificuldade no traduzir bem de uma língua a outra; algo que eu não atribuo a uma falta da língua em que se traduz, mas à abundância daquela de que se traduz; e assim algumas coisas que se dizem bem numa língua, não podem ser ditas igualmente bem em outra; e mesmo na outra há outras que se dizem melhor que em nenhuma outra. ([1535-36] 2006a, p. 185)

Enquanto o personagem Coriolano apenas concorda com os apontamentos de Valdés, Márcio e Torres fazem perguntas e comentários questionadores que enriquecem o diálogo. A competência linguística tanto na língua de partida quanto na de chegada parece ser uma das preocupações para o êxito da tradução. Além disso, buscam exemplos de traduções do latim e do italiano para o castelhano que “agradam no estilo” e que podem ser consideradas “castelhano puro” com a presença de “vocábulos castelhanos muito próprios” ([1535-36] 2006a, p. 187). Assim como nos humanistas vistos até agora, aqui também se mencionam a questão do *estilo* e a valorização do vernáculo. O personagem Márcio, em uma provocação, argumenta: “[s]e o estilo castelhano não é melhor em castelhano que o latino em latim, pouco fez aquele que traduziu” ([1535-36] 2006a, p. 189).

Passando para o maior gramático do Renascimento português, João de Barros (1496-1570), no mesmo caminho que os autores acima, também prefere o uso das línguas vernáculas ao latim. Nos trechos disponíveis de seu *Diálogo em lovvor da nossa lingvagem* (*Diálogo em louvor da nossa linguagem*, [1540] 2006a) em que conversa com um de seus filhos, encontramos mais uma concepção de tradução que enriquece a língua de chegada. Em seu diálogo, há duas ocorrências do termo *lingvagem*. Nos trechos abaixo, podemos ler parte de sua defesa pela criação de vocábulos, no português, na “falta de verbo ou nome que compreenda sucintamente alguma coisa” ([1540] 2006a, p. 211):

Quadro 25. *Diálogo em lovvor da nossa lingvagem* ([1540] 2006a): alinhamento de ocorrências de *lingvagem* e suas traduções para o português

João de Barros		
<i>Diálogo em lovvor da nossa lingvagem</i> ([1540] 2006a)		
	Original (1540)	Tradução de Mauri Furlan (2006)
1-2	E agóra, da conquista de Ásia, tomámos <i>chatinar</i> por mercadejar; <i>beniága</i> por mercadoria; <i>lascarim</i> por homem de guerra; <i>çumbáia</i> por medida e cortesia, e outros vocábulos que sam já tam naturáes na boca dos homens que naquélas pártes andáram, como o seu próprio português. Assi, que podemos usár d’alguns termos latinos que a	(...) E, agora, da conquista da Ásia, tomamos “chatinar” por “mercadejar”, “veniaga” por “mercadoria”, “lascarim” por “soldado”, “zumbaia” por “medida” e “cortesia”, e outros vocábulos que são já tão naturais na boca dos homens que naquelas partes andaram, como seu próprio português. Assim que podemos usar de alguns termos

orelha bem receba, porque éla julga a lingvágem e música, e é censor d'ambas; e, como ôs consintir um dia, ficarám perpétuamente. (...) Nam sam todos para isso licenciados, e ôs que ô forem, será em alguns vocábulos que a natureza da nossa lingvágem aceite (...). (p. 212)	latinos que o ouvido bem receba, porque ele julga a linguagem e a música, e é censor de ambas. E, consentindo-os um dia, ficarão perpétuamente. (...) Não são todos licenciados para isso. E os que forem, o serão em alguns vocábulos que a natureza da nossa linguagem aceite. (p. 213)
--	---

O excerto do *Dialogo delle lingue* (*Diálogo das línguas*, [1542] 2006a) de Sperone Speroni (1500-1588) é um rico exemplo de como naquela época as reflexões sobre língua e literatura estavam a todo vapor. Com interlocutores de posicionamentos diversos (Bembo, Lázaro, Cortesão, Estudante, Lascari e Peretto), Speroni gera reflexão sobre a diferença entre as línguas, colocando, no meio do caminho, a tradução – centro de discussão quando alguma obra clássica era traduzida para o vernáculo. Vemos língua e literatura sendo discutidas a partir do embate entre a abordagem a favor do vernáculo e a visão purista das línguas antigas. Em determinado trecho, Peretto e Lascari discutem a tradução dos clássicos:

PERETTO: Agora, não, que não se poderia, pois que as artes e as ciências dos homens estão, no presente, nas mãos dos latinos e dos gregos; mas devemos fazê-lo para o futuro, que cada coisa possa falar em todo o mundo todas as línguas.

LASCARI: Como, mestre Piero, o que estais dizendo? Então teríeis coragem de filosofar em vernáculo? E sem ter conhecimento da língua grega e latina? (...)

PERETTO: Tenho por certo que as línguas de todos os países, tanto a árabe e a indiana como a romana e a ateniense, possuem um mesmo valor e foram formadas por mortais com uma intenção e uma finalidade. (...) ainda que todas as coisas criadas pela natureza e as ciências delas sejam uma mesma nos quatro cantos do mundo, porque homens diferentes têm anseios diferentes, escrevem e falam diferentemente. Esta diferença e confusão dos anseios mortais é dignamente chamada torre de Babel. (...) Por isso, assim como, sem mudar de cultura ou de nação, o francês e o inglês, e não somente o grego e o latim, podem dar-se a filosofar, assim acredito que a língua nativa pode comunicar a doutrina a outros.

(SPERONI, [1542] 2006a, p. 237-239)

É assim que Speroni, através da voz de seu interlocutor Peretto, defende o “direito de filosofar e entender a causa das coisas” no *vernáculo*. No trecho abaixo trazemos a única ocorrência de *linguaggio* em Speroni:

Quadro 26: *Dialogo delle lingue* ([1542] 2006a): alinhamento de ocorrência de *linguaggio* e sua tradução para o português

Sperone Speroni <i>Dialogo delle lingue</i> ([1542] 2006a)	
Original (1542)	Tradução de Andréia Guerini & Anna Palma & Mauri Furlan (2006)
<p>1 PERETTO: (...) Le scritture e i linguaggi essere stati trovati non a salute di lei, la quale (come divina che ella è) non ha mestieri del nostro aiuto, ma solamente a utilità e commodità nostra, accioché absenti, presenti, vivi e morti, manifestando l'un l'altro i secreti del core, più facilmente conseguiamo la nostra propria felicità, la quale è posta nell'intelletto delle dottrine, non nel suono delle parole; e per conseguente quella lingua e quella scrittura doversi usare da' mortali, la quale con più agio apprendemo; e come meglio sarebbe stato (se fosse stato possibile) l'avere un sol linguaggio, il quale naturalmente fosse usato dagli uomini, così ora esser meglio che l'uomo scriva e ragioni nella maniera che men si scota dalla natura (...). (p. 244 e p. 246)</p>	<p>PERETTO: (...) Que as escrituras e as linguagens foram inventadas não para a salvação dela, a qual – porque é divina – não necessita de nossa ajuda, mas somente para nossa utilidade e comodidade, a fim de que ausentes, presentes, vivos e mortos, manifestando uns aos outros os segredos do coração, mais facilmente alcancemos a nossa própria felicidade, que está depositada no entendimento das doutrinas, e não no som das palavras, e que, por conseguinte, nós, mortais, devemos usar a língua e a escrita que aprendemos com mais facilidade. E que assim como teria sido melhor – se tivesse sido possível – haver uma só linguagem, que fosse naturalmente usada pelos homens, também agora seria melhor que o homem escrevesse e refletisse sobre a maneira que menos de afasta da natureza. (p. 247)</p>

Conforme lembram os tradutores de Speroni para o português Andréia Guerini, Anna Palma e Mauri Furlan,

Speroni pertence a um grupo de humanistas italianos que, ao mesmo tempo em que defendem a língua e a literatura vernáculas, opõem-se à tradução das línguas clássicas ao vulgar. Esta dicotomia é, pois, explicada, *grosso modo*, pelo perigo que, ao assimilar elementos estrangeiros, as traduções representavam para a formação de uma língua vulgar que fosse moderna e derivada da tradição da língua popular. Daí que, na primeira fase do Humanismo italiano, não foi a tradução, mas a imitação que se tornou a favorita. (FURLAN, 2006a, p. 217)

Comparando a tradução com a mudança de vestes de uma concepção alheia, Lodovico Castelvetro (1505-1571), em *Lettera des traslatate* (*Carta sobre o traduzir*, [1543] 2006a), posiciona-se claramente por uma não correspondência exata entre os conceitos expressos em línguas diferentes. Argumenta que “alguns conceitos nasceram e cresceram tão juntos com as palavras que não podem passar para a outra língua, ou mesmo a outras palavras da mesma língua (...)” ([1543] 2006a, p. 263). Para ele, o já vestido encontra-se “contido dentro de

certos termos, limitados”, dando mais “trabalho tanto em despir o já vestido quanto em revesti-lo”, tal como “uma pessoa que, tendo andado longamente de hábito, digamos de cardeal, se transvista repentinamente de soldado”. Neste texto, não há ocorrências do termo *linguaggio*.

O excerto disponibilizado de *De la version* (*Da tradução*, [1548] 2006a), de Thomas Sébillet (1512-1589), é curto e também não há ocorrências do termo *langage*. Em resumo, Sébillet considera a tradução “nada mais do que uma imitação” ([1548] 2006a, p. 293). Nas palavras dos tradutores Marie-Hélène Catherine Torres e Philippe Humblé, Sébillet a concebe “como um gênero literário, como um ramo da retórica, como imitação e meio de trabalhar o estilo. Por ela, a língua vernácula pode enriquecer-se e aperfeiçoar-se. Defende a tradução pelo sentido e o respeito ao gênio de chegada” (FURLAN, 2006a, p. 289). É dessa forma que, valorizando o papel do tradutor, afirma: “merecem grande louvor a obra e aquele que conseguiu de maneira precisa e fiel expressar em sua língua o que outro escreveu melhor na dele, depois de tê-lo bem concebido em seu espírito” ([1548] 2006a, p. 293). Ressaltando a necessidade de se dominar ambas as línguas – a de partida e a de chegada – antes de se aventurar em uma tradução, faz uma ressalva: “não te atenhas supersticiosamente às palavras do teu autor, mas somente às que forem necessárias para conservar a ideia, respeita a frase e as propriedades da tua língua antes que a expressão da estrangeira” (idem).

Similarmente à Sébillet, Jacques Peletier Du Mans (1517-1582), em *Des traductions* (*Das traduções*, [1555] 2006a), concebe a tradução como “a mais verdadeira forma de imitação”, defendendo-a como uma forma de enriquecer a língua de chegada – “quando bem feita”:

A mais verdadeira forma de imitação é a de traduzir, pois imitar não é senão querer fazer o que faz um outro. É o que faz o tradutor, que se avassala não somente à invenção de outrem, mas também à disposição e ainda à elocução o quanto pode e o quanto lhe permite a natureza da língua neolatina, porque a eficácia de um escrito consiste muitas vezes na propriedade das palavras e das locuções, a qual se for omitida, elimina a graça e defrauda o sentido do autor. No entanto, traduzir é uma tarefa de mais trabalho que de elogio. Pois, se você verte bem e fielmente, se você só é estimado por ter retratado o primeiro retrato, a maior honra continua sendo do original, mas se você reproduz mal, a desaprovação recairá apenas sobre você. (...) Mais ainda, as traduções, quando bem feitas, podem enriquecer muito uma língua; pois o tradutor poderá tornar francesa uma bela locução latina ou grega e trazer para o seu país, com o peso dos pensamentos, a majestade das cláusulas e elegâncias da língua estrangeira (...). ([1555] 2006a, p. 311)

Demonstra seu posicionamento a favor de “uma segunda língua responder a toda a elegância da primeira e ainda conservar a sua própria”:

as traduções de palavra por palavra não têm graça, não por estarem contra a lei da tradução, mas simplesmente pelo fato de que duas línguas nunca são uniformes em suas frases. As concepções são comuns ao entendimento de todos os homens, mas as palavras e as maneiras de falar são particulares a cada nação. (...) Além do que, pensem em que grandeza haveria ao ver uma segunda língua responder a toda a elegância da primeira e ainda conservar a sua própria. Mas, como eu disse, isto é impossível. ([1555] 2006a, p. 315)

Já no trecho de *Dialogo del modo de lo tradurre d'una in altra lingua* (*Diálogo sobre o modo de traduzir de uma língua a outra*, [1556] 2006a) de Sebastiano Fausto da Longiano (ca. 1500- ca. 1560), temos, segundo Guerini & Arrigoni, “o primeiro tratado independente escrito em italiano sobre tradução, e um dos mais significativos do Renascimento europeu” (2005, p. 12). É reconhecido, assim, como “um texto-chave para a história da teoria da tradução no período, como tradução retórica” (FURLAN, 2006a, p. 319).

Antes de comentarmos algumas de suas ideias, é válido ressaltar que tanto a antologia bilíngue do Renascimento, organizada por Furlan (2006a), quanto a antologia bilíngue italiano-português, organizada por Guerini & Arrigoni (2005), contêm excertos do *Diálogo* de Longiano. Devido a sua longa extensão, cada antologia escolheu diferentes partes do *Diálogo*. Como elas se complementam, trataremos de alguns dos trechos selecionados por ambas as antologias concomitantemente, a fim de proporcionar uma maior compreensão do leitor.

Em forma de diálogo entre dois interlocutores, Inquieto e Oculto, Longiano reflete sobre a tríade *coisas* vs. *palavras* vs. *sentido*, afirmando que “cada língua tem os seus modos de expressar e há de se seguir a graça do idioma no qual se traduz” ([1556] 2005, p. 39). Enquanto o interlocutor Inquieto faz questionamentos e procura esclarecimentos sobre a tradução, Oculto responde às suas dúvidas, tal como em:

INQ. – Quando aparece alguma coisa nova é permitido usar palavras novas? Porque ouvi muitas vezes tal rumor a respeito.

OC. – É verdade, hoje em dia existem essas opiniões: alguns querem que seja permitido criar palavras novas, outros o renegam completamente.

INQ. – Dentre aqueles que ouvi, muitos consentem que se possa criá-las em qualquer língua viva, como nós italianos na nossa, mas não o permitem nas línguas mortas, como na hebraica, na grega e na latina.

OC. – (...) Quando se apresenta uma coisa nunca vista nem nunca ouvida, não há dúvida de que é preciso dar-lhe algum nome, e isto por necessidade. Ninguém o nega: assim tem sido e sempre será em qualquer língua. ([1556] 2005, p. 45)

Para Longiano, uma língua pode ser “mais rica” que outra, como “a latina é mais rica que a hebraica, e a grega que a latina” ([1556] 2005, p. 47). De maneira subjetiva, justifica tal hierarquização pela estrutura das línguas, como “o encadeamento das palavras, dos casos, dos tempos, dos números e de outros” (idem) e pela “matéria dada”, já que, na fala de Oculto, expõe que “[o]s hebreus não possuem a arte retórica, a filosofia moral nem tantos poetas como os latinos; os latinos, por sua vez, não possuem a filosofia natural, a sobrenatural, as matemáticas, a medicina e tantas outras ciências escritas por autores gregos” ([1556] 2005, p. 49). Devido a essa diferença entre as línguas, em sua opinião, na tradução nem sempre se conseguirá uma correspondência perfeita. Trata, a partir de exemplos, não apenas da dificuldade de traduzir orações gregas e latinas, mas da impossibilidade de reproduzir seu ritmo. Destaca, assim, a complexidade do processo de se traduzir. É nesse contexto que, a partir da fala do interlocutor Inquieto, valoriza a tradução e, conseqüentemente, o papel do tradutor: “[t]inha em mente traduzir alguma coisa, mas me afugentaste a vontade; antes pensava que a tradução fosse uma brincadeira, agora me parece a maior coisa do mundo” ([1556] 2005, p. 61).

Longiano, assim, como outros autores mencionados acima, critica aqueles que traduzem sem dominar as línguas ou o conteúdo envolvido na tradução:

OC. – Pode ser que algum indouto e inepto, ou por ignorância das línguas ou da matéria, cometa erros. E então? Não se pode chamar de tradução aquela daquele que traduz o que não entende, ainda que tivesse completo e perfeito conhecimento das línguas. Muitos, sendo apenas gramáticos, tentaram traduzir a matéria e por isso incorreram em inúmeros erros: estes não se chamam conversores, mas subversores. ([1556] 2006a, p. 323)

Antes de chegar à definição completa de tradução, Longiano faz a distinção entre *metáfrase* – que “não está obrigada à pureza do sentido nem das palavras” e “ensombrece de tal maneira que o autor principal não reconheceria o seu como seu” ([1556] 2006a, p. 325) –,

paráfrase – a qual esclarece “os sentidos que são ambíguos ou obscuros com uma estrutura maior de palavras, se for necessário” ([1556] 2006a, p. 327) –, *compêndio* – que “deve encerrar o sentido compreendido em muitas páginas numa pequeníssima estrutura de palavras; os gregos chamam epítome” ([1556] 2006a, p. 329) e *explanação* – também chamada de “interpretação, exposição, comentário, narração, explicação” (idem).

Por fim, a tradução, é a única que “não pode ser feita senão em língua distinta daquela que se traduz” ([1556] 2006a, p. 331), frequentemente chamada de interpretação e o tradutor, de intérprete. Lembra os dois tipos de tradução já conhecidos – o que representa o sentido e, por sua vez, os pensamentos, e o que representa as palavras. Resume:

OC. – (...) [o]s que querem traduzir de uma língua a outra devem necessariamente expressar os pensamentos, conservar a ordem das coisas, e com as mesmas formas e figuras, ou conformações ou aspectos, ou ornamentos, ou dignidades, ou esquemas, como vos agrada chamar. (...) Devem depois expor os pensamentos com palavras adequadas, e, além disso, conservar a virtude, a força e o valor das palavras da língua da qual se traslada. ([1556] 2006a, p. 357)

Jacques Amyot (1513-1593), em *Aux lecteurs* (Aos leitores, [1559] 2006a), dirige-se exatamente aos leitores de sua tradução de Plutarco para o francês, discorrendo sobre sua tentativa de realizar uma tradução clara em busca de uma harmonia textual para o leitor francófono. Para isso, evita “neologismos bárbaros, indicando as relações lógicas entre as frases e os parágrafos, adotando um estilo simples e natural” (FURLAN, 2006a, p. 377). Nos excertos de Amyot, temos três ocorrências de *langage*, que exemplificam sua tentativa de traduzir naturalmente:

Quadro 27: *Aux lecteurs* ([1559] 2006a): alinhamento de ocorrências de *langage* e suas traduções para o português

Jacques Amyot <i>Aux lecteurs</i> ([1559] 2006a)	
Original (1559)	Tradução de Claudia Borges de Faveri (2006)
1 (...) ayant certaine confiance, que l'oeuvre de soy est si recommandable et si excellente, qu'elle pourra faire excuser le défaut qui s'y trouvera de ma part, pource que je confesse avoir plus étudié à rendre fidelement ce que l'auteur a voulu dire, que non pas à orner ou polir le langage , ainsi que luy mesmo	(...) tendo certa confiança que a obra em si é tão recomendável e tão excelente que ela poderá fazer perdoar o defeito que ali se encontrar por minha culpa, pois confesso me ter esforçado para restituir fielmente o que o autor quis dizer, e não ornar ou polir a linguagem , visto que ele mesmo preferiu

	mieuls aimé escrire doctement et gravement en sa langue, que non pas doucement ny facilement. (p. 382)	escrever doutamente e gravemente em sua língua, e não suavemente nem facilmente. (p. 383).
2-3	Mais si, peut ester, lon ne trouve le langage de ceste translation si coulant, comme lon a fait de quelques autres miennes, qui de pieça sont entre les mains des hommes, je prie les lecteurs de vouloir considerer, que l'office d'un propre traducteur ne gist pas seulement à rendre fidelement la sentence de son auteur, mais aussi à représenter aucunement et à adombrer la forme du style et maniere de parler d'iceluy, s'il ne veut commettre l'erreur que feroit le peintre, qui ayant pris à pourtraire un homme au vif, le peindroit long, là ou il seroit court, et gros, là ou il seroit gresle, encore qu'il le feist naïfvement bien ressemble de visage. Car encore puis je bien assurer, quelque dur ou rude que soit le langage , que ma traduction sera beaucoup plus aisée aux François, que l'original grec à ceulx mesmes qui sont les plus exercez en la langue grecque, pour une façon d'escrire plus aigüe, plus docte et pressée, que Claire, polie ou aisée, qui est propre à Plutarque. (p. 398)	Mas se, talvez, não se ache a linguagem desta tradução tão fluente como acharam de algumas outras minhas que estão entre as mãos dos homens, eu peço aos leitores que queiram considerar que o ofício de um probador não jaz somente em restituir fielmente a sentença de seu autor, mas também em representar e em adotar a forma do estilo e maneira de falar deste, se ele não quer cometer o erro que faria o pintor que, tendo-se encarregado de retratar um homem ao vivo, ou pintasse longo, onde ele fosse curto, e gordo, onde ele fosse fino, ainda que o fizesse naturalmente bem parecido de rosto. Pois ainda posso bem assegurar, por mais difícil ou rude que seja a linguagem , que minha tradução será muito mais fácil aos franceses que o original grego, mesmo àqueles que são os mais exercitados na língua grega, por uma maneira de escrever mais aguda, mais douta e sucinta do que clara, polida ou fácil, que é própria a Plutarco. (p. 399)

Em meio a tanto avanço no pensamento sobre linguagem e tradução, Fray Luis de León (1527-1591), devido a sua tradução de *Cantar de los cantares* para a língua vulgar, foi repreendido pelo clero, preso por quatro anos, uma vez que na época tal prática era proibida. No *Prólogo a Cantar de los cantares* (*Prólogo ao Cântico dos cânticos*, [1561] 2006a) notamos sua preocupação com as diferenças entre as línguas e reflexões sobre a dificuldade de se traduzir literalmente textos sagrados. No prólogo de Fray Luis de León há apenas uma ocorrência de *lenguaje*:

Quadro 28: *Prólogo a Cantar de los cantares* ([1561] 2006a): alinhamento de ocorrências de *lenguaje* e suas traduções para o português

Fray Luis de León		
<i>Prólogo a Cantar de los cantares</i> ([1561] 2006a)		
	Original (1561)	Tradução de Fábio Renato Corrêa (2006)
1	Porque se ha de entender que este libro en su primer origen se ofreció en metro, y es todo él una égloga pastoril, donde con palabras y lenguaje de pastores, hablan Salomón y su Esposa, y algunas veces sus compañeros, como si todos fuesen gente de aldea. (p. 410)	Porque se há de entender que este livro, em sua origem primeira, foi oferecido em metro, e é todo uma égloga pastoral, na qual, com palavras e linguagem de pastores, falam Salomão e sua esposa, e algumas vezes seus companheiros, como se todos fossem gente de aldea. (p. 411).

O que faço aqui são duas coisas: uma é verter em nossa língua palavra por palavra o texto deste livro, a outra é aclarar com brevidade, não cada palavra por si, mas as passagens em que aparece alguma obscuridade na letra, a fim de que seu sentido fique claro quanto à superfície e aparência (...). O que traduz há de ser fiel e cabal e, se for possível, contar as palavras para dar outras tantas, não mais nem menos, da mesma qualidade e condição e variedade de significações que as originais (...). ([1561] 2006a, p. 414-415)

Apesar da preferência pela tradução palavra por palavra, anuncia: “[é] bem verdade que, trasladando o texto, não pudemos seguir tão pontualmente o original; e a qualidade da sentença e propriedade de nossa língua nos forçou a acrescentar uma ou outra palavrinha, sem a qual resultaria obscuríssimo o sentido (...)” ([1561] 2006a, p. 415). Defende, assim, a tradução literal para os textos sagrados, mas aceita pequenas alterações com o intuito de evitar a *obscuridade do sentido*.

Alessandro Piccolomini (1508-1579), segundo o tradutor Tommaso Raso (FURLAN, 2006a, p. 419), teve como uma de suas atividades mais intensas as traduções e a divulgação de obras filosóficas antigas. Em *Ai lettori* (*Aos leitores*, [1571] 2006a), prefácio de sua tradução do II livro da *Poética* de Aristóteles, Piccolomini, dentre outras questões, demonstra preocupação de o tradutor dizer algo que o autor não diz: “uma vez que vestimos as roupas do autor e falamos por ele e com suas palavras, colocamos em perigo de repreensão não tanto a nós mesmos quanto ao próprio autor cada vez que dizemos algo que ele não diz, e, por consequência, adquirimos a fama de falsários, a pior que um homem pode ganhar” ([1571] 2006a, p. 427). Ao mesmo tempo em que chama a atenção para as consequências de mudanças de sentido feitas pelo tradutor, as julga necessárias em alguns casos, uma vez que as línguas possuem particularidades – “nem todas as línguas têm palavras apropriadas para os mesmos significados” ([1571] 2006a, p. 433):

(...) as várias línguas trazem consigo diferentes propriedades em muitas de suas partes, tanto nas estruturas, ligando as palavras cada uma de uma maneira, quanto também nos sentidos das palavras, pois nem todas as línguas têm palavras apropriadas para os mesmos significados, disso segue que, para expressar e manter bem as intenções, o tradutor é forçado às vezes a não conservar totalmente uma mesma locução na língua para a qual traduz, nem no número e na ordem das palavras nem na ligação delas, assim como estão na língua da qual se traduz. Mas é necessário bem cuidadosamente perceber e saber quando as características das línguas nos obrigam a fazer isso e quando não têm necessidade nenhuma disso (...). ([1571] 2006a, p. 435)

Piccolomini ressalta que, para isso, o tradutor precisa ter “uma familiaridade muito íntima com a língua na qual se traduz” ([1571] 2006a, p. 425), já que as “línguas têm diferenças nas estruturas, nas figuras e nas maneiras de expressar, e diferentes correspondências entre as palavras e os significados” ([1571] 2006a, p. 425).

Único representante inglês da coletânea, George Chapman (ca. 1559-1634), conhecido tradutor de Homero para a língua inglesa, escreveu *Poem to the reader & Preface to the reader* em 1598 (*Poema ao leitor e Prefácio ao leitor*) como introdução a sua tradução da *Iliada*. Nas palavras do tradutor Paulo Henriques Brito (FURLAN, 2006a, p. 443), “[o] pensamento tradutológico de Chapman é o do ‘bom juízo’ (*judgement*), ou seja, o tradutor, para produzir uma tradução correta, não deve ser literal, no sentido de realizar uma mera transposição de elementos formais, nem tão livre que não mais se reconheça no texto traduzido seu autor primeiro”. Nada como os versos do próprio Chapman para compreendermos melhor seu “bom juízo” (*judgement*):

Grego e inglês têm tanta discrepância
Na fala qual na escrita; igualmente
Em cada língua sentido e elegância
Provêm de sua natura diferente;
Assim, discernimento é mister
Para fazer das duas, cousa igual
Em sentido e elocução, e entender
O espírito que há no original,
Sua pragmática e etimologia.
(...) ([1598] 2006a, p. 447)

Chapman, assim como muitos outros de sua época, defende seu projeto de tradução criticando outras traduções anteriores: “[e] a quem me criticar por ter abusado das perífrases e circunlóquios em alguns lugares, que leia Laurêncio Valla, e Oebanus Hesus, os quais ora abreviam o texto de tal modo a reduzi-lo a um mero resumo de Homero, ora incidem no erro oposto, parafraseando dez vezes mais que eu” ([1598] 2006a, p. 447). Nessa linha de autodefesa, conclui: “se em alguns lugares (em particular na minha primeira edição, feita já há tanto tempo, e seguindo o uso comum) parafraseio em demasia ou mesmo erro, será justo afogar neste mísero defeito (se assim o quiserem) todo o restante de meu trabalho?” ([1598] 2006a, p. 451).

Mais uma metáfora é encontrada em *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* (*O engenhoso fidalgo Don Quijote de la Mancha*, [1605/1615] 2006a), em que Miguel de Cervantes Saavedra (1547-1616) traz, em meio a sua obra, referências à tradução. De acordo com seu tradutor Walter Carlos Costa (FURLAN, 2006a, p. 455),

[d]as entrelinhas dos vários comentários cervantinos sobre tradução, podem-se inferir muitos dados relativos à realidade material e ao produto da prática da tradução na Espanha do período. Mas dentre todas as referências, a mais famosa é a metáfora dos tapetes, na qual a tradução é comparada à visão de tapetes flamencos ao revés. (...) Considerando que o próprio *Quijote* é uma tradução castelhana feita por um mouro a partir do árabe, estaríamos, segundo *Quijote*, vendo suas aventuras ao revés, cheios de fios que as obscurecem.

Segue abaixo o trecho em questão:

[fala de Don Quijote] – (...) parece-me que traduzir de uma a outra língua, desde que não seja a rainha das línguas, a grega e a latina, é como olhar os tapetes flamengos pelo avesso: embora se enxerguem as figuras, estas estão cheias de fios que as obscurecem e não podem ser vistas com a nitidez e a textura do lado direito; e traduzir de línguas fáceis não demanda engenho nem elocução, como não demanda engenho trasladar ou copiar um documento de outro documento. E com isso não quero inferir que não seja louvável o ofício de traduzir, porque de coisas piores poderia se ocupar o homem e que lhe trouxessem menos proveito. ([1605/16015] 2006a, p. 463)

Nesta seção, vimos, de Leonardo Bruni a Miguel de Cervantes, o universo da tradução no Renascimento, o qual reflete uma época em que as línguas vernaculares se constituíam como identidade nacional. Domínio da língua de partida e de chegada – conhecimento não apenas linguístico, mas também literário, cultural e histórico –, da matéria e do uso da língua comum são algumas das características principais dessa nova maneira de se traduzir. Além disso, vimos muitos autores defenderem a teoria da linguagem comum à Europa renascentista, ou seja, a teoria da retórica elocutiva, em que se busca o equilíbrio entre fidelidade léxica e transposição de significado com atenção à estética do texto traduzido na língua de chegada. Conforme aponta Mauri Furlan em seu texto *A tradução retórica do Renascimento*, (2006b, p. 25), “a retórica se torna o maior denominador comum dos humanistas, apesar de suas características díspares, relacionando-se a dois pontos de união entre eles: o grande interesse pelos textos clássicos e a convicção de que o conhecimento deve servir a fins práticos”.

Apesar de vermos, ao longo desta seção, abordagens a favor do vernáculo e contra o purismo das línguas antigas, temos, como característica geral da Europa renascentista, o entendimento do conceito de linguagem associado ao conceito de modo de falar e expressão do pensamento. A mudança de tal perspectiva só terá início, como vimos anteriormente, principalmente com os representantes franceses e alemães do século XIX.

2.5 Autores de expressão italiana

2.5.1 Guerini & Arrigoni (2005)

A antologia bilíngue (italiano-português) *Clássicos da Teoria da Tradução*, organizada por Guerini & Arrigoni (2005) e também publicada pelo Núcleo de Pesquisas em Literatura e Tradução – NUPLITT da Universidade Federal de Santa Catarina, abrange alguns recortes da teoria da tradução em língua italiana. Em ordem cronológica, traz textos que vão do *Trecento* ao *Novecento*, sendo o século XIX o período com mais representantes – época em que a prática da tradução foi intensamente discutida, principalmente, por pensadores de toda a Europa. Foram encontradas, no total, 8 ocorrências do termo *linguaggio* em italiano – a saber: Giacomo Leopardi (3), Niccolò Tommaseo (1) e Benedetto Croce (4). Segue abaixo a lista com os autores e fragmentos disponibilizados, além das datas de publicação e dos responsáveis pela tradução para o português:

Tabela 6. Autores e textos em Guerini & Arrigoni (2005)

Autor	Texto	Data	Traduzido por
1. Dante Alighieri	1. <i>Brani del Convivio</i>	1304-1307	Maria Teresa Arrigoni
2. Giovanni Boccaccio	2. <i>Proemio del Volgarizzatore</i>	1304-1307	Maria Teresa Arrigoni
3. Sebastiano Fausto da Longiano	3. <i>Dialogo del modo de lo tradurre d'una in altra lingua</i>	1556	Mauri Furlan
4. Giambattista Vico	4. <i>Le traduzioni poetiche, il “De rerum natura” di Lucrezio e “L’antichità e nobiltà della medicina”</i>	1730	Vilma de Katinszky Barreto de Souza
5. Vincenzo Monti	5. <i>Sulla difficoltà di bien tradurre</i>	1810	Paulo Schiller
	6. <i>Esperimento di traduzione dell'Illiade</i>	1807	
6. Ugo Foscolo	7. <i>Su la traduzione del cenno di Giove</i>	1807	Marzia Terenzi
	8. <i>Lettera a Francesco Saverio Fabre</i>	1814	Vicentini
	9. <i>Intorno alla traduzione dell'Odissea</i>	1809	
	10. <i>Sulla Traduzione dello Sterne</i>	1813	

7. Giacomo Leopardi	11. <i>Brani dello Zibaldone di Pensieri sulla traduzione</i>	1817-1832	Andréia Guerini
8. Niccolò Tommaseo	12. <i>Del tradurre come possa giovare all'arte e anco del ristampare</i>	1838	Carolina Pizzolo Torquato
9. Benedetto Croce	13. <i>Indivibilità dell'espressione in modi o gradi</i>	1902	Rodolfo Ilari
	14. <i>L'intraducibilità della rievocazione</i>	1936	

Sobre o Renascimento, enquanto na seção anterior tivemos exemplos de pensadores do *Quattrocento* e *Cinquecento*, dois textos do *Trecento* abrem a antologia de Guerini & Arrigoni (2005) – *Convivio*, de Dante, e *Proemio del Volgarizzatore*, de Boccaccio. Fortes nomes da poesia humanista italiana, aproximam a prosa vulgar e os estudos clássicos. Sebastiano Fausto da Longiano, autor do *Cinquecento* e também presente na antologia do Renascimento, é referido em Guerini & Arrigoni (2005) com o mesmo texto – *Dialogo del modo de lo tradurre d'una in altra lingua*. Por isso, como já comentamos seus apontamentos na seção anterior, não citaremos suas reflexões sobre tradução aqui.

Convivio (*Convívio*, [1304-1307] 2005), de Dante Alighieri (1265-1321), “pode ser definido brevemente como uma obra filosófica na qual o poeta expõe conclusões de suas experiências intelectuais de juventude. Ali, o autor desenvolve, entre 1304 e 1307, anos em que estava no exílio, comentários em prosa sobre algumas de suas canções” (BRITO, 2012, p. 69). Dentre outros aspectos, nos trechos disponibilizados, Dante fala da “impossibilidade” de se traduzir poesia: “o que foi harmonizado pelo toque das musas não se pode transpor de sua língua para a outra sem quebrar toda a suavidade e a harmonia” ([1304-1307] 2005, p. 23). Dante discute ainda as dicotomias latim vs. vulgar, imutabilidade vs. mutabilidade e, valorizando o vulgar, busca ampliar, com sua tradução, o alcance de um número mais amplo de leitores: “[f]iz isso para também para defendê-lo [o vulgar] de muitos dos seus acusadores, que o desprezam, mas louvam outros idiomas, principalmente a língua d’oc [o provençal] afirmando que é mais bela e melhor do que o vulgar itálico, e afastando, se assim da verdade”.

Com Giovanni Boccaccio (1313-1375), temos acesso também a apenas um pequeno trecho de seu *Proemio del Volgarizzatore* (Prefácio do *Vulgarizador*, [1304-1307] 2005). Nota-se que

O trabalho dos vulgarizadores italianos no século XIII reflete o surgimento de um novo público literário que desejava conhecer as obras latinas (ou francesas) e que não dominava bastante a língua de partida para poder lê-las

no original: no caso do latim, o que se aprendia então geralmente bastava para as necessidades da vida social e laboral, mas não para a leitura de textos clássicos literários. (FURLAN, 2004, p. 11)

A respeito de sua tradução de *La quarta deca di Tito Livio*, Boccaccio trata da importância de se traduzir para a expansão do alcance de textos importantes: “decidi transpor do latim ao vulgar dez livros de Tito Lívio de Pádua, cuja língua excelente e cuja sintaxe vigorosa são para um grande número de pessoas de difícil compreensão, a fim de que possam os não eruditos tirar proveito das histórias e colher os frutos generosos das ações magníficas e de grande valor” ([1304-1307] 2005, p. 29). Com o intuito de tornar o texto mais compreensível a todos, defende a teorização da tradução livre e a modificação do original quando necessário: “[n]em é meu propósito (...) seguir rigorosamente e em tudo as palavras do Autor”; “acho que será útil em alguns trechos utilizar mais palavras do que as suas, principalmente onde não for possível proceder de outra forma; e prosseguir sem interferir no seu estilo onde for considerado fácil compreensão” ([1304-1307] 2005, p. 29).

Vimos acima, assim, como Dante e Boccaccio exemplificam a concepção de tradução no início do movimento renascentista, mais tarde amadurecida por outros pensadores, tais como os descritos em Furlan (2006a). Avançando para o século XVII, temos o texto de Giambattista Vico (1668-1744), pensador iluminista. Na posição de crítico de uma tradução realizada por Pietro Belli, ressalta, em *Le traduzioni poetiche, il “De rerum natura” di Lucrezio e “L’antichità e nobiltà della medicina”* (*As traduções poéticas, o “De rerum natura” de Lucrécio e a “Antiguidade e nobreza da medicina”*, [1730] 2005), a importância de se conhecer não apenas a língua, mas o assunto a ser traduzido, consultando especialistas para as questões desconhecidas. Valoriza a tradução fiel e exata que passe para outra língua “com igual esplendor, ornamento e beleza” ([1730] 2005, p. 67) a “dignidade das expressões” ([1730] 2005, p. 71).

Representante do neoclassicismo italiano, Vincenzo Monti (1754-1828), pertencia a um grupo de tradutores italianos interessados pela tradução da cultura clássica em prol da afirmação das línguas nacionais. Em *Sulla difficoltà di bien tradurre* (*Sobre a dificuldade de bem traduzir*, [1810] 2005), discorre, tal como o próprio título resume, sobre algumas de suas escolhas na tradução da *Iliada*. O *bem traduzir* é associado, para Monti, a uma reflexão sobre *sacrifícios* inerentes a tais escolhas:

quando se traduz não é mais à língua do texto traduzido que se devem as considerações primeiras, mas à do tradutor. Resta, portanto, avaliar se é melhor sacrificar inteiramente o espírito da língua em que se traduz para preservar inviolado o do texto, ou se vale mais a pena conciliar os dois com um pequeno sacrifício em que um não triunfa em detrimento do outro. ([1810] 2005, p. 77).

Ugo Foscolo (1778-1827), contemporâneo de Monti, tinha como um de seus projetos de vida a tradução de clássicos gregos. Escreveu, assim, alguns textos ([1807-1814] 2005) sobre o ato de traduzir, excertos aos quais temos acesso em Guerini & Arrigoni (2005) (ver tabela 6 acima). Na maioria dos casos encontramos comentários e defesas de suas escolhas tradutórias a partir de exemplos de traduções anteriores. Assim como Monti, Ugo Foscolo também argumenta a favor de uma harmonia dos versos na língua de chegada, tal como podemos observar na seguinte crítica a um dos tradutores da *Ilíada*: “nos versos de Salvini havia uma grande infidelidade, porque, sendo as palavras traduzidas pelo vocabulário, toda imagem, toda frase da poesia ficava destituída de qualquer harmonia, cega, fria, sem brilho e sem vigor, fazendo a *Ilíada* parecer um cadáver” ([1809] 2005, p. 135).

Sobre as traduções dos clássicos, valoriza aquelas que mantêm o *efeito* do original: “será ótima, entre as possíveis traduções dos poemas antigos em língua moderna, a que, de modo geral, for capaz de fazer surgir as mesmas imagens em nossa fantasia, com efeito igual ao original” ([1810] 2005, p. 131). Contra a tradução mecânica dos gramáticos, advoga a favor do tradutor-poeta:

Sendo a língua da tradução totalmente diferente, a liberdade para manuseá-la e acomodá-la ao original deve ser plena e absoluta. Mas o encadeamento das ideias, a arquitetura do livro, a paixão do poema e todas as suas características assentam na natureza da inteligência e do coração humano, e como a natureza pode ser representada sempre por igual em todas as línguas, apesar das variações infinitas destas, o tradutor deve manter com zelo e devoção a fidelidade a estas representações. ([1809] 2005, p. 145)

A tradução dos clássicos, para Foscolo, “não significava apenas desenvolver uma atividade para os editores e para o público, mas era principalmente uma possibilidade de entrar em contato com o original e a partir dele desenvolver a sua poética e a sua concepção de literatura, voltada para a instância civil” (SIMONI, 2010, p. 14).

Giacomo Leopardi (1798-1837), em *Brani dello Zibaldone di Pensieri sulla traduzione* (*Trechos do Zibaldone di pensieri sobre tradução*, [1817-1832] 2005), preocupa-se com “a qualidade estética do texto traduzido, o caráter artificial da tradução e a difícil mediação na conservação de elementos do texto de partida e do texto de chegada, sintetizando assim a polêmica do Classicismo Francês, das ‘belles infidèles’ e a do Romantismo alemão” (GUERINI; ARRIGONI, 2005, p. 14). Segundo Leopardi, nós “pensamos falando” e “nenhuma língua possui tantas palavras e modos que expressem e correspondam a todas as infinitas particularidades do pensamento” ([1817-1832] 2005, p. 161).

No fragmento de Leopardi, encontramos 3 ocorrências de *linguaggio* – todas com sentido de modo de falar:

Quadro 29: *Brani dello Zibaldone di Pensieri sulla traduzione* ([1817-1832] 2005): alinhamento de ocorrências de *linguaggio* e suas traduções para o português

Giacomo Leopardi	
<i>Brani dello Zibaldone di Pensieri sulla traduzione</i> ([1817-1832] 2005)	
Original (1817-1832)	Tradução de Andréia Guerini (2005)
1-2 Se gl'italiani avessero più società, del che sono capacissimi, (come lo furono nel 500) e se conversassero non in francese ma in italiano, essi ben presto riuscirebbero a dare alla loro lingua le parole e qualità equivalenti a quelle della francese in questo genere, e non per tanto parlerebbero e scriverebbero in italiano: riuscirebbero a <i>creare</i> un linguaggio sociale italiano tanto polito, raffianto, pieghevole e ricco e gaio ec. quanto il francese. Non però francese, ma proprio e nazionale. E in questo si potrebbe ben tradurre allora il linguaggio francese o scritto o parlato, che oggi non traduciamo, ma trascriviamo, come fanno i traduttori tedeschi. (p. 168)	Se os italianos fossem mais sociáveis, e disso são capazes, (como o foram no século 16) e se conversassem não em francês, mas em italiano, eles bem rapidamente conseguiriam dar à sua língua as palavras e qualidades equivalentes às da língua francesa nesse gênero, e portanto não falariam e escreveriam em italiano: conseguiriam <i>criar</i> uma linguagem social italiana tão polida, refinada, flexível, rica, clara etc. Quanto o francês, porém não francesa, mas própria e nacional. E com isso bem se poderia traduzir, então, a linguagem francesa, escrita ou falada, que hoje não traduzimos, mas transcrevemos, como fazem os tradutores alemães. (p. 169)
3 Quello che io dico degli autori dico degli stili, dei modi, dei linguaggi, dei costumi, dela consersazione. La conversazioni francese si dee tradurre nell'italiano parlato o scritto, in modo che ella non sai francese in italiano, ma tale in italiano qual è in francese; tale il linguaggio dela conversazione in italiano, qual è in francese, e non però francese (21 Nov. 1821). (p. 168)	O que eu afirmei sobre os autores, afirmo também dos estilos, dos modos, das linguagens, dos costumes, da conversa. A conversação francesa se deve traduzir ao italiano falado ou escrito, de modo que ela não seja francesa em italiano, mas que seja em italiano como é em francês; a linguagem da conversa em italiano como é em francês, mas sem ser francesa (21 de novembro de 1821). (p. 169)

Hierarquiza as línguas, colocando o italiano à frente de todas as outras, com exceção do grego. O francês, por sua vez, é, como vemos nos trechos acima, bastante citado. Para Leopardi, Homero “não é Homero em alemão, como não é Homero em uma tradução latina literal” ([1817-1832] 2005, p. 167):

A perfeição da tradução consiste em que o autor traduzido não seja, por exemplo, grego em italiano, grego ou francês em alemão, mas que seja em italiano ou em alemão como é em grego ou em francês. Isso é o difícil, isso é o que não é possível em todas as línguas. Em francês é impossível traduzir de modo que, por exemplo, um autor italiano permaneça italiano, de modo que seja em francês como é em italiano. Em alemão é fácil traduzir de modo que o autor seja grego, latino, italiano, francês em alemão, mas não de modo que ele seja em alemão como é na própria língua. Ele nunca pode ser como é na língua da tradução se permanece grego, francês, etc. E então a tradução, por mais exata que seja, não é tradução, porque o autor não é aquele, isto é, não parece, por exemplo, aos alemães o que pareceu aos gregos ou parece os franceses, e não produz nos leitores alemães o mesmo efeito que produz o original nos leitores franceses, etc. ([1817-1832] 2005, p. 169)

Niccolò Tommaseo (1802-1874), importante estudioso da língua italiana e um dos responsáveis pelo *Dizionario della lingua italiana* (1858-1879), entre outras obras, também teorizou sobre tradução. *Del tradurre come possa giovare all'arte e anco del ristampare* (*De como a tradução e a reedição podem favorecer a arte*, [1838] 2005) diz respeito à arte e às regras de se traduzir, bem como à questão da fidelidade e da manutenção do espírito do autor sem renegar o próprio, tomando por *espírito* o misto da índole dos homens, da língua, da nação e do século:

Poder-se-ia, quem não o vê?, escrever um tratado bem amplo e profundo sobre a arte e as regras de traduzir; no qual ensinar em capítulos muito longos e divididos em muitos parágrafos, como o tradutor deva ser fiel sem subserviência e livre sem licença, manter o espírito do autor e não renegar o próprio, conservar a índole da língua da qual traduz e não alterar a sua; dar indícios inclusive dos efeitos do original, mas não ter demasiado cuidado em suprimi-los; manter a mesma colocação das palavras mas não distorcer, porém, a natureza da própria língua; não ser nem claro demais nem conciso demais; (...) cada século, cada povo, cada pessoa tem e deve ter o seu próprio modo de ver as coisas e de amá-las. ([1838] 2005, p. 173)

Também afirma ser mais difícil traduzir da língua grega que da latina: “[d]ifícil a tradução da prosa grega, do verso mais ainda: cujo espírito é puro como um raio de aurora,

tranquilo como um sopro de vento, límpido como a água que escorre entre margens sombreadas e floridas. Do latim, mais fácil” ([1838] 2005, p. 179). Afirma, no entanto, que a afinidade das línguas também dificulta a tradução, como no caso do francês: “nessa afinidade as diferenças são tantas! De frases, de construção, de número, de conceito” (idem).

No excerto de Tommaseo, há uma ocorrência de *linguaggio*, a qual se refere à noção de modo de falar:

Quadro 30: *Del tradurre come possa giovare all’arte e anco del ristampare* ([1838] 2005): alinhamento de ocorrências de *linguaggio* e suas traduções para o português

Niccolò Tommaseo	
<i>Del tradurre come possa giovare all’arte e anco del ristampare</i> ([1838] 2005)	
Original (1838)	Tradução de Carolina Pizzolo Torquato (2005)
<p>1 Egli è pur tristo a vedere come le opere più ricercate e più lette dalla moltitudine, sieno quase sempre tra noi le più misere; come il diritto di parlare ala più rispettabil parte dela società sai quase sempre affidato ai men atti; come i veri dotti dela nazione non degnino neppur d’un pensiero quella che propriamente si disse <i>nazione</i>, e restringano il limite dei doveri non meno che dela gloria loro al farsi intendere bene o male da quella piccolissima frazione d’umanità cui compete il titolo di cortesi lettori; come la morale e la scienza paiano nei libri italiani indivisibili da quella gravita che è sinonimo di freddezza e di noia; come dai più coloro che tengono un linguaggio diverso, si creda di non poter <i>fare dello spirito</i> senza dir delle inezie. (p. 184)</p>	<p>E no entanto é triste ver como as obras mais procuradas e mais lidas pela maioria, sejam quase sempre as mais míseras entre nós; como o direito de falar à parte mais respeitável da sociedade seja quase sempre confiado aos menos preparados; como os verdadeiros sábios da nação não tenham a complacência nem mesmo de um pensamento por aquela que propriamente se denomina nação, e restrinjam o limite dos próprios deveres e da própria glória em fazer-se entender bem ou mal por aquela mínima fração da humanidade a quem compete o título de prezados leitores; como a moral e a ciência parecem nos livros italianos indissociáveis daquela importância que é sinônimo de frieza e de tédio; como da maioria daqueles que possuem uma linguagem diferente, se acredita que não possam <i>fazer ironia</i> sem dizer bobagens. (p. 185)</p>

Benedetto Croce (1866-1952), assim como Tommaseo, foi um importante pensador italiano, versando sobre temas variados, da história da cultura à linguística. Em Guerini & Arrigoni (2005) temos acesso a dois de seus ensaios – *Indivibilità dell’espressione in modi o gradi* (*Indivisibilidade da expressão em modos ou graus*, [1902] 2005) e *L’intraducibilità della rievocazione* (*A intraduzibilidade da evocação*, [1936] 2005). Um dos dilemas do tradutor é, segundo Croce, as “feias fiéis ou belas infiéis”, uma vez que “qualquer tradução ou diminui e estraga, ou cria uma nova expressão”:

qualquer tradução ou diminui ou estraga, ou cria uma nova expressão, atirando a primeira para um crisol onde ela entra em composição com as impressões pessoais do indivíduo que chamamos tradutor. No primeiro caso, a expressão continua sendo uma só, a do original, sendo a outra mais ou menos falha, isto é, não propriamente expressão; no outro caso, haverá sim duas expressões, mas expressões de conteúdos distintos. “Feias fiéis ou belas infiéis”; este ditado proverbial capta bem o dilema que todo tradutor encontra pela frente. Por outro lado, as traduções não estéticas, por exemplo as que são literais ou parafrásticas, devem ser consideradas simples comentários dos respectivos originais. ([1902], p. 197)

Indica a possibilidade “relativa das traduções” não como reproduções, mas como aproximação: “[a] tradução que dizemos boa é uma aproximação, que tem valor original de obra de arte, e pode substituir por si” ([1902], p. 205). Encontramos ocorrências de *linguaggio* apenas em *L'intraducibilità della rievocazione*, em que Croce discorre sobre a traduzibilidade e a intraduzibilidade:

Quadro 31: *L'intraducibilità della rievocazione* ([1936] 2005): alinhamento de ocorrências de *linguaggio* e suas traduções para o português

Benedetto Croce	
<i>L'intraducibilità della rievocazione</i> ([1936] 2005)	
	Original (1936)
	Tradução de Rodolfo Ilari Jr. (2005)
1	<p>Platone e Agostino, Erodoto e Tacito, Giordano Bruno e Montaigne non sono a rigore traducibili, perché nessun altro linguaggio può rendere il colorito e l'armonia, il suono e il ritmo dei linguaggi loro propri. Anch'essi, in quanto scrittori, richiedono, come i poeti, una ricreazione, che li faccia rivivere nell'intraducibile loro tono personale. (p. 208)</p>
2	<p>Questa ragionata e radicale negazione della traducibilità della poesia portata fino all'autore stesso e al timbro discordante della sua voce quando prenda a tradurla in suoni parlati dimostra l'inermità di una teoria, seguita da più d'uno in Italia ai giorni nostri, secondo la quale le traduzioni sono tanto effettive, che noi non leggiamo mai una poesia senza tradurla nel nostro linguaggio, né intendiamo e parliamo una lingua straniera senza, nell'atto stesso, tradurla nella nostra. (p. 214)</p>
3-4	<p>Quanto poi alla necessità, per intendere, di tradurre nel proprio linguaggio, essa è da</p>
	<p>Falando rigorosamente, Platão e Agostinho, Heródoto e Tácito, Giordano Bruno e Montaigne são intraduzíveis porque nenhuma outra linguagem pode dar conta do colorido e da harmonia, do som e do ritmo da linguagem de cada um deles. Eles também, enquanto escritores, requerem, como os poetas, uma recriação que os faça reviver em seu tom pessoal intraduzível. (p. 209)</p> <p>Esta negação radical e pensada da traduzibilidade da poesia – que levamos até o próprio autor e ao timbre destoante de sua voz quando tenta traduzi-la em sons falados – demonstra a inanidade de uma certa teoria, seguida por muitos hoje em dia na Itália, segundo a qual as traduções são tão eficazes que nós nunca lemos um poema sem traduzi-lo em nossa própria linguagem, nem entendemos e falamos uma língua estrangeira sem traduzi-la, no mesmo ato, na nossa própria. (p. 213 e p. 215)</p> <p>Quanto à necessidade de traduzir para a própria linguagem para entender, ela precisa</p>

riferire non alla poesia ma alla filosofia, per la quale intendere un pensiero altrui o dei filosofi dei tempi passati importa includerlo nel nostro, cioè non veramente tradurlo (come si dice per metafora) nel nostro “**linguaggio**”, ma nel nostro “pensiero” presente. (p. 214)

ser referida não à poesia, mas à filosofia, pois para a filosofia, entender um pensamento de outrem, ou dos filósofos dos tempos passados implica inclui-lo no nosso, isto é, traduzi-lo não exatamente em nossa **linguagem** (como se diz, metaforicamente), mas no nosso “pensamento” presente. (p. 215)

Para Croce, portanto, “a esfera na qual acontece o traduzir é a esfera da prosa” ([1936] 2005, p. 207). As traduções poéticas seriam, assim, uma “re-criação da poesia original”, em que, devido ao condicionamento histórico, à personalidade individual e à situação sentimental nova, “surge aquele assim chamado traduzir que é o poetar de uma alma antiga em uma alma nova” ([1936] 2005, p. 211). É com base nessa reflexão que Croce chama “as traduções do primeiro tipo de ‘feias fiéis’, e as do segundo tipo ‘belas infieis’”, sendo que “as dos tradutores ruins pertencem a um terceiro e, intolerável tipo, o das ‘feias infieis’” ([1936] 2005, p. 213).

Tendo em vista a hipótese de que falar de tradução é também falar de linguagem, podemos dizer que as concepções de tradução explicitadas até o momento indicaram, ao mesmo tempo, a visão de linguagem de cada autor. Dos autores de expressão francesa, passando pelos alemães e Renascentistas até os italianos, vimos que, até o final do século XIX, as teorias de tradução tinham como base os preceitos da retórica, da teoria literária e da filosofia. No início do século seguinte, porém, o campo se ampliou, assim como outros ramos do conhecimento, integrando diferentes áreas da linguística, da crítica literária, da filosofia, dos estudos culturais e da antropologia, além de disciplinas como formação de tradutores e práticas de tradução (VENUTI, 2012, p. 4⁵²).

Após a descrição de diversas visões de tradução sobre a linguagem realizada neste capítulo, é possível notar, de um lado, um grupo de estudiosos que considera o ato de tradução como um potencial de dar expressão às categorias de pensamento e, de outro, como

⁵² Sugerimos, ao leitor interessado, a obra de Venuti (2012) – compilação de textos de referência sobre tradução no mundo ocidental da antiguidade até o presente – que complementou nosso levantamento sobre as variadas concepções de tradução para além dos clássicos. Dividida em sete seções cronológicas, a obra contém 31 textos de 31 autores, sendo 20 escritos originalmente em inglês e 11 casos de traduções para a língua inglesa. Devido à existência de traduções, decidimos não incluir essa antologia como parte de nosso *corpus* para a realização do levantamento do termo correspondente à *language*, em inglês, uma vez que, sem acesso ao original, nossas análises poderiam ser influenciadas pela interpretação do tradutor. Um termo ambíguo poderia desviar nossa discussão, conforme no caso discutido acima a respeito das traduções de Benjamin *de die reine Sprache* para *pura língua* ou *pura linguagem*. Por isso, decidimos utilizar alguns desses textos somente na discussão levantada no capítulo 3.

uma atividade empírica que não acessa esse domínio conceitual. Já Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2002), base de nossa pesquisa, não separa os planos empírico e conceitual⁵³. Preocupa-se, por outro lado, com a passagem do plano conceitual – ou seja, do pensamento – para o plano empírico das representações referenciais. Nosso objetivo, no próximo capítulo, será buscar responder como tal *passagem* se dá e quais os ajustamentos que ela implica, uma vez que entendemos tradução como uma apropriação da linguagem em situação particular de diálogo – e não apenas uma expressão de categorias do pensamento.

⁵³ Culioli: “(...) pas de pratique de langage ni de pratique de linguiste pratiquant le langage – parce qu’il veut savoir précisément ce qu’est le langage – sans, d’un côté, cette pratique et de l’autre cette théorisation” (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 16).

Capítulo 3

Linguagem e tradução: (in)variância linguística

Résumons-nous: pas de linguistique sans observations profondément détaillées ; pas d'observations sans théorie des observables ; pas d'observables sans problématique ; pas de problématique qui ne se ramène à des problèmes ; pas de problèmes sans la recherche de solutions ; pas de solutions sans raisonnement ; pas de raisonnement sans système de représentation métalinguistique ; pas de système de représentation métalinguistique sans opérations, en particulier sans catégorisation ; pas de catégorisation sans transcategorialité⁵⁴.

Antoine Culioli

Ao descrevermos, no capítulo anterior, o modo como as variadas concepções de linguagem se delineiam nos escritos sobre tradução, vimos um movimento, por parte de muitos autores, de polarização e hierarquização entre teoria e prática – i.e. a teoria como merecedora de investigação científica e a prática, em contrapartida, com estatuto de demérito. Esta é, segundo Pria (2014, p. 118), “uma concepção estereotipada do trabalho de tradução”. Cruz (2012, p. 7-8), em uma crítica a essa hierarquização, lembra bem que, “[s]endo a tradução um ofício, e como tal adquirida na prática, a impressão é que as teorias vêm depois, e são sempre acessórias”. Tal “aparente dissociação”, no entanto, “não elimina a necessidade de que as duas alimentem-se mutuamente”⁵⁵. A nosso ver, a teoria é constitutiva da prática. Embora Steiner (2005, p. 17) afirme que não exista nenhuma “teoria da tradução”, mas apenas “descrições razoáveis de processos”, ao traduzir, a nosso ver, teorizamos. De modo consciente ou inconsciente, fazemos escolhas. Não podemos pensar em tais *processos* isoladamente de

⁵⁴ Tradução nossa: “Em resumo: nada de linguística sem observações profundamente detalhadas; nada de observações sem teoria dos observáveis; nada de observáveis sem problemática; nada de problemática que não se remeta a problemas; nada de problemas sem procura por soluções; nada de soluções sem raciocínio; nada de raciocínio sem sistema de representação metalinguístico; nada de sistema de representação metalinguístico sem operações, em particular, sem categorização; nada de categorização sem transcategorialidade” (CULIOLI, 1999b, p. 66).

⁵⁵ Para uma reflexão sobre a dicotomia teoria vs. prática na tradução, sugerimos a leitura de Cruz (2012, p. 17): “A teoria, dispensada não apenas – e principalmente – pelos tradutores de ofício, que não raro declaram não reconhecer na descrição teórica, nem a si mesmos nem a atividade que praticam; rebaixada também no espaço pedagógico, quando se enxerga no exercício tradutório nada mais que uma espécie de aperfeiçoamento no aprendizado de línguas; e menosprezada afinal pelos próprios colegas pesquisadores, quando entendem a tradução somente como mal necessário, apenas como meio de acesso a um original, novamente o único que interessa. A teoria pouco importa, e a prática, atividade apenas auxiliar, é considerada subalterna”.

maneira polarizada ou hierarquizada. Crítico a tal dicotomia que se estabelece comumente entre teoria e prática, Ottoni (1997, p. 132-133) defende uma definição de tradução como fenômeno da linguagem:

Se, por um lado, o que sustenta a teoria linguística é a separação sujeito-objeto e teoria-prática, por outro, repensar a fusão sujeito-objeto e teoria-prática requer não só uma redefinição dessas dicotomias, como também um repensar de cada uma dessas noções.

(...)

Transformar e produzir significados não pode ter como pressuposto a existência de um significado estável e único. Para transformar e produzir outros significados numa outra língua é fundamental partir da multiplicidade do significado. Só assim o tradutor participa de um fenômeno mais amplo que envolve a *linguagem* e não só a *língua*.

Ao identificar e buscar as possíveis soluções de dado problema de tradução, estamos teorizando a tradução. Ainda que num âmbito privado, cada escolha tem como base uma série de ideias que temos sobre tradução, mesmo que não paremos para refletir sobre elas de modo consciente. É dessa maneira que os “tradutores estão constantemente teorizando como parte de sua prática de traduzir”⁵⁶ (PYM, 2010, p. 2). A partir do momento que discutem suas escolhas – seja com seus colegas, clientes ou professores – tornam públicas suas opiniões e seus posicionamentos a respeito do ato de traduzir, enriquecendo sua prática e compartilhando experiências, fundamentais para a pluralidade de perspectivas e o desenvolvimento da consciência tradutória. Pensando a atividade de tradução dentro da dimensão das operações da linguagem (CULIOLI, 1990), não há sentido algum em separar teoria e prática. Como veremos a seguir, *prática* não é, assim, apenas um trabalho empírico ausente de teoria.

Nosso interesse por Antoine Culioli (1990, 1999a, 1999b, 2002), responsável pela epígrafe acima, não é apenas para justificar o tópico deste capítulo, mas para nos ajudar, dentre outras questões, a responder como a passagem de uma língua a outra acontece. Sua Teoria das Operações Enunciativas (T.O.E.) é “inteiramente definida pelo que as formas, seus arranjos e as restrições manifestadas por esses arranjos delineam”, formas essas que “constroem, de múltiplas maneiras, posições intersubjetivas, modos de asserção, de interrogação, de injunção, de exclamação, de concessão etc.” (VOGÜÉ; FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 9). É nesse contexto que a abordagem da T.O.E. também se distancia da visão estruturalista em que as línguas naturais são vistas como sistemas classificatórios,

⁵⁶ Tradução nossa: “Translators are thus constantly theorizing as part of the regular practice of translating”.

repletos de compartimentos etiquetados⁵⁷. Afinal, nessa perspectiva, as categorias das línguas não são apenas objetos construídos; defende-se, em contrapartida, uma dinamicidade categorial que vai além do puramente etiquetado.

A proposta de Culioli de conceituação de uma teoria vinculada a um rigor metodológico de análise e de observação das línguas a partir de operações elementares que as embasam ajusta-se, portanto, ao nosso interesse sobre as relações entre tradução e linguagem. Para tanto, propõe uma teoria dos observáveis pautada no texto que dê conta de uma representação formal⁵⁸ que relacione a diversidade de cada situação de enunciação com as operações mentais intrínsecas a cada ato enunciativo. Trata-se de uma constante articulação epistemológica que permite relacionar a variabilidade e a deformabilidade das mais diferentes línguas às noções primitivas que as fundamentam. É nesse contexto que a tradução se insere. Quando o tradutor procura, na língua alvo, uma estrutura ou determinada palavra correspondente à língua de partida, é possível *calcular*, ou seja, fazer uma tradução que dê conta de ajustar e reelaborar o jogo categorial, sintático ou morfológico, por exemplo, entre as línguas. Para entendermos melhor tal relação, discorreremos abaixo acerca dos conceitos centrais da T.O.E. que concernem a nossa pesquisa e que auxiliarão na construção de nossa perspectiva de tradução.

3.1 Linguagem apreendida a partir da diversidade das línguas e dos textos

A T.O.E. tem início – simbolicamente – em 1968, com a publicação do artigo *La formalisation en linguistique*, no qual Culioli critica o formalismo da gramática gerativa e propõe as bases de uma nova teoria. Naquela época, o gerativismo estava em plena expansão. As ciências da linguagem se encantavam com o aparato mecanicista do computador e suas possibilidades de aplicação. Culioli, filólogo especializado em línguas anglo-germânicas, cria um seminário de linguística formal na *École Normale* de Paris e inaugura um projeto sobre a

⁵⁷ “(...) vous ne pouvez tout simplement pas faire comme si les langues étaient tout simplement des systèmes classificatoires, avec des jeux d’étiquettes, et des petites cases, linéaires, de telle manière que vous accrochiez des étiquettes avec des petites cases, comme on faisait finalement à l’époque structuraliste” (CULIOLI, 2002, p. 24).

⁵⁸ Vale notar a forma como Auroux desambigua o termo *formal* (1992, p. 46): “On remarquera que chez les linguistes le qualificatif de ‘formel’ est ambigu. En un premier sens (A), forme (= texte, marque) = forme empiriquement attestée au sens usuel de ‘forme linguistique’ (par exemple ‘non’ est une forme négative). En ce sens (A), la forme est chez Culioli la trace “formelle” des opérations. En un second sens (B), il s’agit d’une ‘forme abstraite’, au sens de la construction du linguiste, c’est-à-dire d’une représentation qui a les caractères du formalisme”.

relação entre matemática e ciências humanas que trata da *construção* do enunciado em que o sentido é instaurado na relação intersubjetiva. Para a teoria culioliana:

A identidade de um enunciado enquanto enunciado é dado por operações enunciativas abstratas; o material léxico-morfológico soma-se como um tipo de vestimenta externa, acessível à percepção imediata, mas que nada revela de decisivo sobre a organização enunciativa propriamente dita. (MILNER, 1992, p. 32)⁵⁹

Em 1984, em um colóquio sobre E. Benveniste, Culioli (1999a, p. 115-123) atribui ao colega francês a originalidade do estudo da relação entre a linguagem e as línguas. Afinal, em *Problèmes de linguistique générale* (I), Benveniste já estabelecia a distinção entre linguagem e línguas, separando-as até mesmo em âmbitos de estudo distintos – ciências das línguas (*sciences des langues*) e ciência da linguagem (*science du langage*): “a linguagem é (...) um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação. Uma outra linguística poderia estabelecer-se sobre os termos desse trinômio: língua, cultura, personalidade” (BENVENISTE, [1966] 1988, p. 17). Para Benveniste, assim como para Culioli, a linguagem não é um objeto teórico acessível e palpável, podendo ser apreendida apenas a partir da diversidade das línguas pautada em uma teoria de observação e generalização. Segundo Culioli, mais especificamente, o objeto geral da linguística é

a atividade de linguagem apreendida a partir da diversidade das línguas naturais (e a partir da diversidade dos textos – orais ou escritos). Eu insisto de fato sobre os dois pontos: de um lado, digo que o objeto da linguística é a atividade de linguagem (ela mesma definida como operações de representação, referenciação e regulação); de outro lado, digo que só podemos apreender essa atividade a fim de estudar seu funcionamento a partir de configurações específicas, de agenciamentos dentro de uma dada língua. A atividade de linguagem remete a uma atividade de produção e reconhecimento de *formas*, de modo que essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas. (CULIOLI, 1990, p. 14)⁶⁰

⁵⁹ Tradução nossa: “L’identité d’un énoncé en tant qu’énoncé est donnée par les opérations énonciatives abstraites ; le matériel lexico-morphologique s’y ajoute comme une sorte de vêtement externe, accessible à la perception immédiate, mais ne révélant rien de décisif sur l’organisation énonciative elle-même. (...) Autrement dit, (...) cela veut dire que le matériel lexico-morphologique peut, au moins pour une part, être tenu pour un effet, une ‘trace’ perceptible des opérations”.

⁶⁰ Tradução nossa: “Je dirai que la linguistique a pour objet l’activité de langage appréhendée à travers la diversité des langues naturelles (et à travers la diversité des textes, oraux ou écrits). J’insiste bien sur les deux

Essa abordagem vai em direção contrária à estaticidade característica do estruturalismo. “Todavia, se o linguista permanecer no nível textual das línguas, ele negligenciará, à maneira estruturalista saussuriana, o estudo da atividade de linguagem” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 33). Para Culioli, então, os textos, sejam eles orais ou escritos, são tomados como “representações (mentais) fixas (materializadas e estabilizadas) por intermédio dos signos” (CULIOLI, 1990, p. 12)⁶¹. A manipulação de tais sequências textuais permite ao linguista captar a “atividade metalinguística não consciente que se encontra no coração da atividade de linguagem e que já pode ser constatada desde nossa infância (CULIOLI, 1990, p. 18)⁶². Culioli utiliza o termo *atividade epilinguística* para designar tal “atividade metalinguística não consciente”, ou, na interpretação de Aurox (2009, p. 17), “o saber inconsciente que todo locutor possui de sua língua e da natureza da linguagem”. De acordo com Zavaglia ([2009] 2016, p. 38), “o prefixo epi-, presente em epilinguístico, vem do grego *ἐπί-*, e poderia ser traduzido, nesse contexto, como além-ou-aquém do que é linguístico, ou seja, como uma atividade que organiza o nível linguístico sem confundir-se com ele”:

Ainda que a existência de elementos de representação metalinguística coloque um limite entre o epilinguístico e o metalinguístico, é evidente que é preciso antes considerar a relação entre os dois como um *continuum*: o primeiro não para com o aparecimento do segundo; este último não traz automaticamente um conteúdo novo sem entrar no metalinguístico; enfim, podemos constatar a elaboração de procedimentos codificados (jogos de linguagem etc.) para manifestar a consciência epilinguística (AUROUX, 2009, p. 17).

A teoria enunciativa de Culioli tem como base uma arquitetura tríade representacional, situando a atividade do linguista em relação a três níveis não sequenciais: (1) da linguagem, (2) das línguas e (3) da metalinguagem. O nível 1 é o das representações mentais, de ordem cognitiva e afetiva, que se organizam a partir de nossa experiência com o mundo. Trata-se,

points : d'un côté, je dis que l'objet de la linguistique est l'activité de langage (elle-même définie comme opérations de représentation, de référenciation et de régulation) ; d'un autre côté, je dis que cette activité nous ne pouvons l'appréhender, afin d'en étudier le fonctionnement, qu'à travers des configurations spécifiques, des agencements dans une langue donnée. L'activité de langage renvoie à une activité de production et de reconnaissance de *formes*, or, ces formes ne peuvent pas être étudiées indépendamment des textes, et les textes ne peuvent être indépendants des langues”.

⁶¹ “Ainsi, on peut dire que nous avons affaire, avec les textes, à des représentations (mentales) qui sont fixées (materialisées et stabilisées) par l'intermédiaire de signes, dont nous allons donner une méta-représentation de telle sorte que nous puissions les manipuler. Le manipuler en vue de rechercher des cohérences, des règles de bonne formation, afin d'aboutir à un calcul”.

⁶² “En cela, le linguiste fait affleurer, par sa pratique, cette activité métalinguistique non-consciente qui est au coeur de l'activité de langage, et que l'on peut constater déjà chez l'enfant”.

assim, do nível nocional, da linguagem, “construído a partir do universo simbólico extralinguístico e linguístico” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 48) que se constitui a partir de operações de relação, construção e organização de propriedades – as chamadas *noções*. Segundo Celli (2012, p. 36):

Culioli (1990) define *noção* como representação mental construída a partir da interação entre as pessoas e as propriedades que elas extraem do mundo físico-cultural que as rodeia. Essa representação físico-cultural específica será quantitativa e qualitativamente construída como um predicado, chamado de P, que se organiza de forma singular constituindo-se num pólo de referência. Cada uma das palavras de uma língua remete a um ou mais predicados, os quais englobam toda a gama de valores que uma palavra pode assumir enunciativamente em organizações textuais específicas. Porém, como o valor de uma palavra só é determinado numa dada situação enunciativa, na qual se estabiliza, ele só se atualizará num dado cotexto e contexto. A estabilização de tal valor não dependerá apenas de propriedades pré-estabelecidas, mas construídas a partir da inauguração de um sistema de referência inicialmente instável. Desse modo, criamos a todo momento novas relações e associações por operações de identificação e diferenciação. Culioli afirma ainda que o sujeito tipifica as *noções*, em que apenas uma de suas propriedades é tomada como pólo de referência. A partir de P, então, constrói-se uma ramificação de propriedades que se organiza de forma a estabelecer um *domínio nocional*. Dessa maneira, o *domínio nocional* de /mas/, por exemplo, é o conjunto das propriedades de /mas/, representadas formalmente por $P = p_i, p_j, \dots p_n$ e textualmente pelas diferentes ocorrências de “mas”. Pode-se dizer, assim, que o conceito de *noção* afasta a T.O.E. de uma semântica de oposições binárias, uma vez que, entre P e P', há um espaço de possibilidades, o *domínio nocional*.⁶³

O nível 2, sob a forma de enunciados construídos de acordo com as regras de cada sistema, refere-se às representações linguísticas, constituído por traços da atividade de representação do nível 1. Nas palavras de Pria (2013, p. 53), “[a]o possibilitar o acesso ao nível cognitivo, esses traços permitem simular os processos que lhe deram origem e, com isso, explicam a função reguladora do sistema cognitivo na atividade de linguagem”. Uma dada entidade léxico-morfológica, assim, pode ser tomada como um “rastro” perceptível de operações enunciativas abstratas (MILNER, 1992, p. 32-33)⁶⁴. Os rastros ou marcadores⁶⁵

⁶³ “Dentro do domínio nocional de determinada noção, em que P é o centro organizador da noção, haverá tudo o que pode ser P e tudo o que não pode ser P, ou P'. Tudo o que pode ser P pertence ao Interior do domínio e tudo o que não pode ser P pertence ao Exterior. Entre uma e outra zona há propriedades que permanecem numa Fronteira, a qual não separa as zonas abruptamente: a zona fronteira entre interior e exterior seria um fechamento não estático, uma vez que ela guarda a sua potencialidade de abertura sem um último ponto de ocorrência (somente haverá um último ponto se ele for construído)” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 115).

⁶⁴ Tradução nossa: “L’identité d’un énoncé en tant qu’énoncé est donnée par les opérations énonciatives abstraites ; le matériel lexico-morphologique s’y ajoute comme une sorte de vêtement externe, accessible à la

representam noções e operações mentais às quais não temos acesso. O conceito de *marcador* pode ser entendido como um “ente linguístico que remete à indicação das operações de linguagem que se atualizam no sistema linguístico por meio de diferentes ocorrências de formas engendradas, responsáveis por gerar a significação” (FLORES; ONOFRE, 2009, p. 159). Vale notar ainda a não relação termo a termo entre as representações do nível 1 e aquelas do nível 2:

Essa ausência de relação unívoca impede o processo de etiquetagem fixo tradicional⁶⁶, em que *mas*, por exemplo, seria considerado uma *conjunção coordenativa adversativa* que expressa unicamente o valor de contraposição. Graças à variabilidade referencial dos marcadores em geral, é possível, por outro lado, termos um dado marcador no nível II que corresponda a variados valores (nacionais) do nível I e, inversamente, variados marcadores para apenas um valor⁶⁷. (CELLI, 2012, p. 35)

Finalmente, o nível 3, é aquele da construção explícita das representações metalinguísticas, ou seja, da teoria propriamente dita. A representação metalinguística é construída a partir dos fenômenos observados no nível 2, que são, por sua vez, representantes do nível 1. Essa metalinguagem formal, construída pelo linguista, não será matematicamente equivalente à língua natural, já que não podemos tratá-la como um processo de etiquetagem ou de simples tradução termo a termo de uma língua numa metalíngua e vice-versa. Ilustramos os três níveis da T.O.E. na tabela a seguir:

perception immédiate, mais ne révélant rien de décisif sur l'organisation énonciative elle-même. (...) Autrement dit, (...) cela veut dire que le matériel lexico-morphologique peut, au moins pour une part, être tenu pour un effet, une 'trace' perceptible des opérations”.

⁶⁵ “A partir des traces matérielles du texte (agencement de marqueurs), nous allons reconstruire les opérations constitutives des représentations à l'oeuvre dans l'activité signifiante des sujets, représentations dont les marqueurs sont les représentants complexes, munis de valeurs de référence interprétables et de force de régulation inter-sujets” (CULIOLI, 1990, p. 91-92).

⁶⁶ “Na teoria culioliana, as palavras não são, portanto, etiquetadas fundamentalmente; tampouco são distinguidas umas das outras por uma semântica de traços. É somente numa situação enunciativa que essas etiquetas poderão ser definidas, após a construção, ou interpretação, das operações envolvidas em cada produção do enunciado” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 95).

⁶⁷ “Les notions ont des propriétés formelles invariantes et elles permettent donc, par sélection et combinaison, des regroupements de propriétés ; ces regroupements sont variables et fournissent une multiplicité de chemins possibles entre le niveau I et le niveau II. Ces variations produisent cette spécificité des langues dont nous avons l'expérience : de I à II, il est *nécessaire* d'activer au moins un chemin, parmi les chemins *possibles*” (CULIOLI, 1999a, p. 164, grifos do autor).

Tabela 7. Níveis 1, 2 e 3 da T.O.E.

Nível 1	Nível 2	Nível 3
Operações	Marcadores	Representações metalinguísticas
Âmbito cognitivo e afetivo	Formas textuais observáveis	Teoria linguística

Lembramos que não há nenhum tipo de dualismo na teoria de Culioli. Seria uma má compreensão da T.O.E. dizer que as operações mentais do nível 1 podem ser associadas de modo 1 para 1 com as representações linguísticas do nível 2. Uma dada representação do nível 1 pode ter mais de uma instância textual, por exemplo, modulada de acordo com a instância enunciativa em questão. É, portanto, por meio das relações entre os níveis 2 e 3 que Culioli propõe simular as operações do nível 1 em busca da representação da atividade de linguagem.

Uma das principais propriedades da linguagem é, dessa forma, segundo Culioli (2002, p. 51), a *construção* de relações. Qualquer atividade conceitual simbólica mediada por sequências textuais (e/ou gestuais) tem como base a relação entre a capacidade de representar, referenciar e regular. A linguagem,

como uma atividade cognitiva de construção e reconhecimento de formas, é responsável pela constituição dos enunciados e pela construção da significação. Por ser cognitiva, essa atividade somente pode ser apreendida a partir daquilo que produz, ou seja, dos enunciados, partindo-se deles e a eles retornando. (...) Culioli, cuja teoria tem por objeto de estudo a relação entre a linguagem e as línguas, toma por objeto de análise aquilo que é acessível ao linguista e passível de observação, ou seja, os enunciados e seus valores interpretativos. Desse modo, a linguagem, atividade significativa de **representação, referenciação e regulação**, somente é acessível através dos textos, isto é, dos arranjos de marcadores. (ZAVAGLIA; FLORES, 2009, p. 153, grifos nossos)

Os termos em destaque representam as três capacidades cognitivas que sustentam e definem a atividade de linguagem, entendidas mais especificamente como processos *linguageiros*: representação, referenciação e regulação. O termo “linguageiro” se refere a tudo aquilo que é ligado ao âmbito da atividade de linguagem, opondo-se à expressão “linguístico”, a qual abrange as configurações textuais que descrevem os fenômenos observados.

Para Culioli, representar é, nas palavras de Zavaglia ([2009] 2016, p. 45), “propriamente colocar em prática uma categorização⁶⁸ baseada nos universos extralinguístico e linguístico pelos quais os sujeitos constroem, simbolicamente, suas representações mentais”. Trata-se de um “complexo escalonado de n operações baseado em uma operação elementar primitiva chamada de operação de localização” (CULIOLI, 1990, p. 179-180)⁶⁹. A ideia central baseia-se no fato de que um objeto só adquire determinada forma e valor a partir de um esquema dinâmico de localização, em que um termo é localizado em relação a outro. Há vários tipos de localização, mas, em resumo, a atividade representacional pode ser entendida como essencialmente um processo dinâmico envolvendo estruturas inicialmente deformáveis. Consequentemente, “(...) o processo de referenciação é um acúmulo de localizações entre o enunciado, a situação enunciativa (com parâmetros relacionados ao tempo, ao espaço, aos sujeitos e aos eventos implicados na enunciação) e a relação predicativa” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 52). Referenciar é, assim, construir um sistema intersubjetivo complexo que se relacione com os parâmetros espaço-temporais e subjetivos a partir de um espaço referencial e objetos linguísticos localizáveis⁷⁰.

Nesse sentido, a T.O.E. pode ser interpretada como uma linguística de posição, em que cada termo é localizado (em francês, *repéré*) dentro de uma dada situação enunciativa <Sit> e definido no conjunto de relações de localização em que está inserido. A <Sit> é composta, de um lado, pelo sujeito enunciador e, por outro, pelo espaço enunciativo (parâmetros de espaço e tempo). Assim, todo enunciado comporta, explícita ou implicitamente, a indicação da posição daquele que fala com relação àquilo que diz, como quando afirmamos que algo é certo, incerto, bom, mau etc. Do mesmo modo, o momento da enunciação remete ao momento em que se fala, a partir do qual se definem as determinações espaciais e temporais ligadas ao *aqui* e *agora*. É essa estrutura enunciativa, composta por duas variáveis, que permite construir o sentido de um enunciado de acordo com dada situação e que confere à linguagem essa propriedade de adaptabilidade que lhe permite relacionar-se a objetos e situações variáveis. Desse modo, pode-se dizer que toda relação entre dois termos é uma relação complexa em que o estatuto de localizador/localizado pode mudar, de maneira que essa “redeterminação

⁶⁸ “(...) na teoria culioliana não há correspondências pré-estabelecidas entre categorias e classes de elementos, mas sim uma relação assimétrica em movimento entre elementos de nível 1 [da linguagem] e de nível 2 [das línguas]. Por esse motivo, Culioli prefere dar a esse processo o nome de categorização, e não o de categoria” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 51-52).

⁶⁹ “Representation is a many-levelled complex of n-th order operations, based on a primitive elementary operation called an *operation of location* (French, *operation de repérage*)”.

⁷⁰ Ver Culioli, 1990, p. 180-181.

sucessiva das relações por localizações sucessivas pode em certos casos ser associada a diferentes planos: nocional, sintático, enunciativo” (PAILLARD, 1992, p. 76)⁷¹.

É nesse contexto que a regulação, o terceiro processo linguageiro, se insere. O enunciador, ao adaptar sua fala a dada situação enunciativa, regula, adapta e estabiliza suas produções. A regulação tem, assim, um papel central na atividade de linguagem. Pode-se dizer que o sistema é regulado (in)conscientemente pelos falantes em um processo constantemente transformador e deformador. Além disso, diretamente ligado às operações de representação e referenciação, a regulação intersubjetiva consiste em ajustar os quadros de referência e representacionais, tornando-os reconhecíveis e interpretáveis no jogo enunciativo entre enunciador-enunciatário. Em resumo,

[o] primeiro nível de representação é subjetivo e centralizado; o segundo, que é a referenciação, é objetivo e descentralizado; e o terceiro, da regulação ou equilibração, é novamente subjetivo mas alcançou um outro nível de organização em razão do diálogo com o outro, com o diferente, realizado no nível anterior, o da referenciação e, portanto, é subjetivo e centralizado novamente. Podemos dizer também, em outras palavras, que temos um movimento que vai da unidade para a diversidade e volta para a unidade em nível superior. A figura da espiral sempre é a que ilustra bem esse movimento evolutivo. (REZENDE, 2014, p. 86-87)

3.2 A tradução como “paráfrase interlingual”

“A compreensão é um caso particular do mal-entendido”⁷². Este aforismo, um dos favoritos de Culioli, introduz a visão de linguagem que embasa nosso trabalho. Afinal, a expressão acima ressalta o fato de que o processo enunciativo foge da troca de informação unívoca, enfatizando que o jogo interpretativo entre enunciador-enunciatário é algo provisório e instável. Graças à variabilidade e à deformabilidade, a estabilidade é *conquistada* e não pré-existente. A comunicação, assim, “será resultado de um árduo processo de conquista de valores e significados” (REZENDE, 2014, p. 82). “Desse modo, qualquer sujeito enunciador, ao enunciar, cria ambiguidades. Entretanto, para ele, a sua fala nunca é ambígua, a não ser que seja intencional” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 42). Nesse sentido, o arranjo de formas e o encadeamento de operações materializam o enunciado construído, passível de interpretação dentro de uma situação enunciativa, <Sit>, tal como explicado anteriormente. É dessa maneira

⁷¹ Tradução nossa: “Cette re-détermination successive de la relation par des repérages successifs peut certains cas être reliée à différents plans : notionnel, syntaxique, énonciatif”.

⁷² “La compréhension est un cas particulier du malentendu” (CULIOLI, 1990, p. 39).

que o sentido do enunciado se organiza dentro de seus valores referenciais, também construídos no ato enunciativo.

A instabilidade descrita acima lembra, de certo modo, a questão levantada por Hans-Georg Gadamer ([1960] 2010, p. 235) sobre a questão do *diálogo hermenêutico*. Segundo o autor, são as situações em que “o entendimento é perturbado ou complicado que permitem mais facilmente tomar consciência das condições a que se submete todo entendimento. O processo linguístico é especialmente ilustrativo quando uma conversa em duas línguas estrangeiras torna-se possível através de tradução e transposição” ([1960] 2010, p. 237).

Na teoria de Culioli, o enunciado bem-formado e compreendido nunca é visto isoladamente; é, por outro lado, considerado membro de uma classe de variantes parafrásticas que compartilham um mesmo esquema central. Todo enunciado é, portanto, um elemento de uma família parafrástica inserido numa dada rede de combinações e operações enunciativas em jogo. É chamado de *léxis*, assim, aquilo que permite capturar as propriedades comuns dos membros de um dado paradigma parafrástico. Dito de outra maneira:

O esquema de *léxis* é representado por um termo de partida, um termo de chegada e um relator de predicação que orienta a relação $\lambda = \langle \varepsilon_0 \ \varepsilon_1 \ \pi \rangle$, respectivamente, cujos termos são instanciados por noções. Uma *léxis* – termo próximo de *lekton*, o dito em grego, e *dictum*, o dito em latim – não é um enunciado: ela é um esquema pré-assertivo gerador de enunciados, ou seja, de contextos diferentes. Desse modo, todo enunciado é construído a partir da escolha de uma dentre todas as paráfrases possíveis geradas por uma *léxis*. Assim, uma *léxis*, orientada a partir da relação primitiva, poderá gerar *n* enunciados diferentes, como um suporte de operações de modalidades que participam de sua construção (asserção positiva e negativa, diátese, transitividade etc.). Como um enunciado só se constitui em relação a uma situação de enunciação, a notação formal de uma *léxis* deve ser definida levando-se em consideração outros elementos que estão implicados nas operações enunciativas: $\langle \varepsilon_0 \ \varepsilon_1 \ \pi \rangle \in \text{Sit} (S/s, T/t)$, em que Sit remete a situação de enunciação, S a sujeito enunciador, s a sujeito do enunciado, T a momento da enunciação, t a momento ao qual se refere o enunciado. Haverá, portanto, um pacote de relações entre S/s e outro entre T/t. Essa relação complexa é fundamental: além de constituir um enunciado, ela também desambigua os enunciados. Assim, por exemplo, “O livro de Pedro”; “Pedro, seu livro”; “Pedro, ele, seu livro”; “Pedro tem um livro”; “Pedro, ele, tem um livro” pertencem à mesma família e foram gerados por um mesmo esquema de *léxis*: $(\langle \varepsilon_0 \ / \text{Pedro}/, \ \varepsilon_1 \ / \text{livro}/, \ \pi \ \rangle)$. (FLORES; ZAVAGLIA, 2009, p. 149)

Com base na explicação acima, o esquema de *léxis* da sequência parafrástica (1) abaixo pode ser entendido como $\langle \varepsilon_0 \ / \text{canário}/, \ \varepsilon_1 \ / \emptyset/, \ \pi \ / \text{cantar}/ \rangle$:

- (1a) um canário ‘tá cantando
- (1b) este canário canta bonito
- (1c) tem um canário cantando
- (1d) o nosso canário canta muito
- (1e) é um canário que ‘tá cantando
- (1f) é o canário que ‘tá cantando

Com base em (1), chegamos à noção de *paráfrase*, essencial para o desenvolvimento de nosso trabalho. Tal como questiona Fuchs (1982, p. 9 apud ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 136), será “realmente possível dizer ‘a mesma coisa’ de várias maneiras? (...) Se é realmente o caso, em que termos pode-se descrever o que, do conteúdo de X, se conserva de maneira estável em Y, e o que se encontra modificado?”. Todas as sequências acima, por exemplo, são diferentes, de modo que cada membro de (1) pode ser tomado como um enunciado distinto. Mas o que os torna únicos? Como bem define Milner (1992, p. 25), “um enunciado enquanto tal se distingue de outro enunciado a partir das operações enunciativas que estão em jogo”⁷³. Dessa forma, os membros de (1) se distinguem não apenas pelo conjunto de seu material léxico-morfológico, mas pelas operações que regem cada enunciado. Os termos em comum – *canário* e *‘tá cantando* – não são, assim, suficientes, para dizer que “a mesma coisa” está sendo dita. Observemos a sequência (2) abaixo:

- (2a) Esta casa foi projetada pela Andressa.
- (2b) A Andressa projetou esta casa.

Apesar de remeterem ao mesmo esquema de léxis </Andressa/, /construir/, /casa/>, o enunciado passivo e o enunciado ativo em (2) geram relações de predicação diferentes. Segundo a T.O.E., o conceito de *paráfrase* não é, desse modo, entendido apenas como uma reformulação, em que se diz a mesma coisa por meio de palavras diferentes⁷⁴. Essa seria, de

⁷³ Tradução nossa: “(...) la théorie de l’énoncé propose une réponse : un énoncé en tant qu’énoncé se distingue de chaque autre par les opérations énonciatives qu’il met en jeu. Ces opérations sont représentées dans la théorie par un calcul dont les règles sont précises.”

⁷⁴ É importante ressaltar aqui a diferença entre os conceitos de *paráfrase* e *glosa*, de acordo com a T.O.E.: “A paráfrase (...) é uma atividade metalinguística consciente que tem regras próprias e que é controlada pelo linguista. Poderíamos dizer que a paráfrase é a tentativa, por parte do linguista, de simular as glosas produzidas pelos sujeitos enunciadore” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 147), de modo que “[a] glosa poderia ser definida como a atividade epilinguística que o sujeito coloca em prática a todo instante e que pode ser percebida nos comentários que ele faz para explicar sequências, desambiguando-as para fazer-se entender” (ibidem, p. 146).

acordo com Fuchs (1994), uma abordagem tradicionalista da paráfrase como atividade de reformulação textual, correndo o risco de ser muito abrangente. Já na visão sintático-semântica, a paráfrase é descrita como uma relação potencial de transformação sintática e de equivalência semântica entre frases, podendo ser, por outro lado, muito redutiva. É a partir dessa problemática que a autora, embasada na perspectiva da linguística da enunciação, defende o estudo do parentesco semântico entre os enunciados, alicerce da relação parafrástica linguística. Tal parentesco é entendido como a condição necessária para que um sujeito, dentro de uma dada situação discursiva, possa reconhecer ou produzir um enunciado como parafrástico de outro.

A relação de paráfrase resume-se, nas palavras de Fuchs (1994, p. 174), a uma “estratégia cognitivo-lingueira dos sujeitos que realizam uma identificação momentânea das significações de cada um dos enunciados, anulando suas diferenças em prol apenas de suas semelhanças”. De modo inconsciente escolhemos uma forma em detrimento de outras que podem ser produzidas a partir de um mesmo esquema de léxis. Partindo de um dado enunciado ou sequência textual, podemos então fabricar outros equivalentes ou substitutos pertencentes a uma mesma família de enunciados próximos e comparáveis entre si, processo este chamado de *manipulação parafrástica*.

Pode-se dizer que as paráfrases não compartilham uma identidade completa e fixa de sentido, mas um centro invariante comum para além das especificidades semântico-enunciativas das formas em jogo. Por meio de aproximações e acomodações parafrásticas, é possível adaptarmos conceitos e ideias, assim, em diferentes línguas, traduzindo:

Considerar a paráfrase na Teoria das Operações Enunciativas é antes de mais nada defini-la no âmbito da diferença, pois a variância linguística, intrínseca à atividade de linguagem em relação com as línguas, está implícita em e é parte integrante da **invariância** processual lingueira.

(...)

Do ponto de vista da observação da paráfrase, o linguista culioliano não classifica estruturas sintáticas ou semânticas que se encontram na superfície das línguas, mas procura entre os enunciados em paráfrase **o que permite a passagem de um para o outro**. (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 142-143, grifos nossos)

No contexto das ciências da linguagem, o conceito de *invariância*, realçado na citação acima, é muitas vezes associado à concepção tradicional dos *universais linguísticos*, ou seja,

elementos presentes em todas as línguas. Para a T.O.E., no entanto, os invariantes fundadores da atividade de linguagem não antecedem a análise das línguas. Procura-se, por outro lado, investigar as unidades de uma língua fora de toda categorização *a priori*, como entidades transcategoriais. O conceito de *transcategorialidade* culioliano questiona, “pelo uso real e autêntico das línguas, as fronteiras estabelecidas pela tradição gramatical e linguística. As categorias das línguas não são apenas objetos construídos, elas implicam uma dinâmica processual e cognitiva que foge aos sistemas classificatórios” (ZAVAGLIA; CELLI, 2010, p. 245). É nesse ponto que a noção de invariância culioliana se distancia, dentre outros aspectos, do pensamento chomskyano. Enquanto a T.O.E. trabalha sobre o enunciado com base nos mecanismos construtores das condições de enunciação, a gramática gerativo-transformacional atua no âmbito da frase:

Na teoria das operações enunciativas, os fenômenos sintáticos são apreendidos de maneira transversal e não central, sempre interdependente com os fenômenos semânticos; o domínio privilegiado não é de fato aquele da combinação sintagmática dos constituintes da frase, mas aquele do funcionamento sintagmático e paradigmático dos marcadores constitutivos do enunciado⁷⁵. (FUCHS, 1992, p. 222)

A busca pela invariância não deve ser confundida, portanto, com a universalidade de uma gramática geral, uma vez que o objetivo culioliano não é

construir uma gramática universal, mas reconstruir, a partir de um processo teórico-formal, as noções primitivas e operações, regras e esquemas elementares responsáveis pela geração de categorias gramaticais e padrões específicos de cada língua. Em resumo, o objetivo é encontrar os invariantes que fundam e regulam a atividade de linguagem, em toda sua riqueza e complexidade. (CULIOLI, 1990, p. 179)⁷⁶

⁷⁵ Nossa tradução: “Dans la théorie des opérations énonciatives, les phénomènes syntaxiques sont appréhendés de façon transverse et non pas centrale, et toujours en interdépendance avec des phénomènes sémantiques ; le domaine privilégié n’est en effet pas celui de la combinatoire syntagmatique des constituants de la phrase, mais celui du fonctionnement syntagmatique et paradigmatic des marqueurs constitutifs de l’énoncé”.

⁷⁶ Tradução nossa: “The goal is not to construct a universal grammar, but to re-construct, by a theoretical and formal process, the primitive notions, elementary operations, rules and schemata which generate grammatical categories and patterns specific to each language. In short, the goal is to find the invariants which found and regulate language activity, in all its richness and complexity”.

Ao conferir à linguagem uma relação de interdependência entre outros domínios cognitivos, Culioli se afasta ainda mais da abordagem chomskyana, para a qual a linguagem seria um sistema cognitivo independente. De acordo com a T.O.E., assim, “a linguagem não é o sistema cognitivo, mas dele faz parte, dele depende e com ele relaciona-se” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 46).

Entendemos (in)variância, portanto, como uma propriedade intrínseca à atividade de linguagem. Nota-se que falamos não apenas em *invariância* mas também em *variância*. Assim, qualquer marca gramatical, por exemplo, remete a propriedades que fazem a sua estabilidade por um processo invariante e a sua instabilidade, graças ao seu caráter plástico, pela conjugação da invariância com a variância⁷⁷. É desse modo que a definição da linguística como ciência da linguagem apreendida por meio da diversidade das línguas mostra que as línguas naturais não são apenas instâncias da linguagem, mas que, a partir da singularidade de cada língua e da variação de seus componentes, podemos chegar a uma teoria da invariância.

Considerando a não existência de uma relação unívoca entre os níveis 1 (das representações cognitivas) e 2 (das representações linguísticas), Culioli nos lembra que nunca dizemos *exatamente* o que *queremos* dizer. E como jamais dizemos *exatamente* o que *queremos* dizer, há muitas maneiras de dizer, de não dizer ou de dizer de outra forma. O jogo entre os dois níveis leva a amplas possibilidades, tais como a paráfrase e a tradução. É nesse contexto que, para Culioli, a tradução pode ser considerada um “caso particular de paráfrase” (1990, p. 22) – mais especificamente, uma “paráfrase interlingual”.

3.3 O caráter transcategorial das palavras e seu reflexo na tradução

A teoria de linguagem acima mencionada pode ser exemplificada a partir de alguns dos resultados obtidos em pesquisa anterior (CELLI, 2012). Tendo como ponto de partida a problemática da definição e descrição de palavras gramaticais em dicionários bilíngues português-francês (PB-FR) e português-inglês (PB-ING), demonstramos, em nosso mestrado, a possibilidade de, a partir de um estudo baseado em *corpora* paralelos, estabelecer a diferenciação entre cinco marcas de uma mesma família semântica, no caso, das unidades *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto*, e apresentar não só casos em que temos a

⁷⁷ “(...) on peut admettre qu'elle [la TOE] se propose toujours comme but premier d'exhiber dans sa représentation à la fois les propriétés différentielles qui distinguent les uns des autres les membres d'un paradigme donné et les propriétés communes qui constituent ces membres en une classe paradigmatische unique” (MILNER, 1992, p. 25).

confluência de suas particularidades, mas, principalmente, casos em que as especificidades de cada marca são fortemente ressaltadas. A associação dos conceitos da linguística de *corpus* aos da teoria enunciativa de Culioli permitiu, apesar de sua variação em diferentes contextos, construir uma esquematização que desse conta de defini-las hipersintaticamente, ou seja, de definir a maneira pela qual tais unidades funcionassem em qualquer cotexto ou contexto⁷⁸, além de seu real funcionamento no momento da enunciação.

Em seguida, realizamos o levantamento e a análise das traduções de cada ocorrência de *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto* de nosso *corpus* – para o francês e para o inglês. Nessa etapa da pesquisa, *mas* não teve como correspondente, em francês ou em inglês, necessariamente outra *conjunção coordenativa adversativa*, assim habitualmente definida. De acordo com os fatores semânticos, contextuais, estruturais, estilísticos etc. envolvidos, tivemos, como possibilidades tradutórias, devido ao caráter transcategorial das palavras, *plutôt* (fr.) e *what about* (ing.), *malgré* (fr.) e *only* (ing.) etc (CELLI, 2012).

Tivemos a preocupação, assim, de elaborar verbetes contendo em sua microestrutura definições e contextualizações bilíngues baseadas em paralelismos⁷⁹ tradutórios encontrados via *corpora*. Graças ao uso de originais e traduções – i.e., *corpora* paralelos –, foi possível oferecer um alto número de correspondentes, definições e contextualizações, além de apresentar os resultados de acordo com sua frequência de uso.

Os verbetes PB-FR e PB-ING de *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto* elaborados, na tentativa de se distanciarem das propostas dos dicionários bilíngues consultados, contaram não apenas com uma definição geral – a forma esquemática (FE) –, mas também com os vários sentidos que *mas*, *porém*, *contudo*, *todavia* e *entretanto* podem assumir em PB em contexto bilíngue (PB-FR e PB-ING). Somou-se a isso o fato de que, para cada sentido, havia um correspondente específico em francês e em inglês com seu respectivo exemplo. Isso foi importante não apenas para o consulente saber qual lexia escolher, mas também como utilizar em seu texto a tradução selecionada, uma vez que pelo exemplo era possível apreender aspectos de uso e de sintaxe.

⁷⁸ Tal representação formal é chamada de *forma esquemática*.

⁷⁹ “Paralelismo” é aqui entendido como a relação entre duas lexias, complexas ou não, descritas na microestrutura das entradas de dicionários bilíngues de língua geral construídos a partir de *corpus* paralelo (original e traduções publicadas) com o intuito de explicitar a variação semântica da palavra de entrada com seus usos específicos, em contexto bilíngue autêntico, com suas traduções possíveis (ZAVAGLIA; GALAFACCI, 2014). Para maior aprofundamento, ver Zavaglia (2004).

As ocorrências a seguir não reproduzem toda a investigação realizada em Celli (2012), mas buscam ilustrar, principalmente, o caráter transcategorial das palavras e seu reflexo na tradução⁸⁰:

(3) Agora, **todavia**, tinha que pedir-lhe justiça, ao distinguido Senhor Major Dom Anacleto.

(3a) Now, **however**, he was appealing to the distinguished Major Don Anacleto for justice.

(4) Mais sofri, **todavia**, porque lua havia (...).

(4a) **And** I suffered even more because there was a moon (...).

(5) **Todavia**, convenientemente expurgadas, talvez mais tarde apareçam (...).

(5a) **Possibly**, duly expurgated, they may in time be published (...).

Comparando as traduções de *todavia* acima, em (3a) tivemos a tradução de *todavia* por *however* sem alteração de categoria nem posicionamento; em (4a) tivemos mudança de posicionamento – de meio de enunciado para início de enunciado – sem diferenciação de categoria, já que *and* também atua como conjunção, e em (5a) tivemos mudança de categoria com *possibly* como advérbio, em posição inicial tal como no original com *todavia*. Apesar de trazermos apenas um recorte dos dados obtidos em Celli (2012), não podemos deixar de refletir que *todavia* não foi lido isoladamente pelo tradutor para que chegasse à opção tradutológica de *however*, *and* e *possibly*. Pelo contrário, queremos justamente chamar a atenção, nesta pesquisa de doutorado, para o fato de que *however*, *and* e *possibly* foram escolhidos por conta das relações enunciativas que o tradutor coloca em movimento ou opera quando lê o texto em português e o coloca em relação.

Em outros casos, para um determinado uso de *mas* em português, tivemos o fenômeno da *omissão*⁸¹ em ambas as traduções – tanto em francês quanto em inglês. Seguem abaixo ocorrências⁸² que ilustram, mais uma vez, o caráter transcategorial das formas, em que “**Mas** que surpresa, Venâncio” foi traduzido como “**Quelle** surprise, Venâncio!” e “**What** a surprise, Venâncio!”:

⁸⁰ Exemplos retirados de Celli (2012, p. 229).

⁸¹ A *omissão* é uma das “modalidades de tradução” de Aubert (2006), a qual indica que uma parte do texto fonte foi suprimida de tal forma que não é recuperável através da tradução, sendo necessário recorrer ao texto original para se ter acesso à informação omitida.

⁸² Exemplos retirados de Celli (2012, p. 230).

(6) Excluído tão ostensivamente da herança, Madruga conteve-se, por orgulho. Mantinha-se mudo, pensando no passo seguinte. Havia que agir, sob pena de o julgarem covarde ou ferido.

– **Mas** que surpresa, Venâncio! Ignorava seus pendores literários. Agora que sei do diário, concordo com você. Eulália é a pessoa ideal para protegê-lo. Também eu a teria escolhido. Pena que me falte um diário, disse com voz tonitruante, a sorrir.

(6a) Exclu si ostensiblement de l'héritage, Madruga se retint par orgueil. Il garda le silence, réfléchissant à ce qu'il devait dire pour qu'on ne le crût pas lâche ou vexé.

– **Quelle** surprise, Venancio! J'ignorais tes penchants littéraires. Maintenant que je connais l'existence de ce journal, je suis d'accord avec toi. Eulalia est la personne idéale pour en prendre soin. Je crois que j'aurais fait le même choix. Dommage que je n'aie pas écrit de journal, conclut-il d'une voix tonitruante, en courant.

(6b) Obviously excluded from the inheritance, Madruga contained himself, out of pride. He remained silent, thinking of the next step. He had to act, on pain of being thought a coward or deeply wounded.

“**What** a surprise, Venâncio! I had no idea you had literary inclinations. Now that I know about the diary, I agree with you. Eulália is the ideal person to keep it. I too would have chosen her. It's a shame I don't have a diary,” he said in a thunderous voice, smiling.

Seguindo esse raciocínio, em uma conversa com Claudine Normand, Culioli afirma que a tradução é um *sofrimento*, uma vez que uma mesma marca em francês, como *car*, pode corresponder, em inglês, a *for*, *now*, *you know*, entre outros (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 100). Além disso, se a tradução é possível, é, acima de tudo, porque a atividade linguageira é uma capacidade humana. Afinal, podemos sempre aprender outras línguas, passar de uma língua a outras ou interpretar um texto em determinada língua (CULIOLI, 1990, p. 34). Como bem resume Zavaglia ([2009] 2016, p. 34):

[s]e a linguagem verbal, como atividade específica dos seres humanos, materializa-se sob a forma de textos orais ou escritos, algo em comum deve existir no processamento humano das diferentes línguas. Tal colocação não será simplista se o linguista não reduzir a complexidade do fenômeno à superfície das línguas, considerando a elaboração da materialização dos textos a partir de uma atividade inconsciente de produção e reconhecimento das formas.

Em um estudo contrastivo baseado em *corpus* sobre a coordenação em francês e em inglês, Hoarau (1997, p. 58) também encontrou casos representativos em que uma operação

de coordenação em dado contexto em inglês, por exemplo, gerou uma operação de subordinação em francês:

(7) Mrs Reilly reached down next to her chair **and** picked from the floor the large volume of the Consolation of Philosophy.

(7a) Mrs Reilly se baissa **pour** ramasser quelque chose près de son siège. C'était le volume de la Consolation.

(8) He swam breast-stroke and rather badly too, so I left him behind **and** joined Marie.

(8a) Il nageait à la brasse et assez mal, de sorte que je l'ai laissé **pour** rejoindre Marie.

As ocorrências (7) e (8) acima mostram, em inglês, exemplos de estruturas em que *and* marca a relação de coordenação entre dois sistemas verbais, enquanto, em francês, temos uma estrutura subordinada, em que a preposição *pour* exprime uma relação de finalidade entre os dois processos contemplados. Outro caso ilustrativo é o sentido de *but* com valor de exceção, traduzido para o francês pela locução adverbial *ne... que*, como em (HOARAU, 1997, p. 96):

(9) I'd never collect anything **but** butterflies.

(9a) (...) que je **ne** collectionnerais jamais **que** des papillons.

Em seu denso trabalho *Syntaxe comparée du français et de l'anglais: problèmes de traduction*, Guillemain-Flesher (1981) demonstra, com base em inúmeros exemplos de tradução entre o francês e o inglês, as operações fundamentais invariantes que sustentam a atividade de linguagem e o modo como elas se realizam na superfície das línguas. Tempo, aspecto, modalidade, número etc. marcam as categorias gramaticais representadas pelos marcadores enunciativos que são, conforme vimos anteriormente, traços dessas operações. É por isso que, graças à plasticidade semântica desses marcadores, passíveis de assumir, a cada co(n)texto, uma dada significação, torna-se complicado associar um marcador X a um número finito e fixo de possibilidades semânticas⁸³. Os exemplos abaixo, retirados de Guillemain-

⁸³ "(...) dans toutes les langues, les marqueurs énonciatifs sont hautement polysémiques, manifestant une très grande plasticité sémantique dans leurs emplois. Il est particulièrement malaisé de leur associer un nombre fini et fixe de significations bien distinctes, et la parenté sémantique entre les significations qu'ils sont susceptibles de prendre pousse fortement à recourir au modèle polysémique pour les décrire" (FUCHS, 1994, p. 98).

Flesher (1981, p. 297), mostram, por exemplo, na passagem do francês para o inglês, a introdução de um sintagma verbal:

(10) Je décidai d’attendre **huit heures** pour passer à l’hôtel et demander Jeanne.

(10a) I decided to wait **until it was eight o’clock** before going to the hotel and asking for Jeanne.

(11) La blanquette étant cuite, retirer les morceaux à l’écumoire, **sur un plar très chaud...**

(11a) When the blanquette is cooked, remove the meat cubes with a strainer and **set aside on a very hot dish.**

No início de *The measure of translation effects (A medida dos efeitos da tradução*, [1985] 2012), Philip E. Lewis toma como base os resultados de Guillemin-Flesher para demonstrar diferenças significativas entre o francês e o inglês. Após apontar quatro diferenças centrais, afirma que tais observações contrastivas, provenientes da comparação entre original e tradução, nos dizem muito sobre os desafios de traduzir do francês para o inglês. Com base no campo das relações enunciativas levantadas por Guillemin-Flesher, Lewis chama a atenção justamente para o fato de o enunciado traduzido não construir a mesma relação com o mundo *dada* inicialmente pelo original. Assim, para Lewis, toda tradução resultará em algo diferente, sendo tal diferença já *dada* a partir da própria dissimilaridade entre as línguas⁸⁴.

Os exemplos (3) – (11) ilustram, apesar de brevemente, a diversidade dos fenômenos linguísticos e contrastivos, os quais variam de acordo com os valores enunciativos dos elementos em destaque. *Mais* (fr.), *mas* (port.) e *but* (ing.) ou *et* (fr.), *e* (port.) e *and* (ing.) podem ser considerados sinônimos, mas, como vimos a partir dos exemplos acima, são distintos. É possível dizer, portanto, que, “[p]or princípio, não existe sinonímia absoluta nem entre duas línguas nem no interior de uma mesma língua” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 136). Trata-se, assim, de casos de paralelismos.

Considerando o fato de que a tradução é um texto que está dentro de um contexto sociocultural que foi enunciado por um sujeito, não podemos antecipar como será interpretado aquilo que foi escrito ou dito – ou seja, nada é previsível. Como vimos no capítulo 2, até o

⁸⁴ Note-se que, a nosso ver, é o sujeito que constroi e reconhece formas; portanto, não há relação entre enunciado e mundo sem sujeito e não há relação *dada* por um original.

século XVII muitos autores defendiam a fidelidade à *palavra* e ao *texto* como a base das regras para se bem traduzir. Gaspard de Tende ([1660] 2004, p. 39), por exemplo, defende:

O que me fez primeiro pensar em recolher estas regras foi a conformidade maravilhosa e a harmonia admirável que se encontra em todos os bons tradutores. Pois notei que aqueles que **bem** traduziram as **mesmas** palavras e frases escolheram, todos, a **mesma** construção e se utilizaram de uma **mesma** maneira de traduzir.

Lendo a citação acima e tendo em mente a Teoria das Operações Enunciativas, nos questionamos: como podemos traduzir as *mesmas* palavras e frases usando a *mesma* construção e a *mesma* maneira de traduzir? Oustinoff (2011, p. 130), citando Umberto Eco, também levanta essa questão:

duas palavras como *sea* ou *mar* (ou seu equivalente em qualquer outra língua) jamais quererão dizer exatamente a mesma coisa. Ao passar de uma língua para outra, somos sempre condenados a “dizer quase a mesma coisa”, como o indica o título do livro de Umberto Eco, *Dire quasi la stessa cosa*. É esse ‘quase’ que faz toda a diferença. Sem esse “quase”, as línguas não passariam de uma nomenclatura, e a tradução se reduziria a uma simples transcodificação termo a termo (...).

Quando o tradutor toma a decisão de traduzir *sea* por *mar*, ele realmente não está dizendo a *mesma* coisa, já que cada uma dessas palavras possui uma rede culturalmente marcada em suas respectivas línguas e culturas. Apesar de Eco e Oustinoff problematizarem a questão da diferença, vale salientar que precisamos ultrapassar as barreiras da língua e ir além. Tomemos como exemplo o romance *The Old Man and the Sea* (1952), de Ernest Hemingway. Em inglês, enquanto à palavra *sea* em geral não se atribui nenhum gênero, em francês dizemos *la mer* e em português e espanhol *o mar* e *el mar*, respectivamente. A percepção feminina ou masculina de *sea* já cristalizada no título da obra traduzida pode alterar toda a significação de leitura do texto. Mas a questão do gênero é uma questão da língua. É preciso refletir, ainda, que as experiências de *sea*, *mer* e *mar* são diferentes não apenas dentro de uma determinada comunidade, mas distintas de um sujeito para outro e, inclusive, dentro de um único sujeito que muda a todo o momento. E, se o sujeito muda a todo o momento, seu entendimento de *sea*, *mer* ou *mar* também muda. Na tradução, portanto, não se trabalha apenas com línguas, mas com sujeitos que interpretam e manipulam essas línguas.

O poeta e tradutor John Dryden (1631-1700), em *From the Preface to Ovid's Epistles* ([1680] 2012), também defende que o objetivo principal da tradução não é reproduzir, na outra língua, as *mesmas* palavras que o original. Um dos nomes mais importantes para a tradução de seu tempo, o autor revisita a distinção clássica entre tradução retórica e gramatical⁸⁵ a fim de estudar as práticas empregadas por seus antecessores ingleses. A favor de uma estratégia moderadamente mais livre, divide o processo tradutório em três categorias⁸⁶: (I) metáfrase (*metaphrase*), que seria a tradução literal; (II) paráfrase (*paraphrase*), mais próxima da tradução sentido por sentido⁸⁷; e, a de sua preferência, imitação (*imitation*), que hoje se aproximaria à adaptação. Rejeita, dessa forma, versões palavra por palavra e resultados que adaptam o texto fonte para servir as ambições literárias pessoais do tradutor. Para Schopenhauer, conforme vimos no capítulo anterior, “[n]ão se encontra para cada palavra de uma língua um equivalente exato em cada uma das demais línguas. Portanto, vários conceitos, que são designados pelas palavras de determinada língua, não serão exatamente os *mesmos* que aqueles expressos pelas palavras da outra língua” ([1891] 2010, p. 179, grifo nosso).

Embora os autores acima problematizem a questão do *mesmo*, suas reflexões não ultrapassam o nível das línguas. Como temos demonstrado, a tradução, no entanto, não envolve apenas línguas, mas também as dimensões do sujeito e da linguagem. Retomando o conceito de léxis, não temos garantias de como será reconstruído aquilo que o autor construiu. Quando o tradutor escolhe introduzir, em sua tradução, um sintagma verbal – como nas ocorrências (10a) “I decided to wait **until it was eight o'clock** before going to the hotel and asking for Jeanne” e (11a) “When the blanquette is cooked, remove the meat cubes with a strainer and **set aside on a very hot dish**” –, por exemplo, não sabemos como esse processo de escolha se deu sob o ponto de vista cognitivo, mas conseguimos inferir que esse sintagma verbal marca textualmente uma relação abstrata de equivalência. Por essa razão, as opções

⁸⁵ Resultado de uma operação mecânica e aditiva, o *tradutor como gramático* via a tradução como um processo inicial de separação das partes unidas pelo original para em seguida rearranjá-las em outra língua, em que *construir* e *desconstruir*, eram, assim, as habilidades necessárias para sua realização. O estudo das propriedades da palavra, do alcance de seu significado dentro da comunidade e da construção sintática da frase constituíam-se como os principais requisitos para se reconstruir o texto na língua de chegada. Já o *tradutor como retórico* se preocupa em provocar o *efeito* desejado. Acredita que “[a] comunicação concebida e praticada simplesmente como um processo mecânico por meio da gramática pode não alcançar seu fim porque o receptor da mensagem é um ser humano com uma constituição psicológica peculiar em que as palavras têm uma influência decisiva” (FURLAN, 2006b).

⁸⁶ Dryden retoma e aprofunda tal divisão já pensada na Antiguidade.

⁸⁷ Enfatizamos que o conceito de paráfrase de Dryden é diferente do nosso (ver seção anterior).

tradutológicas (3a) – (11a) acima refletem a construção esquemática do tradutor de acordo com sua experiência de mundo (nível 1) e de línguas/textos (nível 2).

Lembrando que o conceito de léxis pode ser entendido como um “esquema pré-assertivo gerador de enunciados, ou seja, de contextos diferentes”, orientado a partir de uma relação primitiva que “poderá gerar n enunciados diferentes, como um suporte de operações de modalidades que participam de sua construção (asserção positiva e negativa, diátese, transitividade etc.)” (FLORES; ZAVAGLIA, 2009, p. 149), conclui-se que todo enunciado é construído a partir de uma escolha dentre paráfrases possíveis. Assim, quando o tradutor, em (9a)⁸⁸, escolheu traduzir *butterflies* por *papillons*, ele também poderia ter escolhido *abeille* ou *puce* ou qualquer outra palavra, dependendo do contexto de produção do enunciado, como em um poema ou qualquer texto com rimas – questão explorada mais adiante.

Considerando, portanto, que a tradução não é uma manipulação nocional e textual pré-estabelecida, utilizaremos um exemplo (CELLI, 2012) para ilustrar melhor essa infinidade de possibilidades da tradução. Observemos o seguinte original em português e as traduções de *mas* para o francês e o inglês encontradas no *corpus* da pesquisa (idem).

(12) “Você gostava dele, você trabalhou lá?”

“**Mas** muito, seô Major.”⁸⁹

(12a) “Tu l’amas bien, t’as travaillé là-bas?”

“**Vraiment** beaucoup, m’sieu le Major.”

(12b) “You liked him, you worked there? ”

“**Very** much, Mr. Major.”

Dada a discussão anterior e considerando as traduções (12a) e (12b), lançamos a seguinte questão: será que a escolha por **vraiment** em (12a) e **very** em (12b) são únicas? Ou

⁸⁸ (9) I’d never collect anything **but** butterflies.

(9a) (...) que je **ne** collectionnerais jamais **que** des papillons.

⁸⁹ – É bom a gente dar uma prosa pequena, enquanto se toca boiada. E o que foi que você esteve contando, Raymundão?

– Conversa boba; seô Major... Era a respeito do Calundú...

– Zebú terrível. Matou o filho do Borges.

– Foi, sim, seô Major. O pobre do seu Vadico... Menino bom, aquele!

– Você gostava dele, você trabalhou lá?

– **Mas** muito, seô Major... Coração de anjo... Gostava de todo o mundo... Não deixava ninguém judiar com criação nenhuma... Ele queria ser boiaideiro, queria, por toda-a-lei.

(*Sagarana*, Guimarães Rosa)

será que o tradutor poderia ter feito outras escolhas lexicais e/ou sintáticas? Lembrando que todo enunciado é construído a partir de uma escolha do tradutor como sujeito dentre paráfrases possíveis, poderíamos ter outras opções tradutórias de (12) para o francês e o inglês, respectivamente, tais como:

- (12a) **Vraiment** *beaucoup*, m'sieu le Major.
- (12a1) **Absolument**, m'sieu le Major.
- (12a2) **Je l'aimais fortement**, m'sieu le Major.
- (12a3) **Indubitablement**, m'sieu le Major.
- (12a4) **Comme j'aimais mon fils**, m'sieu le Major!
- (12a5) **Si je l'aimais? Mais** bien sûr, m'sieu le Major.
- (12a6) **Du fond de mon cœur**, m'sieu le Major.
- Etc.

- (12b) **Very much**, Mr. Major.
- (12b1) **Oh yeah**, Mr. Major!
- (12b2) **You can't even imagine how much**, Mr. Major.
- (12b3) **Sure**, Mr. Major!
- (12b4) **If I liked him**, Mr. Major? **For sure!**
- (12b5) **So much that I can't even tell**, Mr. Major.
- Etc.

Vale notar, no entanto, que não foram apenas os tradutores de *Sagarana* ([1946] 2001) para o francês e o inglês que poderiam ter selecionado outros marcadores textuais. O próprio Guimarães Rosa poderia ter escolhido outra sequência dentre muitas possíveis. As relações enunciativas levaram o sujeito-autor a construir essas formas, havendo a passagem do nível 1 ao 2, construindo um esquema organizacional enunciativo particular.

Em “**Mas** muito, seô Major”, temos: < Raymundão gostar do filho do Borges> *mas* <Raymundão gostar do filho do Borges indefinidamente muito mais>. Nesta ocorrência, quando *mas* introduz uma reorientação com referência a um evento E no *continuum* construído por um sujeito S pela saída de um domínio P e pela entrada num domínio Q, temos referência a um evento E sob o enfoque qualitativo, ou seja, pelo *alto grau*:

A incidência sobre o alto grau é definida como a ocorrência que se destaca dentre todas as possibilidades do predicado (P), o qual organiza enunciativamente a noção. Assim, dentre todos os valores possíveis e imagináveis de /mas/, por exemplo, a ocorrência com incidência sobre o alto

grau estabiliza um percurso que qualifica uma das ocorrências de P como a medida máxima de referência. (CELLI, 2012, p. 133)

A reorientação incide sobre o alto grau da relação, indicando, assim, a passagem de um domínio para outro. Nesse caso, *mas* funciona como um verdadeiro modificador de um advérbio de intensidade, como se fosse ele próprio um advérbio. Entendida a ocorrência em português, ainda resta a questão: como funciona o processo de tradução?

Quando o sujeito-tradutor depara-se com o texto original, ele passa a interpretar formas, as quais também fazem parte de um esquema enunciativo complexo, em que estão implicados o tempo verbal, o sujeito, o verbo, o complemento etc. – além dos parâmetros não controláveis que vêm de suas experiências físico-culturais singulares. Nos termos da T.O.E., diante do texto original, o sujeito-tradutor identifica os rastros do nível 1 (da linguagem) e reconstrói todo um sistema de léxis pelas relações primitivas⁹⁰, quando as propriedades das noções se combinam. É nesse momento que ocorre a ativação do saber epilinguístico, ou seja, “o caminho interno que cada indivíduo faz para chegar a sua significação particular” (BIASOTTO, 2014, p. 95), e a constituição da família de paráfrases de uma determinada léxis, do conjunto de possibilidades de enunciados.

No nível 1, assim, o sujeito-tradutor trabalha concomitantemente com as duas línguas A e B em relação numa multiplicação parafrástica. Mas para que isso seja possível, ele precisa, ainda no nível 1, manter em relação os dois sistemas de A e B do nível 2 (das línguas), reconhecendo e interpretando formas, relacionando invariância e variância numa infinidade de possibilidades de tradução. Dentre todas elas, em relação parafrástica, o tradutor escolhe uma. Apesar de essa escolha excluir as outras textualmente, o leitor da tradução, a partir do enunciado construído pelo tradutor, também reconhece e interpreta formas relacionando invariância e variância numa infinidade de possibilidades de interpretação. Em outras palavras, é na relação construída (invariância) entre original e tradução (variância) pelo sujeito-tradutor que acontece a paráfrase tradutória, de modo que

[p]ara construí-la, o tradutor, ao ler um texto para traduzi-lo, constrói uma família parafrástica na qual cabem suas leituras desse texto e suas traduções desse texto. Ele sai do texto do autor, constrói outro texto que ele atribui ao

⁹⁰ Vale notar que “Culioli chama essa relação primitiva não do ponto de vista ontogênico, segundo o qual primitivo seria entendido como primeiro ou original, mas segundo o plano da atividade cognitiva” (ZAVAGLIA, [2009] 2016, p. 76).

autor e, a partir dessa construção, que não é senão uma entre muitas possíveis, ele faz uma escolha. Aí ele volta ao texto, mas dessa vez o texto já é a sua tradução. A saída do texto e a volta ao texto constituem, aparentemente, um movimento circular; talvez o seja, mas o ponto inicial, construído, e o ponto final, também construído, não são jamais coincidentes. (ZAVAGLIA, 2002, p. 180-181)

Tal movimento circular permite que o sujeito-tradutor, apesar da ampla rede de possibilidades tradutórias a seu alcance, tenha o texto original que construiu como referência e opere no nível da equivalência linguageira – afinal, não existe a possibilidade de se construir uma tradução sem que isso seja feito a partir da construção de um texto original. Ao mesmo tempo, ele reconstrói a significação construída a partir do texto do autor gerando novos valores referencias. Então o que permite todas as traduções possíveis de “Mas muito, seô Major” e a escolha por “Vraiment beaucoup, m’sieu le Major” ou “Very much, Mr. Major” ? A linguagem.

Vale lembrar que entendemos linguagem, então, não como um instrumento, mas como “um constante trabalho de construção de representação”, em que os “interlocutores são simultaneamente emissores e receptores” (REZENDE, 2014, p. 87). A atividade de linguagem coincide, assim, com o processo de construção e reconstrução da significação. Lembremos, mais uma vez, que “a significação não existe *a priori*; está sempre sendo construída e reconstruída no momento único de cada enunciação, manifestando-se nos jogos de variância e invariância dos fenômenos linguísticos” (BIASOTTO, 2014, p. 99) e languageiros. Concluindo, os sentidos não são estáveis justamente “porque est[ão] inserido[s] em um contínuo e sua espessura é diametralmente dependente do universo experiencial de cada sujeito interpretante” (PRIA, 2013, p. 60). Os sentidos são, portanto, produzidos e transformados constantemente, a cada nova situação pelos sujeitos que compõem o contexto enunciativo.

Quando Culioli afirma que não se pode “simplificar a atividade de linguagem reduzindo a linguagem a um instrumento, a enunciação à troca de informações unívocas, estabilizadas e calibradas entre dois sujeitos que seriam pré-ajustados para que a troca seja uma conquista sem interrupções e falhas”⁹¹, (1990, p. 39), refletimos sobre o caso da tradução. Colocando a atividade de linguagem em ação a partir de uma organização cinética

⁹¹ No original: “on ne pouvait pas simplifier l’activité de langage en ramenant le langage à un outil, l’énonciation à l’échange d’informations univoques, stabilisées et calibrées entre deux sujets qui seraient pré-ajustés pour que l’échange soit une réussite sans à-coups et sans faille ”.

de (des)ajustes, (des)equilíbrio e (des)estabilização, concluímos que o traduzir também é plástico – o que justamente o torna um ato criativo. O jogo entre desajustes e ajustes, desequilíbrio e equilíbrio, desestabilização e estabilização não deve ser confundido, portanto, com inflexibilidade.

Coseriu ([1978] 2010), um dos autores de nosso *corpus* de pesquisa, criticando o conceito tradicional de intraduzibilidade, afirma que as palavras,

muitas vezes, não estão entre si numa relação de 1 para 1, como sequer se encontram numa relação “racional” do tipo 1 para 2 (ou ainda 1 para 3, 1 para 4 etc.), como, por exemplo, *to know* (inglês) e *savoir/connâitre* (francês), *scala* (italiano) e *Treppe/Leiter* (alemão), *fleur* (francês) e *Blume/Blüte* (alemão) etc., mas simplesmente estão numa relação “irracional” um com o outro. Tanto é que alguns conteúdos da língua A só correspondem em parte aos conteúdos da língua B, os quais, por sua vez, também correspondem a outros conteúdos da língua A, os quais novamente correspondem a bem outros conteúdos da língua B e assim por diante, até o ponto em que muitos conteúdos de duas línguas sejam “incomensuráveis”. Ao mesmo tempo observa-se, porém, ser exatamente a discrepância na constituição dos significados de cada língua o problema principal da teoria da tradução, ou melhor, a dificuldade maior do traduzir. Pergunta-se como traduzimos uma expressão isolada “para o francês” ou “para o alemão”, falamos de “palavras intraduzíveis” como, por exemplo, *gemütlich*, *Leistung*, *Sehnsucht*, *gönnen* (do alemão), *saudade* (do português), e *dor* (do romeno).

Como vencer, então, o paradoxo da tradução? Segundo Ricoeur ([2004] 2012), traduzindo. Contra a ideia de que só podemos comparar o comparável, Ricouer preconiza a construção de comparáveis. Só assim podemos falar de algo que não existe na nossa língua. A compatibilidade não é, no entanto, dada previamente, mas criada pelo tradutor. Não é preciso haver compatibilidade para se criarem analogias. É dessa maneira que Ricouer “resolve o enigma da equivalência construindo-a” (RICOEUR, [2004] 2012, p. 69). A nosso ver, portanto, os exemplos acima não refletem uma “dificuldade do traduzir”, mas uma evidência da tradução.

É com base na reflexão acima que consideramos a tradução como “uma construção parafrástica dinâmica, cuja base de sustentação é a linguagem” (ZAVAGLIA, 2004, p. 105-106), de modo que não vemos a tradução como geradora de unidades equivalentes fixas, mas de correlações dinâmicas que variam de acordo com as particularidades co(n)textuais de cada

forma traduzida (CELLI, 2012). Assim, embora sempre haja o estabelecimento de analogias, cremos não ser possível garantir um controle⁹² entre original e tradução. É nesse contexto que,

devido ao caráter transcategorial das palavras, um verbo em uma língua não terá como correspondente noutra língua necessariamente um verbo. Dependendo de diversos fatores (semânticos, contextuais, estruturais, estilísticos, etc.), *chorar*, por exemplo, poderá ser expresso em francês, dentre outras possibilidades, por *pleurer* ou por *larmoyant(e)*. Uma preposição, por sua vez, poderá estabelecer um paralelismo em outra língua por meio de uma expressão nominal ou verbal (*vers* – *na direção de, conduzido a*). A tradução é um ótimo observatório para esse gênero de relações interlinguísticas (...). (ZAVAGLIA; CELLI, 2010, p. 236)

Os exemplos acima, portanto, como dissemos anteriormente a respeito da citação de Coseriu, “não refletem uma ‘dificuldade do traduzir’, mas uma evidência da tradução”, uma vez que são os sujeitos que interpretam e reconstroem as formas. Na tradução só a imperfeição e a intraduzibilidade são garantidas – assim como só o mal-entendido é garantido, tal como discutido. É nesse contexto, retomando Coseriu, que a discrepância na constituição dos significados não é o principal problema da tradução, mas seu ponto de partida. No entanto, ao mesmo tempo em que a questão da tradução está vinculada ao sujeito, este não pode ser, e nem poderia ser, objeto de nosso estudo. Por isso o conceito de linguagem é tão importante, pois ele dá o espaço para o sujeito e, conseqüentemente, dá margem à deformabilidade. Esta, por sua vez, é inerente à linguagem e característica da tradução, a qual, por natureza, é deformada, incompleta, frustrante, assim como qualquer relação – por um sujeito – entre textos⁹³. Como bem resumiu Janheinz Jahn, em 1956, “[a] possibilidade da tradução, assim, impossibilita a sua perfeição. E aqui, na impossibilidade de traduções perfeitas residem as possibilidades para o tradutor” (HEIDERMAN, 2010, p. 11).

Conforme aponta Oustinoff (2011, p. 7), “a aparente diversidade das línguas não nos deve fazer esquecer as correspondências que as ligam em profundidade, o que permite entender melhor o que torna possível a passagem de uma língua para outra”. É por isso que,

[a] equivalência, segundo nosso ponto de vista, faz parte de nossa própria capacidade inata de representar, referenciar e regular, a qual é anterior à própria diferença das línguas. Equivalência é regulação. Dessa forma,

⁹² Ver Britto (1999).

⁹³ Agradecemos a nossa orientadora pela sua contribuição nessa discussão.

podemos dizer que a relação de equivalência se desenvolve no âmbito da linguagem, em outras palavras, na esfera cognitiva. (ZAVAGLIA, 2002, p. 162-163)

Entendemos, portanto, que é justamente a partir da invariância que é possível construir a variância. O sujeito-tradutor, com base em suas próprias representações, manipula o original como uma noção e, através da construção de novas relações e associações por operações de identificação e diferenciação, elabora novos valores e propriedades para o original, criando, assim, uma tradução A que, em outro tempo e espaço, poderia ser uma outra tradução B, com outras características enunciativas. A prova material dessa reflexão é a possibilidade da retradução. Como vimos no capítulo anterior, Humboldt já dizia que as traduções são trabalhos que “põem à prova o estado de uma língua em uma determinada época, o definem e devem influir sobre ele, tendo sempre de ser refeitas” ([1816], 2010, p. 117). Aliás, “desde que houve tradução houve retradução, na medida em que nunca houve, afinal, uma leitura unívoca e definitiva de um texto” (MATTOS; FALEIROS, 2014, p. 36)⁹⁴. Não existe, assim, *a* tradução, mas *uma* tradução dentre várias possibilidades – muitas delas talvez ainda nem imaginadas. Conforme aponta Arrojo (1986, p. 24), a tradução, “como leitura, deixa de ser, portanto, uma atividade que protege os significados ‘originais’ de um autor, e assume sua condição de produtora de significados; mesmo porque protegê-los seria impossível”. Ou, sob a perspectiva hermenêutica de Gadamer ([1960] 2010, p. 243-245), “todo tradutor faz interpretação”, de modo que “o significado de um texto não pode ser comparado a um ponto de vista imóvel e inexoravelmente fixado” ([1960] 2010, p. 245).

Voltemos ao seguinte enunciado:

(13) I’d never collect anything but butterflies⁹⁵.

Pensando no contexto do texto original (ver nota 94), qualquer uma das opções abaixo poderia ter sido escolhida pelo tradutor do português:

⁹⁴ Ver Benjamin ([1915-1921] 2013), Derrida ([1980] 2002) e Berman (1990) sobre o caráter histórico da tradução e a relação entre seu envelhecimento e o conceito de retradução.

⁹⁵ “I knew all the time it was silly; I’d never collect anything but butterflies. Pictures don’t mean anything to me. I wouldn’t be doing it because I wanted, so there wouldn’t be any point. She could never see that.” *The Collector* (1963), John Fowles.

- (13a) Eu/(eu) só colecionaria borboletas.
 (13b) Eu/(eu) só colecionaria borboleta.
 (13c) Eu/(eu) não colecionaria nada além de borboleta(s).
 (13d) Eu/(eu) apenas colecionaria borboleta(s).
 (13e) Eu/(eu) somente colecionaria borboleta(s).
 (13f) Eu/(eu) não colecionaria nada, apenas/somente borboleta(s).
 (13g) O que eu/(eu) poderia colecionar senão borboleta(s)?
 (13h) É borboleta o que eu colecionaria.
 (13i) Eu/(eu) poderia colecionar grilo, formiga, barata... mas eu só colecionaria borboleta.
 Etc.

Mas e se *The Collector* fosse um poema? Ou ainda, e se o tradutor quisesse traduzir o romance *The Collector* para versos rimados? Como poderia ser a tradução de (13)? Certamente as escolhas seriam outras, havendo até mesmo a possibilidade de não traduzir *butterflies* por borboletas, mas por qualquer outro inseto ou qualquer outra coisa. Dependendo da cultura – ou, de acordo com Fish (1980), em uma determinada comunidade interpretativa⁹⁶ – para a qual o tradutor traduz, *butterflies* poderia ser traduzido por *botões*, por exemplo, caso não houvesse borboletas naquela cultura ou a ideia de colecionar borboletas ali fosse simplesmente inimaginável. Neste caso, o tradutor poderia ser questionado por não ter sido *fiel* ao original. No entanto, a

tradução de qualquer texto, poético ou não, será fiel não ao texto “original”, mas àquilo que consideramos *ser* o texto original, àquilo que consideramos constituí-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será, como já sugerimos, sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos. Além de ser fiel à leitura que fazemos do texto de partida, nossa tradução será fiel também à nossa própria concepção de tradução. (ARROJO, 1986, p. 44)

Arrojo (1986, p. 32-33) ilustra tal questão supondo serem os versos de “*This is just to say*”, de Williams Carlos Williams (1883-1963), um bilhete deixado sobre a mesa da cozinha. Conclui que, tendo sido o “original” lido como poema ou bilhete, haveria a possibilidade de

⁹⁶ O termo “comunidade interpretativa” cunhado por Fish (1980) diz respeito ao modelo interpretativo atribuído a um enunciado ou conjunto de enunciados de forma que a interpretação seja intersubjetivamente compartilhada dentro de uma dada comunidade.

diferentes traduções. Cada leitura, poética ou prosaica, estaria em conformidade com convenções culturais e textuais específicas que levariam, certamente, a escolhas tradutórias distintas. Voltando à terminologia da T.O.E., a cada organização textual, construções de outras relações e outros valores referenciais.

Para entendermos melhor como tal processo se dá, trabalharemos a seguir com o trecho (14) em inglês retirado do livro infantil “*Oh, the thinks you can think*”, escrito por Dr. Seuss (1975)⁹⁷, para, na sequência, passarmos, inspiradas em Arrojo (1986), a algumas das possíveis variantes tradutórias de (14) para o português. Segue o trecho escolhido:

(14) “Think left and think right and think low and think high. Oh, the thinks you can think up if only you try!”.

Para a análise de (14) em inglês, observemos inicialmente o primeiro sintagma:

Think left **and** think right **and** think low **and** think high.

No enunciado acima, temos a seguinte estrutura:

[1]

[2]

[<think left> and₁ <think right>] **and**₃ [<think low> and₂ <think high>]

A nosso ver, [1] e [2] encontram-se em relação pela marca **and**₃ que estabelece um processo conjuntivo processual, introduzindo uma sequência [2] à situação expressa pela proposição [1] anterior. **And**₃ poderia ser parafraseado por **then** ou ainda **and then**, de forma que ambas opções estabeleceriam uma relação temporal mais acentuada. No entanto, outro fenômeno é marcado dentro das proposições [<think left> and₁ <think right>] e [<think low>

⁹⁷ Nessa obra, Theodor Seuss Geisel (vulgo Dr. Seuss), encoraja a imaginação de seus leitores infanto-juvenis a refletirem sobre a importância de se pensar e usar a criatividade.

and₂ <think high>]. Em [1] e [2], and₁ e and₂, respectivamente, caracterizam a passagem de um domínio P para um domínio Q:

[1] [<think left> and₁ <think right>] = P <be-left> → Q <be-right>

[2] [<think low> and₂ <think high>] = P <be-low> → Q <be-high>

Assim, and₁ e and₂ poderiam ser parafraseadas por **but**, já que introduzem uma reorientação construída por um sujeito S pela saída de um domínio P e pela entrada num domínio Q.

Observemos agora o segundo sintagma:

Oh, the thinks (**that**) you can think up **if only** you try!

No enunciado acima, temos a seguinte estrutura:

[1]

[2]

[<the thinks> (**that**) <you can think up>] **if only** <you try>!

Acima, temos a marca **if only** relacionando as proposições [1] e [2] numa condição restritiva de [1] determinada por [2]. Graças à unidade **if**, construímos um termo *p* em relação a um segundo termo *q*, (se *p*, então *q*)⁹⁸. Já em [1], encontramos um espaço vazio ∅ entre o nome e o modalizador que vem em seguida, podendo ser explicitado por um simples relator determinante – i.e. **that**. O valor fundamental do modal **can** acima é expressado por <X ser possível>, de forma que a escolha só foi possível graças à propriedade do sujeito <think up>. Por fim, vale notar que, como uma exclamativa, [2] poderia ser entendida como uma operação de varredura.

⁹⁸ Sobre a marca **if**, ver Culioli em *Even though, even if; as though, as if* (1999b).

Com base na análise de (14) no inglês, buscamos construir abaixo algumas possibilidades de tradução para o português que ilustrem a variância tradutória a partir de novos valores referenciais, operados dentro de cada contexto enunciativo criado. Vale lembrar que, para isso, pensamos no original (14) como uma relação entre noções construída pelo sujeito-tradutor de acordo com sua subjetividade e percepção de mundo. Tendo como referência (14), no contexto de um livro infanto-juvenil para crianças do Brasil, poderíamos ter as seguintes opções⁹⁹:

(14) “Think left and think right and think low and think high. Oh, the thinks you can think up if only you try!”.

(14a) Pense diferente e pense certo e pense baixo e pense alto. Oh, os pensamentos que você pode pensar só acontecem se você tentar!

(14b) Pense torto e pense direito e pense baixo e pense grande. Oh, os pensares que você pode pensar só aparecem se você tentar!

(14c) Pense errado e pense certo, pense baixo e pense grande. Oh, só se você tentar os pensamentos que você pode pensar virão!

(14d) Pense de um jeito ou de outro, pense baixo e pense alto. Oh, os pensamentos que você imaginar só podem se realizar se você tentar!

Os exemplos acima mostram como, na tradução, diversas estruturas sintáticas, itens lexicais, tempos verbais, colocações e rimas aparecem. Cada escolha é um reflexo na experiência individual do tradutor relacionada com o original que ele construiu a partir de (14). A equivalência abstrata entre esse original construído e cada uma das traduções é manipulada e expressada textualmente de modo diferente em cada tradução. Em (14a), por exemplo, há proposições coordenativas e escolhas lexicais mais literais em relação a (14). Já em (14c) e (14d) aparece, em vez de um **e**, que marcaria um processo conjuntivo sequencial, uma vírgula para separar as proposições. Além disso, houve, em (14c), uma inversão operada por **só se** e em todos os enunciados surgem verbos (acontecem, aparecem, virão, imaginar, realizar). Mas e se este mesmo trecho (14) fosse traduzido para um contexto político? Poderíamos ter as seguintes sugestões:

⁹⁹ As traduções de (14) para o português são sugestões nossas.

(14) “Think left and think right and think low and think high. Oh, the thinks you can think up if only you try!”.

(14e) Pense na esquerda e pense na direita e pense na classe baixa e na classe alta. Oh, só se você se provocar as provocações que você pode provocar virão!

(14f) Pense no social e no capital, pense nos trabalhadores e na elite. Oh, os pensamentos que você pode pensar só se desenrolam se você tentar!

(14g) Pense no campo e na cidade, pense no rural e no urbano. Oh, os pensamentos só podem se realizar se você tentar!

Como se vê, (14e), (14f) e (14g) trazem opções tradutórias relacionadas ao contexto enunciativo em questão – no caso, político. Neste mesmo contexto, pensemos numa leitura poética de (14) e na seguinte tradução:

(14h)

Pense na
esquerda
e
pense na
direita
e
pense
alta. Oh,
na classe na classe só se você
baixa e se provocar
as provocações
que você
pode
provocar
virão !

Como é possível entender essas diferentes traduções? Como é possível entender a passagem de (14) para (14a) a (14h)?

Como vimos anteriormente, a visão universalista do tradutor como transportador de significados estáveis entre dois sistemas linguísticos fechados e distintos colocou-o, por muito tempo, em uma posição de *traditori*, ou seja, de traidor. Contestamos as abordagens dualistas da tradução decorrentes de tal perspectiva, como *traduzibilidade* vs. *intraduzibilidade*, *fidelidade* vs. *traição*, *sentido* vs. *forma* e *pró-fonte* vs. *pró-alvo*. O termo médio para tais dualismos, no entanto, pode ser encontrado em Humboldt a favor do estranho em detrimento da estranheza, em Goethe com a terceira forma de tradução, em H. Meschonnic com sua tradução “descentrada” e em Antoine Berman, com sua perspectiva de tradução da letra (OUSTINOFF, 2011, p. 132). Principalmente a partir de 1980 tais dicotomias passaram a ser questionadas (pelo desconstrutivismo, por exemplo), sendo a noção de fidelidade entendida como variável de acordo com a leitura e a interpretação do texto.

Embora, ao longo desta tese, tenhamos criticado perspectivas dualistas sobre os estudos da tradução e da linguagem, utilizamo-nos, em alguns momentos, de terminologias ora dicotômicas para apoiar abordagens contrárias a tais abordagens dualistas, como quando nos referimos às visões universalistas ou relativistas da linguagem para descrever as concepções de linguagem. Apesar do aparente antagonismo, destacamos não apenas a alternância do predomínio de cada concepção de uma época para outra, como, em alguns casos, a intersecção entre ambas as concepções (KOPETZKI, 1996). É possível que haja, assim, uma concepção universalista por detrás de um relativismo de princípio, ou vice-versa. Preocupado com tal polarização, Cruz (2012, p. 42, grifos nossos) faz uma ressalva:

é assim que universalistas e relativistas, a partir de concepções opostas de língua [linguagem]¹⁰⁰, pode chegar, ao contrário do que se supunha inicialmente, a

¹⁰⁰ Vale notar que nosso primeiro contato com essa questão foi através da disciplina de Pós-Graduação “Tradução: Empíria & Linguagem”, ministrada pelo Prof. Paulo Oliveira. Na ocasião, ele defendia a importância de, como alunos e futuros pesquisadores da área, sempre termos em mente nossa concepção de linguagem por trás de cada ato de tradução. Com base em Kopetzki (1996), para Oliveira, toda concepção de tradução depende do modo como concebemos linguagem. Vale notar que Cruz (2012), diferentemente de Oliveira, usa o termo concepção de *língua* – e não de *linguagem*. Esta é provavelmente uma questão de tradução de *Sprache*, em alemão, que pode significar *língua* ou *linguagem*, em português. Como vimos em outros momentos desta pesquisa, a tradução de *Sprache* para o português é, como no caso de *language* em inglês, muitas vezes ambígua, uma vez que uma só palavra – em alemão (*Sprache*) ou inglês (*language*) – pode ter dois significados diversos em português – *língua* ou *linguagem*. Apesar de concordamos com Cruz em muitos aspectos, destacamos aqui nosso posicionamento a favor da escolha tradutória do Prof. Paulo Oliveira – “concepção de linguagem”.

definições semelhantes de tradução. É por essas e outras que a polarização proposta por Kopetzki **não pode ser aplicada de modo mecânico** às diferentes teorizações mobilizadas ao longo da história.

Concordamos, assim, com a preocupação de Cruz à aplicação mecânica da proposta de Kopetzki às “diferentes teorizações mobilizadas ao longo da história”. A nosso ver, o mesmo cuidado se aplica à reflexão de Venuti (2012) e sua proposta de categorização entre as concepções de linguagem *instrumental* e *hermenêutica* que dividem, de acordo com o autor, os estudos da tradução. Apesar de ambas as concepções de linguagem – instrumental e hermenêutica – assumirem a condição comunicativa da tradução, a primeira, segundo Venuti, tem suas origens na antiguidade e trata a tradução como reprodução ou transferência de um invariante, ou seja, uma essência imutável produzida pelo texto fonte, tipicamente descrita como sua forma, significado ou efeito. Já a abordagem hermenêutica, ainda de acordo com Venuti, surge apenas no século XVIII com Schleiermacher e define a tradução como “uma interpretação do texto fonte cuja forma, significado e efeito são vistos como variáveis”, dentre outras possibilidades ([2010/2012] 2012, p. 483). Ao longo de sua exposição, Venuti desconstrói a superioridade hierárquica do instrumentalismo, valorizando a heterogeneidade e variabilidade nos textos traduzidos. Assim, claramente a favor do modelo hermenêutico, Venuti afirma que “somente o conceito da tradução como um ato interpretativo levará a uma investigação produtiva” do processo de tradução ([2010/2012] 2012, p. 484).

Queremos evidenciar, com as categorizações acima, que, mesmo resistentes a polarizações ao longo de todo o nosso trabalho, quando categorizamos uma abordagem tradutória de modo X ou Y só o fazemos para localizar as visões de tradução dentro de uma determinada concepção de linguagem. Tendo a T.O.E. como suporte teórico, tomamos o cuidado de seguir a direção contrária à “aplicação mecânica” de categorias pré-estabelecidas *a priori*, uma vez que, baseando-nos em Culioli (1990), apenas após a construção enunciativa é possível categorizar.

Nessa teoria, portanto, nada é dado *a priori*, tudo é construído dentro de uma situação enunciativa Sit (S, T), sendo S o sujeito enunciador e T o tempo da enunciação. Assumindo que o significado não é estático, podemos dizer que os textos traduzidos – na condição de enunciados – são formas de expressão construídas que dependem diretamente das experiências de cada sujeito. Entende-se aqui *sujeito que traduz*, portanto, como “um sujeito ativo no processo de leitura e de interpretação do texto-origem para a construção (e não mais transferência) da identidade (conteúdo) do texto-traduzido” (PRIA, 2014, p. 112). Assim,

[s]e, por um lado, não se pode ignorar a importância do sujeito tradutor com o texto-origem, por outro lado, não se pode ignorar que a relação desse sujeito com outros sujeitos enunciativos, o que inclui sua relação com o enunciador do texto-origem, é fundamental. É o percurso que os textos-origem-e-traduzidos e que os sujeitos tradutores fazem para ir de um ponto mais indeterminado a outro mais determinado e vice-versa que está em questão. (PRIA, 2014, p. 116)

Um exemplo de como “os textos-origem-e-traduzidos” são construídos de diferentes maneiras pelo sujeito-tradutor pode ser observado nos comentários de Jorge Luis Borges em *The translators of “The one thousand and one nights”* (*Os tradutores de “As mil e uma noites”*, [1935] 2012), em que coteja e analisa diferentes traduções sobre a obra *Mil e uma noites*, tecendo considerações críticas sobre traduções anteriores (de Galland, Lane, Burton, Mardrus e Littmann). Segundo Venuti (2012, p. 73), o texto de Borges mostra como “traduções literárias produzem variadas representações do mesmo texto e cultura fonte”. Considerando que cada tradução produz variadas representações do original, se, além de Borges, outro estudioso fizesse uma segunda análise dessas traduções anteriores, provavelmente teríamos outras conclusões. Afinal, como explicitado mais acima, cada sujeito pertence a uma comunidade interpretativa específica com perspectivas sobre o mundo e realidade distintas – seja ele o tradutor ou o crítico da tradução¹⁰¹.

Quando falamos em “comunidade interpretativa específica”, lembramos não apenas de Fish (1980), tal como exposto anteriormente, mas de alguns representantes dos estudos descritivos da tradução, amplamente citados pela crítica atual, como Gideon Toury, com *The nature and role of norms in translation* (*A natureza e o papel das normas em tradução* [1978/1995] 2012)¹⁰² e André Lefevere, com *Mother courage’s cucumbers: text, system and refraction in a theory of literature* (*Os pepinos da mamãe coragem: texto, sistema e refração*

¹⁰¹ Ao tratarmos da tradução como uma representação do original, recomendamos a leitura de Cardozo e suas duas traduções *A Assombrosa História do Homem do Cavalo Branco* (2006a) e *O Centauro Bronco* (2006b), ambas de uma novela do autor alemão Theodor Storm, chamada *Der Schimmelreiter* (1888). Como bem explica Skare (2011, p. 1-2), na primeira, “lemos sobre a história de um visionário personagem no norte da Alemanha e sua ascensão social; na segunda versão, lemos a “mesma” história, mas agora com um personagem assim no interior do sertão nordestino. Na primeira versão, o oceano que ameaça destruir os diques; na segunda versão, os açudes que lutam contra a estiagem. O livro é rigorosamente o “mesmo” (não diremos que se trata de uma adaptação), o que coloca imediatamente algumas importantes questões a respeito da natureza do fenômeno tradutório”.

¹⁰² Toury parte da concepção de literatura como polissistema elaborado por Even-Zohar, em *The position of translated literature within the literary polysystem* (*A posição da literatura traduzida dentro do polissistema literário*, [1978/1990] 2012), sobre a possibilidade de a tradução (no caso, a literatura traduzida) ocupar uma posição central ou periférica dentro de um dado polissistema literário.

em uma teoria da literatura, [1982] 2012). Os estudos descritivos da tradução têm “como premissas básicas a abordagem não normativa da tradução literária, a visão da literatura traduzida como parte integrante de um sistema mais amplo e o interesse pelas condições de recepção e produção de uma obra traduzida”, buscando “considerar as normas que orientam o trabalho do tradutor, suas decisões interpretativas e os diferentes contextos sociais e históricos que as determinam” (BATALHA; PONTES JR., 2007, p. 76). Apesar de suas contribuições sobre o aspecto cultural da tradução e a participação do tradutor nas tomadas de decisão, Toury e Lefevere ainda não se afastam totalmente de alguns aspectos do pensamento tradicional sobre a tradução¹⁰³. A deformabilidade, inerente à linguagem e característica da tradução, e a relação entre o sujeito e o texto, por exemplo, ainda merecem atenção.

Tal valorização do tradutor na participação de decisões é mais aprofundada com Hans J. Vermeer, no final da década de 1990, em seu texto fundamental *Skopos and commission in translation theory* (*Skopos e comissão em teoria de tradução*, [1989] 2012). Nele, o autor destaca o *skopos* (finalidade da tradução) que o tradutor tem em mente. O tradutor é, assim, visto como o especialista que decidirá o papel do texto de partida na tradução, entendida aqui como uma ação – i.e. um determinado tipo de comportamento com um objetivo. Vermeer então questiona: com quais intenções ou estratégias as traduções são realizadas? Segundo o estudioso, a escolha do tradutor é apenas uma dentre várias outras possibilidades, não existindo, conseqüentemente, uma única tradução possível e correta. Vermeer, além de destacar o papel do tradutor como *especialista* e participante ativo das escolhas tradutórias, reforça a inexistência de *uma só* tradução, fato que, tal como temos mostrado, parece ser ponto de concordância entre muitos autores da atualidade. Kwame Anthony Appiah, em *Thick Translation*¹⁰⁴ (*Tradução densa*, [1993] 2012), acrescenta ainda a questão da *imperfeição* da tradução: para ele, o texto traduzido não comunica intenções do autor muito menos significados fixos, mas procura criar uma compatibilidade entre as convenções linguísticas e literárias entre a cultura original e a traduzida, de modo que tal compatibilidade, a seu ver, nunca é *perfeita*, sendo, como qualquer *interpretação*, sempre aberta a novas possibilidades e leituras.

Vale notar que, mesmo discussões recentes amplamente aceitas pela comunidade tradutória atual, muitas delas presentes em Venuti (2012), poderiam ser complementadas se

¹⁰³ Para maiores detalhes, ver Rodrigues (2000).

¹⁰⁴ A noção de *thick translation* (tradução densa) remete à tradução acompanhada por anotações e glosas para contextualizar o texto linguística e culturalmente.

considerassem também as questões previamente levantadas sobre as relações entre tradução, sujeito e linguagem. As propostas dos estudiosos citados acima, apesar de contribuírem em muitos aspectos para o avanço dos estudos tradutológicos, ainda encontram-se no nível da língua ou da cultura. Propomos, após toda a discussão levantada neste capítulo, dar um passo além e instigar a reflexão sobre o papel da linguagem no jogo das línguas e das culturas no contexto da atividade de tradução. A escolha de *todavia* por *possibly*, *butterflies* por *papillons* ou *sea* por *mar* não envolvem parâmetros apenas linguísticos ou culturais, mas, principalmente, o mecanismo de cálculo da linguagem que possibilita todos os caminhos imagináveis até a estabilização de um deles. Mesmo assim, após construída e enunciada – seja textual ou oralmente – a tradução só existirá a partir da interpretação do sujeito, que também não é fixa nem perene mas volátil como a linguagem.

A nosso ver, a atividade de tradução é, desse modo, apenas “outro modo de referir à atividade de produção de textos” (PRIA, 2014, p. 117-118). Tradução é, portanto, enunciação, cujos sentidos são produzidos e transformados constantemente, a cada nova situação, pelos sujeitos que compõem o contexto enunciativo. Nesse sentido, podemos entender a tradução como uma operação enunciativa, sendo os textos traduzidos apenas parte dos rastros dessa atividade. Assim o são os enunciados (14.a) a (14.h) em relação com (14).

Em resumo, trata-se “de uma questão de télos”, pois “é o caminho que importa, a maneira de esticar o arco; em seguida a flecha irá para onde desejar”¹⁰⁵ (CULIOLI; NORMAND, 2005, p. 16). Ou seja, o resultado da tradução está ali, escrito ou dito no âmbito da língua, porém é o caminho de possibilidades construído pelo sujeito-tradutor entre uma escolha e outra que nos deixa entender a tradução como uma operação da linguagem. A significação do enunciado traduzido é fruto de um processo ativo de construção condicionado, obviamente, a restrições linguísticas e culturais, mas ao mesmo tempo aberto a uma “deformação gradual” da interpretação entre os sujeitos envolvidos, dando margem, assim, ao caráter plástico da linguagem e à deformabilidade da tradução.

¹⁰⁵ Tradução nossa: “C’est une question de *telos*, c’est le trajet qui importe, la façon de tendre l’arc; ensuite la flèche va où elle veut”.

Considerações finais

É complexo dar uma definição de tradução, como é complexo o ato de traduzir.

Paulo Ottoni

Quando Martin Heidegger certa vez proferiu que “falar da linguagem talvez [fosse] ainda pior do que escrever sobre o silêncio” ([1959] 2015b, p. 8), possivelmente não imaginasse que mais de cinquenta anos depois sua colocação não deixaria de ser atual. Esta tese foi um exemplo disso. Desde as primeiras linhas buscamos discorrer sobre o desafio de pensar a linguagem. Do mítico ao racional, da antiguidade clássica aos modos de significação e do pensamento moderno aos estudos linguísticos, vimos que a multiplicidade histórica de significados da palavra *linguagem* – seja como exteriorização de pensamentos, habilidade de falar, maneira específica de se expressar, atividade cognitiva, entre outros – dá margem a uma ampla rede de possibilidades semânticas que refletem a perspectiva teórica de estudiosos das mais diversas áreas. Poderíamos ter escolhido, portanto, falar sobre o papel da linguagem em qualquer campo do conhecimento, porém elegemos o da tradução. Mas por que seria tão relevante refletir sobre linguagem e tradução?

No início desta tese, mostramos que, ao longo de nossa caminhada acadêmica, notamos uma lacuna na reflexão, por parte de estudantes e pesquisadores, sobre a importância do conceito para os estudos tradutológicos. Quando mencionada, por exemplo, observa-se a utilização do termo *linguagem* muitas vezes apenas em seu sentido mais abrangente, como modo de falar, escrever ou se expressar. Nesse momento, nos perguntamos: como publicações importantes da área ou estudos apresentados em congressos e encontros científicos podem comparar, analisar ou realizar traduções sem refletir sobre a concepção de linguagem que embasa cada trabalho?

Esta inquietação fez-nos investigar os motivos pelos quais discussões como as de Hamman, Herder e Humboldt ou, mais recentemente, de Coseriu, Gadamer e Ricoeur vistas nos capítulos 1 e 2 são, hoje em dia, pouco valorizadas por estudantes de tradução. Concluímos que a falta de interesse sobre o conceito se deve muito ao surgimento de novas perspectivas de pesquisas sobre tradução na segunda metade do século XX, que levou a um gradativo afastamento dos trabalhos sobre o estudo da linguagem e das línguas e o consequente desprendimento conceitual da área da linguística. Embora tais propostas tenham

contribuído em muitos aspectos para o avanço dos estudos tradutológicos, ainda encontram-se no nível da língua ou da cultura. E, para entendermos como a passagem de uma língua a outra se dá, precisamos considerar o papel da linguagem nesse processo de cálculo que é a tradução, como qualquer outra forma de enunciação. Afinal, conforme aponta Steiner (2005, p. 14), “embora estejamos ‘traduzindo’ em todos os momentos em que falamos ou recebemos signos em nossa língua, é evidente que a tradução no sentido mais comum emerge quando se dá o encontro de duas línguas”.

Se, segundo Paulo Ottoni na epígrafe acima, não é nada fácil dar uma definição de tradução, a situação se complica quando não temos explícita uma conceituação de linguagem estruturada. Afinal, ao traduzir, fazemos escolhas, as quais têm como base uma série de ideias que temos sobre tradução, mesmo que não paremos para refletir sobre elas de modo consciente. Embora ao longo dos séculos muitos autores tenham defendido seus projetos de tradução expondo seus motivos e intenções “por escolha deliberada e consciente” (LUTERO, [1533] 2006a, p. 137), nem sempre tal posicionamento é definido.

Dada a problemática levantada, propusemos uma investigação sobre a concepção de linguagem nos estudos da tradução para repensar o próprio conceito de tradução. Para tanto, traçamos inicialmente um breve histórico sobre o desenvolvimento do conceito no âmbito da filosofia e dos estudos gramaticais para, em seguida, descrevermos as variadas concepções de linguagem presentes em um conjunto selecionado de obras sobre tradução. Para tanto, utilizamos como *corpus* de pesquisa as seguintes obras: Mounin (1963), Faveri & Torres (2004), Guerini & Arrigoni (2005), Furlan (2006a) e Heidermann (2010). Por fim, com base nos fundamentos da Teoria das Operações Enunciativas de Culioli (1990), defendemos uma proposta enunciativa da tradução como operação da linguagem.

Tendo como desafio inicial selecionar textos filosóficos e linguísticos significativos sobre o fenômeno da linguagem que contribuíssem para a construção de nossa perspectiva de tradução, tecemos, no capítulo 1, algumas considerações sobre o conceito de linguagem, no contexto do pensamento ocidental. Vimos que os primeiros registros escritos a respeito da linguagem podem ser encontrados nas explicações míticas sobre a origem dos tempos e a criação do homem. Em contrapartida, o discurso filosófico, buscando um esclarecimento mais racional para a explicação das coisas, iniciou um movimento importante que, a partir de uma vivência intuitiva da linguagem, formou as bases de outras sistematizações ocidentais subsequentes no decorrer da história. Embora a modernidade tenha rompido com diversos

preceitos da tradição gramatical, o modo de falar, ou seja, dar forma a um conteúdo de pensamento, teve influência por séculos.

O contato da Europa Medieval com as línguas pouco desvendadas do Oriente e do Novo Mundo impulsionou comparações com a tradição clássica, levando, dentre outros aspectos, a uma ampliação do horizonte linguístico. Mais tarde, o nascimento das línguas nacionais, o resgate dos valores humanistas contra a Igreja e a instauração da Reforma incentivaram novas teorias sobre a linguagem, como o caso da *Grammaire générale et raisonnée*, de Arnauld e Lancelot ([1660]1993). Em seguida, questões como a origem da linguagem, a combinação dos elementos que permitem a estruturação do pensamento e a especificidade languageira do homem em relação aos outros animais foram um dos temas mais debatidos entre os séculos XVII e XIX. Pensadores como Locke, Condillac, Rousseau e Humboldt foram essenciais para o desenvolvimento de uma nova concepção de linguagem vinculada à valorização da interioridade expressiva do sujeito.

Alvo de reflexões desde a Antiguidade, foi apenas com o advento da linguística moderna, no começo do século XX, que a linguagem passou a ser investigada sob a perspectiva científica, notadamente após a publicação do *Curso de Linguística Geral* de Saussure (1916). A partir de então, deu-se início à análise linguística em seus diferentes níveis e em suas várias perspectivas. Ao longo das décadas, muitas foram as contribuições para o amadurecimento de áreas como a fonética, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a pragmática e os estudos do discurso – apenas para citar algumas. No entanto, o conceito de linguagem por trás da análise e da explicação dos fatos linguísticos foi quase sempre vinculado ao conceito de língua.

Contra essa perspectiva de linguagem e em busca de um arcabouço teórico que desse conta do jogo de desajustes e ajustes, desequilíbrio e equilíbrio, desestabilização e estabilização característico da tradução, identificamo-nos com a Teoria das Operações Enunciativas (CULIOLI, 1990). Tal como exposto principalmente no último capítulo, a T.O.E. não apenas se distancia da visão estruturalista em que as línguas naturais são vistas como sistemas classificatórios *a priori*, repletos de compartimentos etiquetados, como propõe uma teoria dos observáveis pautada nos textos e nas línguas que dê conta de uma representação formal que relacione a diversidade de cada situação de enunciação com as operações mentais intrínsecas a cada ato enunciativo. Trata-se de uma constante articulação epistemológica que permite relacionar a variabilidade e a deformabilidade das mais diferentes línguas às noções primitivas que as fundamentam. A nosso ver, é nesse contexto que a

tradução se insere. Quando o tradutor procura, na língua alvo, uma estrutura ou determinada palavra correspondente à língua de partida, ele faz um cálculo para ajustar e reelaborar esquemas entre as línguas.

Assim, as variadas concepções de linguagem no âmbito da filosofia e dos estudos gramaticais puderam, no capítulo 2, ser relacionadas às reflexões sobre tradução desde os comentários e impressões realizados nos prefácios de textos traduzidos (MOUNIN, 1963), passando pelos séculos que os separam das primeiras sistematizações científicas dominantes do século XX até o presente. Afinal, o pensamento sobre a tradução de textos não surgiu depois dos estudos da linguagem, já que a tradução não é apenas um reflexo, mas também promotora dessas cosmovisões.

Se, na antiguidade clássica, a tradução estava vinculada à imitação de modelos literários, cuja teoria de tradução “se apresentava como um padrão de transferência, de substituição e de deslocamento da fonte” (FURLAN, 2006b, p. 23), na Idade Média, com o fim do Império Romano e o avanço do cristianismo, a tradução se tornou cada vez mais utilitária, de modo que os textos religiosos passaram a requerer maior literariedade. Tendo as traduções romanas como modelo, os tradutores medievais buscavam métodos que os auxiliassem a superar as deficiências culturais e linguísticas de sua língua nascente. Como lhes faltavam correspondentes, “a tradução estava associada indissolúvelmente à imitação e à criação” (DESLILE; WOODSWORTH, p. 48), sendo o neologismo um de seus traços mais característicos. Nota-se, assim, uma concepção da tradução que se caracteriza principalmente como “enarratio”, onde o comentário praticamente substitui o texto original, fundamentando-se sobre uma concepção de linguagem baseada na “inventio” da retórica clássica (FURLAN, 2004, p. 9).

Os renascentistas, tal como vimos na antologia de Furlan (2006a), “tomam o partido contrário, por conta da falta de elegância das traduções feitas desse modo” (OUSTINOFF, 2011, p. 41). A título de exemplificação, no século XIV, “quem traduzia seguindo modelos latinos fazia mais do que traduzir: criava um padrão para a escrita erudita em francês [por exemplo]; ajudava a forjar novas estruturas, operando não só no nível do texto mas no da própria língua-meta” (DESLILE; WOODSWORTH, 1998, p. 49), popularizando o vernáculo em situações em que antes se usava o latim. *De interpretatione recta* ([1420-26] 2006a), de Leonardo Bruni, retrata justamente o “amadurecimento de uma nova concepção do traduzir”, favorecido pelo retorno aos clássicos gregos, os quais colaboraram para o aperfeiçoamento das modalidades de tradução retórica (FURLAN, 2004, p. 18). Além disso, nesse período,

com a valorização do vernáculo, tornou-se intensa a tradução de línguas clássicas para as modernas. Apesar de vermos, em Furlan (2006b), abordagens a favor do vernáculo e contra o purismo das línguas antigas, observamos, como característica geral da Europa renascentista, o entendimento do conceito de linguagem associado ao conceito de modo de falar e expressão do pensamento.

O século XVII foi marcado pelo período das *belles infidèles*, que vai de 1625 a 1665, tendo seu apogeu em 1650. Tendo D'Ablancourt (1606-1664) como seu máximo exemplo, seus textos se pareciam mais com transposições do que traduções – sendo a beleza, a clareza e a recepção do texto mais importantes que o respeito pelo texto de partida. Nesse contexto, eram produzidas versões livres que hoje poderiam ser consideradas adaptações¹⁰⁶. Outra forte característica do movimento foi a ausência quase total de tratados sobre a arte de traduzir, diferentemente do Renascimento de Du Bellay e Dolet. A linguagem “[era] vista como puro meio que pode ser dissociado do seu ‘conteúdo’”, entendido, pelos defensores das *belles infidèles*, como “o dado universal da linguagem” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 180). Nessa concepção, a fim de agradar os leitores, bastava apenas mudar a “roupagem” do conteúdo utilizando técnicas poéticas e retóricas.

A passagem do século XVIII ao XIX foi fundamental para uma crescente mudança de perspectiva sobre as relações entre linguagem e tradução e tradução e linguagem. Embora muitas das colocações ainda sugerissem o conceito de linguagem vinculado ao conceito de língua, vimos, em muitos dos textos presentes em Heidermann (2010), “as bases para a dinamização do conceito de linguagem, para a associação da tradução ao movimento” (AZENHA JUNIOR, 2003, p. 40).

A segunda metade do século XX coincidiu com o apogeu do pensamento estruturalista e com as primeiras sistematizações da chamada Ciência da Tradução. Nessa perspectiva, o conceito de linguagem era o conceito de língua e a tradução aparece “como um problema teórico, ou um escândalo – nos termos de Mounin –, a desafiar os postulados da linguística moderna” (CRUZ, 2012, p. 125). Nessa época, o conceito de língua como código fortaleceu a noção de equivalência em tradução como transferência de conteúdo, exemplo da visão universalista do tradutor como transportador de significados estáveis entre dois sistemas linguísticos fechados, a qual o colocou, por muito tempo, em uma posição de *traditori*, ou seja, de traidor.

¹⁰⁶ Nota-se que “as fronteiras entre imitação, tradução e adaptação variam conforme as épocas” (OUSTINOFF, 2011, p. 39).

Conforme descrito no último capítulo, foi principalmente a partir de 1980 que abordagens dualistas da tradução ainda fortemente enraizadas, como *traduzibilidade* vs. *intraduzibilidade*, *fidelidade* vs. *traição*, *sentido* vs. *forma* e *pró-fonte* vs. *pró-alvo*, *sujeito* vs. *objeto* e *teoria* vs. *prática* passaram a ser questionadas. As contribuições do desconstrutivismo, dos estudos descritivos e do funcionalismo foram fundamentais para o início do desmonte de tais polarizações. Embora tenhamos tido avanços com relação ao aspecto cultural da tradução, ao papel do tradutor na participação de decisões, à inexistência de apenas uma única tradução possível e correta, à dinamização da significação, dentre outros, a importância do sujeito na atividade de tradução ainda se dilui em questões vinculadas à cultura.

Quando falamos da importância do sujeito na atividade de tradução, vale notar que não nos referimos apenas ao papel do sujeito-tradutor. Mesmo após construída e enunciada – seja textual ou oralmente – a tradução só existirá a partir da interpretação de um outro sujeito. Tal como exemplificado no último capítulo com algumas possíveis traduções do título de *The Old Man and the Sea*, as representações de *sea*, *mer* e *mar* podem diferir não somente de uma comunidade para outra ou de um sujeito para outro, mas também em relação ao próprio sujeito – que muda a todo o momento, torna-se outro, assim como seu entendimento de *sea*, *mer* e *mar*.

Dado o exposto acima, o leitor ainda pode se questionar por que Ottoni, na epígrafe destas considerações finais, define o ato de traduzir como *complexo*. A nosso ver, justamente porque a linguagem tem papel fundamental na infinidade das escolhas tradutórias potenciais do sujeito-tradutor. Se, como mencionamos anteriormente, falar de linguagem às vezes parece ser uma tarefa impossível e entendendo tradução e linguagem como indissociáveis, a complexidade de definição de tradução também está posta. Esta pesquisa, no entanto, longe de buscar definir de uma vez por todas *o que é linguagem* ou *o que é tradução*, teve o intuito, além de refletir sobre a concepção de linguagem que impulsiona cada atividade de tradução, de chamar a atenção, com base nos princípios da T.O.E., para uma proposta enunciativa da tradução como uma operação da capacidade de linguagem.

Conforme vimos no capítulo 3, tendo como ponto de partida que o objeto geral da linguística é “a atividade de linguagem apreendida a partir da diversidade das línguas naturais (e a partir da diversidade dos textos – orais ou escritos)” (CULIOLI, 1990, p. 14), assumimos que é a linguagem, como atividade cognitiva de representação, referenciação e regulação, que possibilita o processo de tradução. E a tradução, entendida aqui como qualquer outra forma de

enunciação, permite a construção de formas de expressão que dependem diretamente das experiências de cada sujeito. Assumindo que o significado não é estático, mostramos, portanto, que os sentidos são (re)construídos e transformados constantemente, a cada nova situação, pelos sujeitos que compõem o contexto enunciativo.

Levando em conta suas experiências físico-culturais singulares e os interlocutores a sua volta, o sujeito-tradutor trabalha concomitantemente com as duas línguas em relação numa multiplicação parafrástica. Considerando, então, a tradução como “uma construção parafrástica dinâmica, cuja base de sustentação é a linguagem” (ZAVAGLIA, 2004, p. 105-106), o sujeito-tradutor faz *uma* escolha dentre uma vasta rede de alternativas tradutórias a seu alcance, sempre relacionando invariância e variância numa infinidade de possibilidades de tradução em associação parafrástica. Embora não seja viável reconstituir, sob o ponto de vista cognitivo, como tal processo se deu, é possível inferir que a escolha por uma estrutura A (e não B, C, D etc) marca textualmente uma relação abstrata de equivalência.

Lembrando que o sujeito-tradutor não constrói apenas o texto traduzido, mas também o próprio texto original, ele reconstrói, no nível da equivalência languageira, a significação construída a partir do texto do autor gerando novos valores referenciais. A atividade de linguagem coincide, assim, com o processo de construção e reconstrução da significação. Além disso, se a tradução é um texto que está dentro de um contexto sociocultural que foi enunciado por um sujeito, não podemos antecipar como será interpretado aquilo que foi escrito ou dito – ou seja, na tradução, como em qualquer outra situação particular de diálogo, nada é previsível. Em outras palavras, concluímos que a tradução não é uma manipulação nocional e textual pré-estabelecida.

Como demonstramos, a tradução, portanto, não envolve apenas línguas e culturas, mas também as dimensões do sujeito e da linguagem. E é nesse ponto que nossa perspectiva de tradução se diferencia da maioria das abordagens descritas nesta tese. Esperamos, nesse sentido, que nossa proposta da tradução como operação enunciativa tenha chamado a atenção para o caráter plástico da linguagem e a deformabilidade da tradução. Que os leitores desta tese passem a refletir sobre a concepção de linguagem que embasa suas traduções e a repensar dicotomias e polarizações pré-estabelecidas em grande parte da literatura sobre tradução. Mas, se já o fazem, que possam reiterar e propagar, agora com mais argumentos, a seus alunos, colegas e professores, a importância de pensar a linguagem nos estudos da tradução. Para finalizar, adaptando o que escreveu Jacques Amyot no prefácio de sua tradução de Plutarco, declaro: “(...) se não me saí tão felizmente quanto poderíeis ter pensado ou desejado, Senhores

leitores, ainda tenho a esperança que desculpeis a boa vontade dest[a] que, aspirando a fazê-lo, vos tr[aga] [algum] benefício” (AMYOT, [1559] 2006a, p. 399).

Referências bibliográficas

Corpus de estudo – obras de referência

- FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- HEIDERMAN, Werner. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- MOUNIN, Georges. **Les problèmes théoriques de la traduction**. Paris: Editions Gallimard, 1963.
- _____. [1963] **Os problemas teóricos da tradução**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1975.

Corpus de estudo – por autor(a) – expressão francesa

- BATTEUX, Charles. [1764] Principes de la littérature. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- BEAUZEE, Nicolas. [1765] Article “Traduction, version” de l’Encyclopédie. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- D’ABLANCOURT, Nicolas Perrot. [1664] Lettre à Monsieur Conrart – conseiller et secrétaire du roi. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- D’ALEMBERT, Jean le Rond. [1763] Observations sur l’art de traduire en général et sur cet essai de traduction en particulier. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- DE TENDE, GASPARD. [1660] Défense et illustration de la langue Française. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- DOLET, Etienne. [1540] La manière de bien traduire d’une langue en autre. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- DU BELLAY, Joachim. [1549] Défense et illustration de la langue Française. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.

- HUGO, Victor. [1865] Prologue à la traduction des Oeuvres de William Shakespeare par François Victor-Hugo. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- MARMONTEL, Jean-François. [1777] “Traduction” – Supplément de l’Encyclopédie. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- MOUNIN, Georges. **Les problèmes théoriques de la traduction**. Paris: Editions Gallimard, 1963.
- SCWOB, Marcel. [1883-1886] Avant propos à une traduction de Catulle en vers marotiques. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- _____. [1903-1905] De l’art de traduire. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- STÄEL, Madame de. [1820-1821] De l’esprit des traductions. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.
- VALÉRY, Paul. [1943-1945] Variations sur les Bucoliques de Virgile. In. FAVERI, Cláudia Borges de; TORRES, Marie-Hélène Catherine. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Francês – Português, vol. 2. Florianópolis: NUT, 2004.

Corpus de estudo – por autor(a) – expressão alemã

- BENJAMIN, Walter. [1923] Die Aufgabe des Übersetzers. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- COSERIU, Eugenio. [1978] Falsche und richtige Fragestellungen in der Übersetzungstheorie. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- GADAMER, Hans-Georg. [1960] Aus: Wahrheit und Methode. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- GOETHE, Johann Wolfgang. [s/d] Drei Stücke vom Übersetzen. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- HÖLDERLIN, Johann C. F.. [1801-1803] Briefe an Böhlendorff. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- _____. [1804a] Anmerkungen zum Oedipus. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.

- _____. [1804b] Anmerkungen zur Antigonä. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. [1816] Einleitung zu Agamemnon. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- KLEIN, Wolfgang. [1991] Was kann sich die Übersetzungswissenschaft von der Linguistik erwarten? In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich. [s/d] Zum Problem des Übersetzens. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- NOVALIS. [1797] Vermischte Bemerkungen. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- SCHLEGEL, August Wilhelm. [1826] Über die Bhagavad-gita. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. [1813] Ueber die verschiedenen Methoden des Uebersetzens. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2 ed. Florianópolis: NUT, 2010.
- SCHOPENHAUER, Arthur. [1891] Über Sprache und Worte. In. HEIDERMAN, Werner. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Alemão – Português, vol. 1. 2. ed. Florianópolis: NUT, 2010.

Corpus de estudo – por autor(a) – expressão italiana

- ALIGHIERI, Dante. [1304-1307] Brani del Convivio. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- BOCCACCIO, Giovanni. [1304-1307] Proemio del Volgarizzatore. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- CROCE, Benedetto. [1902] Indivibilità dell'espressione in modi o gradi. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- _____. [1936] L'intraducibilità della rievocazione. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- FOSCOLO, Ugo. [1807a] Esperimento di traduzione dell'Illiade. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.

- _____. [1807b] Su la traduzione del cenno di Giove. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- _____. [1814] Lettera a Francesco Saverio Fabre. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- _____. [1809] Intorno alla traduzione dell’Odissea. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- _____. [1813] Sulla Traduzione dello Sterne. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- LEOPARDI, Giacomo. [1817-1832] Brani dello Zibaldone di Pensieri sulla traduzione. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- LONGIANO, Sebastiano Fausto da. [1556] Dialogo del modo de lo tradurre d’una in altra lingua. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- MONTI, Vincenzo. [1810] Sulla difficoltà di bien tradurre. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- TOMMASEO, Niccolò. [1838] Del tradurre come possa giovare all’arte e anco del ristampare. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.
- VICO, Giambattista. [1730] Le traduzioni poetiche, il “De rerum natura” di Lucrezio e “L’antichità e nobilitá della medicina”. In. GUERINI, Andréia; ARRIGONI, Maria Teresa. (Orgs.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Italiano – Português, vol. 3. Florianópolis: NUT, 2005.

Corpus de estudo – por autor(a) – os renascentistas

- AMYOT, Jacques. [1559] Aux lecteurs. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- ARETINO, Leonardo Bruni. [1420-26] De recta interpretatione. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- BARROS, João de. [1540] Diálogo em lovvor da nossa lingvagem. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- BOSCÁN, Juan. [1534] Dedicatória de su traducción de El cortesano. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.

- CARTAGENA, Alonso de. [1427-31] Introducción, en La retórica de Cicerón. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- CASTELVETRO, Lodovico. [1543] Lettera des traslatate. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- CERVANTES, Miguel de. [1605;1615] El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- CHAPMAN, Georges. [1598] Poem to the reader & Preface to the reader. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- DOLET, Etienne. [1540] La manière de bien traduire d'une langue en autre. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- DU BELLAY, Joachim. [1549] Défense et illustration de la langue française. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- DU MANS, Jacques Peletier. [1555] Des traductions. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- LÉON, Fray Luis de. [1561] Prólogo a Cantar de los cantares. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- LONGIANO, Sebastiano Fausto da. [1556] Dialogo del modo de lo tradurre d'una in altra lingua. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- LUTERO, Martinho. [1530] Sendbrief vom Dolmetschen. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- _____. [1533] Summarien über die Psalmen und Ursachen des Dolmetschens. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- PICCOLOMINI, Alessandro. [1571] Ai lettori. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- SÉBILLET, Thomas. [1548] De la version. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- SPERONI, Sperone. [1542] Dialogo delle lingue. VALDÉS, Juan de. [1535-36] Diálogo de la lengua. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.
- VEGA, Garcilaso de la. [1534] Dedicatória de la traducción de El cortesano. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.

VIVES, Juan Luis. [1533] Versiones seu traducciones. In. FURLAN, Mauri. (Org.) **Clássicos da teoria da tradução** – Antologia Bilíngue / Renascimento, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006a.

Dissertações e teses

ADELL, Edna Amaral de Andrade. **A linguagem e os signos nas teorias do conhecimento no século das luzes**. 2016. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2017.tde-10022017-104826. Acesso em: 2020-01-30.

CELLI, Marion. **Um estudo de marcas adversativas do português à luz de uma abordagem lexicográfica bilíngue diferencial (português-francês e português-inglês): o caso de mas, porém, contudo, todavia e entretanto**. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua e Literatura Francesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/D.8.2012.tde-21112012-125120. Acesso em: 2020-01-23.

CRUZ, Celso Donizete. **O trabalho do tradutor: em busca de uma teoria para a prática**. 2012. Tese (Doutorado em Língua e Literatura Alemã) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. doi:10.11606/T.8.2012.tde-14012013-140329. Acesso em: 2020-01-23.

ZAVAGLIA, Adriana. **Da invariância da linguagem à variância das línguas: contribuição para a elaboração de uma teoria enunciativa da tradução como um caso particular de paráfrase**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.

Dicionários enciclopédicos

BARAQUIN, Noëlla; LAFFITTE, Jacqueline. **Dicionário universitário dos filósofos**. Trad. Eduardo Brandão. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BORBA, FRANCISCO DA SILVA. **Pequeno vocabulário de linguística moderna**. 2 ed. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1976.

CAMARA JUNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

DUBOIS, JEAN; GIACOMO, MATHÉE; GUESPIN, LOUIS; MARCELLESI, CHRISTIANE; MARCELLESI, JEAN-BAPTISTE; MEVEL, JEAN-PIERRE. **Dicionário de Linguística**. Direção e coordenação geral da tradução Izidoro Blikstein. 8 ed. São Paulo, Cultrix, 2007.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. **Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem**. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1972.

NEVEU, FRANCK. **Dicionário de ciências da linguagem**. Trad. Albertina Cunha e José Antônio Nunes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de linguagem e linguística**. Trad. Rodolfo Ilari. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

Dicionários bilíngues português-francês

- AZEVEDO, Domingos de. **Grande dicionário Português-Francês**. 9 ed. Lisboa: Bertrand Editora, 1989.
- BURTIN-VINHOLES, S. **Dicionário Francês-Português/Português Francês**. Com a colaboração de Laurence Curtenaz e Maria José Nonnenberg. 29 ed. São Paulo: Ed. Globo, 1993.
- CARVALHO, Olívio de. **Dicionário de Português-Francês**. Porto: Porto Editora, 1982.
- CORRÊA, Roberto Alvim. **Dicionário Escolar Francês-Português/Português Francês**. 5 ed. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- MAROTE, João Teodoro d'Olim. (Org.) **Minidicionário Francês-Português/Português Francês**. 6 ed. São Paulo: Ed. Ática, 2004.
- PEREIRA, Helena B. C.; SINGER, Rena. **Michaelis – Pequeno Dicionário Francês-Português/Português-Francês**. São Paulo: Melhoramentos, 1992.
- RÓNAI, Paulo. **Dicionário essencial francês-português e português-francês**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- VALDEZ, João Fernandes. **Dicionário Francês/Português-Português/Francês**. Belo Horizonte: Garnier, 2000.

Gramáticas do português-brasileiro

- ALI, M. Said. **Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 5 ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1958.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev. e ampl. 14 reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa** (com numerosos exercícios). 35 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1992.
- CUNHA, Luís F. Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- SACCONI, Luiz Antonio. **Nossa Gramática - Teoria e Prática**. 25 ed. reformulada. São Paulo: Atual Editora, 1999.

Referências literárias

- CARDOZO, Mauricio Mendonça. **A Assombrosa História do Homem do Cavalo Branco**, de Theodor Storm. Curitiba: Editora UFPR, 2006a.
- _____. **O Centauro Branco**, de Theodor Storm. Curitiba: Editora UFPR, 2006b.
- FOWLES, John. **The collector**. London: Jonathan Cape, 1963.

- GEISEL, Theodor Seuss. **Oh, the things you can think**. New York: Random House, 1975.
- HEMINGWAY, Ernest. **The old man and the sea**. New York: Charles Scribner's Sons, 1952.
- ROSA, Guimarães. [1946] **Sagarana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Obras teóricas

- ALSTON, William. **Filosofia da Linguagem**. Curso moderno de filosofia. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- AMBROSIO, Renato. Leonardo Bruni e a tradução no humanismo italiano. **Morus**: Utopia e Renascimento, Campinas, v. 11, n. 2, p.337-370, 2016. Disponível em: <<http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/295>>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- ARISTÓTELES. **Categories**. eBooks@Adelaide, The University of Adelaide Library, University of Adelaide, South Australia, 2007. Trad. E. M. Edghill. Disponível em <http://ebooks.adelaide.edu.au/a/aristotle/categories/>. Acesso em 31.01.2020.
- ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. [1660] **Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal**. Genève: Slatkine Reprints, 1993.
- ARROJO, Rosemary. **Oficina de Tradução – A Teoria na Prática**. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. Os ‘estudos da tradução’ como área de pesquisa independente: dilemas e ilusões de uma disciplina em (des)construção. **DELTA**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 423-454, 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501998000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44501998000200007>.
- AUBERT, Francis Henrik. Modalidades de tradução: teoria e resultados. **Tradterm**, São Paulo, 2006, n. 1 (ano 5), 1 sem, p. 99-128.
- AUROUX, Sylvain. “La philosophie linguistique d’Antoine Culioli”. In: **La théorie d’Antoine Culioli**. Ouvertures et incidences. Paris: Ophrys, 1992, pp. 39-61.
- _____. **Filosofia da Linguagem**. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.
- _____. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- AZENHA JUNIOR, João. Tradução é movimento: uma leitura do romantismo alemão. **Revista Anpoll**: Tempo e Espaço e Outras Linguagens, Brasília, v. 1, n. 14, p.31-56, 2003. Disponível em: <<https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/view/406/415>>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- APPIAH, Anthony. [1993] “Thick Translation”. In: VENUTI, Lawrence. **The Translation Studies Reader**. 3 ed. London/New York: Routledge, 2012.
- BALLIU, Christian. Los traductores transparentes: historia de la traducción en Francia durante el período clásico. **Hiperonymius complutensis**, n. 1, Centro Virtual Cervantes (www.cvc.cervantes.es), 1995, pp. 15-27.
- BALLY, Charles. **El lenguaje y la vida**. Buenos Aires: Losada, 1998.

- BARBOSA, Maria Aparecida. A poesia e sua tradução, segundo os primeiros românticos alemães. **Boletim de Pesquisa Nelic**: Poesia: passagens e impasses, Florianópolis, v. 6, n. 8/9, p.46-50, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/view/1570/1305>>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- BASSNETT, Susan. **Translation studies**. London: Routledge, 1994.
- BATALHA, Maria Cristina; PONTES JR., Geraldo. **Tradução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BENJAMIN, Walter. [1915-1921] **Escritos sobre mito e linguagem**. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013. Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin; tradução de Susana Kanpff Lages e Ernani Chaves.
- BENVENISTE, Emile. [1966] **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- BERMAN, Antoine. [1984] **A prova do estrangeiro**. Tradução de Maria Emília Pereira Chanut. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- _____. La retraduction comme espace de la traduction. **Palimpsestes**, Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, n. 4, p. 1-9, out. 1990.
- BIASOTTO, Milenne. “A construção da significação a partir de uma visão enunciativa”. In: PRIA, Albano Dalla; MORALIS, Edileusa Gimenes; CARDOSO-CARVALHO, Valéria Faria; DE CARVALHO, Gislaine Aparecida (Orgs). **Linguagem e línguas: invariância e variação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.
- BLANCHÉ, Robert. **Structures Intellectuelles** – Essai sur l'organisation systématique des concepts. 2 ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 1969.
- BLOOMFIELD, Leonard. [1933] **Language**. London: George Allen & Unwin, 1958.
- BORGES, Jorge Luis. [1935] “The translators of ‘The one thousand and one nights’”. In: VENUTI, Lawrence. **The Translation Studies Reader**. 3 ed. London/New York: Routledge, 2012.
- BRITO, Emanuel França de. Tradução parcial e comentada do Convívio de Dante. **Tradterm**, São Paulo, v. 20, p.68-94, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49044>>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- BRITTO, Paulo Henriques. Tradução e criação. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 4, p. 239-262, jan. 1999. ISSN 2175-7968. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5534>>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- CAMPOS, Haroldo de. A língua pura na teoria da tradução de Walter Benjamin. **Revista Usp**, São Paulo, n. 33, p.160-171, 30 maio 1997. Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBiUSP. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i33p160-171>. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/35052>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- CELLÉRIER, Guy. “Estratégias cognitivas na resolução de problemas”. In: PIATELLI-PALMARINI, Massimo. **Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky**. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

- CELLI, Marion. A noção de equivalência quando se traduz marcas gramaticais: o caso de *mas* e suas traduções para o francês e o inglês. **Tradterm**, São Paulo, v. 16, 2010, pp. 313-341.
- CHOMSKY, Noam. Novos horizontes no estudo da linguagem. **D.E.L.T.A.** v. 13, nº especial, 1997, pp. 49-72.
- _____. **Linguagem e mente**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo, Editora UNESP, 2009.
- CONDILLAC, Etienne Bonnot de. [1746] **Essai sur l'origine des connaissances humaines**. Paris: Armand Colin, 1924.
- CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation**: opérations et représentations. v. 1. Paris: Ophrys, 1990.
- _____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: formalisation et opérations de repérage. v. 2. Paris: Ophrys, 1999a.
- _____. **Pour une linguistique de l'énonciation**: domaine notionnel. v. 3. Paris: Ophrys, 1999b.
- _____. **Variations sur la linguistique**. Entretiens avec Frédéric Fau. Préface et notes de Michel Viel. Paris: Klincksieck, 2002.
- CULIOLI, Antoine; NORMAND, Claudine. **Onze rencontres sur le langage et les langues**. Paris: Ophrys, 2005.
- DERRIDA, Jacques. [1980] **Torres de Babel**. Trad. Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DESCARTES, René. [1637] **Discurso do método**: para bem conduzir a própria razão e procurar a verdade nas ciências. Trad. Thereza Christina Ferreira Stummer. São Paulo: Paulus, 2002.
- DRYDEN, John. [1680] "From the preface to Ovid's Epistles". In: VENUTI, Lawrence. **The Translation Studies Reader**. 3 ed. London/New York: Routledge, 2012.
- DUCROT, Oswald; VOGT, Carlos. "De *magis* a *mais*: uma hipótese semântica". In: VOGT, Carlos. **Linguagem, pragmática e ideologia**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- DUQUE-ESTRADA, Paulo César. Da problemática do método ao método como problema – hermenêutica filosófica e a questão do compreender. **Gragoatá** 29, p. 49-61, 2010.
- EMMEL, Ina. Linguística e Ciência da Tradução - Existe Alguma Relação? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 2, p.75-85, 1997. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5184>>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. [1978/1990] "The position of translated literature within the literary polysystem". In: VENUTI, Lawrence. **The Translation Studies Reader**. 3 ed. London/New York: Routledge, 2012.
- FARACO, Carlos Alberto. "Estudos pré-saussurianos". In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.
- FIORIN, José Luiz. "A linguagem, humana: do mito à ciência". In: FIORIN, José Luiz. (Org.) **Linguística? O que é isso?** São Paulo: Contexto, 2015.

- FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. “Por que ainda ler Saussure?” In: _____. (Org.) **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.
- FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretative communities. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- FLORES, Valdir Nascimento. Operação enunciativa Culioli. (Verbetes). In: FLORES, Valdir; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. (Org.) **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- FLORES, Valdir Nascimento; ZAVAGLIA, Adriana. Léxis Culioli. (Verbetes). In: FLORES, Valdir; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. (Org.) **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- FLORES, Valdir Nascimento; ONOFRE, Marília Blundi. Marcador Culioli. (Verbetes). In: FLORES, Valdir; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. (Org.) **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.
- FLORES, Valdir Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- FRANCKEL, Jean-Jacques. “Referência, referenciação e valores referenciais”. In: VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; Paillard, Denis. **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Contexto, 2011a, pp. 31-55.
- _____. “Introdução”. In: VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; Paillard, Denis. **Linguagem e enunciação: representação, referenciação e regulação**. São Paulo: Contexto, 2011b, pp. 15-30.
- FUCHS, Catherine. **La Paraphrase**. Paris: PUF, 1982.
- _____. “De la grammaire anglaise à la paraphrase: un parcours énonciatif”. In: **La théorie d’Antoine Culioli**. Ouvertures et incidences. Paris: Ophrys, 1992, pp. 221-226.
- _____. *Paraphrase et énonciation*. Paris: Ophrys, 1994.
- FURLAN, Mauri. A Missão do Tradutor-Aspectos da Concepção Benjaminiana de Linguagem e Tradução. In: **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 91-105, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5078>> Acesso em: 04 jul. 2019.
- _____. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: I. Os Romanos. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 2, n. 8, p.11-28, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5881>>. Acesso em: 04 jul. 2019.
- _____. Brevíssima história da teoria da tradução no Ocidente: III. Final da Idade Média e Renascimento. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 13, p.9-25, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/6229>>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- _____. “A tradução retórica do Renascimento”. In: FURLAN, Mauri. **Clássicos da teoria da tradução – Antologia Bílingue / Renascimento**, vol. 4. Florianópolis: NUT, 2006b.
- GADET, Françoise. **Saussure, une science de la langue**. 3 ed. Paris: PUF, 1996.
- GROLLA, Elaine; SILVA, Maria Cristina Figueiredo. **Aquisição da linguagem**. São Paulo: Contexto, 2014.

- GUILLEMIN-FLESHER, Jacqueline. **Syntaxe comparée du français et de l'anglais: problèmes de traduction**. Paris: Éditions Ophrys, 1981.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. **La tradition vivante**. Histoire générale de l'Afrique. I – Méthodologie et préhistoire africaine. Paris: Présence Africaine/Edicef/Unesco, 1986.
- HEIDEGGER, Martin. [1939] **Sobre a essência da linguagem**: a metafísica da linguagem e a vigência da palavra- a respeito do tratado de Herder “Sobre a origem da linguagem”. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2015a.
- _____. [1959] **A caminho da linguagem**. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2015b.
- HERDER, Johann Gottfried. [1770] **Ensaio sobre a origem da linguagem**. Trad. José M. Justo. Lisboa: Antígona, 1987.
- HOARAU, Lucie. **Linguistique contrastive et traduction – n° spécial**. Etude contrastive de la coordination an français et en anglais. Paris: Ophrys, 1997.
- HUMBOLDT, Wilhelm von. **Schriften zur Sprachphilosophie** (Werke III). Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 2002.
- _____. “Sobre a natureza da linguagem em geral”. In. HEIDERMAN, Werner; WEININGER, Markus. (Org.) **Wilhelm von Humboldt. Linguagem, Literatura e Bildung**. Trad. Paulo Oliveira. Edição bilíngue. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 2-19.
- JAKOBSON, Roman. [1959] “Aspectos linguísticos da tradução”. In: _____. **Linguística e comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010a, pp. 79-91.
- _____. [1961] “Linguística e Teoria da Comunicação”. In: _____. **Linguística e comunicação**. Trad. Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. 22 ed. São Paulo: Cultrix, 2010b, pp. 92-110.
- KOPETZKI, A. **Beim Wort nehmen: Sprachtheoretische und ästhetische Probleme der literarischen Übersetzung**. Stuttgart: M & P, 1996.
- LEFEVERE, André. [1982] “Mother courage’s cucumbers: text, system and refraction in a theory of literature”. In: VENUTI, Lawrence. **The Translation Studies Reader**. 3 ed. London/New York: Routledge, 2012.
- LEWIS, Philip E. [1985] “The measure of translation effects”. In: VENUTI, Lawrence. **The Translation Studies Reader**. 3 ed. London/New York: Routledge, 2012.
- LOCKE, John. **An essay concerning human understanding**. Oxford New York, Clarendon Press, Oxford University Press, 2011.
- LUDWIG, Pascal. **Le langage**. Paris: Flammarion, 1997.
- LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- MARTINET, André.[1960] **Elementos de linguística geral**. 8 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- MARTINS, Helena. “Três caminhos na filosofia da linguagem”. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Orgs.) **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. Vol. 3. São Paulo: Cortez, 2004.

- MATTOS, Thiago; FALEIROS, Álvaro. A noção de retradução nos estudos da tradução: um percurso teórico. **Revista Letras Raras**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 35-57, fev. 2015. ISSN 2317-2347. Disponível em: <<http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/307>>. Acesso em: 27 dez. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.35572/rlr.v3i2.307>.
- MEHLER, Jacques. “Psicologia e psicolinguística”. In: PIATELLI-PALMARINI, Massimo. **Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem**: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1983.
- MILNER, Jean-Claude. “De quelques aspects de la théorie d’Antoine Culioli projetés dans un espace non énonciatif”. In: **La théorie d’Antoine Culioli**. Ouvertures et incidences. Paris: Ophrys, 1992, pp.19-38.
- MODRAK, Deborah K. W. **Aristotle's theory of language and meaning**. New York: Cambridge University Press, 2001.
- MORE: Mecanismo online para referências, versão 2.0. Florianópolis: UFSC Rexlab, 2013. Disponível em: <<http://www.more.ufsc.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2019.
- MOREIRA, Fernando de Sá. Linguagem e verdade: a relação entre Schopenhauer e Nietzsche em “Sobre verdade e mentira no sentido extramoral”. **Cad. Nietzsche**, São Paulo, n. 33, p. 273-300, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-82422013000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A gaia ciência**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- NEGRÃO, Esmeralda Vailati. “A natureza da linguagem humana”. In: FIORIN, José Luiz. (Org.) **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2015.
- NEVES, Maria Helena de Moura. O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. **Alfa**, São Paulo, 28, 1984, p. 21-42.
- _____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- _____. **A vertente grega da gramática tradicional**: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. “A fecundidade do conceito de gramatização. Posfácio à reedição de 2009”. pp. 119-129. In: Auroux, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.
- OTTONI, Paulo. O papel da linguística e a relação teoria e prática no ensino da tradução. In: **Tradterm** – Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia, v. 4, n.1, p. 125-139, 18 jun. 1997. São Paulo: FFLCH-USP. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49882>>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- OUSTINOFF, Michäel. **Tradução**: história, teorias e métodos. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.
- PAILLARD, Denis. “Répérage: construction et spécification”. **La théorie d’Antoine Culioli**. Ouvertures et incidences. Paris: Ophrys, 1992. p. 75-88.
- PANACCIO, Claude. **Le discours intérieur** – de Platon à Guillaume d’Ockam. Paris: Éditions Du Seuil, 1999.

- PETTER, Margarida. “Linguagem, língua, linguística”. In: FIORIN, José Luiz. (Org.) **Introdução à Linguística**. I Objetos teóricos. São Paulo, Contexto, 2004. p. 11-24.
- PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. **Les grandes théories de la linguistique**. De la grammaire comparée à la pragmatique. Paris: Armand Colin, 2008.
- PIAGET, Jean. “Observações introdutórias”. In: PIATELLI-PALMARINI, Massimo. **Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem**: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1983a.
- _____. “Esquemas de ação e aprendizagem da linguagem”. In: PIATELLI-PALMARINI, Massimo. **Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem**: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1983b.
- PIATELLI-PALMARINI, Massimo. **Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem**: o debate entre Jean Piaget e Noam Chomsky. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1983.
- PIETROLUONGO, Marcia Átalla. Defesa e ilustração da língua francesa: comentários. **Fragmentos**, Florianópolis, v. 35, p.191-203, 2008. Semestral. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/download/22756/20778>>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- PIOVEZANI, Carlos. “Presenças do *Curso de Linguística Geral* na Análise do Discurso”. In: FIORIN, José Luiz; FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges. (Orgs.) **Saussure: a invenção da linguística**. São Paulo, Contexto, 2017.
- PIRES, Eloiza Gurgel. Experiência e linguagem em Walter Benjamin. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 3, p.813-828, 29 abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022014041524>. Disponível em: <<http://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/view/28>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- PRIA, Albano Dalla. A especificidade linguística e não-linguística em articulação com a atividade de linguagem. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 38, n. 64, p.50-65, 2013. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/3720>>. Acesso em: 05 jul. 2019.
- _____. “A atividade de tradução e a articulação da invariância com a variância”. In: PRIA, A. D.; MORALIS, E. G.; CARDOSO-CARVALHO, V.F; CARVALHO, G. A. de. (Orgs.) **Linguagem e línguas: invariância e variação**. 1 ed. Campinas: Pontes, 2014, p. 111-120.
- PYM, Anthony. **Exploring translation theories**. London & New York: Routledge, 2010.
- REZENDE, Letícia Marcondes. “Variação e invariância na teoria das operações predicativas e enunciativas”. In: PRIA, Albano Dalla; MORALIS, Edileusa Gimenes; CARDOSO-CARVALHO, Valéria Faria; DE CARVALHO, Gislaine Aparecida (Orgs.). **Linguagem e línguas: invariância e variação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.
- RICOUER, Paul. [2004] **Sobre tradução**. Trad. Patrícia Lavelle. 1a. reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- ROBINS, Robert Henry “History of linguistics”. In: Newmeyer, Frederick J. **Linguistics: the Cambridge Survey**. Cambridge: Cambridge University, 1990.
- RODRIGUES, Cristina Carneiro. **Tradução e diferença**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

- ROSIER, Irène. La notion de partie du discours dans la grammaire speculative. **Histoire Epistemologie Langage** 3, 1981, pp. 49-62.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. [1781] **Ensaio sobre a origem das línguas**. Trad. Fulvia M. L. Moretto. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- SAPIR, Edward. **A linguagem**. Introdução os estudos da fala. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- SAUSSURE, Ferdinand de. [1916] **Curso de linguística geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blikstein. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SCOTT, Mike. **WordSmith Tools version 5**, Liverpool: Lexical Analysis Software, 2008.
- SEGATTO, Antonio Ianni. Sobre pensamento e linguagem Wilhelm Von Humboldt. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 32, n. 1, p. 193-198, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31732009000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 30 Jan. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-31732009000100012>.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Filosofia da tradução – tradução de filosofia: o princípio da intraduzibilidade. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 1, n. 3, p.11-47, 1998. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/5376>>. Acesso em: 15 jul. 2019.
- _____. Do gênio da língua ao tradutor como gênio. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 19, n. especial, p.175-191, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/delta/v19nspe/11.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- SEKALI, Martine. “He’s a cop but he isn’t a bastard. An Enunciative approach to some pragmatic effects of the coordinator *but*”. In. CELLE, Agnès; HUART, Ruth (Orgs). **Connectives as discourse landmarks**. John Benjamins Publishing Company, 2007.
- SIMONI, Karine. Ugo Foscolo e as discussões sobre a tradução dos clássicos na Itália entre os séculos XVIII e XIX. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, v. 2010, n. 8, p.1-15, 21 jul. 2010. Faculdades Catolicas. <http://dx.doi.org/10.17771/pucrio.tradrev.15904>. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15904/15904.PDF>>. Acesso em: 22 jul. 2019.
- SKARE, N. Alegoria e Contraponto na Tradução de Theodor Storm por Mauricio Cardozo. **Anagrama**, v. 4, n. 4, p. 1-13, 19 abr. 2011.
- STEINER, George. **Depois de Babel**: questões de linguagem e tradução. Trad. de Carlos Alberto Faraco. Curitiba: Editora UFPR, 2005.
- TAYLOR, John. R. **Linguistic Categorization**: Prototypes in Linguistic Theory. 2 ed. Oxford: Oxford Univeristy Press, 1995.
- TORRES, Marie-hélène Catherine. Mme de Staël: Literatura e Tradução. **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. 1, p.75-86, 13 abr. 2015. Semestral. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp1p75>. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp1p75>>. Acesso em: 11 jul. 2019.
- TOSIN, Giuliano. Tradução: a busca pela linguagem pura. **Revista Técnico-científica das Faculdades Atibaia**, Atibaia, v. 1, n. 12, p.105-124, 2014. Disponível em:

<<http://momentum.emnuvens.com.br/momentum/article/view/28/26>>. Acesso em: 15 jul. 2019.

TOURY, Gideon. [1978/1995] “The nature and role of norms in translation”. In: VENUTI, Lawrence. **The Translation Studies Reader**. 3 ed. London/New York: Routledge, 2012.

TROADEC, Bertrand; MARTINOT, Clara. **O desenvolvimento cognitivo**. Teorias actuais do pensamento em contextos. Trad. Maria João Batalha Reis. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

VEGA, Miguel Ángel. **Textos clásicos de teoría de la traducción**. Madrid: Cátedra, 1994.

VENUTI, Lawrence. **The translator’s invisibility: a history of translation**. London/New York: Routledge, 1995.

_____. **The Translation Studies Reader**. 3ed. London/New York: Routledge, 2012.

VERMEER, Hans J. [1989] “Skopos and comission in translation theory”. In: VENUTI, Lawrence. **The Translation Studies Reader**. 3 ed. London/New York: Routledge, 2012.

VOGÜÉ, Sarah de; FRANCKEL, Jean-Jacques; PAILLARD, Denis. **Linguagem e enunciação**: representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

ZAVAGLIA, Adriana. A relação entre original e tradução no contexto da lexicografia bilíngue dirigida por corpus: o conceito de paralelismo. Comunicação apresentada no 52º Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo - **GEL**, 2004, Campinas.

_____. **Pequena introdução à teoria das operações enunciativas**. 2 ed. São Paulo: Humanitas, 2016.

ZAVAGLIA, Adriana; CELLI, Marion. “Aplicação do conceito de transcategorialidade ao ensino de francês como língua estrangeira: o caso da marca MAS”. In: VIANA, Vander; TAGNIN, Stella E. O. (Org.) **Corpora no ensino de línguas estrangeiras**. São Paulo: Hub Editorial, 2010, pp. 235-267.

ZAVAGLIA, Adriana; FLORES, Valdir Nascimento. Linguagem (3) Culioli. (Verbete). In: FLORES, V.; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. (Org.) **Dicionário de linguística da enunciação**. 1 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

ZAVAGLIA, Adriana; GALAFACCI, G. Corpus, parallélisme et lexicographie bilingue. In: XVI EURALEX International Congress, 2014, Bolzano. **Proceedings of the XVI EURALEX International Congress: The User in Focus**. Bolzano: EURAC, 2014. p. 587-598.